

A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de La Lys

Judite Gonçalves de Freitas, João Casqueira Cardoso e Pedro Reis
(EDITORES)



A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de La Lys

Judite Gonçalves de Freitas, João Casqueira Cardoso e Pedro Reis

(EDITORES)

Porto - 2019

FICHA TÉCNICA

--

Título:

A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de La Lys

Editores:

Judite Gonçalves de Freitas, João Casqueira Cardoso e Pedro Reis

© 2019 - Universidade Fernando Pessoa Edição

Suporte (Formato): **Eletrónico (PDF)**

Edições Universidade Fernando Pessoa

Praça 9 de Abril, 349 · 4249-004 Porto

Tlf. +351 22 507 1300 · Fax. +351 22 550 8269

E-mail: edicoes@ufp.edu.pt · <https://edicoes.ufp.pt/>

Capa e Paginação: **Oficina Gráfica da UFP**

ISBN: 978-989-643-151-8

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

--

A Primeira Guerra Mundial [Documento eletrónico] : Na Batalha de La Lys / eds. Judite Gonçalves de Freitas, João Casqueira Cardoso, Pedro Reis. - eBook. - Porto : Edições Universidade Fernando Pessoa, 2019. - 269 p.

ISBN 978-989-643-151-8

História - Guerra Mundial - 1914-1918 / Batalha de La Lys - 1918 / Portugal - História Militar

CDU 94(100)

94(469)

355.48

A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de La Lys

Judite Gonçalves de Freitas, João Casqueira Cardoso e Pedro Reis

(EDITORES)

Índice geral

-
- 011 Apresentação
-
- 017 Presentation
-
- 023 Avant-propos
-
- 029 **I. A PROBLEMATIZAÇÃO DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA**
-
- 031 Helmut Bley
The Impact of World War I on the non-European World
-
- 043 Luís Alves de Fraga
Portugal e a beligerância na Grande Guerra: Razões de uma intervenção
-
- 055 Cláudia Ramos
Do paradigma da guerra ao paradigma da paz: O tratado de Versalhes e a génese de organizações internacionais intergovernamentais
-
- 065 António Fernando Cascais
O gaseamento na imagem médica e na memória histórica da Primeira Guerra Mundial
-
- 083 Gonçalo Paixão
O Serviço Veterinário Militar na Primeira Guerra Mundial
-
- 101 Teresa Toldy
Ethical challenges posed by faceless wars. In memory of a combatant in La Lys
-
- 109 **II. PORTUGAL NA GUERRA - A BATALHA DE LA LYS**
-
- 111 Guilhermina Mota
A Batalha de La Lys e a sua história
-

-
- 123 Luís Alves de Fraga
O CEP na Batalha de La Lys: O fim de um objectivo político nacional
-
- 135 João Casqueira Cardoso
The Battle of La Lys: legal, political and social questions
-
- 147 Manuel do Nascimento
La participation du Portugal dans la Première Guerre mondiale
-
- 159 **III. A GUERRA NAS COLÓNIAS**
-
- 161 Helmut Bley
German Mittel-Africa plans and the colonial situation in Angola and Mozambique
-
- 171 José António Rodrigues Pereira
A Marinha na Grande Guerra. A Defesa Marítima das Ilhas de Cabo Verde (1914-1918)
-
- 185 José Soares Martins
Para lá do Rovuma mandam os que lá estão: ou o desastre militar em Moçambique durante a primeira guerra mundial de 14-18
-
- 191 **IV. A HISTORIOGRAFIA DA GUERRA**
-
- 193 António Paulo Duarte
As imagens da 1ª Guerra Mundial, na História e na Historiografia, em Portugal
-
- 207 Judite Gonçalves de Freitas
The war in History and the History of war: historiographic profiles in the syntheses of Portugal
-
- 215 Jorge Pedro Sousa
Portugal na Guerra: uma revista de infopropaganda
-
- 223 **V. POSTERS**
-
- 231 **VI. OUTROS**
-

233 Joaquim Castro

**Phenomenological exploration of emigration and acculturation:
War and peace between the individual position and States**

251 Mehdi Jendoubi

La chute de l'Empire ottoman et ses conséquences pour le Proche-Orient

261 Aurore Rouffelaers

Amours suspendues: Correspondances de guerre

267 Aurore Rouffelaers

Exposition Racine: 19 mémoires vivantes

Apresentação

O livro presentemente disponibilizado em formato e-book, por opção dos editores, constituiu o resultado dos trabalhos de autor apresentados e desenvolvidos no âmbito do *Congresso Internacional sobre a Primeira Guerra Mundial. No centenário da Batalha de la Lys* que reuniu, nas instalações da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, nos passados dias 9 a 11 de abril de 2018, mais de duas dezenas de investigadores nacionais e estrangeiros com o intuito de proceder a uma análise multidisciplinar dos motivos, implicações, ocorrências e análises de um dos maiores acontecimentos bélicos da primeira metade do século XX. O congresso foi desenvolvido em associação com o Instituto da Defesa Nacional.

A estrutura de apresentação dos textos obedece a uma subdivisão orgânica e temática, partindo de unidades temáticas de âmbito geral e problematizante para unidades temáticas específicas relacionadas, mormente com o contexto, o âmbito e as dimensões da participação portuguesa na Batalha de La Lys, estabelecendo uma relação de complementaridade entre ambas. Por conseguinte, a ordem de apresentação principia com um I capítulo intitulado “A problematização da Primeira Grande Guerra” e um II capítulo, especificamente dedicado à participação de “Portugal na Guerra – A Batalha de La Lys”. De igual modo, no III capítulo, intitulado “A guerra nas colónias” inserem-se todos os trabalhos que abordam, nomeadamente, a projeção do conflito nos domínios africanos portugueses, com destaque para a questão escravagista e as ameaças anglófonas e germânicas, o papel de defesa da armada portuguesa em Cabo Verde, e, finalmente, a intimidação alemã na região de Tanganica (África Oriental).

O IV capítulo é inteiramente dedicado à historiografia da guerra, incluindo estudos sobre a construção das imagens da participação de Portugal no conflito, as mudanças conceituais e as direções investigativas do discurso historiográfico, ao longo do século XX, e por último, as imagens da guerra na imprensa portuguesa.

No V capítulo inserem-se os *posters* apresentados a congresso, abordando respetivamente o papel da Cruz Vermelha e o impacto da Primeira Guerra Mundial na cidade de Porto. Para fechar, no último capítulo (VI), foram reunidos todos os trabalhos que abordam problemáticas diversas relacionadas com o fenómeno guerra, mas que se encontram de algum modo mais distanciadas do núcleo temático principal do livro.

Tratando-se de um encontro científico de âmbito internacional foi concedida total liberdade aos autores para redigirem os textos finais numa das três línguas oficiais do encontro (português, francês ou inglês).

O primeiro texto de **Helmut Bley** procede a uma abordagem problematizante da guerra como um fenómeno mundial, matizando o fenómeno com o crescimento do fervor nacionalista e a crise do imperialismo europeu nos continentes africano e asiático; prosseguindo com a análise das repercussões da Revolução Russa de 1917 no mundo, o impacto da guerra nas populações civis europeias e extraeuropeias, bem como a instabilidade causada no Próximo Oriente. Por seu turno, **Luís Alves de Fraga** consigna o seu texto à avaliação das condicionantes internas e externas da entrada de Portugal na guerra, analisando especialmente as dependências políticas de Portugal, mormente da Grã-Bretanha, e o malogro da política de beligerância nacional na sequência da falta de apoio britânico. **Cláudia Ramos** salienta as contradições do primeiro quartel do século XX, entre o legado de conflito acicatado pelas crescentes rivalidades entre as principais potências europeias e o delinear de uma nova ordem internacional no pós-guerra pautada por uma matriz de diálogo, entendimento e cooperação. **António Fernando de Cascais** aflora a questão do uso pioneiro de armamento químico e biológico e as suas vertentes traumáticas e duradouras, quer do ponto de vista humano imediato quer do ponto de vista memorialístico e recorrente posterior. Por seu turno, **Gonçalo Paixão** procede à análise dos serviços veterinários do Exército Português recorrendo a fontes do Arquivo Militar. Descrevendo os contingentes e as condições de envio dos solípedes para as zonas de guerra na Europa e na África Portuguesa, esmiúça as razões da falta de organização dos serviços veterinários. No final deste capítulo, **Teresa Toldy**, em homenagem ao seu avô, combatente e sobrevivente da Batalha de La Lys, procede a uma reflexão sobre as questões éticas levantadas pela alteração dos padrões bélicos, pelo recurso a mecanismos de “morte à distância”, mormente com os bombardeamentos aéreos e a utilização de armas químicas (gaseamentos) que permitiram uma destruição massiva de soldados e “pessoas sem rosto”.

No primeiro texto do segundo capítulo, **Guilhermina Mota** disserta sobre a história da Batalha de La Lys, sublinhando os aspetos da historiografia portuguesa acerca deste acontecimento. A autora enquadra esses aspetos, e contrasta os mesmos com elementos objetivos, documentos e evidências conhecidas agora. A Batalha de La Lys, no dia 9 de abril de 1918 e os dias seguintes, inseriu-se num conjunto de ofensivas alemãs do final da Primeira guerra mundial, nas Flandres, nomeadamente na operação alemã chamada “Georgette”. A ofensiva foi caracterizada por duríssimos ataques nas frentes de combate, por parte de tropas bem treinadas e bem equipadas, contrariamente ao Exército Português. As circunstâncias que precederam a Batalha de La Lys, como as alterações táticas que diziam respeito ao Contingente Expedicionário Português, são descritas e analisadas com minúcia. A dureza da Batalha de La Lys é aí patente, em particular quando comparada com outras operações semelhantes. **Luís Alves de Fraga**, concentrando o olhar sobre as condições políticas, económicas e sociais do envolvimento português na Primeira Guerra Mundial, demonstra a forma como o Contingente Expedicionário Português estava, de facto, abandonado pelo poder político, no período em que a Batalha de La Lys ocorreu. Em Portugal, já havia uma

reticência quase generalizada à entrada do país na guerra. Apesar da propaganda a favor da entrada na guerra, a situação não foi alterada de forma substancial no prazo de um ano, entre abril 1917 e abril 1918. O próprio contexto da Batalha de La Lys, em que o Exército Alemão conhecia ao pormenor as fraquezas do Contingente Expedicionário Português, e o visou o mesmo especificamente, explica o número extremamente elevado de prisioneiros portugueses, assim o facto de, na fase pós-conflito – em que os soldados portugueses foram integrados nas unidades britânicas – ter sido contínuo o abandono político dos soldados portugueses, e da própria guerra como um dos objetivos nacionais. **João Casqueira Cardoso** destaca alguns aspetos da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. O Exército Português não estava preparado para este tipo de conflito, nomeadamente num cenário europeu, devido ao atraso da sua formação e do seu equipamento. Naquilo que iria constituir um exemplo das primeiras guerras modernas, o Contingente Expedicionário Português encontrou-se rapidamente ultrapassado. Para além disso, a motivação dos soldados, e dos seus oficiais, era na sua maioria fraca. Não se percebia os objetivos e interesse da guerra, e sentia-se a sua crueldade, nas situações em que vida nas trincheiras, a espera e o esgotamento nervoso imperavam. Após a Batalha de La Lys, muitos soldados portugueses foram obrigados a trabalhos que não deveriam ter cumpridos, se tivessem recebido o apoio das autoridades políticas nacionais. Note-se igualmente a forma como Portugal entrou mal das negociações de paz, incapaz de fazer valer as suas pretensões.

Manuel do Nascimento indica pormenores sobre a chegada do Contingente Expedicionário Português ao porto de Brest, em França, e a forma como a população francesa acolheu com surpresa esses soldados, vindos de um país relativamente pouco conhecido, e que pisavam o solo francês pela primeira vez. Os pormenores são dados, igualmente, sobre aspetos logísticos do transporte do Contingente Expedicionário Português, e sobre as dificuldades que o Contingente Expedicionário Português encontrou ao relacionar-se com o Exército Inglês que, por exemplo, não providenciou navios para deslocação dos soldados portugueses. Nas Flandres, naquilo que iria constituir o local da Batalha de La Lys, o Exército Português, sob comando inglês, foi sobrecarregado, colocado num setor pantanoso, onde a vida nas trincheiras era particularmente complexa. Ainda hoje, é discutido o número exato de baixas sofridas pelo Contingente Expedicionário Português na Batalha de La Lys, ou em consequência da mesma – como é o caso dos soldados portugueses feitos prisioneiros.

Alguns artigos incidem sobre a guerra nas colónias portuguesas. **Helmut Bley** discute a situação da força de trabalho e até a continuação da escravidão em Angola e Moçambique, no contexto dos debates internacionais sobre escândalos coloniais. O acordo anglo-alemão de 1898 é discutido no contexto da falência esperada de Portugal e da Guerra dos Bóeres, sendo abordadas duas linhas de pensamento visíveis na Grã-Bretanha e na Alemanha: controlo territorial *versus* influência económica informal. O impacto da guerra na África Oriental é igualmente discutido sublinhando-se o sofrimento da população africana, tanto na Tanzânia como em Moçambique. Finalmente, são referidos os planos alemães para a África Central, argumentando que, após a derrota da Rússia, especialmente os militares alemães queriam uma expansão para a Europa Oriental e não para territórios ultramarinos.

José António Rodrigues Pereira refere o papel da Marinha Portuguesa que teve de tomar imediatamente medidas de defesa dos interesses nacionais no mar e nas colónias, advogando que foi Cabo Verde quem recebeu maior atenção da Armada Portuguesa. Neste con-

texto, é assinalada a importância estratégica do porto do Mindelo (Cabo Verde) que obrigou a significativas medidas de defesa marítima daquele porto.

José Soares Martins aborda a presença de Portugal nas colónias, mais concretamente em Moçambique, na defesa dos seus interesses coloniais face à presença ameaçadora da Alemanha em terras do Tanganica, defendendo que viria a saldar-se num dos maiores desastres militares da nossa história recente, dada a impreparação dos militares portugueses. Deste modo, o autor pretende sobretudo lembrar os infelizes que aos milhares ficaram em valas comuns e cemitérios improvisados no norte de Moçambique.

Por seu turno, **António Paulo Duarte** aborda a questão da construção das imagens em torno da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, mormente daquelas que a memória coletiva retém e da construção histórica que dela faz. A explanação e análise dessa construção é executada em três momentos: a leitura dos protagonistas, a fase do desfecho e resultados, e, finalmente, a reconstrução atual do conflito. **Judite Gonçalves de Freitas** questiona os modelos de análise historiográficos da participação portuguesa no primeiro conflito mundial, identificando as principais mudanças da nossa historiografia ao longo do século XX, e a evolução do autoconceito respetivo de Portugal. Para o efeito a autora explana as características do discurso historiográfico das sínteses de Portugal sobre a problemática da guerra e a alteração das perspetivas historiográficas dominantes, mormente nas distintas etapas da historiografia do Estado Novo e em tempos de democracia. **Jorge Pedro Sousa** trata das imagens da guerra na imprensa, abordando as questões atinentes ao discurso iconográfico da revista Portugal na Guerra, com base numa abordagem qualitativa e quantitativa. Perspetiva-se o uso da iconografia para projetar e realçar significados sobre o conflito e, neste contexto, o autor conclui que a iconografia da supracitada revista espelha o esforço propagandístico de Portugal na promoção da ideia de justificar a participação no conflito, pugnando pelo controlo da opinião pública – aquilo que o autor classifica como “infopropaganda”.

João Casqueira Cardoso e **Isabel Silva** sublinham, num *poster* sobre o papel da Cruz Vermelha durante a Primeira Guerra Mundial, alguns aspetos mais gerais, como a relevância que a Cruz Vermelha ganha nesta altura, ou os serviços de apoio aos prisioneiros que comecem a emergir e a prestar um serviço essencial – como o encaminhamento de correio para os campos de prisioneiros. As normas internacionais sobre a guerra irão então mudar, graças a estes esforços, bem com a regulamentação sobre o uso de armas que, em bom rigor, não deveriam ter sido usadas durante este conflito mundial. Sublinha-se os aspetos muito graves, em termos físicos e psicológicos, da guerra de trincheiras, e do uso de gases, para os combatentes. **Catarina Nogueira Pereira** e **Diogo Guedes Vidal**, num trabalho original realizado na base de várias fontes de informação locais, apresentam um *poster* sobre o impacto, indireto, da Primeira Guerra Mundial na cidade de Porto. A pressão populacional para a emigratória portuguesa para fora da Europa – nomeadamente para o Brasil – aumenta de forma drástica; os preços locais e as dificuldades ligadas à falta de mão-de-obra, fazem-se igualmente sentir; e a admissão de soldados com problemas de saúde é visível no aumento da população hospitalar. **Mehdi Jendoubi** mostra um outro aspeto da Primeira Guerra Mundial, frequentemente esquecido: a participação dos soldados oriundos da África do Norte, e maioritariamente integrados no Exército francês, nos cenários das batalhas ocorridas na Europa. Não longe do número de soldados africanos reclamados pelas autoridades franceses, 500.000, os soldados africanos (e do Médio Oriente), com algumas ca-

raterísticas próprias (como o seu uniforme), irão dar um contributo decisivo em batalhas, nomeadamente na Batalha da Marne. A fraca documentação disponível, e o relativamente escasso reconhecimento desses aspetos da história da Primeira guerra mundial não deixa de ter analogias com a menorização de que foram objetos os soldados portugueses, parente menor e menosprezado dos Aliados.

Finalmente, no sexto capítulo são disponibilizados três trabalhos de natureza diferente. O primeiro de **Joaquim de Castro** apresenta um estudo exploratório e qualitativo no qual descreve as suas experiências pessoais de emigração, empregando o método de redução fenomenológica e, portanto, procurando ser descritivo, em vez de normativo e prescritivo. O foco é a identidade étnica e a experiência de emigração, em reflexão comparativa com os principais modelos de aculturação.

Na comemoração do centenário do fim da Primeira Guerra Mundial, **Mehdi Jendoubi** concentra-se no caminho feito pela Europa que, em um século, passou das rivalidades imperiais e nacionalismos exacerbados à reconciliação e à unificação do continente. No entanto, essa conquista não foi feita sem problemas, sendo a Segunda Guerra Mundial, ainda mais devastadora que a Primeira, a prova evidente disso. O autor centra-se igualmente nas razões das guerras que ocorreram no Próximo Oriente, abordando a encruzilhada civilizacional deste ponto de encontro para a Europa, África e Ásia, refletindo igualmente sobre as crises que abalam essa área de instabilidade que é o epicentro de tensões internacionais atuais.

Aurore Rouffelaers centra a sua atenção na análise de um fundo de correspondência particular trocada entre os soldados do Corpo Expedicionário Português e as suas famílias, amigos e amores. A autora refere que entre 1914 e 1918 mais de 20 biliões de cartas foram trocadas entre soldados de cinquenta e duas nacionalidades e suas famílias. Trocas pungentes, onde tragédia e ansiedade, vida quotidiana e esperança, intimidade e dúvida se projetam. Esta prática afeta todos os estratos sociais, constituindo o único elo desses soldados com o mundo longe das trincheiras. Por outro lado, a análise dessas cartas revela a intensidade e capacidade de observar, deslocando-se muito para além do palco da batalha para expressar os mais profundos sentimentos de dor, de amor, de saudade, de dúvida e de esperança.

Numa contribuição complementar, a mesma autora, Comissária da Exposição, apresenta a exposição *Bataille de La Lys - Exposition Racine: 19 mémoire vivantes*, e propõe pistas para continuar trabalhos de recolha de dados sobre este tema ao mesmo tempo público e privado.

Judite Gonçalves de Freitas
João Casqueira Cardoso
Pedro Reis

Presentation

The book currently available in an *e-book* format, at the option of the editors, is the result of the author's works presented and developed within the framework of the *International Congress on World War I. In the centenary of the Battle of the Lys* that reunited, in the facilities of the Faculty of Human and Social Sciences of the University Fernando Pessoa, on April 9–11 2018, more than two dozen national and foreign researchers with the intention of carrying out a multidisciplinary analysis of the motives, implications, and occurrences of one of the greatest war events of the first half of the twentieth century. The conference was developed in association with the Portuguese Institute of National Defense (IDN).

The structure of presentation of the texts follows an organic and thematic subdivision, starting from thematic units of general and problematic scope to specific thematic units, mainly related to the context, scope and dimensions of Portuguese participation in the Battle of La Lys, establishing a complementarity between the two kinds of thematic units. Therefore, the order of presentation begins with chapter I entitled “The problematization of the First World War” whereas chapter II is specifically dedicated to the participation of “Portugal in the War – The Battle of La Lys“. Likewise, in chapter III, entitled “War in the Colonies”, all the papers deal with the projection of the conflict in the Portuguese African domains, with emphasis on the slavery problem and the Anglophone and Germanic threats, the role of defense of the Portuguese navy in Cape Verde, and, finally, the German intimidation in the region of Tanganyika (East Africa).

Chapter IV is devoted entirely to the historiography of war, including studies on the construction of images of Portugal's participation in the conflict, conceptual changes and investigative directions of historiographic discourse throughout the 20th century, and images of the war in the Portuguese press.

Chapter V includes the *posters* presented to the congress, addressing respectively the role of the Red Cross and the impact of the First World War in the city of Porto. Finally, in the last chapter (VI), all the papers that deal with various issues related to the war phenomenon have been gathered, but they are somehow more distanced from the main thematic core of the book.

In the context of a scientific meeting of international scope, authors were granted complete freedom to write the final texts in one of the three official languages of the meeting (Portuguese, French or English).

The first text by **Helmut Bley** proceeds to a problematizing approach to war as a world phenomenon, tempering the phenomenon with the growth of nationalist fervor and the crisis of European imperialism in the African and Asian continents; the impact of the war on European and extra-European civilian populations as well as the instability caused in the Middle East. **Luís Alves de Fraga**, for his part, relates his text to the evaluation of the internal and external conditions of Portugal's entry into the war, especially analyzing the political dependencies of Portugal, especially in relation to Great Britain, and the failure of the national belligerence policy following the lack of British support. **Cláudia Ramos**

stresses the contradictions of the first quarter of the twentieth century, between the legacy of conflict fueled by the growing rivalries between the major European powers and the delineation of a new post-war international order based on a matrix of dialogue, understanding and cooperation. **António Fernando de Cascais** arises the issue of the pioneering use of chemical and biological weapons and their traumatic and enduring aspects, both from the immediate human point of view and from the point of view of memorialism and subsequent recidivism. **Gonçalo Paixão**, for his part, analyzes the veterinary services of the Portuguese Army using sources from the Military Archives, describing the contingents and the conditions solipeds were sent to the war zones in Europe and Portuguese Africa, analyzing the reasons for the lack of organization of the veterinary services. Manuel do Nascimento, for his part, reviews the Portuguese participation in the First World War, giving special emphasis to the ambiguity and hesitations of the Portuguese position in the face of the internal constraints, namely the implantation of the I Republic, and exogenous constraints, e.g. the agreement between England and Germany for the sharing of Portuguese Africa. At the end of this chapter, **Teresa Toldy**, in homage to her grandfather, fighter and survivor of the Battle of La Lys, reflects on the ethical issues raised by changing war patterns, given the use of “distance death” mechanisms, mainly with aerial bombardments and the use of chemical weapons (gassing) which allowed a mass destruction of soldiers and “faceless people”.

In the first article of the second chapter, **Guilhermina Mota**, in his article on the history of the Battle of La Lys, underlines the aspects of the Portuguese historiography about this event. The author frames these aspects, and contrasts them with objective elements, documents and evidence known nowadays. The Battle of La Lys, on April 9, 1918 and the following days, was part of a series of German offensives at the end of the First World War in Flanders, notably the German operation called “Georgette“. The offensive was characterized by harsh attacks on the battle fronts by well-trained and well-equipped troops, unlike the Portuguese Army. The circumstances that preceded the Battle of La Lys, such as the tactical changes related to the Expeditionary Portuguese Contingent, are described and analyzed in detail. The hardness of the Battle of La Lys is evident there, particularly when compared with other similar operations. **Luís Alves de Fraga**, concentrating on the political, economic and social conditions of Portuguese involvement in World War I, demonstrates how the Portuguese Expeditionary Contingent was, in fact, abandoned by the political power when the Battle of La Lys occurred. In Portugal, there was already an almost generalized reluctance to take part in the war. Despite propaganda for entry the war, the situation did not change substantially between April 1917 and April 1918. The very context of the Battle of La Lys, in which the German Army knew in detail the weaknesses of the Portuguese Expeditionary Contingent, and specifically aimed at them, explains the extremely high number of Portuguese prisoners, as well as in the post-conflict phase - when Portuguese soldiers were integrated into the British units - the political abandonment of soldiers, and of the war itself as one of the national objectives. **João Casqueira Cardoso** highlights some aspects of Portuguese participation in the First World War. The Portuguese Army was not prepared for this type of conflict, particularly in a European scenario, due to the backwardness of its training and its equipment. In what would become an example of modern wars, the Portuguese Expeditionary Contingent was quickly outdated. In addition, the motivation of the soldiers, and their officers, was mostly weak. The objec-

tives and interests of the war were not perceived, and its cruelty was felt, in situations in which life in the trenches, waiting and nervous exhaustion prevailed. After the Battle of La Lys, many Portuguese soldiers were forced into tasks they should not have done if they had received the support of the national political authorities. It should also be noted how Portugal went wrong in peace negotiations, incapable of asserting its claims. **Manuel do Nascimento** indicates details of the arrival of the Portuguese Expeditionary Contingent to the port of Brest in France and the way in which the French population welcomed these soldiers from a relatively little-known country, and who stepped on the French soil for the first time. The details are also given on the logistic aspects of the transport of the Expedition Portuguese Contingent and on the difficulties that the Portuguese Expeditionary Conquest encountered when dealing with the English Army, which did not, for example, provide ships for the Portuguese soldiers to travel. In Flanders, which would be the site of the Battle of La Lys, the Portuguese Army, under English command, was overloaded, placed in a marshy sector, where life in the trenches was particularly complex. Even today, the exact number of casualties or Portuguese soldiers of the Expeditionary Contingent taken prisoners in the Battle of La Lys is discussed.

Some articles focus on the war in the Portuguese colonies. **Helmut Bley** discusses the workforce situation and continuing slavery in Angola and Mozambique in the context of international debates on colonial scandals. The Anglo-German agreement of 1898 is discussed in the context of the expected bankruptcy of Portugal and the Boer War, with two lines of thought perceptible in Britain and Germany: territorial control *versus* informal economic influence. The impact of the war in East Africa is also discussed by highlighting the plight of the African population, both in Tanzania and in Mozambique. Finally, the German plans for Central Africa are mentioned, arguing that after the defeat of Russia, especially the German military wanted an expansion to Eastern Europe and not to overseas territories.

José António Rodrigues Pereira refers to the role of the Portuguese Navy which had to take immediate measures to defend national interests at sea and in the colonies, arguing that it was Cape Verde that received the greatest attention from the Portuguese Navy. In this context, the strategic importance of the port of Mindelo (Cape Verde) is stressed, which has forced significant maritime defense measures in that port.

José Soares Martins addresses Portugal's presence in the colonies, more precisely in Mozambique, in the defense of its colonial interests in the face of the threatening presence of Germany in Tanganyika's lands, arguing that it would become one of the greatest military disasters in our recent history, given the unpreparedness of the Portuguese military. In this way, the author intends, above all, to remind the unhappy people who have been left in mass graves and improvised cemeteries in northern Mozambique.

António Paulo Duarte, in turn, approaches the question of the construction of images about the Portuguese participation in World War I, especially those that the collective memory retains and of historical construction made from it. The explanation and analysis of this construction is carried out in three moments: the reading of the protagonists, the phase of the outcome and results, and, finally, the current reconstruction of the conflict. **Judite Gonçalves de Freitas** questions the models of historiographical analysis of the Portuguese participation in World War I, identifying the major changes of our historiography throughout the twentieth century, and the evolution of the respective self-concept of

Portugal. For this purpose, the author explores the characteristics of the historiographic discourse of the Portuguese synthesis on the problematic of war and the alteration of the dominant historiographic perspective, especially in the different stages of the historiography of the dictatorial regime, “Estado Novo”, and in times of democracy. **Jorge Pedro Sousa** refers the images of the war in the press, addressing the issues pertaining to the iconographic discourse of the magazine *Portugal na Guerra* (*Portugal in the war*), based on a qualitative and quantitative approach. The iconography of the magazine reflects Portugal’s propagandistic effort in promoting the idea of justifying the participation in the conflict, to control the public opinion – which the author classifies as “infopropaganda”.

João Casqueira Cardoso and **Isabel Silva** underline in a poster about the role of the Red Cross during World War I some more general aspects, such as the relevance that the Red Cross was gaining at that time or the support services for the prisoners or an essential service – such as forwarding mail to prison camps. The international norms on war will then change, thanks to these efforts, as well as the regulations on the use of weapons that, in good faith, should not have been used during this world conflict. The very serious physical and psychological aspects of trench warfare and the use of gasses for combatants are highlighted. **Catarina Nogueira Pereira** and **Diogo Guedes Vidal** present a poster about the indirect impact of the First World War in the city of Porto, based on several local sources of information. The Portuguese emigration pressure outside Europe – notably to Brazil – increases drastically; local prices and difficulties linked to the lack of labor force are also felt; and the admission of soldiers with health problems is visible in the increase of the hospital population. **Mehdi Jendoubi** mentions another aspect of the First World War, often forgotten: the participation of soldiers from North Africa, mostly integrated into the French army, in the scenarios of the battles that took place in Europe. The 500,000 African (and Middle Eastern) soldiers claimed by the French authorities, with some characteristics of their own (such as their uniform), will make a decisive contribution to battles, notably the Battle of Marne. The feeble documentation available, and the comparatively little recognition of these aspects of the history of World War I, are analogous to the minimization of Portuguese soldiers, the lesser and despised relative of the Allies.

Finally, in the sixth chapter three works of a different nature are offered. The first one by **Joaquim de Castro** presents an exploratory and qualitative study in which he describes his personal experiences of emigration, using the method of phenomenological reduction and, therefore, seeking to be descriptive rather than normative and prescriptive. The focus is the ethnic identity and the experience of emigration, in comparative reflection with the main models of acculturation.

In commemoration of the centenary of the end of World War I, **Mehdi Jendoubi** focuses on the path made by Europe that has shifted from imperial rivalries and exacerbated nationalisms to the reconciliation and unification of the continent, in a century. However, this was not achieved without problems, and World War II, even more devastating than WWI, is the evident proof of this. The author also focuses on the reasons for the wars in the Middle East, addressing the civilizational crossroads of this meeting point for Europe, Africa and Asia, also reflecting about the crises of this this area of instability that is the epicenter of international current tensions.

Aurore Rouffelaers focuses her attention on the analysis of a private correspondence fund exchanged between the soldiers of the Portuguese Expeditionary Corps (CEP) and

their families, friends and lovers. The author states that between 1914 and 1918 over 20 billion letters were exchanged between soldiers of fifty-two nationalities and their families. Touching exchanges where tragedy and anxiety, daily life and hope, intimacy and doubt are presented. This practice affects all social strata, constituting the only link of these soldiers with the world away from the trenches. On the other hand, the analysis of these letters reveals the intensity and capacity of observing, far beyond the stage of the battle to express the deepest feelings of pain, love, longing, doubt, and hope.

In a complementary contribution, the same author, Exhibition Commissioner presents the exhibition *Bataille de La Lys – Exposition Racine: 19 mémoire vivantes*, and proposes clues to continue the work of collecting of data, on a topic which is simultaneously public and private.

Judite Gonçalves de Freitas
João Casqueira Cardoso
Pedro Reis

Avant-propos

L'ouvrage que nous lançons maintenant, et qui par option des éditeurs est au format e-Book, constitue le résultat des travaux présentés et développés dans le cadre du *Congrès international sur la première guerre mondiale – Centenaire de la bataille de la Lys*, qui s'est tenu dans les locaux de la Faculté des Sciences humaines et sociales de l'Université Fernando Pessoa, entre les 9 et 11 avril 2018. Ce congrès a réuni plus de deux douzaines de chercheurs nationaux et étrangers, en vue d'entreprendre une analyse pluridisciplinaire des motifs, des implications, des occurrences et des analyses de l'un des plus importants événements militaires de la première moitié du XX^e siècle. Le congrès a été développé en association avec l'Institut de la défense nationale (IDN) du Portugal.

La structure de présentation des textes obéit à une subdivision organique et thématique, en partant d'unités thématiques de nature générale et de grandes problématiques vers des unités thématiques spécifiques qui leurs sont liées. Celles-ci ont trait en particulier au contexte, à la portée et aux dimensions de la participation portugaise à la bataille de la Lys, et établissent une relation de complémentarité entre les deux. Ainsi, l'ordonnement des textes commence avec un chapitre I intitulé "la problématisation de la première grande guerre" et un chapitre II, spécifiquement consacré à la participation du "Portugal dans la guerre – la bataille de la Lys". Dans le même ordre d'idée, dans le troisième chapitre, intitulé "La guerre dans les colonies", toutes les contributions traitent, entre autres, de la projection du conflit au sein des territoires portugais en Afrique, en soulignant la question esclavagiste, les menaces anglaises et allemandes, le rôle de défense joué par la Marine portugaise au Cap-Vert, et enfin l'intimidation de la part de l'Allemagne dans la région de Tanganyika (Afrique de l'est).

Le chapitre IV est entièrement consacré à l'historiographie de la guerre, ce qui comprend des études sur la construction des images de la participation du Portugal au conflit, les changements conceptuels et les orientations de la recherche sur le discours historiographique, tout au long du XX^e siècle et, enfin, les images de la guerre à travers la presse portugaise.

Le chapitre V renferme quant à lui les affiches présentées au congrès, qui traitent respectivement du rôle de la Croix-Rouge et de l'impact de la Première guerre mondiale dans la ville de Porto. Le dernier chapitre (VI) clôture cet ouvrage, rassemblant toutes les contributions abordant divers problèmes liés au phénomène de guerre, mais qui sont en quelque sorte plus distantes du noyau thématique principal du livre.

S'agissant des actes d'une rencontre scientifique de caractère international, les éditeurs ont voulu accorder une pleine liberté aux auteurs, ceux-ci pouvant rédiger les textes définitifs de leurs contributions dans l'une des trois langues officielles du congrès (portugais, français ou anglais).

Le premier texte de **Helmut Bley** est une approche problématisant la guerre en tant que phénomène mondial, et le phénomène de la croissance de la ferveur nationaliste et de la crise de l'impérialisme européen sur les continents africain et asiatique. Il se poursuit par

l'analyse des répercussions de la révolution russe de 1917 dans le monde, l'impact de la guerre sur les populations civiles européennes et extra-européennes, ainsi que de l'instabilité causée dans le Proche-Orient. **Luís Alves de Fraga** consigne quant à lui dans son texte l'évaluation des contraintes internes et externes liées à l'entrée du Portugal dans la guerre, et en particulier l'analyse des dépendances politiques du Portugal, principalement vis-à-vis de la Grande-Bretagne, ainsi que l'échec de la politique de belligérence nationale par suite du manque de soutien britannique. **Cláudia Ramos** souligne les contradictions du premier quart du XX^e siècle, entre l'héritage du conflit, avec les rivalités croissantes entre les principales puissances européennes, et la délimitation d'un nouvel ordre international dans l'après-guerre, guidé par un cadre de dialogue, de compréhension et de coopération. **António Fernando de Cascais** aborde la question de l'utilisation pionnière des armes chimiques et biologiques et de ses aspects traumatisants et durables, à la fois d'un point de vue humain immédiat, en tant que précédent, ainsi que son incidence postérieure. De son côté, **Gonçalo Paixão** aborde l'analyse des services vétérinaires de l'armée portugaise, en utilisant les sources des archives militaires. Décrivant les quotas et les conditions d'envoi de chevaux dans les zones de guerre en Europe et en Afrique portugaise, il expose les raisons du manque d'organisation des services vétérinaires. Pour terminer le premier chapitre, **Teresa Toldy**, en hommage à son grand-père, combattant et survivant de la bataille de La Lys, réfléchit sur les questions éthiques soulevées par la modification des pratiques militaires, par le recours à des mécanismes de «mort à distance», avec les bombardements aériens et l'utilisation d'armes chimiques (gazages), qui permettait une destruction massive de soldats devenu des «personnes sans visage».

Dans son article sur l'histoire de la bataille de la Lys, **Guilhermina Mota** souligne les aspects de l'historiographie portugaise à propos de cet événement. L'auteur contextualise ces aspects, et les compare avec des éléments objectifs, des documents et des éléments connus maintenant. La bataille de la Lys, qui a eu lieu le 9 avril 1918, et les jours suivants, s'insère dans un ensemble d'offensives allemandes de la fin de la première guerre mondiale en Flandre, notamment dans l'opération allemande dite «Georgette». L'offensive a été caractérisée par de très dures attaques sur les fronts, par l'envoi de troupes allemandes aguerries et bien équipées, contrairement à la situation de l'armée portugaise. Les circonstances précédant la bataille de la Lys, ainsi que les changements tactiques concernant le Contingent expéditionnaire portugais, sont décrits et analysés dans le détail. La dureté de la bataille de la Lys est bien patente, en particulier si on la rapporte à d'autres opérations similaires. **Luís Alves de Fraga**, se concentrant sur les conditions politiques, économiques et sociales de l'intervention portugaise dans la première guerre mondiale, démontre quant à lui la façon dont le Contingent expéditionnaire portugais a été, en fait, abandonné par le pouvoir politique, précisément au moment où la bataille de la Lys a eu lieu. Au Portugal, une réserve presque généralisée existait quant à l'entrée du pays dans la guerre. En dépit de la propagande en faveur de l'entrée dans la guerre, la situation n'a pas changé substantiellement durant l'année qui s'étendit d'avril 1917 à avril 1918. Le contexte même de la bataille de la Lys, dans laquelle l'armée allemande connaissait dans le détail les points faibles du Contingent expéditionnaire portugais, et qui visait spécifiquement celui-ci, explique le nombre extrêmement élevé de prisonniers portugais. Cet aspect explique aussi le fait que, dans la phase de l'après-conflit, les soldats portugais aient été intégrés dans les unités britanniques, faisant en sorte que se poursuive l'abandon politique des soldats

portugais et, en somme, de la guerre elle-même comme objectif national. **João Casqueira Cardoso** souligne quant à lui certains aspects de la participation portugaise à la première guerre mondiale. L'armée portugaise n'a nullement été préparée pour ce type de conflit, en particulier dans un contexte européen, en raison du retard dans sa formation et dans son équipement. Dans ce qui constituera un exemple des premières guerres modernes, le Contingent expéditionnaire portugais se trouvait rapidement dépassé. En outre, la motivation des soldats, ainsi que de leurs officiers, était la plupart du temps fort diminuée. Les objectifs et l'intérêt de la guerre n'ont pas été assimilés, mais sa cruauté a en revanche été sévèrement ressentie, dans des situations où la vie dans les tranchées était marquée par l'attente et l'épuisement nerveux. Après la bataille de la Lys, de nombreux soldats portugais ont été obligés de travailler, alors même qu'ils n'auraient pas dû accomplir ces tâches s'ils avaient reçu le soutien des autorités politiques nationales. Il souligne par ailleurs la façon dont le Portugal a entamé ce qui se sont révélées être de mauvaises négociations de paix, incapable qu'il a été de faire valoir ses revendications. **Manuel do Nascimento** indique les détails de l'arrivée du Contingent expéditionnaire portugais au port de Brest, en France, et la façon dont la population française a accueilli ces soldats venus d'un pays relativement peu connu, et qui foulaient le sol français pour la première fois. Des détails sont également donnés sur les aspects logistiques du transport du Contingent expéditionnaire portugais, et sur les difficultés rencontrées par celui-ci dans ses relations avec l'armée anglaise qui, par exemple, refusa de fournir les navires pour le déplacement des troupes portugaises. En Flandre, sur le site futur de la bataille de la Lys, l'armée portugaise, sous commandement anglais, fut submergée par les tâches, et placée dans un secteur marécageux, où la vie dans les tranchées était particulièrement complexe. Aujourd'hui encore, on discute du nombre exact de victimes au sein du Contingent expéditionnaire portugais lors de la bataille de la Lys, ou à la suite de celle-ci – comme c'est le cas des soldats portugais faits prisonniers.

Certains articles se concentrent sur la guerre dans les colonies portugaises. **Helmut Bley** aborde la situation de la main-d'œuvre et même de la poursuite de l'esclavage en Angola et au Mozambique, dans le contexte des débats internationaux sur les scandales coloniaux. L'accord anglo-allemand de 1898 est discuté, dans le contexte de la défaite attendue du Portugal et de la guerre des Boers, en suivant deux lignes de pensée existant en Grande-Bretagne et en Allemagne : le contrôle territorial, d'un côté ; l'influence économique informelle, de l'autre. L'impact de la guerre en Afrique de l'est est également noté, en soulignant les souffrances de la population africaine, tant en Tanzanie qu'au Mozambique. Enfin, les plans allemands sur l'Afrique centrale sont évoqués, considérant le postulat selon lequel, après la défaite de la Russie, les militaires allemands voulaient une expansion vers l'Europe de l'est et non vers les territoires d'outre-mer.

José António Rodrigues Pereira mentionne le rôle de la Marine portugaise, qui a dû prendre immédiatement des mesures pour défendre les intérêts nationaux sur la mer et dans les colonies, en appuyant que c'était le Cap-Vert qui a reçu la plus grande attention de la part de la Marine portugaise. Dans ce contexte, il souligne l'importance stratégique du port de Mindelo (Cap-Vert), où des mesures importantes de défense maritime du port ont été prises.

José Soares Martins débat la présence du Portugal dans les colonies, et plus spécifiquement au Mozambique, en vue de la défense de ses intérêts coloniaux face à la présence menaçante de l'Allemagne sur le territoire du Tanganyika. Il défend que cette présence

viendrait à se solder par l'une de plus grandes défaites militaires de l'histoire récente, étant donné l'absence de préparation de l'armée portugaise. À cet égard, l'auteur rappelle le sort des malheureux qui, par milliers, furent enterrés dans des fosses communes et des cimetières improvisés dans le nord du Mozambique.

De son côté, **António Paulo Duarte** aborde la question de la construction d'images autour de la participation portugaise à la première guerre mondiale, et en particulier celles que la mémoire collective conserve, et la construction historique qui s'ensuit. L'explication et l'analyse de cette construction est réalisée en trois moments; l'analyse des protagonistes, la phase de résultat final et de conséquences et, enfin, la reconstruction actuelle du conflit. **Judite Gonçalves de Freitas** questionne les modèles d'analyse historiographique de la participation portugaise au premier conflit mondial, identifiant les principaux changements de l'historiographie portugaise tout au long du XX^e siècle, et l'évolution de l'auto-conception du Portugal qui y est associée. À ce propos, l'auteur explique les caractéristiques du discours historiographique des synthèses du Portugal sur le problème de la guerre et l'altération des perspectives historiographique dominantes, durant les différentes étapes de l'historiographie du *Estado Novo* et durant la période démocratique. **Jorge Pedro Sousa** traite quant à lui des images de la guerre dans la presse, abordant les questions liées au discours iconographique du magazine *Portugal na Guerra (Le Portugal dans la guerre)*, en s'appuyant sur une approche qualitative et quantitative. Il met en perspective l'utilisation de l'iconographie pour projeter et souligner les significations du conflit. Dans ce contexte, l'auteur considère que l'iconographie du magazine en question reflète l'effort de propagande du Portugal en vue de la promotion d'une justification de l'idée de participation au conflit, visant par là même le contrôle de l'opinion publique – ce que l'auteur qualifie d'«Info-propagande».

João Casqueira Cardoso et **Isabel Silva** soulignent, à travers leur affiche sur le rôle de la Croix-Rouge pendant la Première guerre mondiale, certains aspects généraux, tels que le rôle que la Croix-Rouge acquière durant cette période, ou encore les services d'assistance aux prisonniers qui commencent à émerger et à fournir un service essentiel – comme le transfert du courrier vers les camps de prisonniers. Les règles internationales sur la guerre changeront alors, grâce à ces efforts, avec la réglementation sur l'utilisation d'armes qui, en bonne rigueur, n'auraient pas dû être utilisées pendant ce conflit mondial. Ils soulignent les conséquences très graves, pour les combattants, en termes physiques et psychologiques, de la guerre de tranchées et de l'utilisation de gaz. **Catarina Nogueira Pereira** et **Diogo Guedes Vidal**, dans un travail original mené à partir de plusieurs sources d'informations locales, présentent pour leur part une affiche sur l'impact indirect de la Première guerre mondiale dans la ville de Porto. La pression démographique pour l'émigration portugaise hors d'Europe – en particulier vers le Brésil – augmente de façon drastique; les prix locaux et les difficultés liées au manque de main-d'œuvre sont également ressenties; et l'admission accrue de soldats ayant des problèmes de santé au sein de la population hospitalière est visible. **Mehdi Jendoubi** montre un autre aspect de la Première guerre mondiale, souvent négligé : la participation des soldats provenant de l'Afrique du Nord, surtout intégré dans l'armée française, sur les champs des batailles en Europe. Les soldats africains (et du Moyen-Orient), dont le nombre se rapproche du nombre de soldats africains revendiqués par les autorités françaises, soit 500.000, avaient certaines caractéristiques propres (comme leurs uniformes), et auront une contribution décisive dans les batailles, et no-

tamment dans la bataille de la Marne. La documentation sur ce thème est plutôt pauvre, et la reconnaissance de cet aspect de l'histoire de la Première guerre mondiale relativement rare, s'agissant d'une dimension qui présente des analogies avec la marginalisation dont furent l'objet les soldats portugais, parents pauvres et méprisés des Alliés.

Enfin, dans le sixième chapitre, trois contributions de nature différente sont présentées. La première est celle de **Joaquim de Castro**, qui présente une étude exploratoire et qualitative dans laquelle il décrit ses expériences personnelles d'émigration, employant la méthode de la réduction phénoménologique et, par conséquent, cherchant à être descriptif plutôt que normatif. L'accent est mis sur l'identité ethnique et l'expérience de l'émigration, dans une réflexion comparative avec les principaux modèles d'acculturation.

S'encadrant dans la commémoration du centenaire de la fin de la Première guerre mondiale, **Mehdi Jendoubi** concentre une autre contribution sur la façon dont l'Europe, en un siècle, est passée des rivalités impérialistes et nationalistes exacerbées à la réconciliation et à l'unification du continent. Cette réalisation n'a cependant pas été faite sans problèmes, et la Seconde guerre mondiale, encore plus dévastatrice que la Première, est la preuve évidente de ces difficultés. L'auteur met l'accent sur les raisons des guerres qui ont eu lieu au Proche-Orient, un carrefour de civilisations et un point de rencontre pour l'Europe, l'Afrique et l'Asie, en réfléchissant également sur les crises qui secouent cette zone d'instabilité qui est l'épicentre des tensions internationales actuelles.

Aurore Rouffelaers focalise quant à elle son attention sur l'analyse d'un fonds de correspondance privée échangé entre les soldats du Corps expéditionnaire portugais et leurs familles, amis et ou êtres aimés. L'auteur mentionne qu'entre 1914 et 1918, plus de 20 milliards de lettres ont été échangées entre les soldats de 52 nationalités et leurs familles. Des échanges poignants, où la tragédie et l'anxiété, la vie quotidienne et l'espérance, l'intimité et le doute sont projetés. Cette pratique a concerné toutes les strates sociales, constituant le seul lien de ces soldats avec le monde loin des tranchées. D'autre part, l'analyse de ces lettres révèle l'intensité et la capacité d'observer, se déplaçant bien au-delà du champ de bataille pour exprimer les sentiments de la plus profonde douleur, de l'amour, de la nostalgie, du doute et de l'espérance.

Dans le cadre d'une contribution complémentaire, la même auteure, Commissaire d'exposition, présente *Bataille de La Lys - Exposition Racine: 19 mémoires vivantes*, et propose des pistes pour continuer le travail de collecte de données, sur un thème qui est à la fois public et privé.

Judite Gonçalves de Freitas
João Casqueira Cardoso
Pedro Reis

I. A problematização da Primeira Grande Guerra

The Impact of World War I on the non-European World¹

Helmut Bley

Leibniz University Hannover

Abstract: The paper starts with discussing the various meanings and aspects of the notion Impact. It then touches the more general impact on the late stage of imperialism. It remembers the six to seven million soldiers, carriers and workers from Africa, India and China who were recruited. It continues with the impact of the Russian Revolution in Africa, the Near- and Middle East, Latin America and Asia. In this context the longer-term social and political developments of the 19th century are taken into consideration. The major human catastrophes in the Near- and Middle East are discussed. A special section is given to the impact on the Near East, the successful defense of Anatolia by the troops of Kamal Atatürk against partition. The expectations of Arab Nationalism and the partition of Syria, Irak and Palestine is reflected on. In a last section the Chinese fifth of May 1919 movement, which radicalized the revolution is mentioned and other Asian themes connected to our issue, including Japan, Australia and India. Some questions are asked with regard to Portugal in this context.

Keywords: notion impact, imperialism, Russian Revolution in Africa, human catastrophes, Arab Nationalism, Asian political movements.

Resumé: Cette contribution commence par discuter des différentes significations et aspects de la notion d'Impact. Il aborde ensuite l'impact plus général sur le stade tardif de l'impérialisme. Il remémore les six à sept millions de soldats, des transporteurs et des ouvriers d'Afrique, d'Inde et de Chine qui ont été réquisitionnés. Il évoque aussi l'impact de la Révolution russe en Afrique, au Proche et Moyen-Orient, en Amérique Latine et en Asie. Dans ce contexte, les développements sociaux et politiques à plus long terme du XIX^e siècle sont pris en considération. Les principales catastrophes humaines du Proche et du Moyen-Orient sont discutées. Une section spéciale est dédiée à l'impact sur le Proche-Orient, la défense réussie de l'Anatolie par les troupes de Kamal Atatürk contre la partition. Les attentes du nationalisme arabe et de la partition de la Syrie, de l'Irak et de la Palestine sont aussi analysées. Dans une dernière section, il mentionne le mouvement chinois du 5 mai 1919, qui a radicalisé la révolution, et d'autres thèmes sur l'Asie liés à la question centrale, y compris le Japon, l'Australie et l'Inde. Certains points concernent et posent des questions au sujet du Portugal, dans ce contexte.

Mots-clés: notion d'Impact, impérialisme, Révolution russe en Afrique, catastrophes humaines, nationalisme arabe, mouvements politiques asiatiques.

¹ The paper is mainly based on Bley and Kremers (2014), eds. articles in that book are quoted under "World", author and title.

The dimensions of “Impact”

The term “impact” has many dimensions: direct and indirect ones, short and long-term influences changed the political systems or the social fabric in the societies which could be related to the war. There are demographic consequences. Not only the deaths in battles or in camps of war prisoners caused millions of deaths, but the war caused in many regions hunger and diseases, the worst the Influenza pandemic. Large scale forced population movements happened, caused by the war or through the peace treaties.

A rather indirect impact was caused by structural changes in the World-Economy and the new role in this respect of the United States. The sea-blockade against Germany and the Ottoman Empire changed the economic map of Europe. A temporary retreat of the major European economies from their export activities was influential for many countries who had imports from and exports to the continent.

The War Period 1911-1923

With regard to the beginning of the War it can be argued that the Italian conquest of Libya which started 1911 was the beginning of the war by an attack on the Ottoman Empire, which also suffered a heavy defeat after the second Balkan War with hundred of thousands of Muslim refugees mainly from Bulgaria.

Germany's nationalist reaction on the second Morocco-Crisis of 1911 prepared the ground to risk a preemptive strike against France and Russia, partly. The leadership of the Army thought it would lose the potentials to win an European war after the intensified French and Russian increase of military power decided at 1912/13 would be established at least 1917. But no War was planned or prepared before the Sarajevo crisis 1914.

The aftermath of the War as part of the long end of the war should be included – at least up to 1923, but even up to the Great Depression of 1929.

First Crisis of the imperialist Period

The broadest impact worldwide in the long run was that the heydays of European Imperialism were fading. Large cracks in the Image of Europe as a champion of civilization were observed worldwide, although the Western Powers did not realize this. They even increased their colonial possessions. US President Wilson's 14 points declaration was bypassed in the treaties of Paris. This applied also for the Mandate-System as a type of disguised colonial annexations. But the promises of the 14 points were heard in China. The Chinese students and the nationalist business community were listening. Despite of the defeat of Wilson in Paris and later in the US Senate on the signing of the peace treaty, the United States were the only winning state politically, economically and even culturally. It was regarded in many parts of the wider world as the main example for modernization. But because of the growing isolationist tendencies, this was not realized in Europe until to the financial crisis in the twenties.

Impact of the Russian revolution

A strong echo had the socialist Revolution of 1917/18. The revolution seemed to offer a political and social alternative. It proposed the end of Imperialism and Colonialism. The Soviet Russian foreign policy skipped many unequal treaties and left northern Iran. There was an upswing of socialist ideas and movements. Since 1923 this was supported by the communist international all over the world. But also anarchist influences were strengthened. The movements often were transformed by the Bolshevik example of the socialist “One Party State”. The Komintern supported the developments of communist parties in China, South East Asia, Latin America and South Africa. However, it failed to radicalize the Revolution in Germany and lost the war against Poland 1920.

The impact on civilian populations²

Six to seven millions of men were recruited from overseas for the war (Helmut, 2014, pp. 9-21). They were mainly African men under French, British, German and Belgian Rule. They were forced to participate often under cruel conditions in the War. They worked mainly as porters and workers but also as soldiers in Europe.

In the East African Campaign about two millions of African worked as porters, several ten thousand as fighters. They were recruited by the “African Rifles” under British command, the German “Askari” and through the “Force Publique” of the Belgian Congo. The South African Army and Indian troops were fighting in East Africa. The campaign of von Lettow Vorbeck cost about 300 000 lives of the peasant population, because their harvests were taken by force.

The main burden of the British operations in the Near East lay on the Indian contingent. and mainly in the Near East. Australia and New Zealand were sending several tenths of thousands conscripts. Many lost their lives in the battles of Gallipoli, during their attempt to take Constantinople or Istanbul.

China sent about 90 000, some information says 50 000, contract workers in order to improve its international standing for revising its semi colonial status (Xu Guoqi, 2014, pp. 59-78). This failed, because of Japans successful expansionist claims to advance in China getting the German colony there and other privileges in Versailles.

So, the first-time workers von China experienced Europe. Some later famous political leaders were in-between them, Chu en Lai for instance or for Vietnam Ho chi min. Those who went back home came with the experience of the European slaughter-house in their mind and the continuity of European Colonialism.

² See Hoerder (2014), pp. 119-132 and Fall (2014), pp. 113-118.

The impact on the World Economy in Latin America

Latin America (Rinke 2014, pp.79-88 and Geli 2014, pp.201-214) during the War concentrated more on its own destiny, losing the markets in Europe, enduring inflation and losses in wages of the working class. The first attempt towards industrialization was started. The workers in Latin-America acted during their protest movements in the war period mainly in the framework of anarcho-sindicalist traditions of Iberian background. After 1917 the influence of the Russian Revolution was felt, and it was attempted to merge anarchism with socialism. A centre of this development was Argentina. The Komintern has influenced the political biographies of more than 10 000 leftists (Meschkat and Buckmiller, 2007). However, it is important to note, that the Mexican Revolution from 1910 to 1924 was not connected with World War One despite of growing US activities in Central America in the postwar period.

Colonial Crisis in Africa short before the First World War

Large colonial wars had been fought by the Germans in East Africa and Namibia between 1904 and 1906 (Falola and Ezekwem, pp. 89-100). There was a rebellion of the Zulu of South Africa in 1906. The international public was informed about colonial scandals in the Congo. As a result, the King of Belgium was forced to give his private colony to the Belgian state. Severe abuse of the workers was the reason, who were employed to collect wild rubber for the car-tires and electrical isolation. Portuguese rule in Angola at the same time was strongly criticized because Angolan people were sold as slaves to the Islands Sa Tome and Principe for the cacao plantations. Both happened 1908/09.

The Boer War, which ended 1902, changed the perspectives of the educated African elites under the pressure of the growing Boer concepts of race-segregation after 1910. In 1913 was decided through the Land Act on the future of the South African peasantry. Only 15% of the land in South Africa should belong to Africans. This caused the founding of the ANC 1912.

In the aftermath of the World War I the African working Class was put under intensified pressure because organized white labor and even the communist party of South Africa strengthened their position against the African labor force. In the bloody Rand Revolt of 1922 to keep Africans out of skilled labor occupations, the government of President Smuts, a former Boer General, used machine guns against the white workers. This event radicalized the Boer nationalism even more and was a big step forward to future Apartheid.

These developments and experiences in the Early twenties century were of greater relevance than the War. In Africa the colonial situation was not basically shattered. The colonial powers had no problems to continue with the so-called colonial development, which however came into a new stage of systematic economic exploitation through plantation systems.

The exception was Italy, who in the early twenties and then 1935 lead very brutal wars in Libya and 1935 Ethiopia. Despite of the East African Campaign in other parts the impact of the War was more indirectly felt despite of the many being recruited for the War.

Economic Impact on African populations

Large quantities of African agricultural products were shipped to Western Europe and led to shortages. In Morocco the grain was taken in such quantities that hunger was biting (Cornwell 2014, pp. 253-260). The French administration imported tea and used sugar, creating a new pattern of consumption in order to reduce the feeling of hunger. Agricultural labor was recruited for the war. Inflation hit many. But it was also the beginning of efficient colonial rule and economic concepts established in a more systematic scale. This happened mainly after 1910.

The war encouraged also resistance. Especially nomadic people of the Sahara used the occasion when French West Africa was depleted of French troops. They started again their old resistance against the establishment of French rule in large parts of the Sahara up to the borders of Egypt. French colonial troops defeated these movements at the end of the war (Braukämper, 2015). The Giriama in Kenya were 1915 fighting against the British, because they regarded recruitment to the war as continuation of slavery (Bley, 1996, pp. 305-328).

It is possible that social and religious movements in South Africa, Congo and Ghana were influenced by the strains of the war economy. Protest-movements in Western- and Southern Africa were influenced by the radical black conscious movement of Markus Garvey. Mass conversion to Christianity reflected the colonial crisis during the 1920s, and the movements of independent black churches began to flourish.

The impact of the World War increased the perception of the educated elites that colonial rule broke too many promises and the status of the colonizers was looked at more critically. However Ex-soldiers did not play a bigger role although they had suffered in France and were disappointed, when they did not get the expected salaries and pensions. They most probably retreated into their communities without political activity against colonialism.

More relevant became the black business elite, which for instance in Nigeria gained a lot in exploiting the gap, which the German business community had left. This business community suffered under the British War economy. The British denied them transport facilities to Europe and the USA. They also were hit by the inflation and became disappointed and even angry about the restrictions which hurt them. This accelerated in the twenties (Bley 1995, pp. 37-58), when big multinational firms first used the postwar depression of 1920-22 and again the Great Depression, which started in tropical agriculture already 1926, to force African firms out of business. So first demands for colonial reforms and even for independence were articulated. The future first President of Nigeria, Azikiwe, was the most outspoken businessman in the interwar years.

Major human catastrophes in the Near East.

The Armenians

During the War in 1915/16 when loosing battles against the Russian Army in the Caucasus, the regime of the Young Turks was forcefully resettling the Armenians (Akcam, 2004). This led to genocide of up to 2 millions dyeing. It happened under full knowledge of the German **military** personal in the Ottoman Empire and the Chancellor Bethmann-Hollweg.

The Lebanon³

The Lebanon had relied in peacetimes to a very large degree on export, based on Silk and other manufactured goods. When the British and French Navy blockaded the coasts of the Ottoman Empire this export was cut off as well as the import of food. The result was hunger, increased by traders who were interested in shortages to get higher prices. The local production anyway had been reduced because many laboring hands had been recruited into the army. The result was that about one third of the Lebanese population died.

Eastern Anatolia

A similar fate hit South Eastern Anatolia. Because of the forced recruitment of the labor force to the army and massive flights out of service to the informal militias the cotton production broke totally down, the irrigated fields turned to swamps again and malaria came back on a grand scale. It was increased by a very dangerous form of Malaria, which the allied troops brought in during the final stage of the war. Not only tens of thousands of soldiers died but again about one third of the population, not counting the Armenians, who had been the leading organizers of the cotton production before death marches.

Northern Iran and Muslim societies of the defunct Russian Empire⁴

Northern Iran was drawn into a catastrophic and violent period as a consequence of the new Bolshevik policy to dismantle the Russian colonial rule in Asia. So, the Russian Army left the huge area. The result was a power vacuum where ethnic groups, Christian and Muslim populations, armed banditry and informal militias as well as warlords were fighting for influence and territorial control.

It is estimated that up to 1923 about one third of the population in those areas died mainly through hunger or during their flights. One of these warlords was Reza Shah, who pushed for power in a reunited Iran. The British tolerated his route to power. Their soldiers were tired of the new war period in the Near- and Middle East. Britain anyhow was mainly interested in the control of the oil-reserves at the Gulf. On his way towards power the future Shah crushed the parallel movements of the Iranian Ayatollahs to create a Shiite State, so they needed another 60 years to achieve their goal in 1978.

³ Gratien and Pitts (2014), pp. 239-252.

⁴ Atabaki and Ehsani (2014), pp. 261-290. See especially, Atabaki and Ehsani (2014), pp. 266-283. See also, Reichmuth (2014), pp. 47-58.

The expulsion of the Greek population out of Anatolia after Greek attacks in Anatolia⁵

Kemal Atatürk, who had defeated the Greek Army, which attempted to occupy parts of Anatolia, forced all Greeks out of the coastal areas of Anatolia and to Greece. They had lived for many hundreds of years in Asia Minor.

A similar fate had struck the Muslim population a few years earlier after the second Balkan War of 1912 when several hundreds of thousand refugees were forced to leave northern Greece and Bulgaria. Hunger and deaths went with these events.

Human Catastrophes in Postwar Eastern Europe

The breakup of Austria and of Hungary caused millions of people suffering under forced population movements. This was in large parts of Southeastern Europe due to the nationalism in the restructuring of states. New states were created with disputed borders which produced many minorities, who were discriminated and longed for revision.

In Russia⁶ especially after the extreme harsh treaty of Brest Litovsk 1917 turmoil developed. It led to more human lives lost than during the war in Russia itself. A violent mixture through merging of the beginnings of the civil war between “Red” and “Whites”, peasant rebellions, ethnic conflicts caused that large Regions were poisoned through enormous violence without any humanitarian rules.

Especially the Ukraine was in permanent crisis i. Widespread Banditry added to it and massacres against Jews happened. Actions of a Czechoslovakian Army of former prisoners of war operated. Bolshevik armies lost and re-conquered provinces. The military activities of the Germans to defend their extended lines up to the Caucasus and Baku were an additional factor. By taking enormous quantities of food to Berclaudilin and Vienna this led together with the insecurity for the peasants to widespread deadly hunger.

The Influence Pandemic 1918/9⁷

It is difficult to include the influence pandemic to our theme, because it really worked worldwide. It is discussed that it might have been the biggest pandemic in the known history of man-kind. There are two connections with the War. It is argued that the pandemic originated in northern China and that Chinese contract worker brought it to France. The alternative explanation is, without knowing its origins, that it broke out in USA-military camps, especially in Kansas where Soldiers for the fronts in France were concentrated and brought it to the front.

So, it is possible to argue that the chain of worldwide communications during the war increased and hastened the spread decisively. The biggest figures which are given are 50 to

⁵ Fromkin (1989), pp. 540-557.

⁶ Leonhard (2014), pp. 811-826.

⁷ Johnson and Müller (2002), pp. 110-124. See also Phillips (2014), pp. 303-314.

100 Million deaths or about 5% of the world population. Older estimates came to about 20 million, equaling the deaths caused by the war itself. In India about 17 million were killed. In Iran according to estimates died 2 Million or 8% of the population. Howard Philips from South Africa believes that the last German attempt to wage a decisive offensive in France 1918 was weakened by hundreds of thousands of flus infections. Jürgen Müller from Hannover in our research group claimed for the African coastal population almost 10% of victims. The long-term impact as far as we know for Africa is that people were confused because of so many unexplained deaths of the young people. The impact of the pandemic therefore strengthened prophetic movements in Ghana, Congo and South Africa.

The impact on the Near- and Middle East since 1916⁸

The most intensive impact of the War outside Europe affected the Near East which lasted to 1923. Large scale fighting happened between the Ottoman and German Troops and the British in order to control the Suez Canal and the oil reserves. A huge contingent of Indian soldiers was one aspect. Military activities of Arab militias in the context of the 1916 uprising were the other. They were encouraged by the Hashemite dynasty in Mecca along with British encouragement of Arab nationalism.

This had long term consequences. The Sykes-Picot agreement of a colonial partition of Syria, Palestine and Mesopotamian was a cynical break with all promises to Arab nationalism, including that of a Jewish Homeland by the Balfour Declaration 1917. This intensified the conflict between Zionist and Palestinians. The Landlords sold their land to the Zionist settlers with 80 times higher prices of the real value. The conflict between Palestinians and Zionist settlers became violent. But the large Palestinian absentee Landowners were blocking any attempt of the British in London to achieve a compromise. Palestine became a British Protectorate.

The main trouble developed immediately after the War. The partition of Anatolia was decided at the peace conference in Sevres. The two powers in alliance with the Greek and Italian armies tried to implement it. The Greek army came close to Ankara; the Italian occupied a Section of the Southeast. This increased the chaos in South East Anatolia. However, Kemal Atatürk created an army independent from Istanbul with soldiers who had deserted the Ottoman army during the war and lived of banditry. He integrated also ethnic based Anatolian militias. This army crushed the Greek Army and forced the British and French troops out of Anatolia. The war tired British soldiers were not any longer ready to fight. Britain's withdrawal left the turmoil to its fate, also in Iran. The Kurds missed their chance of a Kurdish united state, because of fights between various Groups. Only in northern Mesopotamia, later Irak the British conceded autonomy, which is still functioning. The new Turkish Regime got a new peace treaty in Lausanne 1923 recognizing the borders of modern Turkey.

The Hashemite used the opportunity of the War to establish their rule in Syria. They had used the military power of the Arab militias in order to establish its Dynasty in Damascus.

⁸ Fromkin (1989).

But the French chased them later away. The British Government was divided how to deal with Arab nationalism. The Oriental experts of the Foreign Office wanted elements of Arab independence. Other groups in the British Government simply wanted the Oil. The empowerment of the Hashemite was the compromise. With Mesopotamia the British secured her second oil-region after controlling the oil resources in Southern Iran together with the US Companies. A Hashemite became King. This monarchy was toppled as late as 1958 by Saddam Hussein. Another member of the Hashemite was established as King of Jordan. The dynasty is still in power. Ibn Saud the king of Saudi Arabia conquered Mecca 1926 and forced the Hashemite to give up their old center but recognized their new positions.

Asian Dimensions

China⁹

The Chinese Delegation was not allowed participating in the Conference despite of its cooperation with sending a huge workforce to Europe. The handling of the Eastern Asian Affairs by the big powers was regarded as against expectations in China. The unequal treaties, which gave Europeans and Americans enormous privileges, were not cancelled as Soviet Russia had done. Japan got the former German Colony of Tsingtao. This the Chinese regarded as a real scandal. It was obvious that Japan aimed at full colonial control of China. The 21 demands published 1915 formulated the long term aims of Japan.

The fourth of May Movement in 1919 was the Chinese reaction on those decisions. Students and nationalist bourgeoisie protested and gave to the Chinese revolution, which had started 1912, a more radical dimension. The Chinese Communist Party was founded. A coalition with Chiang-kai-shek's Kuomintang was formed. After he had defeated the warlord in China, he tried to destroy the Communist Party using massacres as methods since 1926 which forced the communists under Mao to risk the long March in 1934.

A similar incident with long-term repercussions was that Ho Chi Ming from Vietnam had hoped to move the French towards colonial reform but was blocked from attending the Peace Conference and went back. 1930 the Communist Party of Vietnam was founded.

Japan¹⁰

Japan got and got an equal naval standard with the USA in 1922. The militaristic aggressive tendencies toward China were a permanent issue. It was in line with the imperialistic tendencies in Japan since the 1880s. The First World War was a good occasion for further expansion. But social tensions related to the war, in order to achieve general suffrage increased. After 1923 proto-fascist tendencies developed. It is likely that they were related to the social crisis which was accelerated by the catastrophe of the huge Earthquake in Tokyo

⁹ Guoqi (2014). p. 59. See also, Tse Tsung (1960).

¹⁰ Weber (2014).

and not related to the consequences of the War. But the parallels to European fascism and authoritarian rule of the decades after the War are striking.

Indian anti-colonial movements after the War¹¹

The leadership of the Indian Congress Party supported Britain in its War against Germany. They were hoping that their loyalty would lead to substantial reforms toward self-government. This was fully disappointed. Indian nationalist sentiments, especially those of Muslims were radicalized when the British organized a massacre in Amritsar 1919. These Indian demonstrations were a reaction that Britain had supported the abolishment of the Caliphate in Constantinople. So here we can see a direct impact caused by unfulfilled expectations, especially because the new reform act of 1919 was producing deep anger in the Indian congress Movement. Ghandi who had left South Africa 1915 started his nonviolence campaigns in India 1921.

Australia and New Zealand¹²

The disaster of Gallipoli, where the Australian and New Zealand troops were heavily decimated by Ottoman and German troops who successfully defended the path towards Constantinople was celebrated as Anzas Day in 26th April up to today. It and accelerated the process of national Identity in both States.

Conclusion

The Asian, Latin American and African developments were not decisively influenced by the war, except that a general change of climate for self-determination had increased. The mainstream of world economic hegemony was not changed and shifted towards a US hegemony. The world economic crisis had a worldwide impact in 1920-1922 and again since 1926 in the tropical economies. It cumulated partly caused by the financial turmoil through war debts and reparations in 1928 and lasted in many regions up to 1938. Germany was denied the right to export goods up to 1925. up 1938. So, a rather long term impact can be discussed.

The period of the First World War still was part of the classical imperialist period of the 19th and early 20th Century. The period of Decolonization was mainly a result of the Second World War, perhaps with the exception of the Arabic World and India.

Saying this, I would like to underline that we should avoid exaggerating the impact of World War I in the World outside Europe. We have to observe the long duré of social, political and economic developments in the large societies of the non-European world. They

¹¹ Keith (2014, pp. 329-352).

¹² Beaumont (2014, pp. 185-196).

were off more heavily influenced through Colonialism and Imperialism before the war but heading for social crisis's. Tenth of thousands of punitive military actions of all colonial powers still happened. The military and economic impact of Europe's successful Industrialization and imperialist onslaught was answered by many Reform- movements, in the Ottoman Empire, in Japan and China and in. Some started in the first decades of the 19th Century so Latin America, others around the middle of the century so the Ottoman Empire. Others began at the End of the century so in China, Japan and India. But it is possible to say that the War accelerated by the war and perhaps even more by the decisions which were taken in the peace treaties. During the interwar period after 1919 this process continued, and the end of another World War 1945 brought this process to a new height.

Finally, a word about the millions of victims in the first mechanized War. Stig Förster (2014, pp. 29-46) in his overview in "The World during the First World War" has argued that especially the German Elites and most probably the Elites of other powers as well were not caring that their offensives were killing in each large battle around Verdun, the Somme and others hundreds of thousand soldiers oftrenin a day. Their enormous class distance to the normal soldier produced this uncultured neglect. In Germany the elites hoped for victory in order to avoid revolution and democracy after the war. Others needed War aims to appease the masses. It was risk taking and killing of many millions including workers from many countries and within the Near East without caring.

References

- Akcam, T.** (2004). *Armenien und der Völkermord*. Hamburg.
- Atabaki, T. and Ehsani, K.** (2014). "Oil and Beyond", In: *The world during the First World War*, pp. 261-290.
- Beaumont; J.** (2014, pp. 185-196). "The impact of the Gallipoli Campaign". In: *The world during the First World War*, pp.185-196.
- Bley, H. & Kremers, A.** (eds.) (2014). *The world during the First World War*. Essen: *Klartext Verlag*.
- Bley, H.** (1996). Migration und Ethnizität im sozialen, politischen und ökologischen Kontext: Die Mijikenda in Kenya, In: Klaus Bade (ed.), *Migration, Ethnizität, Konflikt*. Osnabrück, pp. 305-328.
- Bley, H.** (1995). Die koloniale Dauerkrise in Westafrika: Das Beispiel Nigeria, In: Rothermund, D. (ed.), *Our laws, their lands. Land use and land laws in modern colonies societies*, Münster: Lit Verlag, pp. 37-58.
- Braukämper, U.** (2015). *Afrika 1914-1918. Antikolonialer Widerstand jenseits der Weltkriegsfronten*. Berlin.
- Cornwell, G. H.** (2014). The Great War on the Moroccan Front. In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: *Klartext Verlag*, The world during the First World War, pp. 253-260.
- Fall, B.** (2014). Forced Labor in French-West Africa 1900-1919. In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: *Klartext Verlag*, pp. 113-118.

- Falola, T. Ogchukwu, E.** (2014). Consequences of the First World war for Africa”, In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: Klartext Verlag, pp.89-100.
- Förster, S.** (2014). Not the end of the world. The Great War in Global Perspective. In In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: Klartext Verlag, pp. 29-46.
- Fromkin, D.** (1989). *A Peace to End all Peace. The Fall of the Ottoman Empire and the Creation of the Modern Middle East*. New York.
- Geli, P.** (2014). Representations of the Great War in the South American Left. The Socialist Party of Argentina. In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: Klartext Verlag, pp. 201-214.
- Gratien, Ch. and Pitts, G.** (2014). Towards an Environmental History of World War I. In: Bley, H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: Klartext Verlag, pp. 239-252.
- Guoqi, X.** (2014). China’s Great War. In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: Klartext Verlag.
- Johnson, N.P.A.S. and Müller, J.** (2002). “Updating Gobar Mortality of the 1918-1920 Spanish Influenza Pandemic”, *Bulletin of the History of Medicine*, 76, 1, pp. 110-124.
- Leonhard, J.** (2014). Von der Front zum Gewalttraum: Diktatfrieden und Bürgerkrieg im Osten Europas. In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: Klartext Verlag, pp.811-826.
- Meschkat, K. and Buckmiller, M.** (2007). *Biographisches Handbuch zur Geschichte der Kommunistischen Internationale*. E-Book, University of Hannover: DeGruyter.
- Nelson, K.** (2014). Several Aspects of the British Empire in the first World War. In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: Klartext, pp. 329-352.
- Phillips, H.** (2014). No great War, no Great Flu - no German Defeat? In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: Klartext Verlag, pp.303-314.
- Reichmuth, S.** (2014). The Transformation of Muslim Societies and the Reorganization of Muslim Statehood during and after the First World War. In: In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: Klartext Verlag, pp. 47-58.
- Rinke, S.** (2014). Thunderstorm a Lightening. A first look at Latin America the First World War. In: Bley. H. and Kremers, A. (eds.). *The world during the First World War*. Essen: Klartext Verlag, pp.79-88.
- Rothermund, D.** (1983). *Die Peripherie in der Weltwirtschaftskrise: Afrika, Asien und Lateinamerika*. Schöningh: Paderborn.
- Tse-tung, Ch.** (1960). *The May 4th Movement: Intellectual Revolution in Modern China* (Harvard East Asian). Harvard University Press.
- Weber, T.** (2014). *Der lange Schatten des kurzen 20. Jahrhunderts: Japan und der Erste Weltkrieg in Ostasien*. Web Max Weber Stiftung.

Portugal e a beligerância na Grande Guerra: Razões de uma intervenção¹³

Luís Alves de Fraga

Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)

Resumo: Breve explicação das dependências externas de Portugal, tanto no final da Monarquia Constitucional como nos primeiros anos da Primeira República, para permitir perceber a *revolução republicana* até, praticamente, ao final da Grande Guerra. Depois, evidenciar a dependência política de Portugal da Grã-Bretanha e de como foi objectivo, através da intervenção de Portugal na guerra, quebrá-la, impedindo a possibilidade de o Governo britânico poder usar Portugal ou as suas colónias como processo de alcançar uma paz negociada. Demonstrar que a beligerância portuguesa constituiu um objectivo nacional e que a oposição britânica à beligerância era também um objectivo nacional assumido por Londres, para, sub-repticiamente, poder ter mão livre aquando das negociações da paz.

Palavras-chave: Portugal; Grande Guerra; Beligerância; 1.^a República; Grã-Bretanha.

Abstract: Brief explanation of the external dependencies of Portugal, both at the end of the constitutional monarchy and in the first years of the First Republic, to allow to perceive the *republican revolution* until, practically, the end of the Great War. In addition to that, highlight the political dependence from Great Britain and how it was an objective, through the intervention of Portugal in the war, to break it, preventing the possibility of the British Government being able to use Portugal or its colonies as a process of achieving a negotiated peace. To demonstrate that the Portuguese belligerence was a national objective and that the British opposition to belligerence was also a national objective defended by London in order to surreptitiously, be able to have free hand during the peace negotiations.

Keywords: Portugal; Great War; Belligerence; First Republic; Great Britain.

¹³ O autor não escreve segundo o Acordo Ortográfico.

Antecedentes

Na viragem do século XIX, Portugal foi um país que não soube e não conseguiu acompanhar a Revolução Industrial, essencialmente por dois motivos: um, o subsolo é pobre em carvão e ferro – matérias-primas essenciais ao desenvolvimento de então – e, outro, se continuava a privilegiar a agricultura como forma de manifestação de riqueza, encaminhando para a aquisição de propriedades agrícolas o capital que poderia ser utilizado na industrialização possível (Fraga, 2014a).

Necessariamente, estamos a falar de um tipo específico de mentalidade, que nem tem semelhanças com a generalidade da postura dos povos de Espanha, embora possa assemelhar-se a algumas regiões do Estado vizinho. Se quiséssemos ir buscar uma possível justificação para esta ausência de empreendedorismo industrial, talvez a encontrássemos numa certa vocação marítima comercial a grande distância, que terá definido para o Estado português um modo de se posicionar no mundo, condicionando, desta maneira, a forma de pensar das gentes nacionais.

Reflectindo sobre o que acabámos de dizer, é possível, também, justificar o apego ao *império* colonial restante, no final do século XIX, como elemento salvador da pobreza endémica do subsolo nacional: especialmente, os grandes territórios de Angola e de Moçambique constituíam a *reserva estratégica* de um desenvolvimento futuro e que nunca chegou a efectivar-se. Deste modo, tanto para a Monarquia constitucional como para os republicanos da 1.ª República, as colónias e a sua defesa eram imprescindíveis, pois o futuro de Portugal estava essencialmente ligado a elas, como havia estado ligado ao Brasil até quase ao final do primeiro quartel do século XIX. Compreender este facto ajudar-nos-á a compreender não só a República como regime político, em Portugal, como, até, de modo indirecto, a perceber a necessidade de o país ser beligerante na Grande Guerra.

Foi, em grande parte, porque a Monarquia liberal não soube acautelar a integridade colonial – tenha-se em atenção o ultimato britânico, em 1890 – que os republicanos ganharam preponderância e visibilidade. Mas não foi só essa incapacidade que caracterizou negativamente a Monarquia liberal; ela foi marcada pela má governação financeira do país, donde resultaram continuados saldos orçamentais deficitários. Era impossível governar sem recurso ao favor orçamental, gerando empregos pagos pelo Estado. Ampliou-se, num tempo que teria de ser de contenção, o número de empregados públicos, entre civis e militares. Os impostos, tal como estavam estruturados, não chegavam para pagar a quem servia o Estado nem para pagar os juros da dívida gerada pelos déficits constantes (Fraga, 2014b).

Outra característica negativa da Monarquia constitucional – identificada e assim classificada, naturalmente, pelos republicanos – consistiu no facto de existir como que um *pacto* entre o clero católico e o trono. *Pacto* que, na prática, resultava no apoio mútuo das duas instituições: a Monarquia segurava e assegurava o estatuto do clero e este mantinha dócil o Povo para aceitar aquela. Isto era possível por dois motivos: o clero era conservador, numa Igreja que abominava as modernidades do seu tempo, e o Povo era ignaro e paciente.

Em suma, Portugal, na viragem do século XIX, era um país atrasado em relação à modernidade que se vivia para além dos Pireneus; era um país a *pedir* uma revolução capaz de quebrar atavismos e conservadorismos já então inaceitáveis. Na ausência de outro, o *motor* da revolução era o Partido Republicano Português (PRP), com um programa, que, na época, se apresentava radical em determinados aspectos.

A República

Não vamos aqui relatar o que foi a *Revolução de 5 de Outubro de 1910*, porque ela não é aquilo que vulgarmente julgamos. Com efeito, a palavra revolução tem vários significados e, sendo um «conjunto de alterações bruscas e profundas nas estruturas políticas, económicas, sociais e institucionais de uma comunidade, geralmente imposto de forma violenta» (Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico), pode ser também um motim ou revolta. É neste último sentido que a palavra *revolução* está associada à data de 5 de Outubro de 1910, porque, no outro sentido – no do *conjunto de alterações* – ela só aconteceu depois de formado o Governo Provisório, que não foi estável desde o primeiro dia (5 de Outubro) até à sua dissolução, por vontade própria, em 4 de Setembro de 1911. Na verdade, o conjunto de legislação aprovado pelo Governo Provisório, porque constituído por membros do comité central do PRP, foi revolucionário, introduzindo aspectos modernos na vida portuguesa e criando condições para profundas alterações no comportamento e na mentalidade dos Portugueses.

Temos de destacar um pormenor muito importante, o Governo Provisório não representava, realmente, todas as tendências republicanas dentro do PRP; assim, quando se elegeu o primeiro Presidente da República e se formou o primeiro Governo Constitucional surgiram os primeiros desentendimentos que, menos de dois anos depois, deram origem à cisão e ao aparecimento de dois outros partidos republicanos: o Evolucionista e o Unionista; aquele, era moderado – de centro, se se preferir – e este era conservador. Liderava o primeiro o Dr. António José de Almeida e o segundo o Dr. Brito Camacho. No PRP ficou a ala mais radical chefiada por Afonso Costa, que assumiu chamar ao seu grupo *Partido Democrático*.

Percebe-se que a autoria de uma boa parte da legislação mais revolucionária do Governo Provisório se ficou a dever à vontade de Afonso Costa, que, afinal, a havia anunciado muitos anos antes, na tese de doutoramento, em Coimbra (SOUSA, s. d. 13–19), na qual evidencia a sua tendência para ideais socializantes. Esta perspectiva da República ia, de certo modo, ao arpejo do pensamento moderado e conservador dos outros dois líderes republicanos.

Após a vigência do Governo Provisório ia ter início o confronto entre o radicalismo de Afonso Costa – com uma visão alargada do que poderia vir a ser a República Portuguesa – e uma pequena reviravolta política na política monárquica que se havia herdado depois da queda da Monarquia. Julgamos que o peso da tradição terá configurado um tipo de República aceite por António José de Almeida e Brito Camacho, que pouco ou quase nada se identificava com a República de Afonso Costa. Por isso, parece-nos – e os factos dão-nos manifesta razão – de cada vez que Afonso Costa formou Governo viveu-se, durante esses períodos (Janeiro de 1913 a Fevereiro de 1914; Novembro de 1915 a Dezembro de 1917), a continuação da revolução iniciada no Governo Provisório, embora com outros objectivos. Realmente, no Governo de 1913–1914, Afonso Costa revolucionou os impostos de tal forma que conseguiu, pela primeira vez, desde 1834, superavit orçamental, deixando preparado um orçamento com previsão de novo saldo positivo. No Governo iniciado em Novembro de 1915, Afonso Costa pôs em prática uma estratégia diplomática que visava conseguir a beligerância nacional na Grande Guerra, dando continuidade à *revolução* que o animava desde os tempos de estudante. E havia razões para tal. Vejamo-las.

Mal eclodiu a guerra, na Europa, em Agosto de 1914, começou a circular o desejo de *apoio* à Grã-Bretanha, aliada de Portugal, para *defesa das colónias*. Vamos tentar descodificar esta fórmula, aparentemente simples, de demonstrar o desejo de ser beligerante.

- Defender as colónias do ataque de quem?

Quase evidente, aparece hoje a resposta:

- Do ataque dos Alemães, vizinhos no sul de Angola e no norte de Moçambique!

- Mas Portugal só tinha estas colónias?

- Não. Portugal tinha os arquipélagos de S. Tomé e Príncipe (na época, o maior produtor mundial de cacau, sofrendo ataques na Câmara dos Comuns, em Londres, provocados pela fúria do maior chocolateiro mundial, o senhor William A. Cadbury) (Afonso; Vladimiro, 1982, 711-713), Cabo Verde (arquipélago estratégico para a navegação do Atlântico Sul pelas embarcações movidas a vapor) e mais outras no Oriente.

Esta nova perspectiva de compreender a ideia de *defesa das colónias* leva-nos a perceber que havia, na afirmação, uma subtileza só compreensível por parte de quem a soubesse ler.

- E o que era preciso para saber ler essa subtileza?

- Saber que, em 1898, Londres e Berlim haviam assinado um tratado de *apoio financeiro*, a Portugal, com um anexo secreto, no qual se previa a partilha de quase todas as colónias nacionais entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, a troco de os Alemães reduzirem o seu investimento na construção da frota naval.

Curiosamente, em Lisboa, em 1912, começou a suspeitar-se que novo acordo estava a ser negociado, em Londres, entre os mesmos dois Governos (Lichnowsky, 1918) o qual só foi interrompido com a eclosão da guerra, em Agosto de 1914. Então, para os mais esclarecidos politicamente, não se tratava de defender as colónias do *perigo* alemão, mas da *Pérfida Albion* (Ximénès, 1820, 160). Havia receios e desconfianças da política britânica, cujas raízes se entranhavam no passado, porque, pelo menos desde as Invasões Francesas, Portugal vivia sob uma feroz tutela britânica.

A Revolução Liberal, em 1820, com a imposição da saída da oficialidade inglesa do país, levando à frente o detestado Beresford, não foi suficiente para reduzir a intervenção britânica nem para colocar Portugal num patamar de igualdade soberana com a Grã-Bretanha. Os constantes desentendimentos políticos, mesmo no período do constitucionalismo liberal, deram sempre oportunidade a que a Inglaterra tivesse uma palavra a dizer na corte e na sociedade portuguesas. Essa oportunidade ampliava-se de cada vez que, para colmatar os deficits orçamentais, se tinha de contrair empréstimos em Londres. Portugal, mesmo no final do século XIX, continuou a ser um Estado tutelado pela Grã-Bretanha. E, com desgosto da ala mais radical dos republicanos, o mesmo aconteceu, mesmo depois de Outubro de 1910. De certo modo, a situação agravava-se, pois, a República, numa Europa essencialmente monárquica, concitara sobre Portugal o desejo de anexação por parte de Espanha (Torre-Gómez, 1978), sendo a diplomacia inglesa quem continha Madrid em estado letárgico. Por outro lado, a República prosseguiu a prática de uma política financeira deficitária, contando com as boas vontades da Grã-Bretanha. Assim, parece, não havia como fugir à tutela. Contudo, expliquemos melhor como poderia ser redireccionada essa política e desfeita essa tutela.

Antes do mais, era necessário que em Portugal se deixasse de acreditar na *bondade* britânica como *Velha Aliada*; era preciso que se entendesse que a política tem várias caras e que nem tudo o que se passa no seu âmbito obedece aos mesmos princípios éticos da vida dos homens em sociedade.

Depois, era preciso que se percebesse – que toda a gente, em Portugal, percebesse – que, no plano externo e das relações entre Estados soberanos, não há uns que tutelam outros, ou seja, não há Estados mais importantes do que os restantes, ainda que, alguns, sejam militarmente mais poderosos ou economicamente mais ricos.

Em seguida, tornava-se imperioso fazer compreender que o Estado credor, porque empresta ou é fiador de empréstimos, não passa a ter sobre o Estado devedor qualquer tipo de superioridade ou de autoridade.

Por fim, impunha-se a percepção, em Portugal, por toda a gente com alguma ilustração, que, tanto ou mais importante do que *ser*, no plano internacional, é *parecer*, isto é, o que se julga de um Estado é mais relevante do que aquilo que ele é na realidade.

Ora, estes princípios resultantes da prática das relações internacionais eram atropelados pelas práticas políticas internas herdadas do passado, cheias de manhas, de preconceitos e de irregularidades. De tudo isto não estava isento, também, o *Partido Democrático*, simplesmente nele pugnava-se por um novo tipo de *projecção* internacional bem diferente do que se havia herdado da Monarquia. Era nisto que se consubstanciava uma parte do sentido *revolucionário* de Afonso Costa e dos seus seguidores.

Para se perceber a forma como o líder mais radical dos políticos republicanos pretendia executar a sua estratégia internacional, temos de passar à análise da forma como foi vivida a guerra em Portugal, desde a primeira hora.

A Guerra

Nos primeiros dias de Agosto de 1914, Lisboa, através do seu ministro plenipotenciário em Londres, Manuel Teixeira-Gomes, interrogou o *Foreign Office* sobre o que a Grã-Bretanha esperava do Governo português. A resposta não demorou: o Governo de Sua Majestade desejava que Portugal se declarasse **não neutral e não beligerante**.

Vejamos quais eram os benefícios para ambos os Estados pela aceitação desta postura portuguesa perante o conflito que acabava de estalar e que todas as chancelarias julgavam iria ser de curta duração.

Para a Grã-Bretanha era absolutamente necessário que Portugal não fosse neutral, pois, sendo-o, perderia certas vantagens que beneficiariam tanto os navios da Armada britânica como o seu Exército, já que havia normas muito precisas para a permanência de embarcações de guerra em portos neutrais tal como as havia para a travessia de territórios. Ora, a Grã-Bretanha carecia de desembarcar em portos ultramarinos portugueses tropas para reforço das suas colónias africanas sem acesso ao mar e de abastecer os seus navios com carvão nos portos atlânticos nacionais. Objectivamente, a não neutralidade portuguesa servia objectivos políticos e militares britânicos.

Para Portugal a situação de não neutral poderia representar uma excelente vantagem, pois colocava-o, sem o desgaste da beligerância, na mesa das conversações finais do conflito, se fossem os Aliados os vencedores da guerra. Mas essa vantagem desfazia-se, de

imediatamente, com a segunda parte do desejo britânico: que não fosse beligerante. Ora, não sendo beligerante, Portugal tinha de ser neutral, mas essa condição estava-lhe vedada pela exigência de Londres e assim lá ia por água abaixo a possibilidade de estar na mesa das negociações finais. Ficava evidente, agora sem dúvidas, o estatuto de Estado tutelado pela Grã-Bretanha.

Para o Reino Unido, Portugal não ser beligerante, trazia vantagens, pois Lisboa nunca poderia reivindicar qualquer tipo de benefícios ou compensações materiais no final da guerra, exactamente por não ter sido beligerante.

Enfim, a *Velha Aliada* ganhava vantagens e Portugal perdia, em toda a linha, qualquer tipo de migalhas que pudessem cair da mesa da conferência da paz.

Pior do que as negociações de paz, que iam ainda longe logo no começo da guerra, foi a instabilidade interna que este desejo inglês veio causar, pois serviu para dividir, de imediato, as opiniões nacionais: por um lado, ficaram os que acreditavam na *bondade* britânica e, pelo outro, os que duvidavam dela. Mais grave ainda, foi a declaração feita, no Parlamento, por Bernardino Machado, pois era tão ambígua que a França – Estado invadido e carente de todos os apoios internacionais –, a princípio, a tomou como uma afirmação de beligerância até que sofreu o terrível desengano (Fraga, 2012 a).

João Chagas, ministro plenipotenciário em Paris, homem informado quanto à Grã-Bretanha e ao seu usual meio de proceder, político e jornalista experiente, percebeu a urgência de uma tomada de posição em França e pediu autorização a Lisboa para se deslocar a Portugal, sem que, todavia, em Bordéus, falasse primeiro com o ministro dos Negócios Estrangeiros francês e lhe desse conhecimento das suas intenções, ao mesmo tempo que, com subtilidade, lhe pediu auxílio para conseguir levar a bom porto a missão que o fazia deslocar-se ao seu país (Fraga, 2012 b). A verdade é que tudo resultou como ele previra: a França pediu auxílio a Portugal, através de este ceder, àquela, armamento que lhe fazia falta. Mas Portugal tinha uma aliança com a Grã-Bretanha e não com a França. Assim, Paris tinha de envolver Londres no pedido de auxílio e, deste modo, o Governo britânico tinha de recuar na sua posição inicial. O *laço* estava a apertar o *Foreign Office*.

No entanto, na Grã-Bretanha tinha-se conhecimento perfeito das incapacidades logísticas portuguesas e, também, dos desentendimentos políticos. Foi nisto que se apostou.

Manuel de Arriaga, Presidente da República, com o auxílio indirecto de Machado Santos e de parte da oficialidade do Exército da guarnição de Lisboa – através do chamado *Golpe das Espadas* – levou a que o Gabinete Azevedo Coutinho – claramente pró-beligerante – apresentasse a demissão e fosse, por iniciativa presidencial, nomeado o general Pimenta de Castro para formar Governo, com a intenção de retardar ou acabar com os preparativos beligerantes resultantes do pedido francês. Desta maneira a Grã-Bretanha, sem grande esforço, viu Portugal ficar sem o armamento, que seguiu para França, e sem concretizar o seu desejo de beligerância. Internamente, os não-beligerantes encarregaram-se de facilitar os objectivos do Governo de Londres. Voltava-se à situação anterior: não beligerante e não neutral. Agora, os adeptos da beligerância – não por ela própria, mas como meio de alcançar um objectivo nacional e internacional, como já explicado – tinham de reverter a situação interna e tentar alterar a situação externa. Tudo se complicava.

O *Partido Democrático* teve de recorrer à revolta militar para conseguir alterar a política nacional. Foi assim que, depois de o general Pimenta de Castro, em Março de 1915, ter começado a governar sem apoio do Parlamento, impedido de reabrir, se iniciou uma

conspiração que levou, em 14 de Maio, ao derrube do Governo e à resignação do Presidente Manuel de Arriaga o qual, declaradamente, havia entrado em ruptura com a política beligerante.

Quando Afonso Costa, depois de algumas peripécias de ordem não política, assumiu, finalmente, a presidência do Ministério, em 29 de Novembro de 1915, estavam criadas as condições para, novamente, se definir toda a estratégia condutora à beligerância e, por conseguinte, capaz de levar Portugal à paridade de soberania com a Grã-Bretanha, sonho e objectivo do *Partido Democrático*. Todavia, um obstáculo se levantava: a oportunidade de o Governo britânico pedir a intervenção de Portugal na guerra. Havia, por conseguinte, de criá-la. Ela surgiu poucos meses após o início da governação, tendo como base de partida o facto de elevado número de navios mercantes alemães e austríacos, no começo da guerra, tomando como princípio a neutralidade portuguesa, se terem recolhido em portos nacionais. Dada a actividade destruidora dos submarinos germânicos sobre os navios mercantes britânicos, a tonelagem de transporte inglesa estava bastante reduzida, facto que afectava o comércio aliado. Londres carecia de todos os navios possíveis e mais de setenta estavam paralisados nos portos portugueses; impunha-se requisitá-los ou tomá-los como presa. O Governo de Lisboa fez aprovar, na lei que regulava o preçário e a distribuição dos géneros alimentares, um artigo no qual se permitia a requisição de todos os meios de transporte estrangeiros estacionados em território nacional e respectivas mercadorias (MARQUES, 1974). Estava *montada* a armadilha.

Enquanto se preparava o processo de levar Londres a solicitar o auxílio de Portugal, o Governo de Lisboa, para proceder ao rearmamento, organização e equipagem do Exército tinha de pedir um empréstimo de três milhões de libras à Grã-Bretanha e o *Foreign Office*, pela boca de Sir Edward Grey, resolveu, também, *armadilhar* a resposta, de modo a obrigar o Governo português a requisitar os navios sem alterar o estatuto imposto pela Inglaterra. E fê-lo do seguinte modo: emprestava dois milhões e o terceiro milhão ficava condicionado a Lisboa requisitar os navios alemães e austríacos (Vicent-Smith, 1975).

Naturalmente, esta era a *contra-armadilha* britânica. Em Portugal sentiu-se o efeito do *jogo* de Londres. Mais uma vez, a *Velha Aliada* estava a fugir a invocar a aliança e a impor ao Governo da República outro *favor*. Contra isso reclamaram os ministros em reunião do Gabinete (Fraga, 1912 a, 286-297). Havia que fazer *braço de ferro*. Mas, na Grã-Bretanha sentia-se terrivelmente a falta de navios e cerca de duzentas e quarenta mil toneladas brutas representava um auxílio extraordinário. Deste modo, por pressão do chamado *Gabinete de Guerra*, o *Foreign Office* teve de apelar para a requisição dos navios ao abrigo da aliança luso-britânica. Estava ganha uma parte da partida; havia que garantir a restante. Para tal, em Lisboa, no designado *quadro* do Tejo, os navios alemães foram *tomados* por destacamentos da Armada, como se de um acto de guerra se tratasse, e, no final, um navio de guerra português disparou vinte e um tiros de salva saudando o feito, com o claro intuito de provocar o ministro plenipotenciário alemão em Lisboa, barão von Rosen. E conseguiu-se o efeito desejado: a Alemanha declarou guerra a Portugal. Estavam alcançados todos os objectivos portugueses.

Restava, para se consumar a política *revolucionária* de restauração da dignidade internacional portuguesa, fazer marchar para as trincheiras de França uma grande unidade militar, cujo efeito táctico e estratégico seria quase nulo, mas cujo efeito diplomático e político era de importância máxima. Foi o que aconteceu nos primeiros dias de Fevereiro

de 1917. Contudo, em Londres não se deixou de desenvolver uma política de obstrução aos objectivos portugueses; agora, se não se podia já evitar a beligerância de Portugal, havia que a denegrir, reduzindo-a a uma expressão táctica e estratégica capaz de ser menosprezada aquando da conferência da paz. É o que vamos ver de seguida.

O Malogro de uma Política

Em Janeiro de 1917 foi, finalmente, assinada uma convenção militar entre Portugal e o Reino Unido, na qual se previam as obrigações aceites por ambas as partes no que concernia ao apoio a dar mutuamente. No essencial, o armamento, munições, o transporte e a defesa marítima dos navios com tropas ficava a cargo dos britânicos, sendo que Portugal fornecia homens, peças de artilharia (as que ainda existiam em depósito, no país), fardamento, animais de tracção, veículos automóveis e hipomóveis, material sanitário e outro equipamento. Não estava prevista nenhuma data para deixar de se fazer o transporte de tropas. A organização da força ficava a cargo do Exército português e, na fase inicial, combinou-se enviar uma divisão reforçada, ou seja, cerca de trinta mil homens. Exactamente, porque não era definitivo o contingente a mandar para França, deu-se-lhe a designação de Corpo Expedicionário Português (CEP), embora o ministro da Guerra, Norton de Matos, previsse, segundo os seus melhores cálculos, colocar nas trincheiras três divisões reforçadas (Fraga, 2010, 284-307), formando três Corpos Expedicionários.

Depois de instalado o CEP, e após várias alterações orgânicas, no mês de Outubro, ficou assente, entre Portugal e o Reino Unido, que as forças nacionais passavam a constituir um corpo de exército a duas divisões sem serviço de aviação e artilharia pesada. Em Novembro, o general-comandante e toda a tropa assumiram a defesa de um sector de trincheiras, com cerca de onze quilómetros de extensão, entre as cidades de Armentières e Béthune, na Flandres francesa, quase frente a Lille. Todavia, em Setembro, o Governo britânico tinha cortado o serviço marítimo de transporte de tropas portuguesas para França (Meneses, 2018, 142-143). Londres, mais uma vez, *jogava uma cartada* decisiva em relação, agora, à presença militar portuguesa nas trincheiras.

Olhando objectivamente, sejam quais forem as explicações arrançadas para justificar a decisão britânica, para a supressão dos transportes de tropas, sabendo que Portugal não tinha condições para suprir o corte, só se pode concluir que, fosse qual fosse o preço, o Governo de Londres desejava levar à exaustão o CEP até que em Lisboa se aceitassem as condições impostas pela Inglaterra.

Quais eram essas condições?

Temos de recuar aos meses de Agosto e Setembro de 1917. Os comandos militares britânicos em França punham em dúvida a possibilidade de as duas divisões portuguesas formarem um corpo de exército com capacidade de resistir ao desgaste que a simples presença nas trincheiras imporia, já que ia deixar de haver ou já deixara de haver transporte de tropas para colmatar as baixas do CEP (Meneses, 2018, 123-124). Assim, *Lord Derby*, ministro da Guerra britânico, em Setembro, escreveu uma carta ao ministro da Guerra português,

Norton de Matos, propondo que as tropas do CEP recuassem para zona menos perigosa, se sujeitasse as mesmas a um enquadramento maior por parte de oficiais britânicos e que, em caso de empenhamento nas trincheiras, ficasse uma única divisão em linhas e a outra servisse de suporte e reserva de pessoal à retaguarda (Fraga, 2010, 480). Claro que esta proposta foi violentamente recusada pelo ministro português. Mesmo correndo o risco de não haver mais transportes de tropas – sempre se podia fazer pressão sobre o Governo do Reino Unido – Lisboa preferiu jogar forte e manter o corpo de exército em linhas.

Aparentemente, embora o desgaste se fosse fazendo sentir, dado que o sector português não era excessivamente massacrado e nem oferecia condições para sobre ele haver uma grande ofensiva, a decisão de Lisboa – pesem embora todas as reclamações do comandante do CEP, general Tamagnini de Abreu e Silva, homem que compreendia mal a verdadeira missão da tropa que comandava – terá visado forçar o Governo de Londres, depois do Inverno de 1918 a disponibilizar mais navios para completar os efectivos em falta. No entanto, tudo leva a crer, a disposição do *War Office* ia no sentido oposto: levar o CEP até à exaustão e obrigar Lisboa a reconhecer que tinha de aceitar algumas das condições britânicas. Nenhuma das partes, em Novembro de 1917, poderia imaginar que, em Abril de 1918, porque no mês de Março não choveu como de habitual na zona da Flandres francesa, o Alto Comando Alemão ia determinar uma grande ofensiva exactamente na frente do sector português. Muito menos, poderia Norton de Matos e Afonso Costa, imaginar que o antigo ministro plenipotenciário em Berlim, major doutor Sidónio Pais ia comandar um golpe militar para derrubar o Governo.

Foi, precisamente, o golpe de Sidónio Pais, nos primeiros dias de Dezembro de 1917, que determinou toda a mudança operada no mês seguinte. Vejamos com um pouco mais de pormenor.

No nosso livro (Fraga, 2010, 439–523) fazemos uma descrição bastante completa das consequências do golpe militar de Sidónio Pais na condução da política de guerra.

Ao contrário do que foi propalado e ganhou raízes, Sidónio Pais não foi germanófilo, nem praticou uma política germanófila. Foi, isso sim, anglófilo até ao limite possível, pois cedeu em tudo o que havia a ceder à vontade britânica. Logo após a vitória no Parque Eduardo VII, foi visitado, ainda no acampamento, pelo general Barnardiston, acompanhado da esposa e de um outro oficial. Basta este facto para evidenciar o apoio directo ou indirecto do Governo de Londres, tal como o denunciou, na época, Bernardino Machado, exilado em Paris. Mas o citado general britânico tinha incumbência mais precisa do que a simples manifestação de apoio: ele pretendia fazer aceitar por Sidónio Pais o plano de alteração orgânica do CEP, empenhando somente uma divisão na frente e ficando a outra na retaguarda como depósito e reforço de pessoal. Era a machadada final no corpo de exército português e no CEP, pois a divisão empenhada na frente ficaria a fazer parte de um corpo de exército britânico e a da retaguarda limitar-se-ia a manter o treino e a instrução de todos os militares que tivessem de marchar para as primeiras linhas. O CEP seria uma unidade teórica, sem qualquer empenhamento táctico e, muito menos, estratégico. O general-comandante seria exclusivamente responsável pela aplicação das penas disciplinares.

Foi isto que Sidónio Pais aceitou no dia 18 de Janeiro de 1918. Todavia, esta nova organização não foi posta em prática logo de imediato, porque, devido ao empenhamento das divisões do Reino Unido em toda a frente, faltavam efectivos para guarnecer a pequena frente portuguesa. Assim, com base neste exíguo facto, fica provado que a verdadeira intensão

britânica não tinha natureza militar, não sendo, por conseguinte, nem de ordem tática nem estratégica; era, exclusivamente, de ordem política, pois, se o não fosse, tinham-se, com antecipação, calculado as necessidades em homens para cobrir a retirada das divisões do CEP! Isso não foi feito, em tempo algum, quer pelo *War Office*, em Londres, quer pelo estado-maior de *Sir Douglas Haig*, em França. Contudo, absolutamente certo era o desgaste do corpo de exército português, pois as primeiras unidades a terem contacto com o inimigo entraram em linhas em Abril de 1917 e por lá se mantiveram até aos primeiros dias de Abril de 1918. Nenhuma tropa, sob comando superior britânico, esteve tanto tempo em trincheiras e sujeita ao fogo alemão.

O mês de Março foi altamente desgastante para o CEP, pois, do lado germânico, estava já a preparar-se uma enorme ofensiva contra o sector português e os flancos britânicos que ladeavam o corpo de exército nacional. Nesse mês, o moral das tropas portuguesas caiu à vertical. Todas as noites houve bombardeamentos das linhas, dos postos de comando dos batalhões, das brigadas e, até das divisões. O serviço de informações do estado-maior do CEP fez saber ao Alto Comando Britânico as desconfianças que tinha sobre a eventualidade de um ataque alemão, porém os britânicos, porque não tinham possibilidades de substituir por unidades suas as duas divisões portuguesas, protelaram até aos primeiros dias de Abril a entrada em vigor da nova organização do CEP. Só já em última instância procederam a essa alteração. Contudo, deve dizer-se, para que a História o registre para sempre, a 2.^a divisão – aquela que ficou em primeiras linhas, nas trincheiras – **ocupou o mesmo espaço que as duas divisões do CEP ocupavam anteriormente**. Ou seja, enfraqueceu-se, com plena consciência, a defesa do sector e **essa ordem foi dada pelo Alto Comando Britânico**. Era inevitável que, em caso de ataque germânico, a 2.^a divisão cedesse e fosse incapaz de oferecer uma resistência credível.

O peso da responsabilidade histórica terá falado mais alto do que a imprudente vontade de esmagar o CEP e terá levado o Alto Comando Britânico a determinar que a 2.^a divisão portuguesa saísse da frente no dia 9 de Abril de 1918 e caminhasse para a retaguarda, onde iria gozar um merecido repouso. Mas, quando a ordem foi dada, já vinha tarde, pois, às quatro horas e quinze minutos de dia 9, os alemães iniciaram um ataque feroz sobre toda a frente portuguesa, começando por um destruidor bombardeamento (Fraga, 2010, 401-438) que causou trezentos e noventa e oito mortos e levou ao aprisionamento de seis mil quinhentos e oitenta e cinco militares (Oliveira, 1994, 123).

Desapareceu, assim, a expressão da vontade política dos *revolucionários* republicanos que sonharam ser possível impor Portugal à Grã-Bretanha com igual peso soberano na ordem internacional. O que restou do CEP passou a fazer trabalho de tropa de engenharia, abrindo trincheiras e estradas para os combatentes britânicos passarem rumo às primeiras linhas. Só já nas últimas semanas de guerra, em Outubro de 1918, foi possível organizar três batalhões que foram integrados em grandes unidades britânicas e tomaram parte na perseguição das forças alemãs em fuga, para lá do rio Escalda.

Conclusão

Depois do armistício e do fim da guerra, na conferência da paz, Portugal ainda foi representado por Afonso Costa, que optou por ficar a viver em Paris após a morte de Sidónio

Pais, da sua libertação e em seguida à reposição da ordem alterada pela Monarquia do Norte, em 1919. Houve uma tentativa de o trazer, de novo, ao cargo de Presidente do Ministério (designação, então, usada para o Primeiro-Ministro), mas recusou, por achar não estarem reunidas condições para tal.

Na conferência da paz, Afonso Costa, pela última vez, ainda deu largas ao seu sentido *revolucionário* conseguindo para Portugal, como compensação de guerra, para além de avultada soma de dinheiro, que chegou para pagar a dívida de guerra à Grã-Bretanha, a entrega de navios germânicos que serviram para, com eles, se fundarem quatro grandes companhias de transportes marítimos, modernizando aquilo que, pelo esforço nacional, nunca seria modernizado.

É verdade que, após o regresso das tropas a Portugal, por cá houve muita instabilidade política, alguns atentados à ordem pública com crimes hediondos, mas a culpa de tal estado de coisas, ao contrário do que alguns historiadores procuram concluir, não é nacional. Realmente, é preciso contextualizar a situação interna portuguesa com aquilo que se passava um pouco por toda a Europa, desde a Alemanha à Espanha.

Os circuitos comerciais haviam sido rompidos com a guerra, gerando níveis de inflação altíssimos, desemprego e fome. Este cenário gerou, naturalmente, instabilidade social e esta, na esperança de encontrar uma solução, gerou instabilidade política. Ora, Portugal, sendo um país dependente das importações estrangeiras, ao mesmo tempo que importava os produtos necessários ao consumo interno, importava a inflação e tudo o mais que vinha arrastado por ela. A História da segunda parte da 1.^a República – de 1918 a 1926 – está ligada à História da Europa do pós-Grande Guerra: ascendência política dos militares nas questões nacionais e incapacidade de os partidos políticos encontrarem soluções apropriadas para o equilíbrio da vida.

Associado ao quadro que acabamos de traçar estão causas tipicamente portuguesas agravadas com a mudança do regime monárquico para o republicano. Com efeito, como vimos, o atraso nacional era transversal a toda a actividade social e económica e o impulso que a República, através do *Partido Democrático*, pretendeu dar à evolução gerou uma reacção, que elegia a tradição, o obscurantismo e a religiosidade como *salvação* do *descalabro* republicano. Essa foi a superestrutura que sustentou a Ditadura Militar entre 1926 e 1928 e serviu de apoio à definição do Estado Novo de António de Oliveira Salazar, que, em nome da ordem, do equilíbrio orçamental, da paz social e da acalmia da luta partidária, impôs uma ditadura retrógrada, que se prolongou no tempo até colocar Portugal, cada vez mais, fora do tempo da Europa e da modernidade de então. Só já na segunda metade dos anos 50 do século XX é que houve a percepção de que se impunha acelerar o passo para chegar a certos níveis sociais, económicos e educacionais europeus e, nessa altura, abriram-se as portas à cultura cinematográfica e à televisão, bem como a uma ligeira modernização literária. O verdadeiro salto para um mundo *modificado* fez-se depois de 25 de Abril de 1974, com a aceitação do direito de as colónias ascenderem à independência e a abertura à democracia com integração no Mercado Comum.

Em conclusão, não se pode dizer que a beligerância, na Grande Guerra, tenha sido um mal ou uma decisão errada; ela foi a decisão que parecia mais acertada para a época de modo a tentar garantir a saída de uma tutela amarfanhadora dos brios nacionais. À beligerância na Grande Guerra não se pode opor a *neutralidade colaborante* – como lhe chamou Salazar – na 2.^a Guerra Mundial, pois, cada uma das conjunturas era distinta e determinan-

te de objectivos nacionais diferenciados. Por isso, a História não deve julgar, mas simplesmente contar e explicar.

Referências

- Afonso, Aniceto; Vladimiro, Victor** (1982). A correspondência oficial da Legação de Portugal em Londres — 1900-14. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º -4.º -5.º, pp. 711-739. [Em linha]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223400239Q9ySK8rn1Tf46ZL8.pdf>
- Fraga, Luís Alves de** (2010). *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Fraga, Luís Alves de** (2012a). *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 a 1916*. 2.ª ed. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Fraga, Luís Alves de** (2012 b) – When a diplomat goes into politics because of war: The case of João Chagas (1910-1914). *JANUS.NET, e-journal of International Relations* Vol. 3, n.º 1 (Spring 2012), pp. 123-141. [Em linha]. Disponível em http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/536/1/en_vol3_n1_art6.pdf
- Fraga, Luís Alves de** (2014a). *Reflexão Sobre Classes Médias e Elites em Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: UAL. [Em linha]. Disponível em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/476/1/Classes%20M%C3%A9dias%20e%20Elites%20em%20Portugal%20nos%20s%C3%A9culos%20XIX%20e%20XX.pdf>
- Fraga, Luís Alves de** (2014b). *Reflexão sobre o Capitalismo Português no Século XIX* [Em linha]. Lisboa: UAL. Disponível em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/475/1/Capitalismo%20Portugu%C3%AAs.pdf>
- Lichnowsky, Príncipe (1918). *A Minha Missão em Londres: 1912-1914*. Londres: Cassell.
- Marques, A. H. de Oliveira** (org.) (1974). *O segundo governo Afonso Costa, 1915-1916: actas dos Conselhos de Ministros*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Meneses, Filipe Ribeiro de** (2018). *De Lisboa a La Lys: O Corpo Expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial*. Alfragide: Dom Quixote.
- Oliveira, General A. N. Ramires de** (Coord.) (1994). *História do Exército Português (1910-1945)*. Vol. III. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Sousa, Jorge Pais de** (s. d.). *Afonso Costa: Republicanismo Socialista e Ação Política (1887- 1911)* [s. l.]: [s. n.]. [Em linha]. Disponível em http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano12n1/JORGE_PAIS_DE_SOUSA.pdf
- Torre-Gómez, Hipólito de la** (1978). *Conspiração Contra Portugal (1910-1912): As Relações Políticas entre Portugal e Espanha*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Vicent-Smith, John** (1975). *As Relações Políticas Luso-Britânicas (1910-1916)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ximénès, Augustin Louis Marie de** (1820). “L’ère des Français”. In: *Poésies révolutionnaires et contre-révolutionnaires, ou Recueil des hymnes, chants guerriers, chansons républicaines*. Paris: Libraire Historique, vol. I, 1821.

Do paradigma da guerra ao paradigma da paz: O tratado de Versalhes e a génese de organizações internacionais intergovernamentais

Cláudia Toriz Ramos

FCHS/Universidade Fernando Pessoa

CEPESE / FCT

Resumo: O século XX soube ser um século paradoxal: superação dos limiares técnicos, económicos e populacionais; destruição maciça, material e humana. Neste jogo a dois tempos, a I Guerra Mundial marca o ciclo da destruição; a sua superação a inversão do ciclo, mas também a tentativa de romper, estruturalmente, o papel da guerra, nas relações entre Estados. O ‘contrato’, eivado de circunstâncias embora, foram os tratados decorrentes da Conferência de Paris, o Tratado de Versalhes, nomeadamente. Os resultados, ainda que parcos e porventura contraditórios, abriram timidamente o palco de uma nova ordem internacional: a da cooperação entre Estados e a do entendimento entre povos. No concerto das nações, introduzia-se a dissonância, o paradigma da paz duradoura. O presente artigo analisa, neste contexto, o surgimento, decorrente do Tratado, e brevemente a sequência de duas organizações internacionais em particular: a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho. No palco clássico das relações internacionais de então, nenhuma das duas seria fácil de levar à cena. Todavia, quase cem anos depois, o balanço sobre a guerra e a paz, no ‘século do povo’ será porventura diferente.

Palavras-chave: Tratado de Versalhes; Organização Internacional do Trabalho; Sociedade das Nações; paradigma da paz

Abstract: The twentieth century was a paradoxical century: on one hand, it overcame technical, economic and populational limits; on the other, there was material and human mass destruction. In this twofold game, World War I marks the cycle of destruction; its *resolution* represents the inversion of this cycle, but also the attempt to break down, structurally, the role of war, in the relations between States. The ‘contract’, although riddled of circumstances, was the Treaty of Versailles. The results, albeit scarce and perhaps contradictory, have timidly opened the stage of a new international order: that of cooperation between States and that of understanding between peoples. In the concert of Nations, the dissonance was introduced: the paradigm of lasting peace. This article analyses, in this context, the emergence, arising from the Treaty, and the sequence of two particular international organisations: the League of Nations and the International Labour Organisation. On the classic stage of international relations of that time neither of them would be easy to bring to the scene. However, almost a hundred years later, the balance on war and peace in the ‘People’s century’ will be eventually different.

Keywords: Treaty of Versailles; International Labor Organization; Society of Nations; paradigm of peace.

Introdução

A história contemporânea beneficia de um tipo de fontes que os estudos sobre outras épocas históricas não podem já utilizar – refiro-me à memória oral dos protagonistas, transmitida às gerações próximas e recuperável, como fonte, por meio da metodologia da história oral (Oral History Society, 2018). Por ter decorrido no início do século XX, assim é o caso da I Guerra Mundial e muitos de nós temos ainda recolhido, na família, memórias dos acontecimentos infaustos que tal guerra produziu. Ao invocarmos a batalha de La Lys, assim me ocorre também invocar as memórias familiares – contribuindo para a memória ‘democrática’ do século XX, pleno de contradições, de luzes e de sombras, de feitos e de malogros, de paz e de guerra, enfim. Aos olhos do historiador, todavia, uma memória que chega ao presente pela boca dos vivos será também uma memória que evidencia os causais entre um passado recente e o presente que ora vivemos. Na minha própria casa, posicionando-me no ponto de observação do mais jovem membro, vejo bisavós, trisavós, cujo fado os carregou pelos meandros da guerra, curiosamente dos dois lados do conflito: um bisavô, mobilizado em Portugal, prestes a partir, quando os desaires da participação portuguesa o deixam afinal no aconchego do lar (preciosa oferta da sorte, dado o triste destino de tantos que partiram); um tio trisavô, na Alemanha, mobilizado pelo Império Alemão e sobrevivente também dos horrores da guerra, ícone familiar de uma cidadania cumprida no âmago dos valores nacionais (‘pro patria mori’), todavia, família mais tarde devolvida ao horror da história, quando a fidelidade cidadã já não bastou para expurgar o sangue, alegado marcador étnico da inscrição judaica. Aos olhos do historiador, uma banal e singular história como esta convoca questões maiores sobre o como e o porquê da história. Aos olhos da demais ciência social, convoca interrogações prementes sobre os elos passado-presente, já que não se trata de um passado remoto, desligado de nós, do nosso contexto e dos nossos problemas actuais, pelo contrário. Por isso, estudarmos hoje a I Guerra Mundial significa também perscrutarmos o passado, para entendermos o presente e preparamos o futuro.

Por outro lado, o interesse académico que me move leva-me a observar o peso do paradigma da guerra, no início do século passado, mas também o parto do paradigma da paz, que emerge dessa guerra destrutiva, tímido e incipiente, porventura inconsequente, mas afirmando já os princípios que viriam a ditar, no longo século XX, a emergência do paradigma da paz. Refiro-me aqui, em especial, ao finar do conflito, aos acordos que selam a paz, transitória, incompleta e ferida ainda dos ódios da guerra, mas que contêm também as raízes de um discurso de cooperação, que não de competição bélica entre os Estados. No texto que se segue, aludirei, pois, aos textos constitutivos da Liga das Nações e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), vertidos nos tratados de paz do fim da I Guerra, o de Versalhes e os demais (vide infra). Se aquele tratado ficou tristemente conhecido pela dureza das condições impostas aos vencidos e pelo impacto que tal terá tido na sequência de acontecimentos que viriam a levar à II Guerra Mundial, é certo, também, que os pactos do fim da I Guerra continham o gérmen de um novo sistema internacional, albergado à sombra da cooperação entre Estados, da relação internacional pacífica, em última análise de uma humanidade una emergente, ainda que longínqua e teórica.

Na triste alvorada do século XX, por entre os destroços da alegada ‘civilização’, auto-aniquilada, soavam, pois, acordes dissonantes, como em alguma da música da época¹⁴, rompendo convenções e irritando a ortodoxia da guerra, cantando em desarmonia as pautas da paz possível e duradoura.

Conferências de Paris e o Tratado de Versalhes

O processo de paz, no final da I Grande Guerra decorreu à sombra da conferência de Paris (1919–20), como é consabido. Nela se fez a negociação da ordem do pós-guerra, almejando superar as rupturas que a guerra introduzira. Nesta conferência, participaram os Estados parte no conflito, tendo, no entanto, os grandes vencedores, isto é, os EUA, o Reino Unido, a França e a Itália, predominado, na decisão do cenário do pós-guerra. A Rússia assinara previamente, em 1918, o tratado de paz de Brest-Litovsk com a Alemanha, o que a afastara deste processo. Os vencidos foram por sua vez excluídos da negociação (Encyclopaedia Britannica, 2018; Holsti, 1991).

No fim da mesma, foram assinados tratados entre vencedores e vencidos: o de Versailles, com a Alemanha (em 28 de Junho de 1919); o de Trianon, com a Hungria (em 4 de Junho de 1920); o de Saint-Germain-en-Laye, com a Áustria (em 10 de Setembro de 1919), o de Neuilly com a Bulgária (em 27 de Novembro de 1919), o de Sèvres, com o Império Otomano (em 10 de Agosto de 1920) e que viria a ser sucedido pelo tratado de Lausanne, em 1923 (Encyclopaedia Britannica, 2018; Holsti, 1991). Nestes tratados, redesenhava-se o mapa político europeu, euroasiático e colonial, definiam-se compensações de guerra, mas também se buscavam as bases de uma futura sociedade internacional assente na cooperação entre estados. É este último aspecto o foco do presente artigo, pelo que interessa aqui convocar a análise das partes I e XIII do Tratado de Versalhes (replicadas nos demais tratados supra-mencionados) que contêm, respectivamente, a Carta da Sociedade das Nações e a Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

A Carta da Sociedade das Nações

O equilíbrio de forças entre os Estados não é uma invenção da conferência de Paris. O dobrar da guerra e o negociar da paz haviam estabelecido reequilíbrios, ainda que temporários, inúmeras vezes, nos séculos antecedentes. Ressaltam desse cenário a paz da Vestefália (1648), arcana fundadora da ordem internacional clássica, no longínquo século XVII; a paz de Utreque (1713); a paz de Viena (1815), fundadora do ‘concerto das Nações’ e sua balança de poder, equilibrador das relações entre Estados e garante da paz na Europa, nas décadas subsequentes (Campos et al., 2011; Holsti, 1991). Todavia, nenhum desses tratados alguma vez se deslocara do paradigma da guerra, isto é, da consideração da guerra como ‘vocação’ do Estado, actividade normal e até necessária, inscrita no âmbito da sua própria existência.

¹⁴ Como em Arnold Schoenberg, por exemplo, fundador da Escola de Viena (cf. Schoenberg, 2010).

Desse ponto de vista, a paz era um intervalo necessário, mas não um estado permanente a garantir (Holsti, 1991).

Por outro lado, o século XIX contribuíra ainda para o enquadramento normativo da guerra, através das convenções de Haia (de 1899 e 1907) – sem que a guerra fosse abominada, era por essa via enquadrada e restrita, nos seus meios e nos seus alvos (Armstrong, Lloyd e Redmond, 2004).

Já a política de alianças entre Estados, que poderá ter reforçado o efeito equilibrador durante algum tempo, veio afinal a revelar-se perversa, no quadro da I Guerra Mundial, arrastando para o conflito toda uma rede de partes assim associadas (Armstrong, Lloyd e Redmond, 2004; Campos et al., 2011). A paz armada, estratégia preventiva clássica dos Estados, deflagrava num conflito ‘total’, extensivamente devastador e, por isso mesmo, assustador para a humanidade.

Na preparação das negociações de paz, destaca-se o papel do presidente americano, Woodrow Wilson, cuja lista de prioridades para a negociação ficou sobejamente conhecida como os ‘catorze pontos’ (Armstrong, Lloyd e Redmond, 2004; Campos *et al.*, 2011). Sendo heterogénea (da redefinição territorial aos caboucos dum novo sistema internacional) cabe, no âmbito deste texto, salientar os pontos 1 e 14, em que o Presidente enunciava a necessidade, respectivamente, de:

- (1) Pactos de paz de livre adesão dos estados, após os quais não haverá entendimentos internacionais privados, progredindo a diplomacia de forma aberta e pública; (...)
- (14) uma associação das nações sob pactos específicos, com o propósito de assegurar garantias mútuas de independência política e integridade territorial a estados grandes e pequenos¹⁵.

Wilson ficava assim conhecido por ter trazido às negociações uma perspectiva do sistema internacional de raiz idealista (por oposição à realista) e por ter por isso convidado à reconstrução com base na tecitura da cooperação internacional entre os Estados. A sequência do processo não permitiu ao presidente americano consolidar integralmente o seu projecto, nomeadamente pela oposição interna, expressa na rejeição da ratificação do tratado de Versalhes no Senado dos EUA. No entanto, as ideias lançadas a debate haviam ainda assim sido incorporadas na minuta da proposta anglo-saxónica (proposta Hurst-Miller) à conferência de Paris, pelo que o plano da criação da Sociedade das Nações acabou por vencer e por ser incorporado no tratado de Versalhes, logo à parte I do mesmo (Armstrong, Lloyd e Redmond, 2004; Campos *et al.*, 2011).

Há, pois, que salientar, para lá do facto singular da introdução do Pacto no Tratado, uma série de conteúdos de suma importância que apontam à renovação e reestruturação do sistema internacional, conforme se detalha abaixo, a partir do texto da Carta (Treaty of Versailles, 1919).

¹⁵ Traduzido de: *I. Open covenants of peace, openly arrived at, after which there shall be no private international understandings of any kind, but diplomacy shall proceed always frankly and in the public view. / XIV. A general association of nations must be formed under specific covenants for the purpose of affording mutual guarantees of political independence and territorial integrity to great and small states alike* (Yale Law School, 2008a: s.p.).

A Liga inicia-se com quarenta e dois Estados membros, mas o seu preâmbulo consagra-a como organização aberta à aceitação de futuros membros, desde que estejam estes na disposição de se conformarem às regras instituídas no Pacto e que sejam aceites por uma maioria de dois terços dos membros da Assembleia (Campos et al., 2011). Os órgãos de governo da Organização são justamente a Assembleia dos representantes de todos os Estados membros; o Conselho, um órgão mais restrito que comporta representantes permanentes das principais potências aliadas e representantes rotativos, escolhidos na Assembleia; e um Secretariado permanente que coadjuva os anteriores (vide artigos 2º, 3º e 4º).

Desde logo, o Pacto prefigura a constituição de uma ‘estrutura de segurança colectiva’ (a expressão não é da época) sendo responsabilidade mútua e comum a manutenção da soberania e da integridade territorial de cada Estado membro e sendo a agressão a qualquer um deles entendida como um ato de beligerância contra todos (vide artigos 10º, 11º, 16º e 17º). Desenha-se uma estrutura multilateral de dissuasão de conflitos, procurando prevenir potenciais agressões entre Estados. Giza-se assim uma estrutura de gestão de crises, que almeja prevenir escaladas e que desse modo institui um mecanismo moratório da deflagração dos conflitos, abrindo-se um processo diplomático e negocial, de inquérito e mediação, que envolve o Conselho e, possivelmente, a Assembleia (vide artigos 12º e 15º). Prescreve-se também a judicialização das disputas, por recurso a uma estrutura de arbitragem e resolução legal de conflitos, no plano internacional (vide artigos 13º e 14º). O Pacto não exclui o uso último da força bélica, mas procura retardá-lo e enquadrá-lo normativamente, num modelo que visa conter a guerra, privilegiando as relações pacíficas. Preconiza-se ainda o desarmamento, limitando a produção de armas dentro de um quadro normativo comum e contrariando, desse modo, escaladas bélicas (vide artigo 8º). Definem-se, para além disso, os termos da constituição de protectorados, sobre territórios de ascendente colonial (vide artigo 22º), com vista à progressiva autodeterminação dos mesmos. Finalmente (vide artigo 23º), abordam-se de forma lata assuntos de carácter socio-económico, que aqui interpreto como a consideração de condicionantes estruturais da construção da paz, a saber:

Art.23. Sob reserva e em conformidade com as disposições das Convenções internacionais atualmente existentes ou que serão ulteriormente concluídas, os membros da Sociedade:

- (1) esforçar-se-ão por assegurar e manter condições de trabalho equitativas e humanas para homens, mulheres e crianças, quer nos seus próprios territórios, quer em todos os países aos quais se estendam as suas relações comerciais e industriais e, com esse fim, fundarão e manterão as organizações internacionais necessárias;
- (2) comprometem-se a garantir o tratamento equitativo das populações indígenas dos territórios submetidos à sua administração;
- (3) confiam à Sociedade a fiscalização geral dos acordos relativos ao tráfico de mulheres e crianças, ao comércio de ópio e de outras drogas nocivas;
- (4) confiam à Sociedade a fiscalização geral do comércio de armas e munições com aqueles países nos quais a fiscalização desse comércio é indispensável ao interesse comum;

(5) tomarão as medidas necessárias para assegurar a garantia e manutenção da liberdade de comunicações, trânsito e equitativo tratamento comercial a todos os membros da Sociedade. Neste contexto, as necessidades especiais das regiões devastadas durante a guerra de 1914 a 1918 serão tomadas em consideração;

(6) esforçar-se-ão por tomar medidas de ordem internacional para a prevenção e o controle de doenças.¹⁶

Ou seja, o trabalho, a condição indígena, as mulheres e crianças, a saúde, mas também o tráfico de pessoas, drogas e armas e a liberdade de comunicação, trânsito e comercial são entendidos como factores a considerar para a estabilização das sociedades e, por isso, funções concertadas dos Estados membros da Sociedade das Nações.

É certo que a história subsequente da Liga das Nações não endossa o seu sucesso, elevada como foi de insuficiências, desde logo pela não adesão dos EUA, mas também pelos múltiplos conflitos que não pôde prevenir ou mediar de forma capaz (Armstrong, Lloyd e Redmond, 2004; Graebner, 2014; Neiberg, 2017). Alguns autores apresentam mesmo perspectivas francamente negativas do desenrolar desse processo (Graebner, 2014), o que, por si, não invalida o argumento de que o paradigma da cooperação entre Estados esteve presente, na negociação e resultados da conferência de Paris.

A prefiguração das Nações Unidas estava, de facto, já na estrutura da Sociedade das Nações, como bem se evidencia pelas características acima salientadas. Se o futuro próximo reservava o retorno à lógica egocêntrica dos Estados que o realismo teórico viria a consagrar, a evolução secular do século XX mostraria mais tarde que a Sociedade das Nações aflorara um caminho que importava palmilhar – o que viria a ser feito, após a II Guerra Mundial, no âmbito, também imperfeito, das Nações Unidas (Armstrong, Lloyd e Redmond, 2004; Campos et al., 1999; Stirk e Weigall, 1995).

A Constituição da Organização Internacional do Trabalho

A Organização Internacional do Trabalho nascia também com o fim da guerra e com os tratados de paz, dada a inclusão da sua Constituição nos mesmos (Yale Law School, 2018b). No aparelho institucional então desenhado, a OIT configurava-se como uma agência da Sociedade das Nações. Será porventura interessante salientar que lhe sobreviveu, tendo

¹⁶ ARTICLE 23: Subject to and in accordance with the provisions of international conventions existing or hereafter to be agreed upon, the Members of the League: a) will endeavour to secure and maintain fair and humane conditions of labour for men, women, and children, both in their own countries and in all countries to which their commercial and industrial relations extend, and for that purpose will establish and maintain the necessary international organisations; b) undertake to secure just treatment of the native inhabitants of territories under their control; c) will entrust the League with the general supervision over the execution of agreements with regard to the traffic in women and children, and the traffic in opium and other dangerous drugs; d) will entrust the League with the general supervision of the trade in arms and ammunition with the countries in which the control of this traffic is necessary in the common interest; e) will make provision to secure and maintain freedom of communications and of transit and equitable treatment for the commerce of all Members of the League. In this connection, the special necessities of the regions devastated during the war of 1914-1918 shall be borne in mind; f) will endeavour to take steps in matters of international concern for the prevention and control of disease. (Treaty of Versailles, 1919: s.p.).

chegado ao presente como a agência internacional global cujo foco são as questões laborais (Campos et al., 2011; Hurd, 2014).

As questões do trabalho, ou mais latamente a ‘questão social’, percorrem a segunda metade do século XIX, na turbulência dos radicalismos socialistas, mas também na sua progressiva entrada nos sistemas políticos da época, por via eleitoral, à sombra das versões reformistas do socialismo e, por via legal, à custa da progressiva incorporação das reivindicações laborais, fruto das campanhas operárias e da ‘advocacia’ de algumas figuras de proa, como Robert Owen, Daniel Legrand, o casal Webb, ou J. Jaurès, entre outros (Freeden, 1996; ILO, 2018).

Também neste âmbito as conferências intergovernamentais de 1890, 1897 e 1900 haviam aberto caminho para a criação da Organização e delas resultara a Associação Internacional para a Legislação Laboral, sediada em Basileia (Campos et al., 2011; ILO, 2018). A consciência da dimensão internacional dos problemas laborais e da necessidade de cooperação internacional, num quadro institucional e legal próprio, estavam pois já presentes.

Na raiz do processo de criação da OIT terá estado esse histórico do final do século XIX e início do século XX, interrompido apenas pelo hiato da guerra, mas presente na mente dos estadistas (Winter, 2014). Também lhe não foi alheia a revolução russa de outubro de 1917, cujo radicalismo convidava a atitudes preventivas, por parte dos Estados europeus (Armstrong, Lloyd e Redmond, 2004; Campos et al., 2011).

A Constituição da OIT fez-se assim um documento de monta da reconstrução do pós-guerra, na concepção que venceu nas negociações de Paris. Por essa razão, chama a atenção dos analistas para a consciência de então do quanto as questões socio-económicas se entrosavam com as político-securitárias. Tal leitura reforça o meu argumento inicial de que, tímida embora, despontava a consciência de que a paz se constrói a partir de dentro e de modo estrutural. Mais acresce que, num mundo já de extensa relação comercial internacional, o quadro legislativo do trabalho se impunha como algo de transnacional, embora a máquina conservadora dos sistemas políticos de então reservasse a essa dimensão apenas um pequeno poder de orientação, ainda assim persistente, como a OIT o viria a revelar.

Desse modo, no preâmbulo da sua Constituição (Rodgers et al., 2009: 249), afirma-se que a paz só poderá ser atingida por meio da justiça social; e que as condições de trabalho injustas produzem turbulência social – pelo que os dois males terão que ser expurgados, no caminho para a paz duradoura¹⁷. As soluções a encontrar foram sucessivamente enunciadas no preâmbulo da Constituição da OIT, de acordo com o seguinte elenco¹⁸: regulação dos horários de trabalho (tecto máximo); regulação dos fluxos de trabalhadores e prevenção do desemprego; provisão de um salário mínimo adequado e protecção dos trabalhadores

¹⁷ *Whereas the League of Nations has for its object the establishment of universal peace and such a peace can be established only if it is based upon social justice / And whereas conditions of labour exist involving such injustice, hardship and privation to large numbers of people as to produce unrest so great that the peace and harmony of the world are imperilled (...)* (Rodgers et al., 2009: p.249).

¹⁸ *(...) as, for example, by the regulation of the hours of work, including the establishment of a maximum working day and week, the regulation of the labour supply, the prevention of unemployment, the provision of an adequate living wage, the protection of the worker against sickness, disease and injury arising out of his employment, the protection of children, young persons and women, provision for old age and injury, protection of the interests of workers when employed in countries other than their own, recognition of the principle of equal remuneration for work of equal value, recognition of the principle of freedom of association, the organization of vocational and technical education and other measures; (...)* (Rodgers et al., 2009: p.249).

na doença e em caso de acidente; protecção das crianças, trabalhadores jovens e mulheres; protecção na velhice; protecção dos trabalhadores migrantes; protecção da liberdade associativa; reforço da educação vocacional e técnica.

No artigo 427º do Tratado, verdadeiramente programático, enunciam-se ainda os nove princípios e métodos fundamentais que as comunidades industriais deveriam procurar implementar, a saber: que o trabalho não fosse um mero produto comercial; que o direito de associação, de empregados e de empregadores, fosse respeitado; que o salário fosse tal que permitisse manter um nível de vida razoável; que a jornada de trabalho deveria ser de oito horas ou quarenta e oito semanais; que deveria haver um descanso semanal de pelo menos vinte e quatro horas; que o trabalho infantil deveria ser extinto; que o pagamento a homens e mulheres deveria ser igual para trabalho igual; que os trabalhadores, dentro de um mesmo Estado, deveriam ser tratados da mesma forma perante a lei; que deveriam ser implementados sistemas de inspecção do trabalho, neles sendo incluídas mulheres¹⁹.

Convém ainda salientar que esta Organização foi fundada com base num modelo de representação nacional que extravasa o governamental – é tripartida, isto é, cada Estado se faz representar pelos seus governantes, mas também por representantes da sociedade civil, no seu tecido empresarial e laboral, fugindo assim à convencionalidade da democracia representativa e trazendo para o âmago da organização a própria tensão social que almeja mediar. Segundo a Constituição da OIT, cada Estado tem quatro representantes, dois governamentais e dois não-governamentais (vd. artigo 389º). Cada delegado tem direito a um voto individual, na Conferência de Representantes (vide artigo 390º). Esta e a Repartição Internacional do Trabalho (normalmente conhecida como o *Bureau*, da versão francesa *Bureau International du Travail-BIT*) constituem os órgãos de governo da Organização (vide artigo 388º). O *Bureau*, composto por uma espécie de Conselho Executivo é também tripartido. Compõem-no vinte e quatro membros, doze governamentais (de entre os quais oito provenientes dos Estados de “importância industrial fundamental”, nos termos do Tratado), seis representantes dos empregadores e seis representantes dos trabalhadores, estes dois últimos grupos eleitos na Conferência de Representantes (vide artigo 393º).

Do ponto de vista dos seus instrumentos legislativos, a Organização actua por duas formas fundamentais: emitindo recomendações, ou propondo aos Estados, para ratificação, convenções (vide artigo 405º). Pelas suas características intrínsecas, as recomendações não tinham, nem têm, um poder vinculativo. Já as convenções só o teriam, caso a caso, na sequência da opção por cada Estado de as ratificar. O mecanismo ‘brando’ de convergência dos Estados assim desenhado não conferia, nem confere hoje, à OIT uma verdadeira capa-

¹⁹ ARTICLE 427: *First. The guiding principle above enunciated that labour should not be regarded merely as a commodity or article of commerce./ Second. The right of association for all lawful purposes by the employed as well as by the employers./ Third. The payment to the employed of a wage adequate to maintain a reasonable standard of life as this is understood in their time and country./ Fourth. The adoption of an eight hours day or a forty-eight hours week as the standard to be aimed at where it has not already been attained./ Fifth. The adoption of a weekly rest of at least twenty-four hours, which should include Sunday wherever practicable./ Sixth. The abolition of child labour and the imposition of such limitations on the labour of young persons as shall permit the continuation of their education and assure their proper physical development./ Seventh. The principle that men and women should receive equal remuneration for work of equal value./ Eighth. The standard set by law in each country with respect to the conditions of labour should have due regard to the equitable economic treatment of all workers lawfully resident therein./ Ninth. Each State should make provision for a system of inspection in which women should take part, in order to ensure the enforcement of the laws and regulations for the protection of the employed.* (Yale Law School, 2008b: s.p.).

cidade de coagir. Todavia, o historial da OIT tem comprovado que este mecanismo colocou nas mãos da Organização uma capacidade branda e lenta, mas persistente, de propagar um padrão internacional de boas práticas, em matérias laborais (Campos *et al.*, 2011; Hurd, 2013).

Para se aquilatar do caminho definido pela Organização note-se que, logo em 1919, aquando da sua primeira reunião, se adoptaram seis convenções internacionais do trabalho, a saber sobre: horários de trabalho; desemprego; protecção na maternidade e trabalho feminino nocturno; desemprego; idade mínima no trabalho e trabalho nocturno de menores (ILO, 2018). O facto de ela ter tido continuidade até ao presente duplamente prova a sua oportunidade, à época, e o carácter incompleto da regulação global das relações laborais, até aos nossos dias. A sua inserção no Tratado e a afirmação expressa da necessidade de prover ao bem-estar dos assalariados para a promoção da harmonia internacional provam a consciência, por parte dos negociadores, do quanto rupturas socio-económicas poderiam afectar a paz.

Conclusão

A naturalização da guerra, isto é, a sua aceitação como um estado normal da relação entre Estados, foi um suporte clássico do sistema internacional dos Estados. A Grande Guerra representou, nesse contexto, o abismo, o paroxismo da violência e da destruição. A inversão dessa tendência, ou, no plano normativo, a aceitação de novas pautas insinuou-se timidamente, desde o final da Guerra.

Assim, já em 1919 se preconizavam: a prevenção dos conflitos; a moratória dos conflitos em deflagração; a restrição à produção de armamento; mas, sobretudo, a acção no plano das causas estruturais dos conflitos, nomeadamente as económico-sociais capazes de causar instabilidade. Acresce que se advogava que estas acções ocorressem num quadro internacional e multilateral institucionalizado, dando, pois, consistência acrescida à relação cooperativa entre os Estados.

Todavia, essa mudança era dissonante, face ao paradigma vigente. Com na arte, na música, ou na pintura coeva, onde uma nova estética despontava, irritante, chocante, desalinhada do senso comum, também a cantata da paz não tinha ainda lugar nas convenções maiores dos Estados. O século XX gastou-se, no seu desenvolvimento, por tentativa-erro, tendo assim chegado aos nossos dias um novo padrão, um emergente paradigma da paz que desloca a guerra para a condição de excepção e que normaliza as relações pacíficas. Tal trânsito não é alheio à multiplicação das democracias, como o afirma a teoria da paz liberal (Ramos, 2014), logo ao papel dos povos, no decurso da sua história. Este recuo do discurso e do paradigma da guerra não pode, todavia, ser confundido com pacifismo generalizado ou institucionalizado. Os Estados não abdicaram da guerra, mas procuram, regra geral, evitá-la. Desse modo, o número de conflitos entre Estados diminuiu substancialmente, embora tenha emergido uma nova conflitualidade intra-Estado, que corresponde sobretudo a situações de ruptura interna da capacidade dos aparelhos de Estado de proverem ordem política (Kaldor, 2007).

Sobre a agenda de 1919 poderá o presente perguntar-se acerca do que foi adquirido e do que falta ainda concluir. Facilmente se verifica que algumas das questões prementes

da época continuam em aberto, ou que ganharam novos contornos, nos novos contextos históricos, como é o caso das questões laborais no âmbito da globalização.

Em suma: cem anos volvidos da batalha, a paz não é, ainda, o estado normal das sociedades, mas a pacificação é um objectivo político assumido por muitos e o discurso da guerra teve que recuar. Como a evolução histórica não é linear, esse processo por si não garante a paz futura, apenas a anuncia como um horizonte para o qual convergem vontades. Os visionários da paz duradoura não a puderam institucionalizar, no princípio do século passado, mas conseguiram, pelo menos, que hoje se fale dela como um horizonte que é lícito desejar.

Referências

- Armstrong, D., Lloyd, L. e Redmond, J.** (2004). *International Organisation in World Politics*. London: Palgrave.
- Campos, J. et al.** (2011). Organizações Internacionais. 4ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.
- Encyclopaedia Britannica** (2018). Paris Peace Conference. Disponível em <https://www.britannica.com/event/Paris-Peace-Conference> (acedido em 13.04.2018)
- Graebner, N.** (2014). *The Versailles Treaty and its Legacy: The Failure Of The Wilsonian Vision*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Holsti, K.** (1991). *Peace and War: Armed Conflicts and International Order 1648-1989*. Cambridge: Cambridge U.P.
- Hurd, I.** (2013). *International Organizations: Politics, Law, Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ILO – International Labour Organization** (2018). *Origins and History*. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/history/lang--en/index.htm> (acedido em 13.04.2018)
- Kaldor, M.** (2007). *New & Old Wars*. 2nd ed., Stanford: Stanford University Press.
- Neiberg, M.** (2017). *The Treaty of Versailles: A Concise History*. New York: Oxford University Press.
- Oral History Society** (2018). *Oral History Society*. Disponível em <http://www.ohs.org.uk/> (acedido em 13.04.2018)
- Ramos, C.** (2014). O jogo da paz e a democracia. In Patim, I. et al. (eds.). *Literatura & Jogo – narrativas, discursos, representações e mitos*. Lisboa: Esfera do Caos, pp. 223-229.
- Rodgers, G., Lee, E., Swepston, L. e Van Daele, J.** (2009). *The International Labour Organization and the quest for social justice, 1919-2009*. Geneva: International Labour Office.
- Schoenberg, A.** (2010). *Theory of Harmony* (100th Anniversary edition). Oakland: University of California Press.
- Treaty of Versailles** (1919). *Treaty of Versailles* [fac-simile]. Disponível em <https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000002-0043.pdf> (acedido em 13.04.2018)
- Winter, J.** (2014). *Socialism and the Challenge of War. Ideas and Politics in Britain, 1912-18*. Abingdon: Routledge.
- Yale Law School** (2008a). *President Woodrow Wilson's Fourteen Points*. Disponível em http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp (acedido em 13.04.2018)
- Yale Law School** (2008b). *The Versailles Treaty June 28, 1919: Part XIII*. Disponível em <http://avalon.law.yale.edu/imt/partxiii.asp> (acedido em 13.04.2018).

O gaseamento na imagem médica e na memória histórica da Primeira Guerra Mundial

António Fernando Cascais

FCSH/Universidade Nova de Lisboa

CECL /UNL

Resumo: Constituinto uma das mais terríveis inovações da moderna tecnociência aplicada a fins bélicos, o recurso ao gaseamento maciço na Primeira Guerra Mundial não só se revelou de imediato uma poderosa e eficaz arma de destruição de vidas humanas que influenciaria toda a futura pesquisa e utilização de armamento químico e biológico em posteriores conflitos, e em última análise como instrumento de extermínio no mundo concentracionário do Holocausto, como teve duradouro impacto na cultura e no pensamento europeu do século XX e inspirou uma lenda negra profusamente ilustrada na memorialística, na literatura e nas artes no plano internacional. Esta comunicação analisa a experiência particularmente traumática que representou o gaseamento no seio do trauma existencial e histórico global da Primeira Guerra Mundial, e a sua receção em Portugal. Em particular, cotejar criticamente a tematização das narrativas oficiais com os raros documentos literários e biográficos que abordam o gaseamento, como a coleção de memórias de combatentes e os registos oficiais, mas sujeitos a confidencialidade, dos hospitais militares.

Palavras-Chave: Gaseamento, armas químicas e biológicas, história da medicina militar, medicina portuguesa, I Guerra Mundial.

Abstract: Constituting one of the most terrifying innovations of modern techno-science applied to warfare, the use of massive gasing in World War I immediately revealed a powerful and effective weapon of destruction of human lives, that would influence the whole future research and use of chemical and biological weaponry in later conflicts. It was also, later, an instrument of extermination in the concentrated camps of the Holocaust, as has had a lasting impact on the European culture and thought of the twentieth century, inspiring a black legend profusely illustrated in memoir literature and arts at international level. This communication analyzes the particularly traumatic experience that represented the gassing within the existential and historical global trauma of World War I, and its reception in Portugal. In particular, to critically looks at the way this topic was referred in the official narratives, namely in the rare literary and biographical documents mentioning gasing, such as the collection of combatants' memories and in the official records, always subject to confidentiality, of Military hospitals.

Keywords: Gassing, chemical or biological weapons, Portuguese militar history, history of medicine, First World War.

“Mas sabeí que mais nos dói o vosso esquecimento do que o muito que pe-
namos por cá”²⁰

Constituindo uma das mais terríveis inovações da moderna tecnociência aplicada a fins bélicos, o recurso ao gaseamento maciço na Primeira Guerra Mundial não só se revelou de imediato uma poderosa e eficaz arma de destruição de vidas humanas que influenciaria toda a futura pesquisa e utilização de armamento químico e biológico em posteriores conflitos, e em última análise como instrumento de extermínio no mundo concentracionário do Holocausto, como teve duradouro impacto na cultura e no pensamento europeu do século XX e inspirou uma lenda negra profusamente ilustrada na memorialística, na literatura e nas artes no plano internacional. Experiência particularmente traumática no seio do trauma existencial e histórico global da Primeira Guerra Mundial, a sua receção em Portugal foi, no entanto escassa, no campo da narrativa, das artes e da biografia, e abafada por um arquivo consideravelmente maior de expressões (literárias, plásticas, políticas e historiográficas) coevas centradas na propaganda do esforço militar, ou apologéticas do patriotismo e das virtudes castrenses dos elementos do Corpo Expedicionário Português, não só em fontes institucionais, como inclusive por parte de intervenientes que testemunharam os factos no próprio teatro de guerra. Potenciada pelo facto de o País se encontrar no lado vitorioso, a insistência da narrativa predominante no adquirido absoluto da preservação de Portugal como potência colonial no concerto das nações serviu como filtro de receção dos fenómenos traumáticos (inadaptação às sub-humanas condições do quotidiano nas trincheiras, elevada morbidade de lesões físicas e psíquicas, stress post-traumático, experiência dos prisioneiros de guerra em campos de concentração alemães, mortalidade maciça das tropas nacionais impreparadas), entre os quais o gaseamento. A sua importância deverá, porém, ter sido determinante no impacto que tiveram os horrores da guerra na população portuguesa, veiculado pelos relatos dos veteranos que os testemunharam em primeira mão e patente nas devastações causadas aos próprios sobreviventes dos ataques, cujo comportamento consagrou o generalizado uso popular de “esgaseado”. Em que terão consistido uns e outras, podemos deduzi-lo das narrativas memorialísticas e dos textos médicos tão raros como eloquentíssimos, que as comemorações do centenário do conflito mundial despertam agora da sua dormência de um século.

Caso exemplarmente ilustrativo da experiência do gaseamento narrado na primeira pessoa é o das *Memórias da Grande Guerra*, de Jaime Cortesão (1919), incluído na coleção de memórias de combatentes publicada pela Renascença Portuguesa entre 1916 e 1924, entre os quais se contam *Nas trincheiras da Flandres* e *Calvários da Flandres*, de Augusto Casimiro, *A Malta das Trincheiras*, de André Brun e *Ao Parapeito* e *O Soldado-Saudade na Guerra-Grande*, de João Pina de Moraes, *Cartas da Guerra (com o Exército Inglês)*, de Adelino Mendes, *A Ferro e Fogo na Grande Guerra (1917-1918)*, de Eduardo Pimenta,

²⁰ Extrato de carta de um soldado recolhida por Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, p. 144.

Tropa d’Africa, de Carlos Selvagem (pseudónimo de Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos), para além de relatos de altas patentes militares, como *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys, 9 de Abril de 1918*, de Gomes da Costa, ou de prisioneiros na Alemanha, como *Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg (notas dum prisioneiro)*, de Alexandre Malheiro. A atividade editorial do movimento da Renascença Portuguesa era guiada por um programa de promoção da literacia cultural consentâneo com os ideais reformistas, e correspondentes políticas públicas, do regime republicano recém implantado, e, para além disso, refletia de algum modo a posição intervencionista e beligerante do movimento de que faziam parte destacados apoiantes do Partido democrático de Afonso Costa, feroz crítico da neutralidade portuguesa na contenda internacional em que parecia evidente que se jogava o futuro do Império Colonial. O posicionamento militantemente belicista e nacionalista, e, nessa medida, panegírico do conflito, não foi de molde a comprometer o realismo das narrativas, nem parecia afigurar-se que a minuciosa e barroca descrição de toda a espécie de horrores e atrocidades pudesse comprometer a deliberada mitificação do soldado português, sugerindo, ao invés, que contribuisse inclusive para a alimentar. Com efeito, ela

”transportava uma visão profética redentora, ancorada numa dupla justificação de sentido patriótico: a justificação política de aliados naturais do bloco demoliberal anglo-francês contra o expansionismo cesarista alemão; a justificação ética de uma proposta de revigoração moral das energias nacionais que o soldado encarnava” (Leal, 2000: p. 445).

Caso exemplar disto mesmo são as *Memórias da Grande Guerra*, de Jaime Cortesão (1919), cujo recorte literário em nada esteticiza a experiência da guerra das trincheiras:

“Os vivos teem de viver em promiscuidade com os mortos, - mais do que isso, com as mutilações dos cadáveres. Ali, ao pé da trincheira, a meio duma dessas paredes dum poço de explosão, emergem os dois ossos duma perna com farrapos de podridão suspensos e uma bota ainda calçada. Às vezes o odor a carne putrefacta é tão intenso que é necessário mandar tapar; outras o cheiro nauseabundo erra no ar, vindo não se sabe donde. Todo este chão exala carnagem, loucura, nevoeiros de morte. Em certos pontos dir-se-ia que a terra inda está ensopada de sangue negro” (Cortesão, 1919, pp. 87-88).

Também a experiência pessoal do gaseamento é narrada sem qualquer autocomplacência por Jaime Cortesão, ele próprio médico e conhecedor da sintomatologia e efeitos do gás. Cortesão começa a sentir os primeiros sintomas a altas horas da noite no quarto alugado onde se aloja. Socorrido pela dona da casa, é atendido por um colega português que o faz transportar para um primeiro hospital, que é bombardeado, e de onde é enviado para um segundo, destinado ao tratamento específico de gaseados, mas a ambulância onde segue é alvo de um ataque e a equipa que o acompanha deixa de dar sinal de si, abatida ou em fuga. Socorrido finalmente por ingleses, é transportado para um hospital de campanha britânico e só depois para o seu destino final. A batalha de La Lys surpreende-o em plena convalés-

cença, ainda demasiado combalido para poder ser de alguma utilidade aos outros clínicos que no hospital atendem os evacuados:

“Há algumas horas que sinto um mal horrível. Tomou-me uma tosse violenta, ao passo que me ganha o peito uma opressão e um ardor horrível, como se me houvessem despejado algum líquido corrosivo cá dentro. Os olhos doem-me agudamente. Vejo-me a um pequeno espelho metálico de algibeira. Diabo! Tenho a impressão de que uma névoa me não deixa vêr bem. É que estão irritados e laivados de sangue. Espreguiço-me. Sinto juntamente uma fadiga imensa e uma necessidade inquieta de me agitar. Disponho papéis; abro a mala; tomo e largo coisas à toa, até que enfim começo a despir-me. Mas eis que anseio numa nova aflição. Arquejo, sacudido de haustos e vômitos hediondos, e, longamente, corre-me da boca uma espuma branca e viscosa laivada de sangue. Agora uma atonia funda prostra-me o corpo. Urge que me deite. E, quando vou a meter-me na cama, sinto um ardor violento e cruciante nos olhos que entram de chorar a grandes bagadas. De súbito cerram-se e quando tento de novo abri-los, sinto que as pálpebras estão violentamente coladas uma à outra. Então às mãos ambas afasto-as um pouco para logo as deixar cerrar, tão doloroso é esse esforço. Mas, — coisa horrível! — eu não vi. Uma suspeita terrível me lanceia a alma: estarei cego?! Afasto de novo as pálpebras. Horror! Não vejo! Não vejo! Estou cego! O coração bate marteladas doidas. Sento-me na cama e procuro dominar-me. Digo a mim mesmo que é naturalmente inflamação passageira. Mas como não vejo e só o tacto agora me guia, na tontura da aflição e da fadiga extrema, cambaleio e tropeço em tudo. Às apalpadelas consigo deitar-me. Tento descançar. Mas não há maneira: o coração acicatado da emoção horrível, exaustinado pelo veneno, galopa, galopa cá dentro. No quarto, por cima de mim, os meus dois pobres companheiros gemem, decerto alanceados pelas mesmas dores. Agora não gemem, uivam espantosamente. E o meu coração não descança. Sufoco” (pp. 191-193).

Ao crescendo de sofrimento físico vem agora juntar-se o conflito psíquico que sempre acaba por acompanhá-lo:

“Perdi a noção do espaço e do tempo. Caí num abismo, donde a custo arranco para voltar à realidade. Por vezes a vida pára-me e depois tenho a impressão de que ressuscitei: é o coração que desfalece. Na memória poucas sensações persistem. Só isto: a cada arranco de tosse enche-se-me a boca de sangue. Dão-me leite, champagne e drogas, e crivam-me o tronco de ventosas. A tosse não me deixa descançar. Adormeço e acordo a cada passo com pesadelos horríveis. Outras vezes passo horas sozinho. Quero falar e chamar por alguém, mas enrouqueci de tal maneira que perdi a voz. É certo também que nem forças teria para falar. Nem as tenho também para sentir” (p. 198).

O uso de gases tóxicos para fins bélicos deve-se à iniciativa alemã, que principia a utilizá-los em 22 de Abril de 1915 sobre forças aliadas situadas nas imediações de Ypres, na Bélgica, com o propósito muito concreto de desalojar elementos inimigos abrigados em trincheiras e os transformar em alvo fácil para fogo de artilharia. Como bem o faz notar Nuno Santa Clara Gomes (2013, pp. 210-211), a aposta da Alemanha na nova arma, enquanto potência beligerante, é demonstrada pelo facto de nada menos que quatro prémios Nobel das suas fileiras científicas terem contribuído com a sua *expertise* para a criação de um instrumento tecnocientífico cujos riscos e reais danos causados superaram de longe os benefícios esperados. A política beligerante de reação em escalada simétrica, prevalecente em ambas as partes em conflito, levava a que cada contendor respondesse com qualidade e intensidade equivalente ao adversário, de tal maneira que a incontestável superioridade alemã no gaseamento, que se registou sensivelmente de Abril a Setembro de 1915, rapidamente foi suplantada, por sua vez, pela resposta inglesa, levando a uma espécie de equilíbrio do terror – e dos danos realmente infligidos – que dessa maneira prolongava o conflito com sucessivos impasses sem saída aparente e a inestancável mortandade daí resultante:

“Aconteceu com os gases o mesmo que com as metralhadoras ou com a artilharia pesada de campanha: passaram a ser mais uma ferramenta de morte em grande escala, sem que o seu emprego levasse a uma decisão. Apenas aumentou o grau de horror já existente, mas o pior estava para vir” (Gomes, 2013, p. 212).

O primeiro gás a ser escolhido foi o cloro, abundante na indústria química, mas apenas esteve na origem de uma corrida à experimentação de gases cada vez mais letais em doses cada vez menores e capazes de penetrar as máscaras de proteção até aí utilizadas ou então gases irritantes que levavam os soldados a retirá-las, ficando expostos a gases letais. Foram assim utilizados gases sufocantes, como o fosgénio, a cloropicrina, além do cloro original, gases vesicantes, como a yperite ou gás mostarda, gases irritantes, com efeitos esternutatórios ou lacrimogéneos, e gases tóxicos, efetivos no sangue, como o monóxido de carbono, e nos nervos, como o ácido cianídrico. De todos, o gás mostarda notabilizou-se tristemente pelo facto de atuar insidiosamente, passando despercebido por ser incolor e inodoro, quando puro, mas com um terrível efeito corrosivo sobre as vias respiratórias que levavam à uma sufocação estertorante a prazo, além de permanecer no solo sob a forma de gotículas contaminantes, o que acrescentava às mais comuns vias de exposição, a dérmica e a inalação, a via oral, o mais das vezes por ingestão de água contaminada. Com efeito, o recurso ao gás mostarda elevou a guerra química a um novo patamar de letalidade com início nos ataques de Julho de 2017, conseguindo piorar, se tal era possível, o pavoroso espetáculo das consequências do fosgénio já anteriormente observadas, que literalmente derretia os órgãos das suas vítimas num caudal de fluido sanguinolento. O grau de eficácia do gás mostarda era também redobrado com o aperfeiçoamento da sua fabricação e manuseamento e do armamento utilizado para disparar os projéteis de gás, nomeadamente o projetor Livens e o morteiro Stokes. Os sintomas iniciais, uma ligeira irritação ocular e na garganta, apareciam de maneira insidiosa, até se irem progressivamente transformando em dor insuportável que obrigava a manter as pálpebras cerradas, o que explica as levas de evacuados de olhos vendados por pensos agarrados uns aos outros em fila indiana – isto

nos casos ligeiros – que surgem na iconografia da guerra. À desfiguração provocada por feridas semelhantes a bolhas de queimadura que se agigantavam em algumas horas acrescia a generalizada devastação dos órgãos internos – laringe, cordas vocais, coração, pulmões, inchados e encharcados em sangue, cérebro com inúmeras bolhas de gás – observada na necrópsia dos cadáveres dos gaseados. Era terrível o efeito psicológico deste espetáculo nos soldados sobreviventes que testemunhavam o sofrimento martirizante dos seus camaradas e estava na origem de uma síndrome de medo tão paralisante como os próprios efeitos físicos dos ataques:

“O gás era – e continuou a ser – tanto uma arma psicológica como física. (...) Uma e outra vez no decurso da Grande Guerra, os ataques com gás causavam pânico e os esforços dos militares para conceber contra-medidas tinham apenas limitado sucesso” (Shepard 2002: p. 63).

As máscaras anti-gás só tardiamente utilizadas na guerra, e que as chefias garantiam ser seguras, não se afiguravam aos soldados enlouquecidos de medo à simples menção do gás mais fiáveis do que os panos embebidos em urina a que inicialmente se recorria como meio de proteção. Do que poderiam ser os treinos de uso da máscara, proporciona-nos o fotógrafo Arnaldo Garcez raríssimas imagens nacionais, como a intitulada “Soldados portugueses exercitando-se no uso da máscara contra gases asphyxiantes” (Anónimo, 1917, p. 14). O tom do artigo onde se insere essa imagem fotográfica pretende ser tranquilizador e infundir o sentimento que a terrível ameaça do gás alemão nada pode contra as máscaras aliadas, mas o que ele não diz é que os treinos do seu uso, em exposição simulada ao gás para reconhecimento dos respetivos sintomas, apenas contribuíam para elevar os níveis de ansiedade dos soldados e fazer inclusivamente surgir reações de *stress* traumático por antecipação. Foram descritos comportamentos de pânico coletivo à mera audição de sirenes de alarme de ataque iminente com desenvolvimento de sintomatologia histriónica dos efeitos do gaseamento sem que este sequer tivesse ocorrido. Tanto terá contribuído, igualmente, para distorcer a avaliação da gravidade dos efeitos dos gaseamentos reais pelos médicos que tendiam a percebê-los como predominantemente histéricos, quando, em Março de 1918, os alemães tentaram pôr fim à guerra com ataques incessantes e maciços como forma de prevenir a intervenção iminente das forças norte-americanas. É este o contexto da participação do Corpo Expedicionário Português a partir do início de 1917 e durante o ano de 1918, e destacadamente na batalha de La Lys, no qual os ataques com gás atingiram um auge.

Isto mesmo é assinalado no *Relatório sobre As intoxicações pelos gases de guerra – 1915-1918* (doravante abreviadamente referido como *Relatório*) apresentado em 1919 ao Ministro da Guerra pelo médico militar David de Mornes Sarmiento, encarregado do estudo clínico dos gases de guerra no Corpo Expedicionário Português e que constitui um documento absolutamente singular e precioso na literatura médica portuguesa respeitante à Primeira Guerra Mundial:

Contudo no Corpo Expedicionário Português (...) até às vésperas de terminar a guerra, os clínicos não possuíam o mais rudimentar conhecimento sobre os ‘gaseamentos’, cujos problemas, inteiramente novos em medicina cas-

trense, foram pela primeira vez observados, durante a grande conflagração europeia, algumas dezenas de meses antes das nossas tropas terem partido desfraldar a bandeira de Portugal sobre as trincheiras da Flandres. É que eram secretas todas as publicações dos aliados sobre o que se ia investigando acerca destas intoxicações e jamais a Chefia dos nossos Serviços de Saúde curara em averiguar e difundir os conhecimentos que elas facultavam a todos os exércitos aliados (p. 3).

Pouco lisonjeiro para os nossos aliados britânicos, o estudo dos efeitos do gaseamento viu-se, porém, na contingência de depender da experiência prática acumulada, das observações clínicas, e dos meios técnicos ingleses para ter acesso a um conhecimento minimamente satisfatório acerca do gaseamento que afetava por igual as tropas lusas expostas aos ataques e todas as demais. Com efeito, o Relatório esclarece que o estudo dos gaseamentos, iniciado a 2 de junho de 1918 por uma equipa composta pelo Coronel Sinel de Cordes e os Tenentes-coronéis Ferreira Martins e Pires Monteiro, e apoiado depois em Portugal pelos médicos Azevedo Neves, Geraldino Brites e Magalhães Ramalho, se fez sobre os últimos gaseados ingleses, visto quase totalidade das tropas portuguesas já estarem afastadas das linhas da frente. O facto de os primeiros ataques alemães sobre aliados terem ocorrido muito antes de as tropas portuguesas terem chegado à pode explicar que a hierarquia das forças portuguesas tenha depositado uma pouco justificável confiança na proteção aliada, tendo em conta que ela em nada compensou o real desinteresse e despreocupação das autoridades militares nacionais, tão impreparadas para os ataques como os soldados que deles foram alvo.

O *Relatório* informa que o Serviço de Saúde português não organizou desde o início um imprescindível arquivo clínico, que permitisse, nomeadamente, proceder a uma frutífera e correta comparação estatística entre as baixas nas tropas nacionais, aparentemente menos afetadas que outros contingentes estrangeiros, devido terem ocupado setores do terreno menos expostos a ataques do que estes. Assim, das 843 mortes em combate, além de 57 por acidente e 252 por doenças várias, o Corpo Expedicionário Português viria a registar 54 mortes por gaseamento, o que corresponde a 4,6 por cento do total de 1186 óbitos, em franco contraste com o cálculo estimado de 17 por cento na generalidade dos exércitos combatentes em França desde o início do conflito. Quanto às 6938 baixas sem mortes, houve 2649 feridos, 2058 desaparecidos ou aprisionados – o que lança uma incógnita quanto ao seu estado de saúde e respetivas causas – e 1848 gaseados não fatais que correspondem a 26,6 por cento do total, superior à percentagem de falecimentos, mas ainda assim abaixo dos cerca de 34 por cento ocorridos nas restantes forças militares. Por outro lado, ficou por determinar o peso das sequelas do gaseamento nas baixas de que resultaram 5549 incapacitados, entre os quais se contam 4277 permanentes, 321 parciais incapacitados para o serviço, com 116 do Corpo Expedicionário e 823 que transitaram para os serviços auxiliares. Desta estatística diz o *Relatório* que não podem ser deduzidas conclusões certas acerca das mortes diretamente decorrentes do gaseamento:

“o número representativo das perdas em combate apresenta-se indiferente ao género de morte que as ocasionou. Podem ter caído nesta designação geral, não sómente os gaseados graves, que nem vida tivessem tido para alcançar os

postos sanitários (o que, conhecida a ingénua e irresponsável incúria que a tal respeito lavrou nos nossos combatentes e a ignorância do pessoal médico, sem instruções algumas sôbre a clínica dos gases, não é para conceber como excepcional raridade), mas ainda muitos dos feridos que, também gaseados, tivessem vindo a sucumbir, mais cedo ou mais tarde, aos efeitos associados da metralha e do veneno, facto que se constatou com uma frequência, que adquiriu foros de generalidade, pela difícil situação do ferido na atmosfera sempre gaseada, que pairava sôbre os campos metralhados” (p. 22).

Não deixa de ser sintomático, e muito interessante desse ponto de vista, que um *Relatório*, escrito por um clínico a quem seria exigível rigor e fria objetividade científica, mas afinal tão franco na confissão das limitações da preparação de militares e na ignorância imponente dos médicos como na denúncia da incúria das hierarquias, atinja, em compensação, cumes de eloquência gongórica na descrição do apocalíptico desenrolar de um ataque com gás que espalha nuvens tóxicas sobre um acampamento militar, apanhando de surpresa as tropas de apoio a horas de desprevenido repouso:

“Numa alvorotada zoadá de violentos acessos de tosse convulsiva e de lamentos clamorosos, gritados por desesperada angústia, despertaram milhares de soldados e, em rápidos segundos, foram os que mais se esforçaram, bravejando pela vida, os que, primeiro, se sentiram estrangulados e atirados à agonia furiosa da mais aflitiva asfixia. E os que, a tossir, sequiosos de ar também, anhelantes, tresloucados, buscavam fugir, a curtas passadas paravam esbofados. Debaxo da fumarada espessa, que lhes atabafava a tosse e a voz, uns a arroxear-se progressivamente, cansado o coração no trabalho estrénuo de pulsações vibrantes, cheias e compassadas; outros a tingir-se-lhes a pele com uma palidez plúmbea, entre esvaimentos, com que a aritmia desvairada do pulso pequeno e fugidio lhes fazia ver a morte; todos com o peito descoberto e arquejante a avultar entre os rasgões, abertos nas roupas pelas mãos crispadas, iam caindo por terra desfalecidos, mas sempre fixados à toalha do veneno, que os embebia. (...) De repente, clarões deslumbrantes de relâmpagos sucessivos, jorrados das linhas alemãs surgiram a dilacerar a escuridão profunda e, ao mesmo tempo, um furioso furacão de metralha desencadeou-se sôbre a névoa densa a tentar removê-la, dissipá-la com os cortantes sibilos das estilhas e com o estrondoso reboar dos obuses, que cavavam no solo juncado de cadáveres, bôcas informes, onde o veneno corria a esconder-se com os farrapos retalhados pela saraivada dos estilhaços, e, tintas de sangue, permaneciam abertas, como que em ávido desejo de deglutir mais vidas” (pp. 27-28).

Segue-se a debandada geral e desordenada dos diretamente atingidos e bem assim de quantos, tomados pelo pânico à vista do estertor dos caídos, acorriam de toda a parte onde a nuvem de gás tinha chegado para invadirem aos milhares os postos de socorro:

“Entre os doentes que se conservavam de pé, uns agitavam-se como loucos, com as faces vultuosas, os olhos injectados, procidentes a contraírem-lhes as pupilas, com as narinas dilatadas, escumantes e os lábios roxos a distendrem a bôca entreaberta donde pingava a escassa expectoração amarela, gomosa e arejada. Retorciam-se em luta desesperada, ora em crises de vômitos sucessivos que surgiam a quebrá-los pela cintura, ora contra extenuantes paroxismos de tosse que mal lhes deixava as gargantas doloridas coar o sôpro esganado da respiração curta e difícil. E com os ombros soerguidos e o pescoço atado por engrossadas veias túrgidas, latejantes, rasgavam furiosamente as roupas que sentiam como anéis de aço a apertarem-lhes as goelas, a esmagarem-lhes o arcaboço distendido um amplo bôjo imóvel. Frios, com o pulso vagaroso, cheio e vibrante, mal sofriam que se lhes escutassem os pequenos fervores de congestão discreta que, sem mais sinais, se difundiam pelo tórax ressonante de cima a baixo. Aqui e além outros sentados ou já deitados em macas, sôbre os bancos, ou por terra, numa fadiga extrêma, iam-se entorpecendo a pouco e pouco e cobrindo-se de uma leve tinta azulada que escurecia nos lábios e nas orelhas; humedecidos por suor viscoso e frio, com as mãos trémulas e regeladas, com o pulso ainda rítmico, mas muito fraco a apressar-se, recurvados e anhelantes, abandonavam-se sonolentos ao edema, que lhes inundava os pulmões, e frouxamente debatiam-se contra as angustiosas ânsias de ar, com que a tosse convulsiva lhes trazia a abundante expectoração glutinosa e espumante, que ficava a babar-lhes as faces, as vestes, a escorrer até o solo” (p. 29).

Do ambiente vivido na imediata sequência de ataque com gás dá-nos uma eloquente imagem o quadro “Depois de um ataque de gás”, do pintor Adriano Sousa Lopes, que, a sós, tomou à sua conta o Serviço Artístico do CEP, após se ter voluntariado para o integrar como oficial. À vista desta realidade, realmente digna de um tríptico de Bosch, a impotência dos médicos revela-se em toda a sua terrível brutalidade:

“Perante tam extravagantes e mortíferos efeitos desta intoxicação desconhecida, não ocorria outro recurso de tratamento, que suavizasse o sofrimento de tanta gente, que não viesse da terapêutica sintomática” (p. 30).

A sintomatologia variava consoante o tipo de gás utilizado. A este respeito, o *Relatório* adianta uma tipologia própria, claramente oposta ao modelo germânico, rejeitado por classificar os gases em função de um critério exclusivamente militar, dividindo-os basicamente em dois grupos, o dos gases irritantes que rapidamente neutralizavam os combatentes feridos, e o dos gases como o gás mostarda, que eliminava de forma retardada os combatentes que por ele eram atingidos. A isto, o *Relatório* prefere uma classificação pautada por critérios clínicos, próxima das tipologias de gases adoptadas pelos exércitos francês e britânico. Os franceses distinguiam entre gases sufocantes (do tipo cloro), nos quais se incluíam o foscénio, a cloropicrina, a palite e as cetonas bromadas, gases vesicantes, caso da iperite e gases irritantes, estes últimos divididos entre lacrimogéneos, do tipo do brometo de benzil, e esternutatórios, do tipo do cloreto de difenil-arina. Os ingleses distribuíam os

gases pelas categorias de irritantes pulmonares (os vapores nitrosos, o cloro, o fosgênio, o oxícloreto de carbono ou cloreto de carbonilo, a palite ou cloro-metil-cloroformato, o difosgênio ou tricloro-metil-cloroformato, a cloropicrina ou nitro-clorofórmio, o cloreto e a fenil-carbilamina), irritantes nasais (o cloreto de difenil-arsina), irritantes lacrimogêneos (o brometo de benzil, o brometo de xilil, a bromacetona, o brometo de metil-etil-cetona e o dibrometo de metil-etil-cetona), vesicantes (a iperite), um intoxicante do sangue (o óxido de carbono) e um veneno do sistema nervoso (o ácido cianídrico). O *Relatório* português adopta uma versão simplificada, que classifica os gases de guerra em gases alterantes da composição química do sangue, distinguindo estes em nocivos por anoxemia (como o dióxido de carbono) e nocivos ao sistema nervoso ou nevrosténicos (como o ácido cianídrico), e gases irritantes celulares dos tecidos epiteliais de revestimento (tais como o cloro, os brometos, o dibrometo, o fosgênio, a palite, o difosgênio, a cloropicrina, os sulfuretos e os cloretos, etc.), e descreve a sintomatologia e as lesões decorrentes de cada um destes tipos de gases, a partir de uma revisão do estado da arte da literatura médica inglesa. Além desta, o *Relatório* cita igualmente o documento *Defence Against Gas* das British Expeditionary Forces, no intuito de realçar que a precariedade das soluções terapêuticas obrigava a escrupuloso cumprimento das medidas preventivas, o que as forças britânicas cometiam às responsabilidades formais da oficialidade militar. Com efeito, o êxito variava com as diferenças de toxicidade dos gases, e, se era menor na carboxemia, agravava-se no caso do ácido cianídrico que atuava no sistema nervoso, e mais ainda, se possível, com os gases irritantes e corrosivos que destroem os elementos celulares. A corrosão da árvore respiratória era invariavelmente fatal e atingia foros de horror, o que era patente na autópsia aos cadáveres de gaseados, que mostravam extensas e mortíferas lesões, sobretudo nos gaseados que morriam com rapidez suficiente para não ficarem afetados outros órgãos, que, quando o eram, apareciam então completamente destruídos também. No conjunto das impressionantes imagens fotográficas inseridas no final do *Relatório*, disponibilizadas por fontes inglesas, além de algumas que mostram as lesões tecidulares em pulmões e hemorragias no cérebro de gaseados, inclui-se uma que revela o revestimento interno de uma traqueia expelido na expectoração de um soldado, com uma grande parte da mucosa vascularizada (Figura 1).



Lesões nos tecidos

Figura 1. (Fonte: *Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens*)

Com efeito, a sintomatologia do gaseamento não só variava consoante o tipo de gás utilizado, como em função do grau de exposição das vítimas dos ataques, que podiam ficar afetadas de forma ligeira (Figura 2), moderada (Figura 3) ou grave (Figura 4), e sobreviver com equivalentes graus de incapacidade ou então a morte a prazo mais ou menos curto, variável entre umas poucas horas e alguns dias.



Soldado S. D. — Artilharia de costa, 2.º grupo do C. A. P., 3.ª Bateria

(Fotografia tirada no 4.º dia de intoxicação)

Gaseamento ligeiro de início. Queimaduras do 1.º e 2.º grau. *Rash* escarlatiniforme. Intensa conjuntivite purulenta. Moderadas laringite, faringite, traqueite e bronquite. Complicações bronco-pneumónicas ao 8.º dia. Albumina, cilindros hialinos na urina. Hospitalização durante dois meses. Ulterior situação militar: incapaz do serviço activo.

Figura 2. (Fonte: *Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens*)



Efeitos tóxicos graves dos gases



Efeitos tóxicos graves dos gases

Figura 3. (Fonte: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens)

Figura 4. (Fonte: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens)

Por seu lado, o grau de eficácia do tratamento, mesmo assim apenas paliativo dos sintomas, era inversamente proporcional à gravidade dos efeitos:

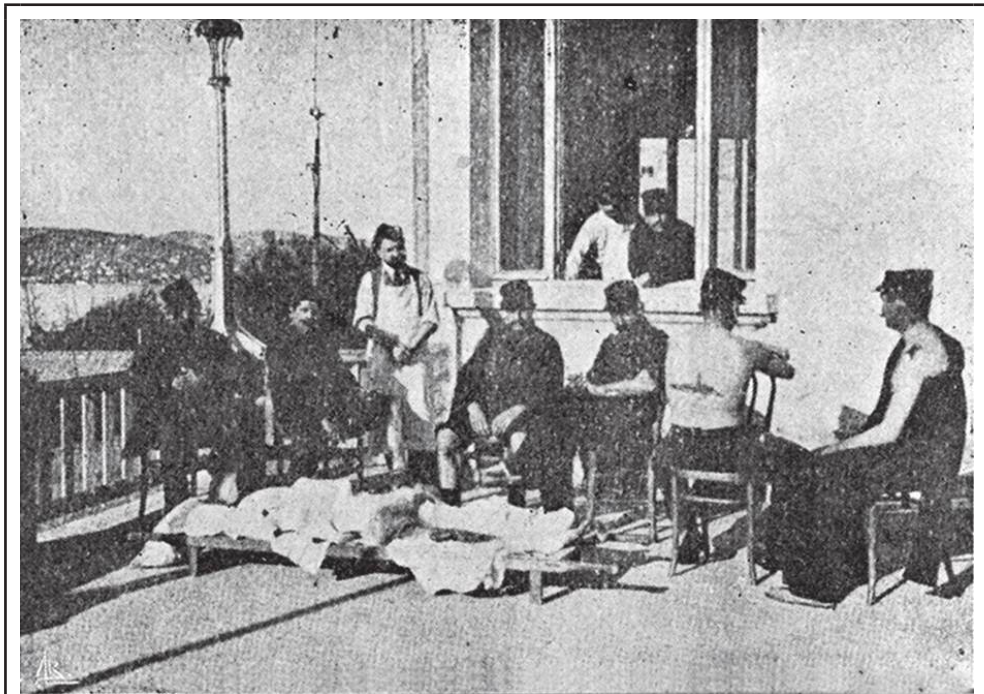
“De uma maneira geral, pode-se concluir que o tratamento fundamental das intoxicações de guerra só dispunha de recursos para obviar às ulteriores alterações, que vinham a prejudicar em globo a economia orgânica pelas variadas formas de asfixia. Todas as disposições terapêuticas mais importantes escalonavam-se, então, com o capital intuito de socorrer os feridos asfíxicos, cuja sintomatologia ora se estabelecia de súbito, ora evoluçionava vagarosamente. E, era em torno deste princípio essencial, que a restante medicação secundária garantia a eficácia da terapêutica principal, evitando e moderando quaisquer dificuldades e complicações intercorrentes” (p. 131).

Para todos os gaseamentos de guerra o tratamento geral assentava nas seguintes quatro condições essenciais:

- “1) Ao retirar os feridos das atmosferas envenenadas, deviam ser mantidos em meios, onde permanentemente circulasse ar livre e puro;
- 2) A fim de lhes serem evitadas combustões orgânicas escusáveis e sempre perniciosas pela carência de oxigenação do sangue, que em tais casos era sempre difícil, todos os feridos gaseados deviam ser mantidos no mais rigoroso repouso;
- 3) E como ao entrarem enregelados, o frio os obrigava a nocivos movimentos musculares e era agravado pelo despir das roupas, que traziam sempre mais ou menos contaminadas pelo tóxico, deviam ser todos mantidos em meios moderadamente aquecidos e ser rodeados das precauções necessárias, que lhes evitassem perdas de calor;
- 4) Finalmente, a instabilidade da sintomatologia inicial destes feridos, que pioravam de repente e gravemente, sem causas facilmente reconhecíveis e portanto inevitáveis, aconselhava os clínicos a reservar sempre os seus prognósticos nas primeiras fases, mostrando-lhes que se deviam manter na mais rigorosa vigilância, até que o perigo das surpresas fosse removido” (p. 132).

Deste modo, os gaseados em síncope eram imediatamente socorridos nos postos de socorros (Battalion Aid Post), eventualmente ventilados com respiração artificial nos casos que dela necessitassem, depois encaminhados para as Advanced-Dressing Station(s), já munidos de um diagnóstico provisório, e enfim para os Centros Avançados de Gaseados que podia ser uma Main-Dressing-Station ou uma Casualty-Clearing-Station. Aí eram despidos e esfregados com soluto aquecido de hipoclorito de cálcio, os olhos e as narinas copiosamente irrigados com bicarbonato de sódio em solução aquecida, podendo ser sangrados ligeira ou abundantemente em caso de dispneia agitada e vultuosa, mas só se a pressão sanguínea e as pulsações estivessem normais, e finalmente vestidos com pijamas e obrigados a deitar-se em absoluto repouso até à evacuação final.

Em Portugal, após o tratamento na fase aguda da doença, os soldados eram recebidos, para acompanhamento prolongado, em Estações de Convalescença, em regra instalações adaptadas especialmente para esse efeito em edifícios já existentes, como foi o caso do antigo Lazareto de Lisboa, um vasto edifício situado em Porto Brandão, na margem sul do rio Tejo, atualmente ainda de pé, mas devoluto e em adiantado estado de degradação, após a sua derradeira serventia como local de acolhimento de retornados das ex-colónias africanas. Do ambiente vivido nesses locais, pode dar-nos uma pálida imagem uma pouco conhecida obra do médico Bissaia Barreto, *O sol em cirurgia* (1915), que exalta os benefícios da exposição aos raios solares, profusamente ilustrada com imagens, entre as quais uma que mostra soldados a apanhar banhos de sol (p. 340).



Na guerra, onde a cicatrização dos ferimentos tem de ser rápida, empregam-se os banhos de Sol (abril 1915)

Figura 5. (Fonte: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens)

Efetivamente, a literatura médica que chegou até nós, sugere que pouco mais era dado fazer ao acompanhamento clínico dos convalescentes, e menos ainda quanto aos efeitos psiquiátricos respeitantes àquilo que só muitas décadas – e muitas guerras passadas – após o termo da Primeira Guerra Mundial foi descrito como *stress* de guerra e *stress* pós-traumático. No estado atual da investigação, apenas se pode aventar que era prática excepcional o encaminhamento de evacuados para hospitais psiquiátricos, como foi o caso do Manuel Joaquim da Cunha, oriundo da Murtoza, que, vindo de França, onde já tinha estado internado num hospital de campanha entre 7 de Janeiro e 24 de Abril de 1918, deu entrada no então Manicómio Bombarda a 17 de Maio (1918). Diagnosticado com confusão mental e delírio (aponta uma pequena cicatriz que diz ser de um golpe no arame farpado, num dos braços, e pede ao médico que lho corte, para não lhe envenenar o sangue), a sua história clínica assinala o choro fácil. Para além da tuberculose pulmonar subjacente, encontrava-se emaciado (ganha quatro quilos e meio nas duas semanas de internamento) e era portador de uma infeção urinária. Nada mais tendo ficado registado quanto ao seu seguimento psiquiátrico, foi-lhe dada alta a 3 de junho seguinte.

Idêntico desconhecimento se aplica aos próprios efeitos neurológicos, e respetivas complicações de ordem psiquiátrica, resultantes dos gaseamentos, embora as suas mani-

festações fossem evidentes no comportamento dos “esgaseados”. Na sua extensa obra *A neurologia na guerra* (1917), na qual se debruça sobre as alterações motoras provocadas por lesões medulares, Egas Moniz ignora na prática os efeitos neurotóxicos dos gaseamentos. Impõe-se, porém, ressaltar que tal estudo teria decerto de limitar-se a algumas observações superficiais, como acontecia nas necrópsias que registavam alterações patológicas nos cérebros cadavéricos dos gaseados, na impossibilidade de as visualizar *in vivo* nos sobreviventes a longo prazo que apresentavam desordens comportamentais, o que só foi possível com o surgimento da angiografia cerebral, em época muito posterior. Na verdade, o mais que conhecia a medicina castrense anterior à Primeira Grande Guerra era a chamada “embriaguez pela pólvora” libertada pelas explosões, mas nada que se assemelhasse aos efeitos do gaseamento, de que se limitava a verificar no teatro de guerra as consequências mais impressionantes, de resto já conhecidas através de experimentação laboratorial. A sintomatologia da intoxicação por dióxido de carbono levava a falência das faculdades psíquicas com confusão mental que simulava a sintomatologia da embriaguez alcoólica, por outro lado reconhecidamente prevalecte entre as tropas. Tanto acarretava que, no teatro de guerra, as hierarquias reagissem com a imposição de punições previstas para a intemperança, como bem recorda o *Relatório* (p. 59), que informa igualmente que às complicações nervosas, com irritabilidade e depressão neurasténicas, devidas não só à gravidade dos sintomas como à inadaptação das vítimas ao seu estado de inferioridade física e de total dependência, se vinham ainda sobrepor a debilidade e a fadiga física permanentes e irrecuperáveis que persistiam rebeldemente durante os longos meses de convalescência:

“foram aos milhares de jovens, que, escolhidos na mocidade mais robusta e vigorosa, esgotaram na tortura dos gaseamentos de guerra, durante algumas semanas apenas, quási toda a a energia vibrante, que pujantemente lhes oferecia longos anos da mais saudável e sólida resistência” (p. 87).

Nota final: As figuras 1, 2, 3, 4 e 5 pertencem ao domínio público e foram recolhidas no âmbito do Projeto de I&D da Fundação Para a Ciência e Tecnologia HC/0110/2009: *História da Cultura Visual da Medicina em Portugal*, de que o autor do texto é Investigador Responsável, acolhido pelo Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens da Universidade Nova de Lisboa / CECL, cujo logotipo foi impresso em cada imagem reproduzida.

Referências

- Anónimo** (1917). “As Máscaras contra gases asphyxiantes”, *Portugal na Guerra. Revista Quinzenal Ilustrada*. 1 (2), 15 de junho de 1917, 14.
- Araújo, F. M.** (2014). Reminiscências nacionais da Grande Guerra: as edições literárias da “Renascença Portuguesa” (1916–1924). *Cadernos de Literatura Comparada*, 31, 83–110.
- Barreto, B.** (1915). *O sol em cirurgia*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Cortesão, J.** (1919). *Memórias da Grande Guerra*. Porto, Renascença Portuguesa.
- Gomes, N. S. C.** (2013), Guerra Química. Os gases de combate. In Afonso A. & Gomes C. M. (orgs.) *Portugal e a Grande Guerra*. Vila do Conde, Verso da História, pp. 210–212.
- Leal, E. C.** (2000). Narrativas e imaginários da 1ª Grande Guerra: “O Soldado–Saudade” português nos “nevoeiros de morte”, *Revista de História das Ideias*. 21, 441–460.
- Manicómio Bombarda** (1918) *Caderno de Admissão n.º 1204, Livro 13, 1ª Secção, Ano de 1918, Enfermaria n.º 3, Classe 4ª*. Manuel Joaquim da Cunha.
- Moniz, E.** (1917). *A neurologia na guerra*. Lisboa, Livraria Ferreira.
- Sarmento, D. P. M.** (1919) *As intoxicações pelos gases de guerra - 1915–1918*. Relatório Apresentado a S.Ex.a o Ministro da Guerra, pelo Dr. David P. de M. Sarmento, Encarregado do Estudo Clínico dos Gases de Guerra no Corpo Expedicionário Português. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Shepard, B.** (2002) *A War of Nerves. Soldiers and Psychiatrists 1914–1994*. London, Pimlico.

O Serviço Veterinário Militar na Primeira Guerra Mundial

Gonçalo Paixão

Exército Português

Resumo: No início da Primeira Guerra Mundial, a posição de Portugal encontrava-se condicionada pelas dificuldades políticas e económicas internas e, no plano externo, pela ameaça da expansão das potências europeias em África. A partir de agosto de 1914 o Governo Português sentiu a necessidade de reforçar a presença nos territórios de Angola e Moçambique em virtude da ameaça Alemã que ali se fazia sentir. A ação do Serviço Veterinário Militar (SVM), à data, era em grande parte de profilaxia, diagnóstico e tratamento de cavalos, estando a área de saúde pública e epidemiologia no seu início. Também em Angola o SVM foi chamado a apoiar o esforço de guerra, sobretudo no que diz respeito ao apoio sanitário aos solípedes mobilizados. Durante o período da Grande Guerra foram mobilizados para Angola um total de 2321 solípedes. O apoio veterinário estava dividido em serviços veterinários de 1ª linha ou 2ª linha consoante fosse efetuado na linha da frente ou na retaguarda. A guarnição das colónias de Angola e Moçambique, e a constituição e organização do Corpo Expedicionário Português (CEP), motivaram uma profunda reorganização do Exército. Nesse período, o SVM revelou-se uma estrutura de apoio imprescindível à manutenção do efetivo animal. A criação do Hospital Veterinário Militar de Lisboa e do Depósito Geral de Material Veterinário data de julho de 1916. Em 9 de Março de 1916 a Alemanha declara guerra a Portugal. Entre maio e agosto de 1916 foram reunidos em Tancos cerca de 19.000 homens e cerca de 4.000 solípedes. O primeiro contingente do CEP parte para França a 30 de janeiro de 1917. São mobilizados 7.783 solípedes, enviados de Portugal via marítima. A estes juntam-se mais 1476 fornecidos pelos depósitos de remonta Ingleses. Durante este período o Serviço de Veterinária Militar revelou-se uma estrutura de apoio imprescindível à manutenção do efetivo animal, pelo que constitui o objeto de análise deste artigo.

Palavras-chave: Serviço veterinário militar, organização, solípedes, Hospital Veterinário Militar, guerra na Europa e guerra nas colónias

Abstract: At the beginning of the First World War, Portugal's position was conditioned by internal political and economic difficulties and, at the external level, by the threat of the expansion of European powers in Africa. Since August 1914 the Portuguese Government felt the need to strengthen the presence in the territories of Angola and Mozambique because of the German threat. In Mozambique tensions grew along the border of the Rovuma, where the Germans attacked the post of Maziúá. The action of the Military Veterinary Service (SVM), then, was mostly of prophylaxis, diagnosis and treatment of horses, being the area of public health and epidemiology at an early stage. The SVM was called to support the war effort, also in Angola, especially with regard to health support for the solipeds mobilized. During the period of the Great War, a total of 2321 solipeds was mobilized to Angola. Veterinary support was divided into first-line or second-line veterinary services

depending on the front or rear line. The garrison of the colonies of Angola and Mozambique, and the constitution and organization of the Portuguese Expeditionary Corps (CEP), motivated a profound reorganization of the army. During this period, the SVM proved to be an indispensable support structure for the maintenance of the operational animals. The creation of the Military Veterinary Hospital of Lisbon and the General Deposit of Veterinary Material, date of July 1916. On March 9, 1916 Germany declares war to Portugal. Between May and August 1916 about 19,000 men and about 4,000 solípedes were gathered in Tancos. The first contingent of the CEP leaves to France on January 30, 1917. 7,783 solípedes are mobilized, shipped from Portugal by sea. These are joined by 1476 more provided by the English deposits. During this period the SVM (Military Veterinary Service) proved to be an essential support structure for the maintenance of the effective herd and is therefore the object of analysis of this article.

Keywords: Veterinary services, organization, contingents, solípedes, Military Veterinary Hospital, war in Europe, war in Portuguese colonies.

1911-1916: Preparação e Mobilização do Serviço Veterinário do Exército Português para as campanhas da Grande Guerra

Através da reorganização do Exército de 25 de maio de 1911 (Secretaria da Guerra, 1911)²¹ o Serviço Veterinário do Exército (SVE) foi desanexado do Serviço de Saúde (SS), tendo sido criadas a 6ª Repartição (Serviço Veterinário) da 2ª Direção Geral (DG) da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, chefiada por um Coronel Veterinário (a que foi atribuída a função de inspetor do SVE), e a 6ª Repartição da 2ª DG do EME, chefiada por um Tenente Coronel Veterinário e tendo por subchefe um Major Veterinário.

Até então, a administração do SVE estabelecia-se através da 2ª secção da 6ª Repartição (SS) da 2ª DG da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. A reorganização de 1911 resultou na completa autonomia do SVE enquanto Serviço do Exército. Por ser justo e meritório, cumpre-nos referenciar os nomes de Almeida Beja, Mota de Almeida, Simões Alves, Chaves de Lemos, Conceição e Almeida, Evangelista de Sousa e Alves Simões, que foram os principais oficiais obreiros da nova orgânica emancipadora do SVE.

Nesta reorganização do Exército de 1911, foi também estatuída a criação do Hospital Veterinário Militar (HVM) e do Depósito Geral de Material Veterinário (DGMV) (Secretaria da Guerra, 1911)²² mas somente 5 anos mais tarde se viria a materializar aquela que tinha constituído, até então, uma aspiração de toda a classe médico-veterinária do nosso país (Secretaria da Guerra, 1916a)²³. Com a criação do HVM procura-se ultrapassar as insuficiências nos sistemas de recrutamento e mobilização de pessoal veterinário (médicos e enfermeiros) e de pessoal siderotécnico. Juntamente com o HVM foram estabelecidos o Depósito Geral de Material Veterinário (DGMV), uma escola de enfermagem hípica e uma escola de siderotecnia com uma oficina anexa para fabrico de ferragem.

As missões atribuídas ao HVM dividiam-se por 2 áreas: (i) formação académica/técnica do pessoal e investigação científica e (ii) apoio sanitário ao efetivo das unidades do Exército e das Guardas Republicana e Fiscal. Assim, o HVM destinava-se à especialização e aperfeiçoamento técnico do pessoal superior do serviço veterinário, à instrução da escola preparatória de oficiais milicianos, à instrução do pessoal de enfermagem e ao tratamento e hospitalização de solípedes. O HVM possuía na sua orgânica um laboratório de bacteriologia e análises clínicas e bromatológicas, que possibilitavam a realização de análises clínicas e bacteriológicas, o estudo de enzootias e epizootias (como o violento surto de mormo que eclodiu nos solípedes do CEP em 1917), bem como a realização de estudos de anatomia patológica, parasitologia e microbiologia.

O DGMV destinava-se a adquirir, fabricar, guardar, reparar e fornecer às unidades e formações veterinárias de campanha todo o material veterinário de que necessitassem para o serviço. Por sua vez, os cursos de enfermeiro hípico e de ferrador nas escolas do HVM só seriam efetivamente criados em 1917 (Secretaria da Guerra, 1917)²⁴.

A escola de siderotecnia destinava-se a aperfeiçoar os conhecimentos dos médicos veterinários nesta especialidade e a ministrar instrução técnica às praças que se habilitassem

²¹ Publicado na Ordem do Exército n.º 11, de 26/5/1911.

²² Artigos 151º e 157º.

²³ Publicado na Ordem do Exército n.º 16, de 15 de julho de 1916.

²⁴ Publicado na Ordem do Exército n.º 6 de 28/4/1917.

para ferradores militares. O pessoal instrutor e instruendo da escola de siderotecnia constituíam um esquadrão de tropas do serviço veterinário.

A escola de enfermagem era destinada a ministrar a instrução técnica aos enfermeiros hípicas. O pessoal instrutor e instruendo da escola de enfermagem hípica constituíam outro esquadrão de tropas do serviço veterinário. Os enfermeiros hípicas e ferradores em serviço nas diferentes unidades tinham a matrícula aberta nos respetivos esquadrões das escolas de enfermagem e siderotecnia, e consideravam-se adidos fazendo serviço naquelas unidades.

Os esquadrões de tropas do serviço veterinário eram constituídos por comandante capitão veterinário, 2 subalternos veterinários, primeiros sargentos (enfermeiros hípicas ou ferradores, consoante o esquadrão), segundos sargentos (enfermeiros hípicas ou ferradores), primeiros cabos (enfermeiros hípicas ou ferradores), soldados (enfermeiros hípicas ou ferradores) e soldados recrutas (todos em número a fixar, consoante o orçamento atribuído). O tempo de duração da escola de recrutas era fixado em 4 meses, findo o qual as praças passavam à classe de aprendizes. A título de curiosidade, refira-se que uma praça recruta do serviço veterinário tinha um vencimento (pré) de 2 escudos, um aprendiz de 12 escudos, um soldado de 16 escudos; um primeiro sargento tinha direito a um pré de 47 escudos (mais gratificação de 20 escudos).

As praças do serviço veterinário militar tinham uniforme análogo ao da cavalaria, substituindo a cor vermelha por carmesim e tendo no barrete as letras “SV” em metal. Os ferradores usavam o distintivo de ferrador. Os enfermeiros hípicas usavam “na gola do dólman de pano uma estrela vermelha de cinco pontas²⁵ assente sobre uma carcela de pano preto. No dólman de cotim, a estrela assentará sobre uma carcela de mescla cinzenta” (Secretaria da Guerra, 1916a).

O 1º Diretor do HVM foi o Tenente-coronel Aniceto Rodrigues, tendo o HVM sido levantado nas instalações da antiga “Real Fábrica de Lanifícios de Alenquer” no Campo Grande. Em 1928 o HVM foi transferido para o Rio Seco (Lisboa). Pelas antigas instalações do HVM no Campo Grande passariam mais tarde o Batalhão de Sapadores Mineiros do Regimento de Engenharia 2 (Exército Português, 2013a) e o Batalhão de Serviço de Transportes (Exército Português, 2013b). Atualmente, naquele espaço está o polo do Campo Grande da Universidade Lusófona.

De 1911 a 1928 o quadro permanente foi fixado em 41 oficiais veterinários, mas no período da Grande Guerra houve uma marcante e necessária remodelação do quadro dos oficiais veterinários milicianos e, em Portugal, quase todos os elementos da classe médico-veterinária foram chamados a cumprir o seu dever. A constituição de um quadro de oficiais veterinários milicianos iniciou-se pela promoção de todas as praças que possuíssem o curso de médico-veterinário (Secretaria da Guerra, 1916b)²⁶. De seguida, foi publicada legislação no sentido de estabelecer um regime específico de incorporação para os alunos da Escola de Medicina Veterinária (Secretaria Geral do Ministério de Instrução Pública, 1916)²⁷. Os alunos do 5º ano eram promovidos a alferes veterinários milicianos (desde que aprovados nos exames desse ano); os alunos dos outros anos que tivessem mais de 20 e menos de 30 anos

²⁵ Símbolo da Aliança Internacional da Estrela Vermelha.

²⁶ Publicado na Ordem do Exército nº 6, de 20/04/1916.

²⁷ Publicado na Ordem do Exército nº 9, 11/05/1916.

de idade ficaram obrigados a apresentar-se no HVM no prazo de 5 dias após a conclusão dos seus exames, para assentarem praça em Cavalaria 4.

Em Cavalaria 4, os alunos do 3º e do 4º ano, após receberem instrução, seriam promovidos a aspirantes veterinários, sendo ulteriormente promovidos a alferes quando terminassem o curso sem necessidade de mais instrução. Os alunos do 1º e do 2º ano frequentavam uma escola de sargentos enfermeiros hípicas (à data da publicação deste Decreto não estava ainda regulamentado o curso de enfermeiro hípico na escola de enfermagem do HVM).

Finalmente, a 30 de novembro de 1916, e para vigorar durante o estado de guerra, foi publicado o Decreto nº 2:874, de 30/11/1916 da 6ª Repartição - 2ª DG da Secretaria da Guerra²⁸, que estabeleceu o regime específico de mobilização para todos os cidadãos considerados aptos que exercessem a profissão de médico-veterinário ou que possuíssem o diploma de curso de medicina veterinária. Nele se definem 3 escalões etários, sendo que os cidadãos com mais de 20 e menos de 30 anos de idade que possuíssem o curso de medicina veterinária foram nomeados alferes veterinários milicianos, e ficaram obrigados a fazer parte das tropas ativas até completarem os 30 anos de idade. Os médicos veterinários com idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos de idade foram nomeados alferes veterinários de reserva. Os oficiais veterinários milicianos no ativo e na reserva deviam receber a sua instrução no Hospital Veterinário Militar, nos termos do Decreto 2:367 de 4 de maio de 1916, devendo apresentar-se aí diretamente sem necessidade de transitarem por outras unidades (Nota nº 3:222 da Repartição do Gabinete, de 6/12/1916, reproduzida na Circular nº 22, 8ª Repartição, 2ª DG da Secretaria da Guerra)²⁹. Naturalmente, a chamada de oficiais veterinários milicianos para o serviço de campanha fez-se principiando pelos mais modernos, sendo também estabelecidos neste decreto os critérios para o estabelecimento da sua antiguidade. Neste decreto foi ainda estabelecido um 3º escalão etário que compreendia os alferes veterinários da reserva territorial (até perfazerem 60 anos de idade). Curiosamente, os diplomados com o curso de medicina veterinária, mas que nunca tivessem exercido a profissão, seriam também nomeados alferes veterinários milicianos e poderiam ser colocados no Hospital ou no DGMV para aí desempenharem serviço burocrático.

O regime específico de mobilização e de incorporação de médicos veterinários milicianos, configurava o reconhecimento por parte do Exército de que a existência de serviços veterinários especializados era indispensável às suas necessidades. Neste período, o SVE conheceu um desenvolvimento ímpar na sua história, tendo consolidado os projetos e aspirações de gerações de uma classe profissional que sempre procurou dignificar o seu Serviço dentro do Exército, bem como as instituições militares na Sociedade.

Aliança Internacional da Estrela Vermelha

No início do século XX, o então Secretário da Guerra Americano, Newton Baker compreendendo que o sofrimento dos animais no campo de batalha deveria ter a mesma atenção que o sofrimento de um soldado, solicitou colaboração a William Stillman, presidente da As-

²⁸ Publicado na Ordem do Exército nº 23, 1ª série.

²⁹ Publicada na Ordem do Exército n.º 24, 1ª série.

sociação Humana Americana, no sentido de ser prestada assistência aos animais vítimas da guerra, à semelhança do que a Cruz Vermelha fazia com as pessoas. Assim, fruto desta necessidade, em dezembro de 1914, fundou-se a Aliança Internacional da Estrela Vermelha. Esta Aliança resultou de uma assembleia realizada em Genebra, na mesma data, onde se reuniram representantes de vários países com o propósito de debater na senda internacional a problemática dos animais feridos na guerra. Constituiu ainda um outro objetivo desta assembleia a coordenação dos trabalhos de várias instituições³⁰, entretanto criadas, que prestavam assistência aos animais nos campos de batalha.

Na assembleia de Genebra estabeleceu-se igualmente a necessidade de criação de delegações nacionais, sendo que de Portugal foi a Sociedade Protetora dos Animais de Lisboa que aceitou o apelo. O Governo Português através do Ministério da Guerra e por intermédio desta Sociedade integrou a Aliança Internacional da Estrela Vermelha, em 14 de outubro de 1915, por considerar de elevada vantagem para o Exército Português os serviços prestados por aquela Aliança, no tratamento dos solípedes doentes e feridos em campanha.

Assim, através do Decreto n.º 2:363, de 2 de maio de 1916 (Secretaria da Guerra, 1916d)³¹, no seu artigo 1º, a Aliança Internacional da Estrela Vermelha é reconhecida como instituição de utilidade pública e auxiliar do SVE.

O Decreto n.º 2:571, de 15 de agosto de 1916 (Secretaria da Guerra, 1916e)³², estabelece os distintivos que eram usados pelas tropas do serviço veterinário e da Aliança Internacional. Assim, o artigo 1º deste Decreto determina que os oficiais e as praças dos serviços veterinários militares, deveriam usar, quando em serviço, no braço esquerdo, um braçal de flanela branca tendo no centro uma estrela vermelha de seis centímetros.

O artigo 3º do Decreto n.º 2:391, de 15 de maio de 1916 (citado em Secretaria da Guerra, 1916f)³³, determina que o pessoal da Aliança seja equiparado ao do serviço veterinário miliciano, ficando sujeito às mesmas leis e regulamentos militares.

1914–1919: Serviço Veterinário Militar durante a Grande Guerra.

África

No início da Grande Guerra o governo português manteve-se neutral, no entanto em 18 de agosto de 1914 entendeu ser necessário guarnecer e reforçar o território do sul de Angola, em virtude da ameaça Alemã que aí se fazia sentir (Arrifes, 2004). Foram organizados dois destacamentos mistos para Angola, o primeiro foi enviado a 11 de setembro de 1914, comandado pelo Tenente-Coronel Alves Roçadas, e o segundo foi comandado pelo General Pereira de Eça que chegou a dia 23 de março de 1915. (Rita, 2013) Estes destacamentos eram constituídos por várias subunidades de diferentes armas e serviços, tendo sido reforçadas ao longo das campanhas (Afonso, sd). O primeiro destacamento comandado pelo

³⁰ Estas instituições, reconhecidas pelas autoridades militares, organizaram, nos campos de batalha, hospitais, enfermarias e postos de socorro para o tratamento de animais feridos.

³¹ Publicado na Ordem do Exército n.º 7, 1ª série.

³² Publicado na Ordem do Exército n.º 17, 1ª série.

³³ Publicado na Ordem do Exército n.º 16, 1ª série.

TCor Aves Roçadas era um contingente quase simbólico e não se encontrava preparado para combater contra forças europeias. (Arrifes, 2004)

Durante o período da Grande guerra foram mobilizados para Angola um total de 2321 solípedes (cavalos e muares), 335 na primeira expedição, 1708 na segunda expedição e 278 nas rendições efetuadas entre 1917 e 1918 (Oliveira, 1994). Para além deste efetivo de solípedes mobilizado, também existiam em Angola um número significativo de bovinos, que eram utilizados como animais de tração e como efetivo dos rebanhos e parques de reses, e alguns camelos (Roçadas, 1919) (Eça, 1921).

O apoio Veterinário estava dividido em serviços veterinários de 1ª linha ou 2ª linha, consoante fosse efetuado na linha da frente ou na retaguarda. (Lemos, 1915)

Serviço Veterinário de 1ª linha

Este serviço era constituído pelos Oficiais Veterinários e pelos ferradores das unidades, utilizando o material veterinário e siderotécnico das próprias unidades. O serviço era distribuído entre eles, sendo que uns ficavam responsáveis pelos solípedes da coluna de combate, outros pelos do trem de combate e outros pelos do comboio. Cada Oficial Veterinário disponha de uma bolsa *Machifall*, uma ambulância veterinária M/902 completa e duas ou mais caixas de medicamentos de reserva. A cada ferrador estava distribuído um par de bolsas de ferrador, existindo nas unidades montadas uma oficina de ferrador completa (Lemos, 1915).

Os Oficiais Veterinários eram responsáveis por todos os assuntos relacionados com o estado de saúde dos animais, o arraçamento e abeberamento dos solípedes e também de aconselhamento acerca do seu trabalho. Quando uma unidade não disponha de um Oficial Médico Veterinário para garantir esse apoio veterinário, era-lhe atribuído um pelo chefe do Serviço Veterinário, ou então era executado pelo Oficial Veterinário da Unidade mais próxima (Lemos, 1915).

Sempre que no local não era possível efetuar os tratamentos indispensáveis, os solípedes eram evacuados para os serviços de 2ª linha. No caso de estarem inutilizados para o serviço ou de terem contraído algum tipo de doença infecto contagiosa, eram abatidos no local. Os solípedes que não podiam acompanhar as marchas da unidade eram evacuados para os serviços de 2ª linha onde eram tratados, sendo para isso reunidos em locais determinados pelos serviços para posteriormente serem organizadas as colunas de evacuação (Lemos, 1915).

Este apoio era executado durante os estacionamentos, nas marchas, nos combates e após os combates, em que os Oficiais Veterinários, auxiliados pelos ferradores, passavam revista aos solípedes, garantindo que estes estavam em condições de continuar o seu serviço (Lemos, 1915).

O trabalho dos ferradores quase se resumia a executar os tratamentos prescritos pelos Oficiais Veterinários, visto que o serviço de ferração era muito reduzido devido à natureza muito macia e mole do terreno (Lemos, 1915).

Funções dos Oficiais Veterinários nas marchas e estacionamentos: (Lemos, 1915)

- a.** Dirigir o serviço clínico e de ferração dos solípedes das suas unidades e das que estejam a seu cargo, por forma a garantir o seu bom estado de saúde.
- b.** Propor ao Comandante da Unidade medidas acerca da alimentação do trabalho dos solípedes a seu cargo, para garantir a sua operacionalidade.
- c.** Propor ao comandante da unidade a adoção de medidas profiláticas e de desinfeção em casos de doenças infecto-contagiosas, de caráter enzoótico ou epizoótico, fazendo a devida comunicação ao chefe do Serviço Veterinário.
- d.** Propor ao chefe do Serviço Veterinário, o destino a dar aos solípedes da sua ou Unidade ou de outras a seu cargo, que por motivos de doença, de lesão grave ou de cura incerta ou muito demorada, não possam acompanhar ou ser tratados junto das suas unidades de origem.
- e.** Propor quer ao Comando da sua Unidade, quer ao Chefe do Serviço, todas as medidas que ache convenientes para assegurar o bom funcionamento do seu serviço.
- f.** Requisitar em tempo oportuno ao Chefe do Serviço todo o material veterinário e siderotécnico necessário para se reabastecerem, por forma a não ser necessário realizar novas requisições a curto prazo e para que não haja faltas.
- g.** Enviar ao Chefe do Serviço relatórios sucintos de fatos dignos de referência, ocorridos nas marchas e nos estacionamentos, bem como os mapas nosológicos mensais.

Funções dos Oficiais Veterinários durante o Combate: (Lemos, 1915)

- a.** Estabelecer junto do trem de combate da sua unidade ou noutra local adequado e o mais próximo possível da linha de fogo, um posto de socorros onde fosse possível efetuar todos os tratamentos necessários aos solípedes da sua Unidade, bem como aos de outras Unidades que ali estivessem apresentados.
- b.** Enviar um relatório sucinto ao Chefe de Serviço Veterinário, no qual conste todos os fatos relevantes, a forma como decorreu o serviço e a hora a que foi montado e encerrado o posto de socorros.

Funções dos Oficiais Veterinários depois do combate: (Lemos, 1915)

- a.** Fazer a exploração do campo de batalha, recolhendo todos os feridos que sejam possíveis de tratar e mandar abater todos os outros, que deverão ser devidamente enterrados com os mortos.
- b.** Elaborar um relatório que deverá ser enviado ao chefe do serviço veterinário, no qual conste o número de animais mortos, feridos e abatidos.
- c.** Dirigir o tratamento clínico aos e apresentar ao Chefe do Serviço todas as propostas sobre o reabastecimento de material veterinário, sobre a classificação e destino dos doentes, feridos e extenuados.
- d.** Dirigir os tratamentos e a marcha das colunas de evacuação dos solípedes doentes, feridos e extenuados de 1ª linha para 2ª linha.

Serviço Veterinário de 2ª linha

O serviço veterinário de 2ª linha era prestado pelo Serviço Veterinário das Etapas e era constituído por estabelecimentos veterinários de hospitalização e evacuação de solípedes e pelos depósitos de material sanitário veterinário e siderotécnico (Costa, Relatório do Chefe dos Serviços Veterinários de Etapas, 1915).

Este serviço servia para dar apoio aos destacamentos em operações, nos seus deslocamentos, devido à grande extensão do território, e após as operações. Era constituído por Oficiais Médicos Veterinários, ferradores e soldados tratadores de solípedes. Os locais de hospitalização e evacuação de solípedes encontravam-se divididos em Enfermarias Veterinárias e Postos de socorros veterinários, consoante a sua capacidade (Costa, Indicações Técnicas para o Apoio Veterinário de 2ª linha, 1915).

O funcionamento deste serviço era muito semelhante ao funcionamento das enfermarias veterinárias em tempo de paz. Os animais doentes, feridos ou extenuados, provenientes das unidades de 1ª linha, eram recebidos nestas enfermarias veterinárias para serem tratados e recuperarem. Eram classificados em três grandes grupos: curáveis, incuráveis e incapazes para todo o serviço. Aos primeiros eram feitos os tratamentos necessários e permaneciam nas enfermarias o tempo necessário até à sua cura. Aos outros, por não estarem aptos para o serviço, era-lhe dado um destino que não passaria por tratá-los e mantê-los (Costa, Indicações Técnicas para o Apoio Veterinário de 2ª linha, 1915).

Os Oficiais veterinários eram também responsáveis pelo apoio veterinário e inspeção sanitária das rezes existentes (Eça, 1915).

Funções dos Oficiais Médicos Veterinários

Como chefes das enfermarias veterinárias: (Costa, Indicações Técnicas para o Apoio Veterinário de 2ª linha, 1915).

- a. Receber e alojar convenientemente e fazer o respetivo registo dos solípedes provenientes das unidades de 1ª linha, da tropa de etapas ou de outras Enfermarias Veterinárias.
- b. Fazer o devido isolamento ou sequestro em instalações apropriadas de animais suspeitos de doença contagiosa, enzoótica ou epizoótica.
- c. Dirigir todo o serviço de uma Enfermaria Veterinária, nomeadamente no que diz respeito aos tratamentos médicos, medidas profiláticas e relacionadas com o regime alimentar dos solípedes.
- d. Reportar ao chefe do Serviço Veterinário de Etapas o número de altas e de solípedes prontos para voltar ao serviço.
- e. Enviar para as Unidades de 1ª linha todos os solípedes que se encontrem em condições que sejam requisitados.
- f. Propor destino para os solípedes dados como incapazes para o serviço e para aqueles considerados de “cura incerta”.

g. Elaborar e enviar ao Chefe de serviço Veterinário de Etapas, o mapa nosológico da sua enfermaria, assim como qualquer outro relatório que lhe seja solicitado.

Como diretores do Deposito de Material Sanitário Veterinário: (Costa, Indicações Técnicas para o Apoio Veterinário de 2ª linha, 1915).

- a.** Fazer o inventário de todo o material existente no depósito, medicamentos, material sanitário e material siderotécnico.
- b.** Garantir que todas as requisições efetuadas ao depósito são satisfeitas em tempo oportuno.
- c.** Fazer as requisições necessárias para garantir a capacidade de respostas às requisições efetuadas ao depósito.
- d.** No caso de ser testa de etapas de estrada enviar uma relação do material existente em depósito para regular o abastecimento às unidades de 1ª linha.

Como Veterinários responsáveis pelo parque de reses: (Costa, Relatório do Chefe dos Serviços Veterinários de Etapas, 1915)

- a.** Vigiar o estado sanitário dos animais e efetuar todos os tratamentos clínicos necessários.
- b.** Aplicar todas as medidas profiláticas necessárias para evitar doenças infecto-contagiosas.
- c.** Executar o exame ante e pós morte aos animais destinados ao consumo
- d.** Selecionar quais os animais que devem ser abatidos primeiro de acordo com a sua capacidade de se deslocarem para junto das unidades de 1ª linha.
- e.** Dar indicações técnicas no que diz respeito ao abate dos animais, esquartejamento e armazenamento.

Também em agosto de 1914 foi decretado o envio de uma expedição a Moçambique comandada pelo Tenente-Coronel Pedro Francisco Massano de Amorim. Partiram o Batalhão de Infantaria 15, Esquadrão de Cavalaria 10, Bateria de Artilharia de Montanha, Secções de Engenharia, Saúde e Administração Militar (Demony, 1936).

Pela Bateria de artilharia de montanha marchou o Alferes veterinário do batalhão de telegrafistas de campanha, Adrião José Afonso de Castro (Portuguesa, 1914) e pelo Regimento de cavalaria n.10 o Tenente Veterinário em serviço na Guarda Nacional Republicana (GNR), Macário Evangelista de Sousa (Portuguesa, 1914). Qualquer um deles viria também a servir no teatro de guerra da Flandres.

A ação do Serviço Veterinário à data era em grande parte de profilaxia, diagnóstico e tratamento de cavalos (Mendes, 2003), estando a área de saúde pública e epidemiologia no seu início.

A 2ª - Expedição à província de Moçambique decorreu no ano de 1915, por decreto de 11 de Setembro. O núcleo desta expedição foi o 3º Batalhão de infantaria 21, de guarnição em Penamacor, mobilizado “como as restantes forças de forma improvisada e por isso sem coesão nem apurada instrução” (Martins, 1938). Constituíam-na também o 1º Ba-

talhão de Artilharia de Montanha, 1 Esquadra de cavalaria, 1 bateria de metralhadoras e serviços de Engenharia, Saúde e Administrativos, num total de 41 oficiais e 1502 praças (Portuguesa, 1915a).

Pelo Regimento de artilharia de montanha 5ª Bateria, marchou o Capitão Veterinário do regimento de artilharia n.º5, João Coelho de Castro Villas Boas Júnior (Portuguesa, 1915b) e pelo Regimento de Cavalaria N.3, 4.º esquadrão, o Tenente Veterinário do regimento de Cavalaria n.º5, Bernardino da Cruz.

Através do testemunho do Capitão Veterinário João Coelho de Castro Villas Boas Junior podemos perceber que um dos principais problemas com que se deparou a força foi o aparecimento de uma doença que afetava os solípedes conhecida por “peste equina Africana”: “Não conhecendo nem sabendo até ao presente de medicação dominante da peste do cavallo (HORSE SICKNESS), mas sabendo que a aplicação terapêutica, dos sob tanto requisitados, tem dado resultados satisfatórios em Trypanossomíases, impondo-se a requisição para a enfermaria, visto que na HORSE SICKNESS se trata de uma doença cujo agente é infectante de sangue”.

Numa nota de 28 de Maio de 1916 o Capitão Veterinário relata medidas de contenção de epizootias, nomeadamente o isolamento e afastamento do foco epidémico para fazer face ao surto de peste equina africana: “Atendendo que nesta localidade o gado tem sido deveras atingido pela infeção de HORSE SICKNESS que desima (sic) as nossas montadas e sendo da opinião de que afastando-o daqui enquanto não entra em ação, estará mais fora do alcance de qualquer contágio, propondo a vossa excelência que todo o gado montado vá para (...) localidade que observei estar em boas condições de salubridade. O gado pode allí, e dever, o devido trato e assistência clínica”.

Pelo número elevado de relatórios de óbito arquivados, 28 no total (AHM, 1916), emitidos pelo Capitão Veterinário Villas Boas, entre os meses de Maio e Agosto de 1916, é evidente que surtos de peste equina e outras doenças endémicas frequentemente assolavam os contingentes portugueses. Destes 28 relatórios doze reportavam como causa do óbito a tripanossomíase e dezassete a peste equina africana.

A entrada oficial de Portugal na guerra a 9 de Março de 1916, colocou o país sob pressão, o que levou a que Lisboa, a 28 de Maio 1916, enviasse a 3ª – Expedição, a mais forte até então, para a província de Moçambique comandada pelo General Ferreira Gil. O serviço de veterinária foi guarnecido com dois veterinários que embarcaram nos navios Amaranite e Machico (Cor. E. A. Azambuja Martins, 1916a). Um deles o Tenente Veterinário do regimento de cavalaria n.8 Francisco Gervásio Flores (Portuguesa, 1916).

Quer a higiene do soldado, quer o maneiio profilático e sanitário dos equídeos, eram deficientes, havendo vários relatos de afetação do gado pelas doenças clássicas recomendado melhor maneiio para incrementar a qualidade e quantidade da alimentação (Villas-Boas, 1916).

Apesar da falta de comunicação, da falta de recursos e da falta de condições para o transporte de cavalos e burros, acrescentando a comum desorganização dos militares portugueses, os veterinários militares mantinham a sua competência para minimizar as perdas por epizootias, como o Mormo, reportados pelo Coronel Azambuja Martins: “No dia 2 de Agosto chegaram no vapor “Inhambane” duzentos cavalos e 300 muares remontados na África do Sul. Mas em que lamentáveis condições desembarcaram! A Comissão encarregada do seu desembarque dizia no relatório que apresentou: - Não trazerem os solípedes nem cabeçadas nem qualquer prisão tendo sido desembarcados em manada, parte deles fugindo

para o mato por não serem animais domesticados, havendo enorme dificuldade em os apañar e perdendo-se trinta e seis cabeças de gado. Depois manifestou-se nos solípedes uma moléstia suspeita, que os veterinários classificaram de mormo, pelo que, alguns tiveram de ser abatidos e os restantes isolados, apesar da deficiência de recursos para efetuar esta precaução.” (Cor. E. A. Azambuja Martins, 1916c, Cor. E. A. Azambuja Martins, 1916d).

A deficiente preparação e os estudos insuficientes quanto ao material a utilizar e qual o melhor meio de transporte para este tipo de expedições, fica patente em mais uma declaração do Coronel Azambuja Martins quando reporta que “O material de montanha nas colónias é demasiado pesado para o transporte a dorso porque as muares têm menos capacidades de resistência e o solo arenoso as fatiga muitíssimo” (Cor. E. A. Azambuja Martins, 1916c).

Serviço de Veterinária do Exército no Corpo Expedicionário Português

Após a declaração oficial de Guerra feita pela Alemanha em Março de 1916, são organizados os exercícios de preparação do CEP em Tancos. O Serviço Veterinário Militar é mandado apresentar-se em Tancos no dia 5 de Maio de 1916. O relatório elaborado pelo chefe dos serviços veterinários, Major Augusto Barradas, é elucidativo das dificuldades com que o serviço veterinário se debatia à altura da preparação do CEP, tanto em termos de material como de pessoal, começando por dizer logo no início “senti-me embaraçado, embora estivesse animado dos melhores desejos, pondo ao lado do serviço de que era encarregado, toda a minha boa vontade e todo o meu esforço.” Nesta altura foi constatado pelo Chefe do Serviço Veterinário que nada estava pronto, a maior parte do material de campanha tinha sido enviado para África e nada tinha voltado! Não sabia quem eram os veterinários nomeados para fazer parte da Divisão de instrução, tendo chegado a Tancos “sem um único instrumento cirúrgico, sem um único medicamento”! Também o serviço siderotécnico, que dependia do Serviço Veterinário, se apresentou completamente desorganizado. As unidades apresentavam-se sem “ferragens” e o pessoal siderotécnico sem equipamento. Neste período foi reunido um efetivo de 4553 solípedes tendo sido observado o seguinte movimento clínico:

-1.475 baixas, dos quais 1115 foram curados, 64 morreram e 7 foram abatidos. 289 solípedes ainda se encontravam de baixa no acto da desconcentração.

O primeiro contingente do CEP parte para França a 30 de Janeiro de 1917. São mobilizados 7.783 solípedes, enviados de Portugal via marítima. A estes juntam-se mais 1476 solípedes (188 cavalos e 1284 muares) fornecidos pelos depósitos de remonta Ingleses.³⁴

Até ao armistício são numerosos os elementos do Serviço de Veterinária que passam pelo teatro de guerra na Flandres. De 1917 a 1919 são destacados 49 Oficiais Veterinários, 33 Enfermeiros Hípicos, 25 Sargentos Ferradores, 115 Primeiros Cabos Ferradores, 162 Soldados Ferradores.³⁵

³⁴ Jornal do Exército n.º 656 – Março de 2016

³⁵ Arquivo Histórico Militar, 1/35/220

Organização do apoio Veterinário na Frente Ocidental

A organização do apoio veterinário é efetuada essencialmente em 3 níveis ou escalões.

O apoio mais próximo é realizado pelos elementos do Serviço de Veterinária que estão colocados junto das várias unidades em que o número de solípedes existentes justifica este apoio.

Tabela 1. Pessoal técnico e auxiliar do Serviço Veterinário nas diferentes unidades

Quartel General	1 Major Veterinário; 1 Capitão Veterinário; 1 1º Sarg. Enf. Hípico; 2 1ºs Cabos-Ferradores e 1 Soldado-Ferrador
1ª, 2ª e 3ª Companhias de Sapadores Mineiros	1 1º Cabo-Ferrador e 1 Soldado-Ferrador/ Companhia
4ª Companhia Sapadores Mineiros	2 1ºs Cabos-Ferradores e 1 Soldado-Ferrador
1º Grupo de Bateria de Artilharia	1 Tenente Veterinário; 1 1º Sarg. Enf. Hípico; 1 2º Sarg. Ferrador; 3 1ºs Cabos-Ferradores; 7 Soldados-Ferradores
2º Grupo de Bateria de Artilharia	1 Tenente Veterinário; 1 Alferes Veterinário; 1 1º Sarg. Enf. Hípico; 1 2º Sarg. Ferrador; 5 1ºs Cabos-Ferradores; 7 Soldados-Ferradores
3º Grupo de Bateria de Artilharia	1 Tenente Veterinário; 1 Alferes Veterinário; 1 1º Sarg. Enf. Hípico; 1 2º Sarg. Ferrador; 3 1ºs Cabos-Ferradores; 9 Soldados-Ferradores
1º Grupo de Metralhas	1 1º Sarg. Enf. Hípico; 1 2º Sarg. Ferrador; 2 1ºs Cabos-Ferradores; 1 Soldado-Ferrador
2º Grupo de Metralhas	1 1º Sarg. Enf. Hípico; 1 2º Sarg. Ferrador e 2 Soldados-Ferradores
1ª Brigada de Infantaria	1 Tenente Veterinário; 1 Alferes Veterinário; 1 1º Sarg. Enf. Hípico; 3 1ºs Cabos-Ferradores; 5 Soldados-Ferradores
2ª Brigada de Infantaria	2 Tenentes Veterinários; 1 1º Sarg. Enf. Hípico; 4 1ºs Cabos-Ferradores; 9 Soldados-Ferradores
3ª Brigada de Infantaria	1 Tenente Veterinário; 1 1º Sarg. Enf. Hípico; 1 1º Cabo-Ferrador; 6 Soldados-Ferradores
4ª Brigada de Infantaria	1 Tenente Veterinário; 1 Alferes Veterinário; 1 1º Sarg. Enf. Hípico; 1 1º Cabo-Ferrador; 9 Soldados-Ferradores
Ambulâncias 1 e 5	1 1º Cabo-Ferrador
Ambulância 3	1 Soldado-Ferrador
Coluna de Transporte de Feridos 1	1 1º Cabo-Ferrador e 1 Soldado-Ferrador
Trem Divisionário	1 Tenente Veterinário; 1 1º Sarg. Enf. Hípico; 2 2º Sarg. Ferrador; 1 1º Cabo-Ferrador; 3 Soldados-Ferradores
4º Grupo de Bateria de Artilharia	1 Tenente Veterinário; 1 Alferes Veterinário; 1 1º Sarg. Enf. Hípico; 1 2º Sarg. Ferrador; 10 1ºs Cabos-Ferradores; 5 Soldados-Ferradores

(Fonte: Arquivo Histórico Militar, 1/35/210)

Os Grupos de Bateria de Artilharia usavam um grande número de solípedes devido à necessidade da força de tração para a deslocação das pesadas peças de artilharia. Esta situação justifica o elevado quantitativo de pessoal do Serviço de Veterinária neste apoio de proximidade a estas unidades.

Ao nível de apoio intermédio, ou de 2º escalão, foram organizadas 2 secções móveis (Secção Móvel Veterinária nº1 e Secção Móvel Veterinária nº2) que prestavam apoio às unidades do CEP. Estas secções recebiam os animais portadores de lesões mais graves e que não podiam acompanhar as unidades.

Tabela 2. Secção móvel veterinária (Quadro nº 26B)

1 Chefe (Capitão Veterinário) + 1 impedido + 1 animal de sela
1 1º Sargento Enfermeiro Hípico + 1 animal de sela
1 1º Cabo Ferrador + 1 animal de sela
1 Soldado Ferrador + animal de sela
2 Cabos de Cavalaria + 2 animais de sela
20 Soldados de Cavalaria + 20 animais de sela
2 Carros de Esquadrão de 4 rodas + 4 Soldados + 8 animais de tiro
1 Carro para transporte de animais feridos e doentes de 2 rodas + 2 soldados + 2 animais tiro
TOTAL: 34 Homens; 37 Animais; 3 Viaturas

(Fonte: Arquivo Histórico Militar, 1/35/810)

As Secções Móveis Veterinárias nº 1 e nº 2 eram, por sua vez, apoiadas pelos Hospitais Veterinários Ingleses, para onde eram evacuados os solípedes em caso dos cuidados veterinários necessários ultrapassarem as suas capacidades. Os Hospitais Veterinários Ingleses funcionavam então como um 3º escalão de apoio que, uma vez recuperados os solípedes, os devolviam ao Depósito de Remonta Português em Calais.³⁶

O apoio logístico às unidades do CEP e às Secções Móveis Veterinárias, ao nível dos medicamentos, material veterinário e siderotécnico, era prestado pelo Depósito do Serviço Veterinário da base, situado em Calais.

Inicialmente o Depósito do Serviço Veterinário da base apresentava o seguinte quadro orgânico (nº43 A):

36 Arquivo Histórico Militar, 1/35/209

Tabela 3. Depósito do Serviço Veterinário da base (nº 43 A)

<ul style="list-style-type: none">• I Direção<ul style="list-style-type: none">1 - Chefe (Capitão Veterinário do quadro permanente)1 - adjunto (Subalerno Veterinário)1 - 2º Sargento de Cavalaria • II Enfermaria de Solípedes<ul style="list-style-type: none">1 - Subalerno Veterinário Miliciano1 - Sargento Enfermeiro Hípico6 - Ferradores4 - 1ºs Cabos1 - Clarim25 - Soldados de arma montada • III Oficina Siderotécnica<ul style="list-style-type: none">1 - Sargento Ferrador6 - 1ºs Cabos Ferradores6 - Soldados Ferradores12 - Malhadores (soldados de qualquer arma) • IV Depósito de Material<ul style="list-style-type: none">1 - Subalerno de Veterinária Miliciano1 - Praticante de Farmácia1 - Ferrador1 - Soldado servente1 - 1º Sargento Enfermeiro Hípico • V Reserva de Pessoal<ul style="list-style-type: none">2 - Subalternos Veterinários Milicianos2 - 1ºs Sargentos Enfermeiros Hípicos7 - Ferradores1 - 2º Sargento Ferrador <p>TOTAL: 83 (6 Oficiais + 77 Praças)</p>
--

(Fonte: Arquivo Histórico Militar, 1/35/770)

A 19 de Junho de 1917 foi mandado suprimir a enfermaria veterinária do Depósito do Serviço Veterinário da base de operações do CEP. A 11 de Agosto de 1917 o Depósito do Serviço Veterinário passa a estar adstrito ao Depósito de Remonta. A 18 de Agosto de 1917 é extinta a oficina siderotécnica do Depósito do Serviço de Veterinária que passa para o Depósito de Remonta. O Depósito do Serviço de Veterinária passa a apresentar um novo quadro orgânico.

Tabela 4: Depósito do Serviço de Veterinária (n° 43 B)

<ul style="list-style-type: none">• I Direção<ul style="list-style-type: none">1 - Chefe (Capitão Veterinário do quadro permanente)1 - Chefe (Capitão Veterinário do Quadro Permanente)1 - Adjunto (Subalerno Veterinário do Quadro Permanente)1 - Amanuense (Sargento de Cavalaria) • II Depósito de Material<ul style="list-style-type: none">1 - Fiel do Depósito (Cabo de Cavalaria)1 - Praticante de Farmácia (1º Cabo)4 - Soldados serventes • III Reservas<ul style="list-style-type: none">4 - Subalternos (Veterinários)2 - Sargentos Enfermeiros Hípicos2 - Sargentos Ferradores6 - Cabos Ferradores14 - Soldados Ferradores <p>TOTAL: 37 (6 Oficiais + 31 Praças)</p>

(Fonte: Arquivo Histórico Militar, 1/35/770)

O dispositivo de tropas do SV do CEP não atingiu a dimensão em efetivos e em meios dos dispositivos estabelecidos pelos restantes países Aliados.

Segundo o relatório do Chefe do SV do CEP, Tenente Coronel Augusto Barradas, entre junho e dezembro de 1917 o número de solípedes doentes foi de 5.230, tendo no decurso deste ano ocorrido um surto de mormo, zoonose muito infecciosa e grave, que implicava o isolamento e abate do animal afetado, mas que tinha diagnóstico relativamente fácil e muito sensível (método intradérmico da maleína), tendo a epidemia sido considerada extinta em 3 meses, após a maleinização de todo o efetivo e o abate de 110 cavalos e 54 mueres (cada animal foi testado 3 vezes, tendo sido realizadas 18.757 maleinizações, o que pressupõe um efetivo de cerca de 6.000 animais) (Júnior, 1958). Durante este período estabeleceram-se zonas de quarentena em Calais (onde estava o Hospital Veterinário Australiano) e Thiembrane, estando o SV do CEP, neste período, impedido de evacuar animais para os Hospitais Britânicos. Para além do mormo, as doenças infecciosas incluíam a linfangite epizootica e a estomatite vesicular. As entidades mórbidas mais frequentes eram as cólicas, a sarna, os ferimentos provocados por projéteis, as infeções provocadas por corpo perfurante, as as-sentaduras, a exaustão por exposição ao frio e à fome, e as lesões provocadas pela exposição a agentes químicos de guerra.

Referências

1. Legislação

Secretaria da Guerra. (1911). *Decreto do Governo Provisório da República, de 25/5/1911*. Lisboa: Diário do Governo.

Secretaria da Guerra. (1916a). *Decreto n.º 2:515-H de 15/07/1916 da 6ª Repartição - 2ª Direção Geral*. Lisboa: Diário do Governo.

Secretaria da Guerra. (1916b). *Decreto n.º 2345 de 20/4/1916*. Lisboa: Diário do Governo.

Secretaria da Guerra. (1916d). *Decreto n.º 2:363, de 2 de maio de 1916*. Lisboa: Diário do Governo.

Secretaria da Guerra. (1916e). *Decreto n.º 2:571, de 15 de agosto de 1916*. Lisboa: Diário do Governo.

Secretaria da Guerra. (1917). *Decreto n.º 3093, de 18/4/1917, da 6ª Repartição - 2ª Direção Geral*. Lisboa: Diário do Governo.

Secretaria Geral do Ministério de Instrução Pública. (1916). *Decreto n.º 2:384, de 11/5/1916*. Lisboa: Diário do Governo.

2. Arquivo Histórico Militar

Arquivo Histórico Militar. (s.d.). 1/35/209.

Arquivo Histórico Militar. (s.d.). 1/35/210.

Arquivo Histórico Militar. (s.d.). 1/35/211.

Arquivo Histórico Militar. (s.d.). 1/35/212.

Arquivo Histórico Militar. (s.d.). 1/35/220.

Arquivo Histórico Militar. (s.d.). 1/35/770.

Arquivo Histórico Militar. (s.d.). 1/35/810.

Arquivo Histórico Militar. (1916-1918). *Ordens do Exército*.

3. Bibliografia

Afonso, A. (sd). *Portugal Grande Guerra*. Lisboa: Diário de Notícias.

Army Medical Services Museum. (s.d.). *History of the Royal Army Veterinary Corps*. Obtido em fevereiro de 2013, de <http://www.ams-museum.org.uk/museum/ravc-history/>

Arrifes, M. F. (2004). *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos.

Coelho, S. V. (2001). *O Exército Português na I Guerra Mundial 1914-1918*. Lisboa: Plus Ultra, Lda.

Costa, A. R. (1915). *Indicações Técnicas para o Apoio Veterinário de 2ª linha*.

Costa, A. R. (1915). *Relatório do Chefe dos Serviços Veterinários de Etapes*.

Eça, G. P. (1921). *Campanha do sul de Angola em 1915*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Exército Português. (2013a). *Site Oficial do Exército*. Obtido em fevereiro de 2013, de <http://www.exercito.pt/sites/REI/Actividades/Paginas/2420.aspx>

- Exército Português.** (2013b). *Site Oficial do Exército*. Obtido em fevereiro de 2013, de <http://www.exercito.pt/sites/RTransp/Historial/Paginas/default.aspx>
- Júnior, J.** (1958). A Influência das Instituições Militares na Evolução da Veterinária Portuguesa. *Revista de Ciências Veterinárias*, 53º, 145-220.
- Krenzelok, G.** (s.d.). *The History of US Veterinary Services, AEF, During WW1*. Obtido em fevereiro de 2013, de <http://freepages.genealogy.rootsweb.ancestry.com/~gregkrenzelok/veterinary%20corp%20in%20ww1/usvetcorpshistoryww1.html>
- Lemos, A. A.** (1915). *Relatório do Chefe do Serviço Veterinário*.
- Ministério da Defesa Nacional.** (1993). *Os Portugueses na Flandres 1917-1918 (excertos históricos)*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar.
- Oliveira, A. d.** (1994). *istória do Exército Português (1910 - 1945)*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Pereira Júnior, J. M.** (1958). *A influência das instituições militares na evolução da veterinária portuguesa, separata da revista de ciências veterinárias vol III Fasc 365-366*.
- Rita, F.** (2013). *Na Sombra do Expedicionário - A vida em Combate de Soldados Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Roçadas, J.** (1919). *Operações no Sul de Angola em 1914*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Ethical challenges posed by faceless wars. In memory of a combatant in La Lys³⁷

Teresa Toldy

FCBS / University Fernando Pessoa

*In memory of my grandfather, Luís Leal,
a survivor of the Battle of La Lys.*

Abstract: According to Robert O’Connell (1989), the First World War, by introducing weapons and ways of using them, for example, air bombardments or chemical weapons, which allowed massive destruction, contributed decisively to turn the alive and dead soldiers into statistics, and consequently, into “faceless human beings”. The increasing sophistication of the war, throughout the twentieth century and at the beginning of this century, as a result of the use of weapons of “death from a distance” and of technologies used by military trained in simulators poses relevant ethical issues, such as the strengthening of the separation between the act of using a weapon and its consequences on the real victims (considering the current issue of remote drone activation). The separation between the weapon that one uses and its consequences seems to make death “virtual”, thus contributing to the lack of responsibility and to blur the decisive question of the confrontation with the real victims’ face. This paper intends to address some of the ethical issues raised by these “death from a distance” mechanisms. For this purpose, based on the thought of Emmanuel Lévinas and Judith Butler, a reflection will be developed around the relevance of the “face of the other” as an ethical appeal and challenge in wartime circumstances. This reflection also intends to be a simple tribute to my grandfather, Luís Leal, combatant and survivor of the Battle of La Lys.

Keywords: Weapons, Ethics, Technology, I World War.

Resumo: Segundo Robert O’Connell (1989), a Primeira Guerra Mundial, ao introduzir armamento e formas de utilização do mesmo como sejam, por exemplo, os bombardeamentos aéreos ou as armas químicas, que permitiam a destruição massiva, contribuiu decisivamente para transformar os soldados vivos e mortos em estatísticas, e, conseqüentemente, em “seres humanos sem rosto”. A sofisticação crescente da guerra, ao longo do século XX e no início deste século, em consequência do recurso a armamento de “morte à distância” e de tecnologias utilizadas por militares treinados em simuladores coloca questões éticas relevantes, sendo uma delas a do reforço da separação entre o ato de acionar uma arma e as consequências sobre as vítimas concretas (pense-se no recurso atual à ativação de drones à distância). A separação entre a arma que se aciona e as consequências desse acionamento

³⁷ I am very grateful to Francisco Queiroga for sharing bibliography and knowledge that was decisive to enrich this text.

parece “tornar virtual” a morte, contribuindo, assim, para a desresponsabilização e para o esbatimento da questão decisiva do enfrentamento com as vítimas concretas, com rosto. A comunicação que aqui se propõe pretende debruçar-se sobre algumas das questões éticas levantadas por estes mecanismos de “morte à distância”. Para tal, baseando-se no pensamento de Emmanuel Lévinas e de Judith Butler, desenvolver-se-á uma reflexão em torno da relevância do “rosto do outro” como apelo e desafio ético em circunstâncias de guerra. Esta reflexão pretende também constituir uma singela homenagem ao meu avô, Luís Leal, combatente e sobrevivente da batalha de La Lys.

Palavras-Chave: Armamento, Ética, Tecnologia, I Guerra Mundial.

Introduction

According to O’Connell (1989), the First World War, by introducing new kinds of weapons and procedures (for example, air bombardments or chemical weapons which enabled massive destruction) contributed decisively to turn both survivor and dead soldiers into statistics. O’Connell gives Verdun as a relevant example of the massification of war originated by the Great World War. But the same could be said about La Lys:

Combatants were gassed, torpedoed, bombarded by invisible artillery, or mowed down randomly by puny-looking machine guns; there was hardly a heroic death to be had. (...) For the extreme lethality of the weaponry drove participants underground, huddled in trenches; so it was rare that either side caught a glimpse of a recognizable adversary. Life in the trenches reduced soldiers from warriors to statistics, casualty figures, so that the western quintessential action, Verdun, was fought not to gain a superior position or to drive the enemy front the field but simply to kill (O’Connell 1989: 243).

The massification of wars throughout the 20th century (the Great World War and the Second World War took millions and millions of military and civilian lives) turned Europe into what O’Connell calls “an automated corpse factory” (1989: 242) and Bartov considers an inglorious situation, since the “human degradation and extermination” (Bartov 2000: 12) of the Great World War “ensured that our century’s fields of glory would be sown with the corpses of innocent victims and the distorted fragments of shattered ideals” (idem). According to him, this war became the moment in which “innocence was forever shattered” (Bartov 2000: 13), since the western front “has come to epitomize the notion of war as a vast arena of victimhood” (idem). Bartov considers the monuments and commemoration of the “Unknown Soldiers” as an attempt to glorify the fallen soldiers in the context of a narrative that tried to give meaning to what seemed to be meaningless:

The figure of the unknown soldier thus made possible a shift from the inflated and largely discredited rhetoric of the abstract nation to the individual, yet presented the individual as a soldier who by definition had no specific traits and features, and who consequently embodied the nation after all. (Bartov 2000: 16)

However, this “embodying” of a nation erases once more the real face of the soldier, since the only thing that is known about him is that he was a soldier, a man and a citizen from a nation. He remains anonymous, faceless.

The faceless feature both of soldiers and of civil victims in wars is not something totally new. The use of weapons that did not confront its user with his enemy already existed in the late Paleolithic (see Queiroga 2008: 2201-2202). Nevertheless, the increased sophistication of war weapons developed throughout the past and the present centuries add new forms of “anonymity” to war. Perhaps the difference between the “fight at a distance” already existing for many centuries ago and the weapons used nowadays with the same purpose lies in the level of precision of the late ones. The weapons used to “fight at a dis-

tance” (for example, remote controlled drones), as well as technologies used by military after training in simulators may reduce the number of casualties in current wars, but do not solve the ethical challenge posed by the reinforcement of the separation between the activation of a weapon and the consequences of that act for human targets. Therefore, even if it seems a paradox, both massive wars and “targeted attacks” put the same ethical problem: the separation between the use of a weapon and the awareness of its consequences seem to turn death into something “virtual”, thus contributing to the lack of responsibility and to blur the decisive question of the confrontation with the face of the other.

This text, inspired by the thought of Emmanuel Lévinas and of Judith Butler, aims to address in a very briefly way some of the ethical issues raised by “faceless wars”, that is, wars in which combatants are not directly confronted with the face of the enemies. This reflection also intends to be a modest tribute to my grandfather – Luís Leal – a face in the middle of the cruelty of a massive war. The narrative of some of his routines and reactions is also an attempt to build an approach to the ethical challenge already mentioned: to give faces to faceless wars.

1. A war with a face

For me and my family, the Battle of Lys has a face: the face of my grandfather, Luís Leal, a young combatant and survivor of the Battle. He was 23 years old at that time, and he remained a member of the Association of the Great War Combatants until his death in 1977.

My grandfather was a very peaceful and quiet person. I must say that until today I feel sad for not being old enough to ask him more questions about what happened at La Lys (I was not old enough to put this question before he died), but I remember some of his almost “telegraphic” words about the war and some of his routines. When I think of some of them now, it seems to me that they had a link with his experience at war. So I will try to make a connection between his memories and behaviours especially in the first part of this text.

My grandfather kept and cherished: the “Golden Book of Infantry”, published in 1922. This book does not only present pictures. It also includes testimonies of Portuguese combatants and an appalling list with the names of the Portuguese soldiers who died in the Great War. According to Marques (2008: 390), alone in the military operation between the 21st of March and the 29th of April 1918, “143 German divisions suffered 340 000 casualties; 58 British and 2 Portuguese divisions suffered 341 000 casualties and 58 French divisions 231 000.” This means that we are talking of 912 000 deaths in 6 weeks.

According to the already mentioned book of O’Connell (1989), the First World War sets the beginning of a new form of warfare: a massive war (10 million men died in combat), an “impersonal slaughter” (O’Connell 1989: 243) where because of “the extreme lethality of the weaponry” combatants “drove (...) underground, huddled in trenches” (idem).

Living in trenches, like rats, had a very negative psychological impact upon soldiers. The conditions were terrible. Marques (2008) quotes a testimony of Pedro Freitas, a soldier in the First World War, about what he was living in the trenches:

There is an abundance of putrefying cadavers of soldiers, mules, horses, and other macabre fragments. Spread at the surface of the ground they disturb

us, they horrify us. The lack of preparation to face that situation is the cause for our moral annihilation. (...) The appetite vanishes. (...) Cleaning or carrying something, wandering around we are on the verge of vomiting whenever we find one more leg or a head while we were using a shovel or a pick. (cit. in Marques 2008: 94-95)

My grandfather never spoke about these terrible conditions. But some of his routines could have to do with that. He appreciated a good and paused meal, for instance. He was able to sleep standing (maybe because of the experience of having to sleep in muddy trenches or because of the fear of falling asleep or of hypothermia while on sentinel duty). And he had what the family considered to be a “strange ritual”: he always began the day washing his head under running cold water. It is common to hear former soldiers saying that one of the worst things at war is not having water to wash yourself, because it makes you feel subhuman.

Though I heard no word from our grandfather describing life in trenches, there was something he talked about: the fear of chemical weapons and the panic attacks of some of his colleagues when they were forced to use them. The reality of being exposed to gas even introduced a new expression in Portuguese language: the word “gaseado” (gassed) a word that was used to talk about someone that had been exposed to a toxic gas that caused a brain damage. After the war, whenever someone seemed to have a mental disorder, people used to say that that person was “gaseado”.

The triumph of the Allies, as we know, was celebrated in their own countries. My grandfather was very proud of his participation in the Portuguese troops march on the Victory Parade of the Allied Troops in Paris celebrating the official end of the First World War. But what really brought silent tears to his eyes was the reference to the “Battle of Lys” on the 9th of April. He never said a word about what happened. My grandmother knew some details (for instance, about the chaos Portuguese soldiers tried to survive to, including my grandfather), but she only spoke a little about that after his death, when we found the military register of his acts of courage.

Now, hundred years after the battle and forty years after my grandfather’s death, I understand a little bit the inhumane situation he was put in, and I praise the fact that he had no place for hate or bitterness in his heart.

2. Ethical challenges of a faceless war

Wars are always inhumane, and the existence of mechanisms of “unaccountability” is common as a way to suffocate guilt. We can see this in the breaking of the chain of responsibility in wars or in genocides when, for instance, one of the weapons of a firing squad has no bullets (so that individuals participating in shootings keep the hope of having the weapon with no bullets), when the person that threw Zyklon B through the chimney of gas chambers was not the same person who made the list of people for Nazi concentration camps, the person that forced people into the death chambers, and the person that removed their bodies and turned them into ashes. Breaking the chain of responsibility in those situations appeases guilt and transposes it to the “person in charge”.

However, as O'Connell (1989) wrote, the use of weapons fired from the distance (whether aircraft, the feared "Katiuska" [also known as "Staline's organs"], or bombs activated at distance) also introduced new forms of inhumanity, not only because of the massive destruction and slaughter they caused and still cause, but also because they definitely contributed to turn both alive and dead soldiers into nothing but numbers on a chart and alive or dead civilians into "collateral damages", that is, "faceless human beings".

The already mentioned increasing sophistication of wars emphasizes "unaccountability" and indifference, since it "virtualizes" war, and virtualizes its victims. In fact, the separation between the weapon that is used and the consequences it has, seem to turn death into something "virtual", thus contributing to the lack of responsibility and to blurring the decisive question of the confrontation with the real victims' faces and with the consequences of a decision to kill (or not to kill) someone that is standing in front of us. Marina (1996) recalls the answer given by an aircraft pilot during the first Gulf war (in the nineties) when a journalist asked him what he felt when he pressed the button to release the first bomb. He just answered that it was not very different from the exercises they practiced with simulators. Krishnan, in a book with the significant title "War as Business" (2008: 81) says that "more and more soldiers now belong to the 'video game generation' and are not only familiar with computer simulations, but also enjoy training on them." The abyssal difference between war games or simulators, and real use of technology in war is that in the second one victims are real (there is no "reload/play again" in real bombings). The use of drones, for instance seem to reinforce this "blindness". Manikkalingan (2014: x) considers them "both more humane and more inhumane", since they "humanize the enemy - he becomes a living, breathing feeling person" (idem). Drones are targeted) but, at the same time, they create a situation where "in order to kill, you must dehumanize him" (idem). And even if it seems to be true that the process of dehumanizing the enemy is a common mechanism in all wars and genocides, what the authors consider to be different with drones is that "the warfighter is completely insulated from any interaction with those he is targeting" (idem). He is not confronted with the face of the person that died because of a machine sent from the other side of the world, nor with "collateral damages" if the drone fails its target.

This is why it seems important to put these "faceless human beings" at the core of an ethical reflection on the dehumanization present in "modern" technologies of war. In fact, contemporary wars not only dehumanize the victims. They also dehumanize those who activate these technologies. They are also faceless for the victims who only see an artefact, a death-machine. To know or at least to see the face of the enemy calls for an ethical decision: "shall I kill him or not"? And it also wakes a feeling of vulnerability: "Is he going to kill me or not?"

That is why Lévinas (1979) considered the face both as a menace and a responsibility. He says:

To manifest oneself as a face is to *impose oneself* above and beyond the manifested and purely phenomenal form, to present oneself in a mode irreducible to manifestation, the very straightforwardness of the face to face, without the intermediary of any image, in one's nudity, that is, in one's destitution and hunger. (...) To manifest oneself in attending one's own manifestation is to invoke the interlocutor and expose oneself to his response and

his questioning. (...) The being that expresses itself imposes itself, but does so precisely by appealing to me with its destitution and nudity (...) without my being able to be deaf to that appeal. Thus in expression the being that imposes itself does not limit but promotes my freedom, by arousing my goodness. (Lévinas 1979: 200).

Butler in a dialogue with Athanasiou (2013), on the other hand, uses the word “dispossession” to talk about what Lévinas calls “destitution”. Like Lévinas, she also sees “dispossession” as a positive and a negative notion: dispossession can “mark the limits of self-sufficiency” (Butler & Athanasiou 2013: 3), and so it means the recognition of human beings as “relational and interdependent”. But it can also express the situation of people that lose everything and “become subject to military and legal violence.” (idem) The first notion of dispossession emphasizes encounter with others, “being moved and even surprised or disconcerted by that encounter with alterity” (idem). And by saying this Butler (Butler & Athanasiou 2013: 3) formulates the key for an ethical, private and public, political standpoint. This key is “relationality”. She says: “we do not simply move ourselves, but are ourselves moved by what is outside of us, by others, but also by whatever ‘outside’ resides in us. (...) we are moved by others in ways that disconcert, displace and dispossess us”. (idem)

Summarizing: the recognition of human beings as being dispossessed, deprived, precarious, “grievable” (as Butler emphasizes in a book written after 9/11: 2004) instead of speeding up a civilization with a “paranoid” refusal of the “others”, could lead to a civilization of dialogue, of recognition of all human beings as beings with a face. If not, then maybe a new Battle of La Lys could happen, especially if the memory of such atrocities will be forgotten and the voices of those who know that “war is hell” will be silenced.

References

- Bartov, O.** (2000). *Mirrors of Destruction. War, Genocide, and Modern Identity*. Oxford: Oxford University Press.
- Butler, J.** (2004). *Precarious Life. The Powers of Mourning and Violence*. London: Verso.
- Butler, J. and Athanasiou, A.** (2013). *Dispossession: The Performative in the Political*. Cambridge: Polity Press.
- Comissão Técnica da Infancia** (1922). *Livro de ouro da Infancia*. MCMXIV-MCMXVIII. S.l.
- Krishnan, A.** (2008). *War as Business. Technological Change and Military Service Contracting*. Hampshire: Ashgate Publishing.
- Lévinas, E.** (1979). *Totality and Infinity*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers.
- Manikkalingan, R.** (2014), “Foreword”. In: *Opposing Perspectives on the Drone Debate*, ed. By Bradley Jay Strawser, Lisa Hajjar, Steven Levine, Feisal H. Naqvi and John Fabian Witt. New York: Palgrave MacMillan, ix-xi.
- Marina, J. A.** (1996). *Ética para Náufragos*. Lisboa: Caminho.

- Marques, I. P.** (2008). *Das Trincheiras com Saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- O'Connell, R. L.** (1989). *Of Arms and Men. A History of War, Weapons, and Aggression*. Oxford: Oxford University Press.
- Queiroga, F. M. V. R.** (2008), "Weapons and Warfare". In: *Encyclopedia of Archaeology*, ed. by Deborah M. Pearsall. Vol. 3, 2197-2212. New York: Academic Press.

II. Portugal na Guerra - A Batalha de La Lys

A Batalha do Lys de 1918 e a sua história

Guilhermina Mota

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Resumo: Esta comunicação propõe uma leitura da batalha que se travou na planície do Lys em 9 de abril de 1918, leitura que incide não só na atuação do exército português, mas que leva em conta também, e sobretudo, a integração do combate na Ofensiva alemã da Primavera desse ano que se desenrolou entre março e julho e, de forma mais específica, na Operação Georgette. Atenderá às forças beligerantes (portuguesas, britânicas e alemãs), às suas características, às estratégias e táticas militares (a relevância da tática alemã das tropas de assalto), às condições de terreno e climatéricas, às dinâmicas do combate.

Palavras-chave: Batalha de La Lys, Ofensiva alemã da Primavera de 1918, Operação Georgette, estratégia e tática militar.

Abstract: This communication proposes a reading of the battle that took place in the plain of Lys on April 9, 1918, focuses not only on the performance of the Portuguese army, but above all, on the integration of combat in the German Spring offensive of that year that developed between March and July and, more specifically, in Operation Georgette. It will focus on the belligerent forces (Portuguese, British and German), namely their characteristics, military strategies and tactics (the relevance of the German assault troops tactic), and also to the field of operations and climatic conditions, the dynamics of combat.

Keywords: Battle of La Lys, Spring German offensive of 1918, Operation Georgette, strategy and military tactics.

Quando, há anos, publiquei um relato da Batalha de La Lys (Mota, 2006), escrito por um alferes de artilharia que nela combateu, ao compulsar a bibliografia relativa ao tema, apercebi-me que muitos dos textos que sobre a batalha se escreveram em Portugal tendiam a analisá-la em si mesma, como se não tivesse contexto, levavam em conta apenas a ação das forças portuguesas e não a das forças britânicas, e, na análise da derrota, conferiam um grande peso à alteração da política de beligerância, introduzida com a chegada ao poder de Sidónio Pais, em dezembro de 1917, que conduzira a um desinvestimento do país na guerra, e pouco à atuação do comando aliado.

Entre as razões apontadas para o fracasso, salientava-se o estado calamitoso em que o exército português se encontrava na Flandres, com as tropas há muito na frente sem serem rendidas, com acentuada carência de oficiais e com o moral muito baixo.

Por outro lado, minimizavam a magnitude da Ofensiva alemã da Primavera de 1918, a importância fulcral que a zona do Lys tinha nessa ofensiva e a intensidade esmagadora do ataque alemão no dia 9 de abril. A batalha era olhada como mais um combate rotineiro da guerra.

Uma outra perspetiva, porém, apresentava em texto publicado logo em 1920 o major de infantaria João Maria Ferreira do Amaral. Escrevia: «A 2.^a Divisão portuguesa, estava nesse dia guarnecendo a frente que cortava o caminho que Ludendorff necessitava ter livre, para se aproximar de Calais e Boulogne. [...] Para isso entendeu e *muito bem*, que tendo pela frente uma divisão, devia lançar contra ela oito divisões, sem se importar se era de portugueses, se era forte ou fraca, se estava nas linhas com ou sem vontade, se estava cansada ou não. [...] Fez o que manda a cartilha da guerra moderna, que preceitua a quem ataca, fazê-lo na proporção de oito contra um». E acrescentava: «Que a ninguém fique duvidas sobre o destino que uma Divisão Francêsa, Inglesa ou Americana teria no dia 9 de Abril se estivesse onde esteve a 2.^a Divisão Portuguesa. Quem lá estivesse seria *esmagado, atropelado e ... varrido*» (Amaral, 1923, pp.8 e 45).

Este excerto pode ser encarado como uma mera justificação do ocorrido, mas levou-me a refletir sobre as reais condições em que se bateram os soldados portugueses e a concentrar, assim, a minha atenção na dinâmica da guerra, tentando perceber a interdependência de todas as forças em presença, sendo as do Corpo Expedicionário Português (conhecido como o CEP) apenas parte delas.

É certo que a grande diferença numérica entre as unidades lusas e germânicas era sublinhada em muitos relatos, assim como a superioridade do armamento alemão, quer em qualidade, quer em quantidade, mas nem sempre avaliando suficientemente o impacto que isso teve no desenrolar dos acontecimentos.

Como atenuante, apresentava-se o facto do ataque se ter dado no dia em que as unidades portuguesas tinham recebido ordens para, finalmente, se deslocarem para posições à retaguarda, momento de especial vulnerabilidade. Não considerando, porém, que isso não se devia a um golpe trágico do destino, mas à decisão tardia da chefia militar inglesa que as havia mantido na linha da frente, por delas ter necessidade, uma vez que a investida alemã do mês de março no Somme aí retivera as britânicas.

Para tentar conferir algum sentido a uma derrota penosa, defende-se por vezes que o confronto desse dia teve, pelo menos, o mérito de retardar o inimigo e assim permitir que os aliados se recompusessem e pudessem resistir. Nada menos exato. Até aos finais de abril, o exército inglês viveu as horas mais desesperadas da guerra.

Em 1917, a guerra chegara a um impasse, com os soldados enterrados nas trincheiras, travando escaramuças constantes, mas sem lucrarem ou cederem ganhos ou recuos significativos. Não se descartava a possibilidade de uma solução que pusesse fim ao conflito. Os países iam-se exaurindo por anos de luta e de privações, com as populações esgotadas numa penúria extrema.

É então que a Alemanha, recorrendo a novas táticas de guerra, inflige duas grandes derrotas aos Aliados. Em setembro esmaga o exército russo em Riga e em novembro o italiano em Caporetto. A confiança na sua própria capacidade militar, estribada nos triunfos obtidos, leva o comando alemão a planear uma grande ofensiva nos inícios do ano seguinte com a finalidade de acabar com a guerra e alcançar a vitória. O momento é propício. Em 3 de março, firma a paz com a Rússia, pelo Tratado de Brest-Litovsk, e isso permite-lhe dispor de mais 50 divisões, ficando com uma vantagem temporária. E o ataque é inadiável, pois convinha ser desencadeado antes de um maior envolvimento norte-americano, quer em homens quer em recursos.

A Ofensiva alemã da Primavera de 1918, apelidada pelos alemães de Batalha do Kaiser, consta de uma série de ataques – “Michael” (21 de março a 5 de abril), “Georgette” (9 a 29 de abril), “Blücher” (27 de maio a 5 de junho), “Gneisenau” (9 a 15 de junho) e “Marneschutz” (15 de julho a 3 de agosto) – desferidos ao longo da Frente Ocidental, iniciados a 21 de março e que se prolongaram até 18 de julho, dia em que se iniciou a contra-ofensiva aliada. Foi seu estratega o general Erich Ludendorff que optou por arriscar uma manobra de “tudo ou nada”, contra a opinião de outros generais mais experientes que teriam preferido progredir menos no terreno, mas de forma mais consolidada. Esta investida foi assim a mais violenta desde que a conflagração começara e foi a que atingiu os avanços mais profundos desde 1914. E por isso mesmo acabou por precipitar o termo da guerra.

A “Operação Michael” decorreu na zona do Somme e com ela pretendia a Alemanha tomar a cidade de Amiens, um nó ferroviário vital, separar as linhas aliadas, empurrar o exército britânico para lá da Mancha, contando que a França, nessa eventualidade, se dispusesse a pedir o armistício.

Simultaneamente, os alemães gizaram a “Operação Georgette”, na zona do Lys, com o fim de conquistar a cidade de Ipres, dominar os portos de Dunquerque, Calais e Boulogne-sur-Mer, para cortar o abastecimento aliado por mar, e tomar Hazebrouck, um centro de caminho de ferro onde os britânicos tinham um grande depósito de mantimentos. Esta cidade ficava a cerca de 24 km, para lá do Setor Português, a noroeste.

Esta operação não foi, como se tem dito, um ataque subsidiário cujo único propósito era coagir o comando aliado a desviar as forças do Somme. Absorveu no total praticamente tantos homens como os que estiveram envolvidos em todas as batalhas de 1915 e 1916 juntas (Williams, 2008, p.174). É certo que teve uma escala menor que “Michael” – devido, em parte, à pressão que a manutenção da área então conquistada exercia –, mas é o próprio Ludendorff que afirma que ela não visava apenas objetivos limitados e que se tornou uma «operação principal». Depois da rápida progressão alemã, que tomou aos ingleses Arras, Messines e Merville, já Winston Churchill, em 12 de abril, a descrevia como «provavelmente, depois do Marne, o clímax da guerra» (Stevenson, 2013, p.68). A 11 de abril, a situação aliada era crítica. Foi nesse dia que Douglas Haig, o comandante da Força Expedicionária Britânica, reconhecendo a falta de soluções, emitiu a famosa palavra de ordem “Backs to the wall” – «With our backs to the wall and believing in the justice of our cause

each one of us must fight on to the end»³⁸ (Stevenson, 2013, p.73) – , pela qual impunha a obrigação de lutar até ao fim, sem recuo nem retirada.

A ofensiva do Lys durou até 29 de abril. Nesta data, o exército alemão suspendeu-a. Tinha sofrido duras baixas e estava incapaz de conservar o terreno de que se apossara por escassez de provisões e de reforços. As rápidas tropas de assalto que lideravam os ataques não foram acompanhadas por falência da mobilidade da retaguarda. E assim os impressionantes ganhos táticos acabaram por não levar à concretização de resultados operacionais.

A “Operação Georgette” envolveu, da parte britânica, dois exércitos, o 1.º, comandado pelo general Henry Horne, e o 2.º, pelo general Herbert Plumer, que ocupavam as zonas a sul e a norte do rio Lys respetivamente. E envolveu, da parte alemã, o 6.º Exército, do general Ferdinand von Quast, a sul, e o 4.º, do general Sixt von Armin, entre o rio e a cidade de Ipres.

Na manhã de 9 de abril, o primeiro dia da ofensiva, a batalha colocou em confronto o poderoso 6.º Exército alemão e dois corpos do 1.º Exército britânico, o XI, sob o comando do general Richard Haking, com duas divisões na frente, a 2.ª portuguesa e a 55.ª britânica, e o XV onde se integrava a 40.ª Divisão britânica.

O CEP estava nas trincheiras da Flandres francesa desde abril de 1917, operando com duas divisões, sob a direção do general Tamagnini de Abreu e Silva. O Setor Português localizava-se no vale do rio Lys, entre Armentières e La Bassée, Merville e Béthune, com uma área que chegou a ter 14 km de frente e quatro setores de brigada (Ferme du Bois a sul, Neuve Chapelle e Fauquissart ao centro e Fleurbaix a norte). Como os ingleses admitiram que a frente era muito extensa, esta foi reduzida para 11 km e em dezembro o setor de Fleurbaix foi atribuído à referida 40.ª Divisão.

Ao longo desse ano, os portugueses mantiveram com determinação a defesa do seu setor. E, quando, nas primeiras semanas de março de 1918, os alemães intensificaram as hostilidades, os militares lusos não só repeliram vários ataques inimigos, como ainda lançaram com êxito ataques próprios. O seu desempenho não sofreu reparos e em 7 de abril foi até elogiado por Haking (Costa, 1920, p.125).

Por Convenção de 21 de janeiro de 1918, firmada entre os comandos português e britânico, o CEP deixou de funcionar como Corpo de Exército. Nesse acordo, estabeleceu-se que a 1.ª Divisão passava para a retaguarda e a 2.ª se incorporava no XI Corpo britânico, deixando de estar subordinada ao CEP para efeitos táticos. Em 3 de abril foi emitida a ordem que mandava efetivar essa resolução e três dias depois, nas vésperas da batalha, a 2.ª Divisão, à frente da qual estava o general Gomes da Costa, passou a tomar conta sozinha de todo o Setor Português, responsabilidade antes atribuída às duas divisões (Costa, 1920, p.116).

Para agravar a questão, a divisão não se achava completa, contando apenas com pouco mais de dois terços dos seus efetivos, e estava muito desfalcada de oficiais (Fraga, 2013, p.407). Foi reforçada por isso com uma brigada da 1.ª Divisão, mas que se destinava a guardar a Linha das Aldeias e, portanto, não era uma força à disposição do comando (Costa, 1920, p.36).

38 “Encostados à parede, e acreditando na justiça da nossa causa, cada um de nós tem de continuar a lutar até ao fim” (tradução minha).

A frente portuguesa, até aos inícios de abril guarnecida por 16 batalhões, ficou então apenas com 12 e a Reserva, já insuficiente, foi ainda reduzida para metade (Costa, 1920, p.34). Ao todo, cerca de 16 mil homens, os efetivos realmente combatentes (Fraga, 2013, p.407), para defender uma frente de 11 km – veja-se que o exército americano tinha uma frente de 14 km e 60 mil homens (Henriques; Leitão, 2001, pp.67). A extensão da frente portuguesa é um dado a reter para a compreensão do sucedido. Estava claramente acima da média que existia na frente ocidental e era excepcionalmente longa para os padrões da Primeira Guerra. De notar que a 40.^a britânica à sua esquerda defendia 6,858 km e a 55.^a à sua direita apenas 3,657 km.

A ofensiva alemã estendeu-se ao longo de toda a frente lusa e de metade das frentes das divisões britânicas que com ela confinavam – duas milhas (3,218 km) da 40.^a e 1 milha (1,609 km) da 55.^a (Pyles, 2012, p.1). O plano germânico selecionou assim o Setor Português como zona preferencial de ataque. Este constituía com certeza o elo mais fraco das forças britânicas, mas não foi esse facto que determinou a escolha. Esta foi ditada pelo próprio vale do Lys. Por um lado, o setor ficava no caminho do trajeto mais curto e direto que o exército alemão tinha que percorrer para cumprir o objetivo traçado: atravessar o rio no primeiro dia e seguir depois para Hazebrouck. Ficava também numa zona da planície extremamente rasa, o que permitia uma progressão mais célere. Estes dois considerandos também se aplicavam em parte à 40.^a Divisão, mas não à 55.^a, situada num terreno mais afastado e favorável à defesa. Além disso, por ser uma zona lamacenta, cortada por muitos drenos, tornava inoperacional a utilização de tanques, única arma em que o exército aliado tinha a primazia. Por fim, a localização do setor, entalado entre dois canais (Merville-Estaires e La Bassée), comprometia seriamente os movimentos em caso de retirada (Costa, 1920, p.55) e proporcionava aos alemães uma posição dominante, pois os portugueses estavam numa cova com a ribeira La Lawe à retaguarda (Amaral, 1923, p.12).

Os alemães atacaram com uma imensa vantagem numérica. Movimentaram oito divisões em primeira linha e quatro em apoio (Fraga, 2013, pp.405-406), o que só por si sugere que não consideravam inaptas as forças do outro lado. Mas mais importante do que esse enorme recurso em homens, que lhes permitia avançar em ondas sempre refeitas, era o facto de grande parte dessas divisões serem constituídas pelo escol das tropas germânicas, as exímias *Stosstruppen*, as tropas de assalto.

Os militares alemães tinham percebido que os ataques frontais por vagas massivas contra as posições de atiradores entrincheirados geravam a perda de muitas vidas e eram pouco eficazes. Em vez de confrontar as linhas inimigas, experimentaram uma outra tática, a da infiltração. Algumas unidades, compostas por infantaria e sapadores jovens e motivados, criaram pelotões de ataque bem armados que se deslocavam em fila e conseguiam mais facilmente cruzar a chamada “Terra de Ninguém”, sem se tornarem alvos tão expostos, e aparecer nas trincheiras inimigas ou mesmo mais atrás. Além das espingardas, levavam consigo também granadas de mão e lança-chamas que se revelaram poderosas armas ofensivas, e dispunham de metralhadoras ligeiras, morteiros e canhões leves para apoio de fogo (Pyles, 2012, p.89). Estas tropas de assalto eram a elite do exército germânico, tinham o moral muito elevado e estavam abastecidas com o último armamento de alta tecnologia. Quando as táticas de assalto num ataque atuavam juntamente com bombardeamentos pesados e de gás provaram ser inexoráveis. Foram elas as responsáveis pelo arrasamento dos exércitos russo e italiano, assim como do britânico em 21 de março no Somme, na abertura

da “Operação Michael”. E foram elas também, e ainda mais aperfeiçoadas, com as lições colhidas nesta última ofensiva, que enfrentaram a exausta e enfraquecida divisão portuguesa e a 40.^a Divisão britânica igualmente cansada de combate e que para o Lys tinha sido deslocada depois de tomar parte na Batalha de Cambrai, travada nos finais de 1917.

A ação da chefia britânica revela-se, em vésperas da batalha, confusa e inconsequente. Douglas Haig, encravado na ofensiva do Somme, em retirada com grandes cedências, tendo o seu comando ameaçado pelos maus resultados, não percebeu a importância da planície do Lys para a estratégia alemã e não teve a cautela, ou os instrumentos ao seu dispor, para dotar a zona a cargo dos portugueses com capacidade militar.

Em contraponto, a preparação da batalha foi muito bem conduzida por parte dos generais alemães do 6.^o Exército. A precisão com que certos alvos foram atingidos logo após o início do bombardeamento evidencia que tinham feito os reconhecimentos e localizado os objetivos em devido tempo (Fraga, 2013, p.409). Os ingleses sabiam disso, pois os locais estavam referenciados em mapas capturados pelos alemães, e procederam a alterações no seu dispositivo, mas os portugueses não foram avisados e mantiveram as mesmas posições (Henriques; Leitão, 2001, p.64).

Em 25 de março, Haking, comandante do XI Corpo, tinha feito saber que, em caso de um ataque forte, a 55.^a Divisão não estava preparada para defender as linhas da frente. Por isso, deveria ficar a assegurar a Linha das Aldeias, um setor mais recuado, e era aos portugueses que deveria caber a defesa na Linha B, a linha principal de resistência dos postos avançados (Pyles, 2012, p.79). Esta sugestão ficou materializada dias depois na ordem do general Horne que intimava a 2.^a Divisão a morrer na Linha B. Os ingleses, ao mesmo tempo que pediam o sacrifício máximo aos soldados portugueses, não lhes facultavam os meios necessários para combaterem. De facto, tinham-lhes tirado grande parte da artilharia pesada, para socorrer Amiens, e o poder de fogo que deixaram era muito insuficiente para responder a uma investida em grande escala (Henriques; Leitão, 2001, p.7).

Em 7 de abril, o general Haking fez saber a Gomes da Costa que a 2.^a Divisão ia continuar na frente e que a principal linha de defesa que devia guarnecer era a Linha B. Neste dia, os britânicos estavam cientes da iminência de um ataque, por informações obtidas através dos prisioneiros e da observação aérea e do terreno que mostrava uma grande movimentação em frente do Setor Português, pois Ludendorff, desejando adiantar o início da ofensiva, e cheio de pressa, movia as suas unidades e a sua artilharia à luz do dia. O general Horne comunicou a Douglas Haig no dia 8 que contava ser atacado no dia seguinte, mas este entendia que a “Operação Georgette” era provavelmente só uma diversão (Stevenson, 2013, p.71). Assim, não se preveniram os portugueses.

À última hora, em contradição com o que estava estipulado, e no momento menos indicado, os ingleses decidiram finalmente ordenar a retirada da frente das unidades de infantaria lusas, mas não as de artilharia que se deviam manter nas posições (Costa, 1920, pp.125-126).

Os estrategas da “Operação Georgette” definiram que no dia de abertura, o nosso aziago dia 9 de abril, se devia fazer uma exibição de força implacável. O ataque seguiu as regras das táticas das forças de assalto, exatamente como já o fizera em «Michael» dias antes. Existe, aliás, uma grande similitude entre as duas operações militares. Pelas 4,15 h da manhã, começou um bombardeamento muito intenso de artilharia e morteiros pesados e de fósforo e gás mostarda, que alvejou as zonas mais recuadas, onde estavam os postos de

comando, depois as comunicações, a artilharia, as segundas linhas de infantaria e a linha da frente. Assim conseguiram romper todas as comunicações e lançar uma grande desorientação no campo de batalha, desorientação agravada por um nevoeiro cerrado que impedia a visão. Este bombardeamento durou perto de quatro horas sem dar descanso. Foi neste poder avassalador da artilharia que assentou o cerne da investida. Quando diminuiu, e os efeitos nocivos do envenenamento por gás se dissiparam, avançou então a sua infantaria de assalto bem equipada e treinada, infiltrando-se no sistema defensivo e isolando as tropas das diferentes divisões. Os britânicos recuaram nas suas posições para formar flanco defensivo, deixando aberturas por onde os alemães penetraram com mais desenvoltura, vindo a surpreender as unidades portuguesas pela retaguarda (Costa, 1920, p.130). Depois, os alemães, em vagas sucessivas, foram dizimando os restos dos batalhões de infantaria. As baterias de artilharia portuguesas, por sua vez, como a barragem inimiga não deixava fazer o remuniamento, foram-se gradualmente reduzindo ao silêncio. De notar, no entanto, que a artilharia existente era apenas de campanha e nunca teria podido contrabater a artilharia pesada inimiga, o que só estaria ao alcance da inglesa que havia sido em boa parte retirada (Costa, 1920, p.151).

Para Gomes da Costa, o problema fundamental do plano de defesa foi empregar demasiadas forças na primeira linha, que ficaram destroçadas pelo bombardeamento inicial, não havendo depois mais atrás outras unidades para as reforçar e fazer os contra-ataques (Costa, 1920, p.71). Não houve o cuidado de colocar na retaguarda da posição portuguesa reservas que pudessem apoiar as linhas da frente.

Para melhor se perceber o que foi a violência da investida do Lys nada como compará-la com a do dia de abertura da “Operação Michael”, a 21 de março. A este dia chamou o historiador Joseph Gies «a abertura do Armagedão» (Gies, 1974, p.81), tal a dimensão da catástrofe. Analisemos o poder de fogo em ambos os ataques, em proporção com a extensão da frente do campo de batalha. No primeiro dia de “Michael”, o exército alemão utilizou 6.200 armas de fogo (Gies, 1974, p.81) que dispararam 3,2 milhões de tiros, um terço dos quais químicos (Stevenson, 2013, p.53), numa linha de frente de 50 milhas (80 km). A frente de ataque da “Operação Georgette” era muito mais estreita, 10 milhas (16 km: 11 da frente portuguesa e 5 das frentes britânicas) e, no dia de abertura desta ofensiva, o dia 9 de abril, o 6.º Exército alemão usou 1.686 armas de fogo que dispararam um total de 1,4 milhões de tiros (Zabecki, 2006, p.140). Feitas as contas, se conclui que em 21 de março se usaram 78 armas por quilómetro e em 9 de abril 105, e que os projéteis caídos no campo de batalha são no primeiro caso 40 mil e no segundo 87 mil em relação ao mesmo comprimento, mais do dobro portanto.

Mas não só os números contam, também o tipo e o poder destrutivo das armas de fogo importam para o resultado. Praticamente metade das armas de fogo do 6.º Exército pertenciam às categorias de pesadas ou super pesadas, muitas delas últimos modelos.

Esta batalha, a última do exército português, como a classifica Alves de Fraga (Fraga, 1993), causou um traumatismo profundo em quem a viveu e no país em geral, e que perdeu no tempo. Tal não se poderá atribuir somente à derrota, mas sim ao aspeto humilhante de que ela se revestiu. Tudo se resolveu em oito horas. Começado o assalto por volta das quatro da manhã, ao meio dia tudo estava acabado, subsistindo apenas algumas bolsas de resistência dispersas.

À incapacidade militar no combate, juntou-se o desconcerto na retirada, com muitas tropas vagueando desordenadas. E os homens não morreram na Linha B, como a chefia tinha prescrito. Não se conhecem com rigor as perdas humanas sofridas na batalha, mas aceita-se que perfizessem no total metade dos efetivos da divisão: 614 mortos (Fraga, 2013, p.418), pelo menos 1500 feridos (Henriques; Leitão, 2001, p.79), 6585 prisioneiros e um número indeterminado de desaparecidos. O que significa que grande parte dos homens mantiveram as suas posições até serem mortos, feridos, presos ou ultrapassados.

A elevada proporção entre os que foram capturados e os que foram mortos (dez vezes mais) ainda hoje causa estranheza e mal-estar em quem acredita que, como na antiga Esparta, de uma peleja só se volta ou com o escudo ou sobre o escudo (vencedor ou morto). A dita proporção, que leva alguns a interpretar que os soldados capitularam e não se bateram, não se explica apenas com a desmoralização das tropas. Em primeiro lugar, o brutal fogo de barragem ter-se-á destinado mais a romper as cadeias de comando – sabendo-se a importância que a hierarquia tem nos meios militares e os riscos que envolvem decisões particulares – e a criar a desorganização no teatro de operações do que a aniquilar os homens fisicamente. Depois, o facto de os alemães envolverem os portugueses – uma vez que romperam pelos flancos ingleses e os surpreenderam pela retaguarda, de onde não vieram reforços – não lhes deixava a mínima hipótese de vencerem. Assim, imperou o bom senso da rendição, para evitar um banho de sangue numa reação inútil.

Os ingleses tiveram uma derrota igualmente esmagadora em 21 de março. Na frente La Fère-Vermelles, com condições muito superiores de resistência, cederam 60 km de frente e outros tantos de profundidade (Costa, 1920, p.173) e em toda a operação os alemães fizeram cerca de 90 mil prisioneiros sem ferimentos, segundo afirma Ludendorff (Amaral, 1923, p.13). Mas os britânicos que lutaram em “Michael” foram vistos com indulgência. O seu comportamento foi justificado. Não poderiam ter feito melhor, com frio e sem comer, muitos deles gaseados, vendo os seus camaradas desfeitos em pedaços ou enterrados vivos, entorpecidos pelo embate, impossibilitados de pensar ou agir, como narra David Stevenson (Stevenson, 2013, p.54). Esta descrição aplica-se por inteiro às condições dos portugueses em 9 de abril. Para eles, contudo, não houve qualquer benevolência. A imagem que cedo ficou estampada é que deitaram as armas ao chão e deram aos tacões logo no início do ataque.

O CEP e o 1.º Exército britânico, de que fazia parte, sofreram um doloroso revés na planície do Lys naquela manhã de abril, tendo os alemães logrado o seu objetivo, atravessar o rio.

Os portugueses da 2.ª Divisão e os ingleses da 40.ª, sobre as quais caiu o furor da ação ofensiva, viveram então as suas horas mais amargas. Apenas puderam lutar sem esperança em ações de pequenas unidades contra ondas sucessivas de atacantes. Mesmo forças vigorosas, o que não era o caso de nenhuma delas, teriam tido dificuldade em responder. Aliás, nos dias seguintes, Ludendorff continuou a galgar terreno e a tomar cidades.

A 55.ª Divisão, pelo contrário, tinha tropas frescas, suportou um ataque de baixa prioridade, confrontou-se com unidades alemãs constituídas por homens de família de meia idade e que costumavam ser utilizadas em papéis defensivos, as chamadas tropas para defesa de trincheiras (Pyles, 2006, p.98). E, mesmo assim, não foi capaz de repelir o embate, lamentando Gomes da Costa que não tivesse feito grande esforço quando «devia e podia ter

contra-atacado, em vez de formar flanco defensivo», desguarnecendo a divisão portuguesa (Costa, 1920, p.175).

No entanto, na apreciação desigual que Douglas Haig resolveu fazer das forças sob o seu comando, foi a 55.^a Divisão alcandorada à glória, enquanto calou o procedimento da 40.^a e aviltou a 2.^a Divisão portuguesa, reportando que a maior parte das suas tropas abandonaram as posições assim que a investida alemã quebrou a frente, desertaram do campo de batalha, não detiveram o avanço alemão e expuseram as forças britânicas, fazendo dela o bode expiatório do desaire. A visão negativa da atuação dos portugueses foi assim construída de imediato.

Os historiadores reproduziram depois os argumentos: as forças portuguesas, indubitavelmente as piores de todas as nações do Ocidente, sempre olhadas como praticamente inúteis, deixaram cair as armas e fugiram em pânico, tendo os alemães um inesperado golpe de sorte por a linha ser defendida apenas por uma divisão portuguesa, cansada, deprimida, que estava para ser rendida, e que quebrou na primeira investida. David Stevenson afirma mesmo que dois terços dos portugueses fugiram para a retaguarda (Stevenson, 2013, pp.71-72), o que manifestamente está em contradição com o número de prisioneiros.

Houve quem não seguisse a tendência, como Arthur Conan Doyle, para quem o ataque alemão foi de tal ordem que nenhuma censura podia ser assacada às tropas portuguesas, acrescentando ainda que os artilheiros, homens valentes, permaneceram no seu posto e continuaram a fazer fogo mesmo depois da infantaria os ter deixado desprotegidos (Pyles, 2012, p.11).

E David Lloyd George, primeiro-ministro do Reino Unido em 1918, recorre a palavras bem contundentes para qualificar a injustiça do discurso oficial que se foi impondo para encobrir a inépcia da cúpula militar: «[...] it is rather hard on a small nation, which has a long and honoured record for valour and intrepidity on sea and land [...] that they should have to bear the stain of reproach for a defeat which was entirely attributable to the crass stupidity of a General from another race» (George, 1937, p.29)³⁹.

Pode afirmar-se que o CEP não se encontrava nas melhores condições em 1918, que não tinha desde o início as competências bastantes para participar num conflito que suscitou uma verdadeira revolução na arte da guerra, que o poder instalado em Lisboa não era favorável à sua estada na Flandres, mas tudo isso afinal acabou por ser menos determinante na derrota de 9 de abril do que as suas circunstâncias, o ímpeto da ofensiva alemã e a incerta condução da guerra por parte do comando inglês.

O carácter extraordinário da batalha – a veemência inaudita do bombardeamento, a força da infantaria de assalto, o nevoeiro que tornava irreais os movimentos do inimigo, a quebra das comunicações isolando as unidades, a destruição do sistema defensivo, a inexistência de reservas e de artilharia pesada – basta para compreender a derrota e a confusão da retirada. A ideia de inoperância não quadra a uma força de exército que cumprira o dever de manutenção do seu setor, durante um ano de guerra, com lutas constantes em que perderam a vida muitos homens.

³⁹ «[...] é muito duro, para uma pequena nação que tem um longo e honroso historial de valor e coragem no mar e em terra [...] ter de suportar o estigma da reprovação por uma derrota que se deve atribuir inteiramente à estupidez crassa de um general de outra raça» (tradução minha).

Douglas Haig estaria mesmo convencido que os alemães não iam lançar um grande ataque na região do Lys e que o movimento militar observado na área se destinava a dissimular a verdadeira ofensiva que continuava a ser a do Somme. Essa a única razão que pode explicar o abandono a que votou uma divisão que tinha uma frente muito longa para defender e um reduzido número de efetivos mal equipados para o fazer.

Por fim, há que frisar que no dia 9 de abril não foram só os portugueses que saíram derrotados da Batalha de La Lys. Todas as forças aliadas que nela combateram tiveram a mesma sorte. Em última análise, quem perdeu a batalha foi o 1.º Exército britânico, em cujo XI Corpo se integrava uma divisão portuguesa.

Referências

1. Fontes impressas

Amaral, J. M. F. do. (1923). *A Batalha do Lys, a Batalha d'Armentières ou o 9 de Abril*. Lisboa: Tipografia do Comercio.

Costa, General M. G. da. (1920). *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra: a Batalha do Lys - 9 de Abril de 1918*. Porto: Renascença Portuguesa; Rio de Janeiro: Luso-Brasileira.

2. Estudos

Afonso, A. e Matos Gomes, C. de (Coords). (2013). *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. (2.^a ed). Vila do Conde: Verso da História.

Fraga, L. M. A. de. (1993). La Lys: a última batalha do exército português. In: *IV Colóquio. A História Militar de Portugal no século XIX*. Actas. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

Fraga, L. M. A. de. (2013). La Lys, a batalha portuguesa. In: Afonso, A. e Matos Gomes, C. de (Coords). (2013). *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. (2.^a ed). Vila do Conde: Verso da História, pp. 404-418.

George, D. L. (1937). *War memoirs of David Lloyd George*. 6.^o vol. 1918. Boston: Little, Brown.

Gies, J. (1974). *Crisis 1918: the leading actors, strategies and events in the German gamble for total victory on the Western Front*. New York: Norton.

Henriques, M. C. & Leitão, A. R. (2001). *La Lys 1918: os soldados desconhecidos*. Lisboa: Prefácio.

Marshall, S. L. A. (2001). *World War I*. Boston: Houghton Mifflin.

Mota, G. (2006). Batalha de La Lys: um relato pessoal. *Revista Portuguesa de História* 38: 77-107.

Pyles, J. (2012). *The Portuguese Expeditionary Corps in World War I: from inception to combat destruction, 1914-1918*. MA diss. Denton: University of North Texas.

Stevenson, D. (2013). *With our backs to the wall: victory and defeat in 1918*. Cambridge Ma: The Belknap Press of Harvard University Press.

Williams, J. F. (2008). *Modernity, the media and the military: the creation of national mythologies on the Western Front 1914-1918*. New York: Routledge.

Zabecki, D. T. (2006). *The German 1918 offensives: a case study in the operational level of war*. New York: Routledge.

O CEP na Batalha de La Lys: O fim de um objectivo político nacional⁴⁰

Luís Alves de Fraga

Universidade Autónoma de Lisboa/UAL

Resumo: Faz-se uma análise das condições sociais, políticas e culturais de Portugal nos anos anteriores à proclamação da 1.ª República para justificar o estado cultural do Corpo Expedicionário Português (CEP) em França, da sua desmoralização, desinteresse militar e pouca combatividade, de modo a tentar compreender a batalha de La Lys, ou, mais em particular o dia 9 de Abril de 1918. Em seguida, procura-se descobrir as projecções culturais, sociais e políticas da presença do CEP em França e da batalha na vida nacional portuguesa e os efeitos que teve ao longo dos anos da ditadura.

Palavras-chave: 1.ª República Portuguesa, Grande Guerra, La Lys, Estado Novo, Salazar.

Abstract: An analysis of the social, political and cultural conditions of Portugal in the years prior to the proclamation of the 1st Republic is carried out to justify the cultural state of the Portuguese Expeditionary Corps (CEP) in France, its demoralization, military disinterest and lack of combativeness, in order to try to understand the Battle of La Lys, or, more particularly, on April 9, 1918. Next, we seek to discover the cultural, social and political projections of the presence of the CEP in France and the battle in Portuguese national life and the effects that it had during the years of the dictatorship.

Keywords: First Portuguese Republic, Great War, La Lys, Estado Novo, Salazar.

⁴⁰ O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico.

Introdução

Já fizemos, ao longo de mais de três décadas, vários trabalhos onde descrevemos a batalha de La Lys, por isso, julgamos, esgotámos o tema, pois, pouco mais se pode dizer que seja novo. Contudo, parece-nos, a batalha pode, e deve ser, analisada sob prismas novos: efeitos sociais, consequências políticas – de natureza interna e de natureza externa – sanitárias e, até, culturais.

É uma abordagem desse género que pretendemos fazer aqui, muito embora tenha de ser, naturalmente, sintética. Tratar-se-á menos de um relato factual do que de uma reflexão transversal àquilo que a batalha representou, efectivamente, no tecido social, na ambiência política e no imaginário nacional português. Será esse o escopo do trabalho que se segue. Mas, para que tal seja possível dentro de poucas páginas, é imperioso traçar uma contextualização epocal para se compreender quem eram e como eram os *actores* envolvidos em tudo o que se relaciona com a batalha. É o que vamos fazer de seguida.

Não vale a pena perder muito tempo a dizer que na década de dez do século XX, em Portugal, cerca de 75% da população era analfabeta, mas este facto tem de ser chamado à colação, porque justifica o panorama social do país. Assim, a esmagadora maioria dos portugueses não estava em condições de perceber as razões que levavam Portugal a ser beligerante e, muito menos a de ter de morrer, lá longe, numa batalha, em França.

Do ponto de vista económico, é necessário dizer que a *indústria* que mais mão-de-obra empregava era a da construção civil centrada nas maiores cidades de então: Lisboa e Porto e, a uma grande distância, Coimbra e Setúbal. Depois, como emprego de mão-de-obra, vinha a agricultura, pois, Portugal era essencialmente agrícola; daí resultava que uma parte dos proprietários das terras gozavam, nas cidades, dos rendimentos provenientes da labuta do amanho do solo. Havia, em especial nas grandes cidades, uma classe média, vivendo, quase toda ela, de empregos no Estado ou no comércio por grosso e por retalho; era gente de poucas posses financeiras, mas com um grau cultural ligeiramente acima das populações rurais. Mas as cidades estavam cheias de serviçais, vindos das áreas rurais, analfabetos e dispostos a vender a sua capacidade de trabalho por baixo preço, que, de qualquer forma, sempre era melhor do que o recebido no trabalho da terra.

As elites culturais e políticas concentravam-se nas três cidades mais importantes – Lisboa, Porto e Coimbra – onde liam e escreviam ou trabalhavam em áreas específicas e bem remuneradas: advocacia, medicina, engenharia, docência no ensino superior, juízes, altos funcionários do Estado e, a uma certa distância dos anteriores, na carreira militar, como oficiais. As origens desta elite estavam, quase sempre, ligadas à posse de propriedades agrícolas.

O clero católico teve, ao longo dos tempos, em Portugal, sempre uma importância relevante e excessiva – recordemos o papel censório e, de certa maneira, limitador da evolução do pensamento científico e cultural devido ao Tribunal do Santo Ofício – quer junto das populações rurais – onde passava por ser a voz mais escutada por todos em todo o tipo de assuntos – quer junto das populações urbanas, fossem burguesas ou aristocráticas. De certa forma, a Igreja, por acção do clero, foi um elemento condicionador da mentalidade dos Portugueses, já que limitou, através de um culto obscurantista, a abertura a uma compreensão da vida e dos fenómenos naturais e sociais. A este propósito, deve recordar-se que os Estados onde a prática religiosa foi *protestante* estiveram sempre mais prontos para

encarar a modernidade e as evoluções científicas e isso devia bastar para compreender que Portugal foi vítima da religião oficial.

É dentro destas linhas que vamos, então, olhar a batalha de La Lys e os soldados portugueses integrantes do Corpo Expedicionário Português (CEP), passando pela sociedade nacional, tanto na versão política como cultural.

O CEP de Abril de 1917 a Abril de 1918

Portugal mandou para França, constituindo o CEP, 55165 indivíduos, dos quais 3366 eram oficiais, incluindo 2 elementos da Cruz Vermelha, 1 oficial da Armada e, para além destes, mais 54 enfermeiras.

Neste conjunto as diferenças eram extremas, pois estiveram desde deputados e senadores, entre os oficiais, e soldados completamente analfabetos; estiveram desde ricos a pobres; escritores, professores e simples agricultores; gente das grandes cidades e gente de aldeias perdidas nas serranias deste país. A diversidade social era imensa. De comum, havia um aspecto: a grande maioria estava contrariada na guerra. Era mínima a porção de militares concordantes com a entrada de Portugal no conflito. Isso levanta uma questão, que carece de resposta:

— Qual o motivo dessa discordância ou dessa contrariedade?

Julgamos, de acordo com o muito que temos investigado, escrito e defendido (FRAGA, 2012), que a razão capital se centra na falta de informação sobre os reais motivos para estarmos na guerra e, em especial, em França.

Essa carência de informação resultou de vários elementos fundamentais: a excessiva taxa de analfabetismo, a dificuldade de circulação da informação no país, o comodismo de alguns, em especial da oficialidade pouco esclarecida, o apego ao lugarejo de nascimento e a relutância em alterar ritmos de vida, a deficiente instrução militar (esta não se deve limitar a ensinar o manejo e utilização das armas, mas a explicar a obrigação de servir a pátria onde e quando necessário), o medo do desconhecido e, acima de tudo, a quase total falta de instrução política.

Como se percebe, algumas das justificações assentam numa mesma explicação: a boçalidade da população portuguesa, por um lado, e, por outro, ignorância cívica dessa mesma população. É isto mesmo que se encontra na correspondência postal apreendida pela censura e oriunda de soldados, de sargentos e, até, de oficiais. Cem anos depois, continua a explorar-se estes dois aspectos, sem os explicar ou, ao menos, os contextualizar. Tentemos esclarecer.

A razão profunda da decisão de passar de uma neutralidade ambígua, pedida pelo Reino Unido, para uma beligerância activa, imposta pelo Governo português, não podia ser explicitada (FRAGA, 2012), mas, podia fazer-se propaganda. Todavia, mesmo que tivesse sido feita – e temos de levar em conta que se estava ainda bastante longe dos métodos de convencimento colectivo usados cerca de duas dezenas de anos mais tarde, com grande resultado, na Alemanha nazi – seria quase inútil dada a dificuldade de comunicação provocada pelo analfabetismo, pois a forma mais vulgar de difundir ideias, nessa época,

era a expressão oral e escrita. No entanto, houve uma tentativa de efectivar a propaganda possível, encarregando-se desse trabalho um jovem médico e político – Jaime Cortesão – consciente das razões da necessidade de Portugal entrar na guerra (CORTESÃO, 1916). Foi um livrinho de fácil leitura, concebido para gente do povo, escrito sob a forma de diálogo. Contudo, mesmo tendo sido publicados largos milhares de exemplares, o certo é que pouco efeito prático teve nas aldeias.

É verdade que houve outro tipo de propaganda apoiando a beligerância virada para as elites politizadas, especialmente feita na Revista *Águia*, editada pela Sociedade Renascença Portuguesa. Todavia, essa propaganda não fazia mais do que repisar os argumentos conhecidos de todos os que já estavam convencidos.

Houve, e em grande quantidade, propaganda contra a beligerância. Essa também tinha como alvo as elites cultas e as massas trabalhadoras. Expliquemos melhor esta divisão e as respectivas origens.

A propaganda destinada às elites cultas fazia-se em dois tipos de jornais: os republicanos de direita, conservadores, e os monárquicos. A campanha contra a entrada de Portugal na guerra foi intensa e brutal. Procurou-se desacreditar o *Partido Democrático*, aquele que, declaradamente, defendia a ruptura do estatuto imposto pela Grã-Bretanha a Portugal. De alguma maneira, esta campanha contra a beligerância, chegou, também, à população comum, fosse republicana ou monárquica. A incompreensão das razões de ir combater na Europa não se limitavam aos pobres e ignaros camponeses. Já depois do CEP estar em França, surgiu, em Portugal, uma publicação, cuja origem esteve num jornal monárquico, chamada **Role de Desonra**, onde se dava conta de não estarem na frente de combate, mas, na retaguarda, no recato dos estados-maiores, alguns oficiais políticos e os filhos de políticos republicanos. Criticavam-se, também, todos os que não estavam em primeiras linhas. Tratava-se, sem dúvida, de uma ignóbil publicação, visando desmoralizar os combatentes e pôr a opinião pública contra os políticos republicanos beligerantes, pois distorcia a verdade, já que, nas primeiras linhas ou nos estados-maiores, se corria risco de vida, ainda que este fosse maior nas primeiras linhas, como é evidente.

A propaganda destinada aos grupos sociais mais desfavorecidos era feita através dos sindicatos de trabalhadores, os quais, maioritariamente, filiavam os seus princípios ideológicos nas teorias anarquistas com carácter revolucionário, muito em voga na Península Ibérica, de então. Note-se, que esta propaganda contra a guerra não atingia a maior parte dos militares, porque o grosso do contingente era proveniente do ambiente rural e o anarquismo estava enraizado nas cidades, especialmente na de Lisboa.

Do exposto, compreende-se a clara falta de vontade anímica para combater, para estar na frente de batalha, para estar em França e, até, para estar nas fileiras militares. Na sua esmagadora maioria, a tropa nacional, à partida de Portugal, já ia moralmente derrotada. Esta conclusão conduz a uma dúvida:

– Como foi possível, então, criar algum espírito de corpo, neste *exército* de descontentes?

A explicação só a podemos encontrar nas condições específicas caracterizadoras dos homens ignorantes e brutos que constituíam a maioria do CEP. Expliquemo-nos.

Começámos por dizer que a taxa de analfabetismo, em Portugal, era, pelos anos de 1911-1914, da ordem dos 75% e que a influência do clero católico junto das populações rurais

era absoluta; acrescentámos que essa população era dominada pelo obscurantismo de uma sociedade fechada ao desenvolvimento. Então, é fácil perceber que, na ausência do padre, do cacique, do pai e da mãe, integrados num sistema hierárquico e exigente em termos de disciplina, estes homens viam-se obrigados, quase como se fossem dependentes de auxílio ou órfãos, a acreditar nos graduados militares e a cumprir as ordens que recebessem. Era gente simples, paciente, sofredora, mas espontânea na sua revolta quando se achava vítima de injustiça, dentro dos seus limitados princípios de justiça.

Então, temos, por um lado, uma minoria de graduados militares esclarecidos e renitentes à beligerância, fazendo tudo para se escapar da morte e dos perigos das primeiras linhas, que não tinha relutância em abandonar os seus subordinados ao destino que o próprio destino lhes havia proposto e, por outro, esta massa enorme de ignaros soldados disposto, se necessário, a morrer desde que lhe dessem ordem para tal. E, assim retratado, compreende-se o que foi o CEP entre Abril de 1917 e Abril de 1918. Assim, também se compreendem as desconfianças do Alto Comando Britânico em França, mas também se compreendem as lutas, que os oficiais com consciência da necessidade de entrar na guerra travaram a todos os níveis para manter de pé o CEP como representação de Portugal e de uma política que se pretendia dignificante e digna. Mas também se compreende a traição que foi o golpe e a política de Sidónio Pais ao abandonar esta massa de soldados ao seu destino, quase sem ter a comandá-los oficiais e sargentos crentes na razão de se estar em França, nas trincheiras.

Foi esta gente, desmoralizada por ter vivido um mês de Março esgotante de combates e bombardeamentos, que enfrentou, na madrugada de 9 de Abril de 1918, um terrível ataque germânico efectuado para rebentar a frente aliada e poder chegar à costa marítima e dividir a frente em duas.

Chegamos ao ponto de poder explicar, numa outra perspectiva, o dia 9 de Abril e aquilo que foi o primeiro momento da longa batalha de La Lys.

A batalha de La Lys

Se nos perguntarmos qual a justificação para a decisão alemã de atacar, na madrugada de 9 de Abril de 1918, o sector defendido pelos soldados portugueses, percebemos que o Alto Comando germânico, fiel ao seu princípio de estudar o carácter e os hábitos do general inimigo, terá estudado muito bem, não só quem era Tamagnini de Abreu e Silva, como os outros dois generais que comandavam as divisões portuguesas e, por arrasto, o moral e o espírito combativo dos soldados.

Desse estudo deve ter concluído que o CEP estava, como sempre esteve, desmoralizado, incapaz de se bater por uma causa que não percebia e não advogava. Aliás, foi através de panfletos lançados por aeroplanos germânicos, que os militares portugueses, nas trincheiras, tomaram conhecimento prévio do golpe de Sidónio Pais, em Lisboa e contra a guerra.

Aquilo que nós dissemos páginas atrás, sobre o desânimo e falta de combatividade da maioria dos militares do CEP, saberia, muito bem, o Comando alemão. Então, não havia que hesitar: o ataque seria sobre os Portugueses e eles render-se-iam com facilidade e com a menor quantidade de perdas humanas nas tropas de assalto germânicas. Esta constatação não foi feita no mês de Março anterior ao começo da batalha; já vinha de meses antes,

quando se percebeu que os soldados portugueses se rendiam facilmente ao serem atacados nas trincheiras por forças alemãs de certa envergadura.

— Mas, sendo assim, qual a razão motivadora da decisão de Portugal entrar na guerra?

É aqui que temos de perceber a diferença entre a decisão política e a incapacidade de os *mecanismos* estatais seguirem essa decisão. A decisão política estava certa e era correcta; no entanto, não era susceptível de ser posta em marcha pelo conjunto de razões já identificado.

— Haveria, então, que se desistir do objectivo político?

Julgamos que não. O que se impunha era forçar todos a cumprir a decisão política, porque esta visava um bem maior. Naturalmente, *passar o Bojador* exigiu sacrifícios, mas nem por isso o Infante D. Henrique deixou de continuar a mandar que os seus navegadores o fizessem! E fizeram-no. E desvendaram mares e terras desconhecidos. E isso foi progresso, foi modernidade. Qual o motivo por que não deveria o Povo, os soldados, cumprir o objectivo de quem os mandava para a guerra para se conquistar o respeito da Europa? A resposta só pode ser uma: o orgulho nacional estava perdido, porque pesavam mais os comodismos e os medos, as ideologias e as diferenças.

Quando, do lado alemão, começou o bombardeamento do sector português, o moral dos soldados caiu à vertical até ficar de rastos. É verdade que as trincheiras e o terreno não ofereciam condições para uma resistência condigna; é verdade que os efectivos estavam desfalcados; é verdade que as ligações com os escalões superiores estavam destruídas; é verdade, que o bombardeamento foi assustador; é verdade, que estava nevoeiro e os gases mortíferos foram determinantes (FRAGA, 2010, 397-438). Tudo é verdade, mas também é verdade que os soldados e grande parte dos oficiais quis sobreviver ao holocausto no momento do ataque. Fugiram desordenadamente para a retaguarda sem oferecerem resistência digna desse nome; deixaram-se fazer prisioneiros por julgarem ser melhor o cativo do que a guerra. E porque tudo foi verdade, as divisões alemãs, sabedoras da pouca resistência que iam ter na frente portuguesa, atacaram nos flancos da 2.^a divisão, obrigando portugueses e britânicos a abrirem *fendas* por onde a infantaria germânica avançou, cercando uma grande parte das tropas nacionais que estava em primeiras linhas, nas trincheiras desfeitas entre a *terra de ninguém* e os quartéis-generais das brigadas. Esta manobra táctica já havia resultado anteriormente em ataques feitos nas junções dos exércitos franceses e britânicos e, com maioria de razão, resultaria, tal como resultou, nos dois flancos que ligavam a desgastada e desmoralizada divisão portuguesa às divisões britânicas.

Neste dia tenebroso para o CEP, morreram quase quatro centenas de militares – o que, para a força do ataque, foi ridículo – e ficaram prisioneiros mais de seis mil homens. Os que escaparam, por já estarem na retaguarda – 1.^a divisão do CEP – ou por terem fugido, acabaram formando unidades de infantaria, que os britânicos desprezaram e mandaram que fossem utilizadas como trabalhadores de enxada, picareta e pá. Não mais iriam ser chamados a defender ou a atacar qualquer tipo de inimigo. Sujeitavam-se a sofrer os resultados dos bombardeamentos mais longos das peças da artilharia germânica ou dos aeroplanos que os

sobrevoavam. Dadas as características sociais e culturais destes militares e, acima de tudo, a falta de brio da maioria dos oficiais que os enquadravam, os soldados conformaram-se e, de certo modo, agradeceram os trabalhos que lhes foram atribuídos. Tratava-se, afinal do retorno a um *conforto* quase semelhante ao da ausência do estado de guerra. Ao mesmo tempo, o Alto Comando Britânico via conseguido o mais profundo desejo da política prosseguida, em Londres, relativamente a Portugal. E, com a devida cautela, a História iria atribuir todas as culpas do destino do CEP aos Portugueses, enquanto militares e enquanto políticos. E, neste particular, o Alto Comando não se enganou, pois, até agora, cem anos passados, e em Portugal, por parte de certos historiadores portugueses, continua a apontar-se como errada a beligerância nacional na Grande Guerra – gente que, se tivesse vivido nos primeiros anos da Expansão, no século XV, condenaria, quase pela certa, a passagem do Cabo Bojador.

Sabemos, olhando os factos, que após Agosto de 1918, quando tomou posse do comando do CEP o general Tomás Garcia Rosado, um monárquico convicto, mandado por Sidónio Pais – o novo *senhor* da política portuguesa – a situação começou a mudar, em França. O novo comandante quis, com os soldados que restavam, apoiado nos oficiais crentes nos fundamentos da beligerância portuguesa, formar unidades combatentes e fazê-las integrar em grandes unidades britânicas para que, ao menos, ao calarem-se as armas no campo de batalha, lá estivessem soldados de Portugal.

Tentemos perceber e explicar este *fenómeno* militar dentro de todo o contexto já antes abordado (FRAGA, 2010, 535-585).

Tomás Garcia Rosado, era, em 1918, Chefe do Estado-Maior do Exército Português e conhecido monárquico, mas, fundamentalmente, militar por excelência, com a inteligência necessária para perceber e distinguir o importante do acessório. Era um oficial com as habilitações de estado-maior, ou seja, uma elasticidade intelectual superior à do anterior comandante do CEP, general Tamagnini de Abreu e Silva; era um militar que sabia viver bem e comodamente nos círculos de intriga da alta roda política e castrense; era um homem com larga experiência de comando e, ao mesmo tempo, sem o deslumbramento da importância dos cargos para que havia sido chamado a cumprir. Como monárquico, sabia perfeitamente quanto o ex-rei D. Manuel II tinha defendido a beligerância portuguesa na Grande Guerra.

O general Garcia Rosado só precisava de encontrar entre a oficialidade, ainda em França, aqueles em quem poderia apoiar-se para levar a cabo o arranque final, ou seja, a *recuperação* possível dos efeitos nefastos do começo da batalha de La Lys. Havia-os, escapados à fúria repressiva de Sidónio Pais, e foram esses que se ofereceram para enquadrarem as tropas de quatro batalhões de infantaria. Eram poucos, mas bons e empenhados nas razões profundas da beligerância.

O general Garcia Rosado já havia dado provas de não aceitar qualquer subordinação à vontade militar e, até, política da Grã-Bretanha, uma vez que, antes de assumir o comando do CEP, esteve em negociações no *War Office*, impondo a sua determinada vontade – às vezes, em oposição à titubeante vontade de Sidónio Pais – sobre o que e como devia ser a colaboração militar do CEP renovado somente com as tropas existentes em França. Era de prever que, uma vez assumido o comando, fossem bem definidas as suas ordens para se alcançar o objectivo pretendido.

Quando os soldados souberam das intenções do novo comandante, tal como era de esperar, revoltaram-se; ao princípio, não foram além de uma resistência passiva com pequena dose de agressividade, mas, já em Setembro, quando verificaram que era inabalável a vontade de os mandar para a frente de combate, não tiveram qualquer relutância em pegar em armas e oferecer resistência às ordens. Face a esta atitude bem clara e definida, a reacção, com conhecimento e autorização do general Rosado, foi também violenta, levando a que fossem metralhados os insubmissos soldados. Todos se conformaram a cumprir as ordens, pois, verificaram que também não seriam poupados às balas dos seus camaradas (FRAGA, 2003, 39-65).

Estava vencido o entorpecimento das tropas operacionais em França. Continuavam a achar-se abandonadas, desoladas com a Pátria e com os políticos, mas acharam quem os enquadrasse e fizesse deles o mínimo que deles se poderia esperar.

Exposto deste modo menos vulgar o que foi e porque foi o dia 9 de Abril de 1918, resta-nos tecer as considerações finais, para chegarmos às conclusões a que nos propusemos no início deste trabalho.

Corolário da batalha de La Lys

O imediato pós-batalha gerou – como, aliás, tinha de e deveria gerar – um clima de anti-derrota em Portugal. La Lys tornou-se na razão de exaltação dos *heróis*. Durante anos, a 9 de Abril, faziam-se dois minutos de silêncio em todo o país, recordando o sacrifício dos soldados portugueses. Houve como que uma *sacralização* desse dia doloroso. Ele passou a adornar o panteão das glórias nacionais de tal modo que, de uma derrota, se transmutou numa *quase vitória*. Os combatentes apegaram-se à data e reviram nela todos os seus sacrifícios. Esqueceu-se a relutância de ir para a guerra, porque a guerra fez esquecer como o soldado anónimo nela se tinha comportado. Importante era ter estado na guerra. E isto entrou no imaginário da época – anos vinte e trinta do século XX – e por lá ficou. Mas, ao mesmo tempo, cresceu, nas famílias, um outro *culto*: o do padecimento dos seus soldados. Soldados mortos, estropiados, antigos prisioneiros, gaseados ou simplesmente sacrificados. É desse relicário de memórias que, neste centenário, se estão a arrancar depoimentos para, quiçá, relatar uma outra História bem diferente da História política e diplomática, que temos vindo a explorar ao longo de anos, graças a estudos cuidados e apurados. Mas, ao menos, que uma não deturpe a outra!

Este imaginário pós-batalha acabou por ir *morrendo* nos anos da 2.^a Guerra Mundial e nos que se lhe seguiram até ser suplantado pela guerra colonial. E não se tratou de um acaso, mas de uma manobra bem feita pelo Estado Novo. Salazar nunca poderia ser o *herói* da suposta *neutralidade* por ele alcançada para *defesa* e *tranquilidade* dos Portugueses se subsistisse a saga da beligerância na Grande Guerra. Foi este fenómeno que se não conseguiu resolver e evidenciar nas comemorações do primeiro centenário desse acontecimento mundial. Era preciso *pôr de lado as lamúrias* dos combatentes e *desmascarar* a política que *abafou* a beligerância na Grande Guerra. Havia que a explicar, evidenciando o quanto foi distorcida a História da 1.^a República pela História do Estado Novo, porque uma é consequência da outra e, cada uma, procura a *glória* da sua História, quando, afinal, não tem

que haver glória, mas sim realidade e verdade explicada melhor do que ela foi apreendida por aqueles que viveram os factos.

Mas a Grande Guerra teve consequências efectivamente profundas no estado sanitário dos Portugueses. Teve, porque de França – e também de Moçambique – vieram estropiados, inválidos – 5738 homens incapazes de angariar meios de subsistência –, doentes com males crónicos e, um dos mais notáveis – que foi erradamente identificado como efeito dos gases – desconhecido, então, o stress pós-traumático. Quase todas as famílias em Portugal tiveram um combatente que veio a sofrer, em termos de saúde, de alguma forma, os efeitos da ida a França.

Culturalmente, teremos várias vertentes a explorar. Começemos pelas mais populares e menos eruditas.

Entraram no falar português algumas palavras trazidas pelos soldados: *estaminé (estaminet)*, ir aos arames e, mais vulgares, sem alteração, *madame*, *mademoiselle*, *fiancé* e algumas outras que já se perderam.

Fizeram-se canções, peças de teatro de revista e, até, alguns dramas, mas foi no âmbito memorialista que a literatura mais recolheu informações da guerra e da batalha de La Lys. Não foram só oficiais a escrever; também fizeram diários de campanha alguns sargentos e praças. No fundo, cada qual descreveu o que sentiu da forma como encarou a campanha. Os casos de exaltação vieram de homens com experiência literária, tais como Jaime Cortesão e Augusto Casimiro; mas, em termos de prática diarista, sobressai, agora – por ter vindo a público neste centenário –, o **Diário de Campanha** do general Tamagnini de Abreu e Silva (BORGES; MARQUES; DIAS, 2018) onde se podem ler as considerações do comandante do CEP e, com imparcialidade, perceber o quanto lhe faltava de capacidade de *manobra* para lidar com a oficialidade sem ser na base da disciplina cega e da obediência sem reticências; era um militar de *linha* e jamais um oficial de alta graduação. No comando, tinha a postura do capitão ou, no máximo, do major, que determina como quer, mas não é capaz de discernir para além da ordem. Também ele se lamenta da pouca sorte que teve e de incompreensões dos responsáveis de Lisboa, mostrando toda a sua incapacidade para lidar com situações burocráticas e humanas complexas quando há em jogo interesses contraditórios. O nível de lamentos e a qualidade de escrita é que o distingue dos diários de alguns soldados mais letrados.

Se é certo que este tipo de influência cultural afectou ou teve efeitos sobre quem sabia ler e compreender o que lia, não é menos verdade que a simples convivência com estrangeiros – militares britânicos e civis franceses – também exerceu modificações nos nossos soldados, sargentos e oficiais, saídos de uma cultura fechada, obscurantista, clerical e avessa à modernidade, pois, projectados para uma sociedade habituada a comportamentos liberais, onde o indivíduo se sentia mais livre e menos culpado dos seus actos, isso terá aberto novas perspectivas aos nossos expedicionários. Perspectivas, é certo, que não terão frutificado nos ambientes rurais onde voltaram, mas que terão criado algumas raízes entre os que retornaram ou se fixaram nas cidades mais evoluídas.

Politicamente, La Lys e a campanha militar em França foram de importância capital na evolução dos acontecimentos em Portugal. Os oficiais e sargentos perceberam que traziam uma mais-valia extraordinária, pois haviam corrido riscos para satisfazer um objectivo

político e, assim, pensavam, era-lhes permitido intervir na gestão do país. E intervieram, por mais de uma vez. A derradeira foi comandada pelo mesmo general que comandou a 2.^a divisão portuguesa em La Lys e deu origem a uma ditadura ultraconservadora com duração de mais de quarenta anos. Contudo, para se perceber melhor essa tendência para a intervenção política, é necessário ir mais além do que o golpe de estado de 28 de Maio de 1926. Com efeito, Salazar, no começo da década de trinta do século passado, soube manobrar convenientemente com os oficiais militares que *sobraram* da Grande Guerra, afastando uns, os mais irredutíveis defensores da 1.^a República, ou *absorvendo* outros para a causa do Estado Novo, através de prebendas ou altos cargos em empresas onde o Estado tinha acções ou era mesmo o único proprietário. Esta *habilidade* em lidar com tal tipo de oficiais constituiu, ao cabo e ao resto, um exercício político para ambas as partes: Salazar e os beneficiados, pois, houve sempre uma cedência que foi *jogada* de parte a parte: os antigos combatentes não interferiam na condução política e o Presidente do Conselho de Ministros não reduzia os benefícios nem incomodava as *memórias* dos militares. Pode dizer-se que esta *influência* durou até ao começo da 2.^a Guerra Mundial, data em que ou já tinha morrido a maior parte destes oficiais antigos combatentes ou já estavam velhos demais para fazerem correr qualquer risco a nova situação política.

Como acabámos de mostrar, a sombra de La Lys e dos combatentes da Flandres estendeu-se, temporalmente e em termos políticos, por mais de duas décadas. E tudo sempre à custa da prática de uma política de defesa de princípios monolíticos e obscurantistas. Foi este Exército que serviu de pilar e deu apoio à ditadura. Curiosamente, o Exército e a oficialidade *nascidos* do Estado Novo, quando Salazar entendeu que a questão colonial se resolveria pela força das armas, em Abril de 1961, começou por tentar afastar o ditador, procurando uma solução diferente daquela que lhe era imposta (VALENÇA, 1976); treze anos mais tarde, o Exército *nascido* da guerra colonial, já sem compromissos com qualquer outra guerra, derrubou a ditadura intitulada Estado Novo e fez surgir o reencontro histórico com os ideais de democracia, liberdade e modernidade da 1.^a República.

Concluimos, assim, que o ciclo iniciado com o Governo Provisório da 1.^a República e incentivado pela beligerância, na Grande Guerra, só se fechou com um golpe militar efectuado muitos anos mais tarde, tendo tido um largo interregno – em quase tudo, semelhante à *cultura* monárquica – entre 1926 e 1974.

Referências

Cortesão, Jaime (1916). *Cartilha do Povo: 1.º Encontro. Portugal e a Guerra*. Porto: Renascença Portuguesa.

Fraga, Luís Alves de (2003). *Guerra & Marginalidade: Os comportamentos das tropas portuguesas em França: 1917 - 1918*. Lisboa: Prefácio.

Fraga, Luís Alves de (2010). *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Fraga, Luís Alves de (2012). *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 a 1916*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

Borges, João Vieira; Marques, Isabel Pestana; Dias, Eurico Gomes (orgs.) (2018). *Diário de Campanha: General Fernando Tamagnini: Comandante do CEP*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

Valença, Fernando (1976). *As Forças Armadas e as Crises Nacionais: A Abrilada de 1961*. Lisboa: Publicações Europa-América.

The Battle of La Lys: legal, political and social questions

João Casqueira Cardoso

FCBS/University Fernando Pessoa

CEPESE / FCT

Abstract: The Battle of La Lys, together with the whole First World War in Europe, is a moment that gathers the major Western powers in a conflict that will split Europe into two opposing sides, increasing the pre-existing divisions and creating additional ones. The war showed the limits of the existing rules, especially with respect to the use of weapons prohibited by the customary rules of the alleged civilized world. New weapons are created, clearly more harming than the previous ones, on both sides. The Portuguese Army, a newcomer on the European military scene, is not prepared for this type of conflict. The war also has a political dimension, and the Battle of La Lys is inserted into an adverse international context for the Portuguese Army. Despite the extensive work done on this issue in the last years, several aspects remain unclear as concerns the participation of the Portuguese Army the first World War. An example of this is the lack of support that the soldiers received from the military hierarchy, both Portuguese and British, and the many problems concerning the post-conflict situation (in particular the ill-treatment of the Portuguese prisoners of war).

Keywords: Battle of La Lys; Portuguese Army; Humanitarian Issues, First World War.

Resumo: A batalha de La Lys, juntamente com toda a Primeira guerra mundial na Europa, é um momento que reúne as grandes potências ocidentais num conflito que irá dividir a Europa em dois lados opostos, aumentando as divisões pré-existentes e criando outras. A guerra mostrou os limites das regras existentes, especialmente no que diz respeito ao uso de armas proibidas pelas regras costumeiras do suposto mundo civilizado. Novas armas são criadas, claramente mais prejudiciais do que as anteriores, em ambos os lados. O Exército Português, um recém-chegado no cenário militar europeu, não está preparado para este tipo de conflito. A guerra tem igualmente uma dimensão política, e a batalha de La Lys insere-se num contexto internacional adverso para o Exército Português. Apesar do extenso trabalho realizado sobre esta questão nos últimos anos, vários aspetos permanecem incertos quanto à participação do Exército Português na Primeira guerra mundial. Um exemplo disso é a falta de apoio que os soldados receberam da hierarquia militar, tanto portuguesa como britânica, e os muitos problemas relativos à situação pós-conflito (em particular o mau tratamento dos prisioneiros de guerra portugueses).

Palavras-chave: Batalha de La Lys; Exército Português; Questões humanitárias, Primeira Guerra mundial.

Forewords

As a health statement, it is important to indicate that this contribution owes enormously to the research done by my father, Victor Cardoso, who gathered first-hand materials from the libraries in Paris, on the precise issue of this article - including the Library of the Foundation Calouste Gulbenkian, and many others. In this congress, we can witness an impressive number of exchanges between generations, on an issue that is a collective issue for all, but also a very peculiar and interiorized issue for each family, each of them looking at this issue for many different reasons too.

This paper focuses on the factual context of the Portuguese Army involvement in the First World War I, or Great War. The first and preliminary point deals with the presence in France of the Portuguese Expeditionary Corps (to simplify, the paper refers to the Portuguese Army) since the first day, and up to April 1918, when the so-called Battle of La Lys took place. The second point concerns the international political context, internationally relevant, of the Portuguese Army involvement in World War I. The third point deals with three pending issues, both social and legal, that still today, are not completely solved: the organization of the Portuguese Army during World War I; actual number of casualties on the Portuguese side; and the question of the Portuguese soldiers in Germany during and after the war.

1. Actual presence in France of the Portuguese Army

The first contingents of the Portuguese Army left Lisbon at the end of February 1917 and arrived in Brest. Soldiers, equipment and horses, were transported by train to the north of France, where the British sector was located. Before being assigned to an operational area, the soldiers would undergo a specific training in trench fighting in English camps, near Aire-sur-la-Lys, between Lille and Béthune, 30 km from the front. It was a quick training to teach soldiers how to handle weapons (provided), move through trenches, get out of trenches, build shelters and repair the trenches, to cross obstacles, and to watch the soldiers on the enemy side, among other aspects. The soldiers were housed among the local inhabitants, in the houses, farms and the barns scattered in the countryside.

The arrival of the Portuguese Army will take place between February 1917 and November 1917. In November 1917 there were in France 55,600 officers and soldiers of the Portuguese Army (infantry and light artillery) integrated into the British Army and 1,350 soldiers of the CAPI (abbreviation of *Corpo de Artilharia Pesada Independente* - Heavy Artillery Independent Corps) integrated into the French Army, under direct French command. In ten months, have been transported by sea, from Lisbon, 55,600 men, 8,000 horses, 1,500 cars and 300 trucks (Castro Henriques & Rosas Leitão, 2001). After the training that they received, the first units of the Portuguese Army settled in the trenches in April 1917, and the Portuguese infantry quickly participated in military actions. There were serious clashes with the German Army in the month of June and August 1917. Portuguese units also participated in attacks, launch raids and made prisoners. From April 1917 to 11 November 1918: on 55,600 men mobilized, and there will be about 2,100 dead, 5,600 wounded and 7,500 prisoners.

On 5 November 1917, the Portuguese Army took possession of the operational sector assigned by the British Command, of which it was fully responsible for. It is an area south of the River La Lys, between Armentières and the canal of La Bassée, with a trench front of about 11 km stretching from Fauquissart (to the north) to Festubert (to the south). The front line formed a kind of belly on Laventie from the north, went round Neuve Chapelle, in the east and then returned to Festubert (see Figure 1.). There were three lines of trenches: A, B and C. The instructions received were to resist, in case of attack. “Die on line B”, as the British Command used to say.

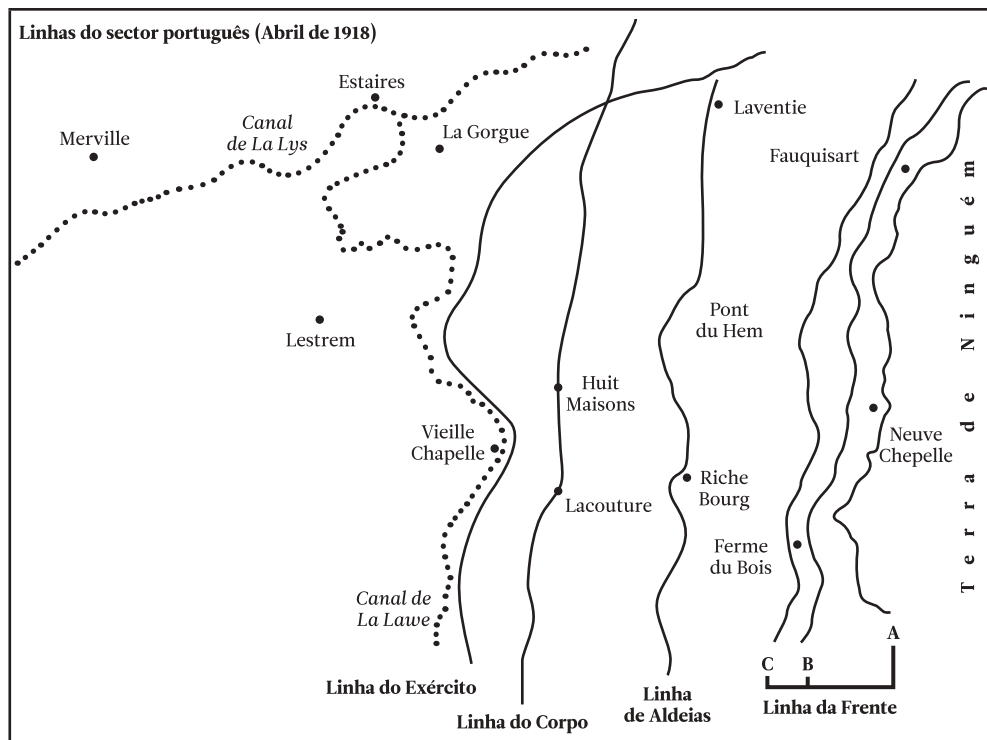


Figure 1. Portuguese Expeditionary Corps sector, April 1918
(Source: Pestana Marques, 2008, p. 377)

This triangular-shaped area had already been dug and fortified by the British troops during the 1914 and 1915 battles, with thousands of losses of lives on both sides. In particular, the Canadian Army was there on that position in the months. The area was a flat, humid and swampy area, and militarily not “hot”, because the nature of the soil made the attacks difficult during the winter months. The Portuguese soldiers settled in the trenches, the underground shelters and the ruins of the villages. Senior officers stayed at the *manoir* of La Peylouse, at Saint-Venant, 15 km behind the front.

2. International Context of the Portuguese Army involvement in World War I

At the end of the year 1917, three internationally relevant events will have significant consequences on the aftermath of the war situation, and they are important to understand the context in which the Portuguese Army will get involved in the conflict in Europe.

The first is the entry into the war of the United States of America. Exceeded by the fact that Germany was sinking its ships, based on the argument that the United States were providing armament to its enemies (it was the argument used to sink the liner *Lusitania*, for instance, on 7 May 1915, a disaster that killed almost all of the 139 US citizens on board), the United States eventually declared war on Germany on 6 April 1917. The first troops arrived in France in summer of 1917. General John Pershing, who commanded the American Expeditionary Corps, had chosen Saint-Nazaire as the landing base, and it was in that port that the first buildings of a convoy from New York were built on 26 June 1917, and brought at first 14,750 soldiers. The US Army will progressively install large logistical bases, allowing troop landings to accelerate (78,000 US soldiers present in France in early November, and nearly 150,000 soldiers at 31 December 1917) (Bonnefoi, 2007) (we must bear in mind that the sector allocated to the American Army is not in the north of France). At that point, the German government knows that it has little time, just a few months, to try to change the course of the war before the growing arrival of the American soldiers on the battlefields.

The second event is the separate peace that was made between Germany and Russia. After the October Revolution, Lenin wanted to get out of the war quickly. The Congress of the Soviets voted for peace on 26 October 1917. Russia and Germany signed an armistice on 15 December 1917. The Treaty of Brest-Litovsk, which will regularize this situation, was signed on 3 March 1918. Without enemy to the east, Germany will be able to transfer to the West, to France, the about 50 divisions now freed, and the armament mobilized until then against Russia.

The third event is the Portuguese coup d'État of 5 December 1917, in Lisbon, when Sidónio Pais took over the power. A former ambassador to Berlin between August 1912 and March 1916, he was sincerely fascinated by the German culture, its ordered society and its level of development. In fact, he was a true germanophile (*cf.* Nunes Ramalho, 1998). It can be legitimately said that he was an admirer of Germany, but that he also regretted bitterly the declaration of war against Portugal. It can be said that he did not share the overall wave of animosity as regards “les boches”, as the term (originating from France) was used in Portugal. It is also for that reasons that he accepted the reasons of the officers that (for more interested or even for other political reasons) were not enthusiastic about the participation of Portugal to the war. At the same time, Sidónio Pais did not however question Portugal's participation in the British side. But from the month of December 1917, only two ships will leave from Lisbon to France, with 500 soldiers. The replacement of the Portuguese soldiers of Flanders is no longer ensured, at least not by the Portuguese Army. As there are no more staff renewals, permissions are eliminated, except for the officers. Several officers were also called to Lisbon by the new Portuguese government. Others also went away under different reasons (leave, sickness) and no longer return, be-

ing sent to other units. Sidónio Pais halted the war machine set up by its predecessors⁴¹. Spain, a monarchy that has remained neutral (and which does not see the establishment of the Republic in Portugal with sympathy), ad prohibited the passage of Portuguese troops through its territory. Add to this that the United Kingdom uses its Navy to transport by priority the American troops.

3. Three pending issues

The first issue is the organization of the Portuguese Army in the context of the Great War, and in particular the capacity of the Portuguese Army to cope with the conditions of life and combat, in the fields of Flanders. As underlined, the German Army had been reinforced in early 2018. The battle of La Lys is part of the 1918 so-called *Kaiserschlacht* (or simply Ludendorff Offensive), that started on 21 March 1918 and included the offensives *Michael*, *Georgette*, *Gneisenau*, and *Blücher-Yorck* (Zabecki, 2006). Such offensives were massive ones. To face this, the Portuguese Army, which was exhausted and to be replaced by British troops, was especially weak. Yves Léonard, in his *Histoire du Portugal contemporain* [History of Contemporary Portugal], evocates the fact that the Portuguese Army was sent the front under British command with no real possibility of organizing the replacement, that it was subject to some sixty assaults and twenty bombardments, until the “great battle of La Lys” (Léonard, 2016, p. 56).

The Portuguese soldiers were also desperate, revolted by the lack of command; some deserted, others will go as far as suicide; and only a few under officers dare to report the situation, by fear of being sanctioned. Some practical details were completely inappropriate to the war. In her book, Maria João Oliveira voluntarily silenced which was the Portuguese battalion that used sheep wool vests, and was welcomed by ridiculous louds of “baa baa” by the German Army on the other side of the trenched (Oliveira, 2017, p. 29). The clothes of the soldiers, namely jackets collars, were not adequate to the gas masks. Generally speaking the Portuguese soldiers were little prepared for the new weapons that the German Army used – namely the new Bergmann MP 18 (or Machinenpistol 18/1), a concept weapon made for trench fighting (Figure 2).

⁴¹ The predecessors were as follows: President of the Republic Machado de Assis, the President of the Council Afonso Costa and the War Minister, General Norton de Matos. After 5 December, Machado de Assis and Norton de Matos went into exile and Afonso Costa was imprisoned in Porto, before being released.



Figure 2. World War I German soldier with a MP 18 in Northern France.

(Source: Public domain)

In general, both on the British and the Portuguese sides, there were problems of organization. The British command did not manage well the replacement of the Portuguese troops, in April 1918, leaving the Portuguese Army 2nd division isolated on an open field, with 11 kms to control. The senior officers, with a few exceptions (among them, Colonel [and then General] Manuel Gomes da Costa, who commanded the 2nd division), lived in the back and had virtually no contact with the troops. The officers went on permissions in the towns of the region or on the beaches located 60 km from the front, made trips of a week in Paris or went to Portugal with a medical certificate and did not return. The soldiers experienced this as a great injustice, as the officer André Brun reported after the war (Brun, 1919). In the meantime, questions about the organisation of the Portuguese Expeditionary Corp and its eventual integration in the English army were being discussed in Lisbon. In general, and as far as the organization of the Portuguese Army is concerned, most of the sources agree on the unpreparedness, and a perfect cocktail for a disaster (Cf. for instance, Gomes da Costa, 1920).

The second pending issue is the actual number of casualties on the Portuguese side along the conflict.

The figures concerning the Portuguese Army losses of this first day of the Battle of the Lys are controversial, because it is easy to mix the number of deaths, wounded, prisoners and

missing soldiers. Manuel do Nascimento speaks of 1,400 dead, more than 4,600 wounded, about 2,000 missing and 7,700 prisoners (Do Nascimento, 2014). These figures seem a little exaggerated. Henrique Manuel Gomes da Cruz speaks of 423 dead, “thousands” of wounded and 6,000 prisoners (Gomes da Cruz, 2014). As for Isabel Pestana Marques, she estimates that there were only 300 dead and 6,000 prisoners that morning (Pestana Marques, 2008). Maria José Monteiro de Oliveira talks about 398 dead and 6585 prisoners (2011). Martins Castro Henrique and Antonio Rosas Leitão consider that there were 398 dead and 6,585 prisoners on 9 April 1918 (Castro Henrique & Rosas Leitão, 2001). These authors estimate that the number of wounded should not be less than 1,500, but consider it difficult to establish the exact number, as there were also wounded among the prisoners. Yves Léonard estimates the losses of the Battle of the Lys to 1,500 dead, 5,000 wounded, 2,000 missing and 8,000 prisoners (Léonard, 2016). What is certain is that on 9 April 1918, in a few hours, in the plain of the Lys, nearly 15,000 men of the 2nd Portuguese Division were put hors-de-combat, either dead, wounded, prisoners or missing. As for Filipe Ribeiro de Meneses, he indicates the loss of 916 men (25 officers, 35 sergeants and 856 soldiers), and adds two sergeants and 58 soldiers killed by gas weapons (Ribeiro de Meneses, 2000, p. 268). Finally, Aniceto Afonso and Carlos de Matos Gomes refer 398 dead (29 officers and 369 soldiers), and 6.585 prisoners (270 officers and 6.315 soldiers) (Afonso & Matos Gomes, 2010, p. 418). As we can observe, the overall number is extremely difficult to determine, and it only shows that no complete records have been established during or after the war, on this specific aspect.

The Battle of La Lys is not only the 9 April 1918, of course. It is set of battles that lasted three weeks, involving the German and the British Army (where have been reintegrated the Portuguese Army after 9 April 1918), on a territory located between Béthune, Hazebrouck and Ypres, to the north and south of the Rivière La Lys. The German Imperial Army had move forward from 8 to 13 km, crossed the river La Lys, but from the first day it had not achieved its objectives and did not succeed in taking Béthune and Hazebrouck. It launched attacks, with new reinforcements, at north of the Lys, but again it will not be able to take Ypres, defended by the British Army and reinforcements sent by the French Army. It took Messines and Bailleul, occupied a few strategic hills after very hard fights and bombardments that made many deaths on both sides, but could not go further, especially because the troops were exhausted. On 29 April, the Battle of the Lys (the *Georgette* Offensive) was over, and it lost by the German Army, as it did not break the line where it had planned to do so.

The British troops had lost 236,000 soldiers, the French 92,000 soldiers and the Germans 348,000 soldiers. The structure of the casualties for this set of battles is quite peculiar: relatively few deaths (10-15%), a large number of missing soldiers (buried under terrible bombardments) and many prisoners. It was no longer a trench war, in fact, but it was rather a war of movement, with raids or surprise attacks, ground attacks which were preceded by intensive bombardments. This explains the large number of prisoners on both sides during these three weeks of fighting. When the whole Offensive *Georgette* was over, the Portuguese contingent would have about 2,000 dead, 6,000 wounded, 7,000 prisoners, as well as hundreds of missing soldiers, a little over 15,000 men (Do Nascimento, 2008). Despite the lack of data, one thing is for sure: most of the dead, wounded and Portuguese prisoners

of the Great War come from the Battle of the Lys, and especially from this terrible day of 9 April 1918.

4. The question the Portuguese soldiers in Germany during and after the war.

There is a part of history that is almost forgotten: the fate of the Portuguese soldiers that remained in Germany. During the war, the German Army captured nearly 7,500 Portuguese soldiers. Most of them were made prisoner at the Battle of La Lys. About 7,000 were taken to Germany and dispersed in various camps of prisoners that had been arranged for this purpose. The officers were fairly well treated. Indeed, they have suffered from hunger, like all prisoners, but also like all the German population in the last months of the war. Officers were grouped in Breesen (in the Germany northeaster region of Meckenburg) and rather well settled. They were not obliged to work and received a stipend, which allowed them to make small food purchases. On the other hand, the captivity of the simple soldiers was hard and their living conditions were difficult: facilities often precarious, and they did not only suffered from hunger and cold weather, but also ill-treatment, poor sanitary conditions, forced labour, punishments, and prison, among other things. Out of 7,000 prisoners taken to Germany, 233 died in captivity.

The treatment that Germany inflicted on thousands of Portuguese prisoners of war for eight months was a blatant violation of the International Humanitarian Law. After their capture, the soldiers of the Portuguese Army lost all that was worth: watches, money, clothes, shoes, rings, and food. Military registration plates were also taken, which had unfortunate consequences for their identification. Some of the under officers who were taken the military plates were unable to prove their rank and were forced to work alongside the simple soldiers. They recorded in writing their conditions of detention and the duties they were required to perform. Near La Lys, before leaving for Germany, prisoners were used as manpower for the transport of munitions, the digging and repair of the trenches, and the burial of the German dead. In Germany, the prisoners were used as labour force for agriculture and industrial work, but also for work which was part of the war effort: transport of munitions, work in foundries and weapons factories. The use of prisoners of war for the execution of this kind of work was formally prohibited by international conventions.

The Portuguese delegate of the Prisoners of War Service, Major Pestana de Vasconcellos, who was sent to Germany after the Armistice to deal with the repatriation of prisoners, recorded in a report the legal violations observed (Monteiro de Oliveira, 2011). In 1919, at the express request of the Portuguese delegate to the Peace Conference in Versailles (January to June 1919), Magistrate Pedro Costa was tasked with finding and interrogating former Prisoners of War in Germany. His report contains 52 testimonies. It is an authoritative, irrefutable document on the violations of international law by the German government. The Portuguese hoped to present it to the Reparations Committee of the Peace Conference in order to obtain financial compensation, at least to pay the pensions of the war widows and wheelchairs. The question was barely addressed by the Committee and the Portuguese delegation received absolutely nothing. One wonders, in fact, how little the consequences of these violations of international conventions would represent in the face of the millions

of dead and the cities destroyed. At the Peace Conference, the problem of war crimes was addressed. The German war criminals were to be judged by the allied military courts. But there was no agreement on a list of them. Finally, in 1920, the British Prime Minister succeeded to convince the French and Belgian governments of an agreement under which the German war criminals could be tried by the military and judicial authorities of their own country. The first trial opened in Leipzig in May 1921, but the accused were either acquitted or sentenced to symbolic sanctions. France and Belgium then decided to prosecute war criminals at home, according to the initial arrangements laid down at Versailles. Between 1922 and 1925, more than 2,000 procedures were initiated and resulted in convictions *in absentia* (Cochet & Porte, 2008).

The Armistice signed at Rethondes on 11 November 1918 provided for the immediate release of all prisoners of war. France and England took immediate steps to bring their soldiers prisoners of war in Germany. The Portuguese Government was, however, remarkable by its inertia and its absence in this area. Soldiers captured in the Flanders had been spread over dozens of prison camps, and this dispersal undoubtedly complicated the work of repatriation. Left to themselves, many prisoners fled the internment camps and joined the Dutch border in search of a boat, living on a day-to-day basis from the assistance provided by the population of the crossed areas. Some soldiers even went home on foot. Without any news from Lisbon on this issue, a committee of officers went to Berlin and negotiated directly with the German authorities the conditions for their repatriation. They returned to Portugal through the Netherlands. The delegate of the Service of the Prisoners of War arrived in Germany, in order to deal with the repatriations, only at the end of the month of December 1918 (Monteiro de Oliveira, 2011). It is true that the political situation in Portugal remained complicated at that time, and that the President of the Republic, Sidónio Pais, had just been assassinated on 14 December 1918.

Arriving in Portugal in the months of January and February 1919, the Portuguese prisoners of war were received in Lisbon in an almost generalized indifference, both from the government and the population. The soldiers sometimes waited for hours in the boats or on the docks before someone came to tell them what they had to do. They were finally sent to their units, including the wounded soldiers, before demobilizing them. In the face of the inertia of the authorities, it is a non-governmental organization, the Liga dos Combatentes, which took care of the sick and of the wounded, as well as of the elementary needs of former soldiers.

The Armistice of 11 November 1918 was celebrated in Lisbon as a great victory. General Garcia Rosado, who had replaced General Tamagnini in August 1918, returned to Portugal covered with glory and then made a great career as Portuguese Ambassador to London. The then General Gomes da Costa will be considered the true hero of the French campaign and will receive the highest decorations. Leaving Cherbourg, the first Portuguese soldiers arrived in Lisbon on 23 November 1918, but many of the soldiers will still spend a winter in Flanders, removing the war infrastructure and burying the dead. The last soldiers of the Portuguese Expeditionary Corp will return to Portugal only in March 1919 (Monteiro de Oliveira, 2011). On 14 July 1919, 400 Portuguese soldiers participated in the victory parade in Paris under British command, on the Champs-Élysées. Exactly one year before, the city of Paris decided to change the name of a street in the 16th arrondissement to call it “Avenue des Portugais” (Figure 3.)

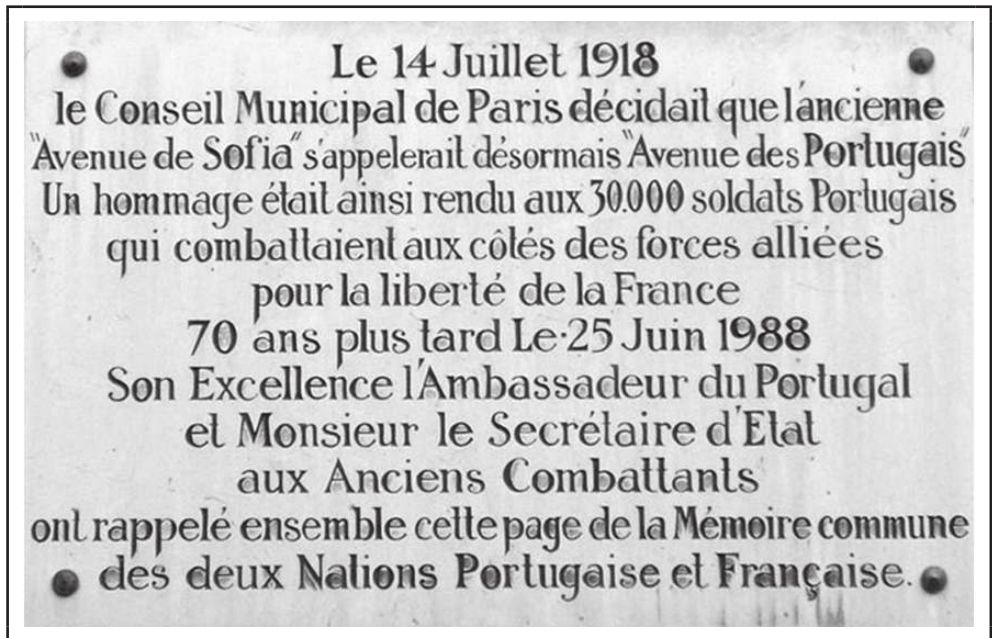


Figure 3. Commemorative plaque of the Avenue des Portugais in Paris

Yet, in Portugal, the participation of soldiers in the fighting of Flanders did not galvanize the country, did not create a patriotic impetus. The sacred union that the Republican government hoped did not happen. The country continued to sink into crisis, divisions and political quarrels. Thinking of the soldiers of the Portuguese Expeditionary Corps in France, one cannot but think of the terrible expression written by the Filipe Ribeiro de Meneses: "The history of Portuguese participation in the Great War is marked by reckless gestures, by improvisations and disagreements at the highest level." (Ribeiro de Meneses, 2015, p. 45). This is certainly the greatest defeat of the Battle of the Lys.

References

- Afonso, Aniceto & Matos Gomes, Carlos de** (2010). *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. Matosinhos: Quidnovi.
- Bonnefoi, Nadine** (2007). *Revue Les Chemins de la Mémoire*, n° 168, janvier, MINDEF/SGA/DMPA.
- Brun, André** (1919). *A Malta das Trincheiras - Migalhas da Grande Guerra - 1917-1918*. Lisboa: Guimarães & C.^a Editora.
- Castro Henriques, Mendo; Rosas Leitão, António** (2001). *La Lys - Os Soldados Desconhecidos*. Lisboa: Prefácio.
- Cochet, François & Porte, Rémy** (2008). *Dictionnaire de la Grande Guerre 1914-1918*. Paris: Robert Laffont, Collection Bouquins.
- Do Nascimento, Manuel** (2008). *La Lys - Devoir de Mémoire*. Paris: L'Harmattan, Édition bilingue français/portugais.
- Do Nascimento, Manuel** (2014). *Première Guerre mondiale - Les soldats portugais dans les tranchées de Flandre*. Paris: L'Harmattan.
- Gomes da Costa, Manuel** (1920). *O Corpo de Exército português na Grande Guerra - A Batalha de La Lys 9 de Abril de 1918*. Porto: Editores Renascença Portuguesa.
- Gomes da Cruz, Henrique Manuel** (2014). *Portugal na Grande Guerra: a Construção do mito de La Lys na imprensa escrita between 1918 e 1940*. Lisbon: FCSH/DH (Master in Contemporary History), available at: <http://hdl.handle.net/10362/13813>
- Léonard, Yves** (2016). *Histoire du Portugal contemporain de 1890 à nos jours*. Paris: Chandeigne.
- Monteiro de Oliveira, Maria José** (2011). *Deste triste viver - Memórias dos prisioneiros de guerra portugueses na primeira Guerra Mundial*. Lisbon: FCSH/DH (Master in Contemporary History), available at: <http://hdl.handle.net/10362/7324>
- Nunes Ramalho, Miguel** (1998). *Sidónio Pais: Diplomata e Conspirador (1912-1917)*. Lisboa: Cosmos.
- Pestana Marques, Isabel** (2008). *Das Trincheiras, com saudade - A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Ribeiro de Meneses, Filipe** (2000). *União Sagrada e Sidonismo - Portugal em Guerra (1916-18)*. Lisboa: Cosmos.
- Ribeiro de Meneses, Filipe** (2015). *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Zabecki, David T.** (2006) *The German 1918 Offensives. A Case Study in the Operational Level of War*. London: Routledge.

La participation du Portugal dans la Première Guerre mondiale

Manuel do Nascimento⁴²

Résumé: La proclamation de la République portugaise fut proclamée le 5 octobre 1910, et entraîne de changements radicaux dans le pays. La volonté des républicains au pouvoir, souhaite légitimer la République portugaise elle-même. La République portugaise fut accueillie froidement par une grande partie des pays européens. Le nouveau pouvoir républicain en place promulgua la séparation de l'Église et de l'État, et réforme le service militaire et le rendre obligatoire. L'Angleterre et l'Allemagne signent des accords (dits secrets) pour le partage de l'Afrique portugaise. La thèse pour la défense des colonies portugaises pouvait se révéler exacte pour la toute jeune république portugaise. La neutralité ambiguë du Portugal - à la demande de l'Angleterre - est restée une neutralité non déclarée, également sur le plan extérieur (ni neutralité ni belligérance).

Mots-clés: République portugaise, service militaire, politique portugaise, Première guerre mondiale.

Abstract: First Portuguese Republic, military service, Portuguese policy, World War I. The proclamation of the Portuguese Republic was proclaimed on October 5th, 1910 and brought about radical changes in the country. The will of Republicans in power, wishes to legitimize the Portuguese Republic itself. The Portuguese Republic was coldly welcomed by a large part of the European countries. The new republican power in place promulgated the separation of church and state, and reformed military service and made it compulsory. England and Germany sign so-called secret agreements for the sharing of Portuguese Africa. The thesis for the defense of the Portuguese colonies could prove true for the very young Portuguese Republic. The ambiguous neutrality of Portugal - at the request of England - remained an undeclared neutrality, also externally (neither neutrality nor belligerence).

Keywords: Portuguese Republic, Military Service, Portuguese Politics, World War I.

⁴² Manuel do Nascimento est né au Portugal et vit en France depuis 1970. Auteur autodidacte de plusieurs ouvrages historiques, en langue française, portugaise ou bilingue portugais/français. Il collabore depuis nombreuses années dans des journaux de la communauté portugaise en France et au Canada, chroniqueur en ligne pour un magazine au Portugal.

La participation, dans le conflit mondiale 1914-1918, des contingents portugais du CEP, est méconnue en France.

La Grande Guerre, plus connue comme Première Guerre mondiale, a éclaté au début du mois d'août 1914, pour se terminer le 11 novembre 1918.

L'impérialisme des nations européennes est matérialisé par le traitement de la question coloniale. La conférence de Berlin de 1885 avait permis le partage de l'Afrique entre les puissances européennes

Le détonateur du processus diplomatique aboutissant à la guerre est le double assassinat de l'archiduc François-Ferdinand, héritier du trône d'Autriche-Hongrie, et de son épouse morganatique Sophie Chotek, duchesse d'Hohenberg, à Sarajevo le 28 juin 1914, par un étudiant nationaliste serbe de Bosnie

Dès les premiers jours de la guerre, le Portugal avait pris position et offre son concours à l'Angleterre. Celle-ci, sûre que la guerre n'allait durer que quelques mois, refuse le concours du Portugal, pays qu'elle juge faible, et a tout fait pour persuader la toute jeune République portugaise de rester neutre au conflit.

En même temps, les gouvernants portugais de Manuel Arriaga (PR, 1911-1915) et Bernardino Machado (PR, 1915-1917) éprouvent la nécessité de participer à ce conflit, mais un problème subsiste!

Comment convaincre les militaires portugais de se battre en France aux côtés des soldats anglais, à cause de l'ultimatum anglais de 1890 (11 janvier) imposé aux Portugais par les ambitions anglaises en Afrique.

En 1914, le Portugal est un pays républicain, depuis le 5 octobre 1910. En 1912, et 1913, l'Angleterre et l'Allemagne avaient signé des accords dits (secrets) pour le partage des colonies portugaises et dès 1914, il y avait une guerre (qui ne portait pas le nom). Le Portugal envoya un premier contingent pour protéger la population en Angola (sud) et au Mozambique (sud), contre les attaques allemandes.

Si la France emporte la victoire de la Marne, en 1914 (5-12 septembre), les horreurs de Verdun de 1916 (21 février-19 décembre), et la bataille de Chemin des Dames en 1917 (16 avril - 24 octobre) reste dans la mémoire collective.

Le 7 août 1914, le gouvernement portugais, réaffirme au parlement l'alliance anglaise, sans que ce dernier sollicite du Portugal l'entrée de son allié en guerre, et dans une attitude équivoque; pas déclaration de neutralité ou de belligérance.

Les arguments des partisans de l'entrée du Portugal: assumer les devoirs de l'alliance (1373) entre les deux pays, la défense du patrimoine d'Outre-mer (les colonies portugaises), et avoir la garantie de participer aux conférences de la paix et faire partie de la nouvelle organisation internationale.

L'Allemagne sans aucune déclaration de guerre au Portugal, le 25 août 1914, attaque *Maziua*, à la frontière nord du Mozambique, et les 17 et 18 octobre attaque *Naulila* au sud d'Angola et le 30 du même mois attaque *Cuangar*.

La première expédition militaire est envoyée le 1^{er} octobre pour Angola (*Moçâmedes*) sous le commandement de du colonel Alves Roçadas.

L'Angleterre qui avait tout fait pour persuader la toute jeune République portugaise de rester neutre au conflit, mais deux ans plus tard, après les boucheries de Ypres, les Anglais demandent officiellement au Portugal d'entrer en guerre aux côtés des alliés.

L'Angleterre confrontée au problème de fret, le 26 février 1916, c'est sous une forte pression anglaise pour que le gouvernement portugais bloque dans ses ports plusieurs navires allemands. L'ambassadeur allemand à Lisbonne dépose une déclaration de guerre au Portugal, le 9 mars 1916. Le gouvernement anglais demande officiellement au Portugal de rejoindre les alliés. Le gouvernement portugais accepte la participation du pays à la guerre.

L'ambassadeur allemand à Lisbonne dépose une déclaration de guerre au Portugal, le 9 mars 1916, et quitte Lisbonne.

Sidónio Pais, diplomate du Portugal à Berlin, quitte également ses fonctions diplomatiques et rentre au Portugal.

La préparation du CEP à Tancos: Les républicains au pouvoir doivent agir très vite, et en trois mois de temps, une armée équipée, entraînée au camp militaire de Tancos, est opérationnelle (*O Milagre de Tancos*), le miracle de Tancos.

Le premier contingent portugais du C.E.P embarque à Lisbonne (Alcântara) le 26 janvier 1917, Bernardino Machado, président de la République portugaise, salue les troupes portugaises du Corps Expéditionnaire Portugais du premier contingent portugais, qui embarquent à Lisbonne pour la France, direction le port de Brest.

L'arrivée du premier contingent portugais du CEP en France au port de Brest en 1917

Les premiers soldats portugais embarquent à Lisbonne (Alcântara) le 26 janvier 1917.

Après quelques jours en mer – pour certains très pénibles – les soldats du CEP arrivent au port de Brest le 2 février, mais le débarquement ne se fera que deux jours après dans ce port français, et, une fois de plus, dans un total désordre. Le manque d'information données au port de Brest de l'arrivée des navires, qui transportaient les soldats portugais, engendrait une arrivée massive d'embarcations dans le port, empêchant ainsi un débarquement efficace.

Malgré le désordre sur le quai de Brest, la population française, hommes âgés – non valides pour la guerre – femmes et enfants sont en masse pour saluer les soldats et le peuple portugais.

-Une femme demande à un soldat :

«Au Portugal, mon pays est connu ?

-Mais oui, Madame, répond le soldat portugais, nous connaissons la France.»

-La dame est vêtue de noir.

-Le soldat lui demande:

«Quelqu'un est mort dans votre famille? – Mon fils est tombé sur le champ d'honneur à Verdun, lui répond la dame, et maintenant je suis seule» C'était la tristesse, le soldat portugais était ému.

Ce sont de bonnes gens, les Portugais... répond la dame vêtue de noir.

Les soldats du CEP sont très bien accueillis au port de Brest par la population française civile.

À Brest, chaque soldat du CEP s'est vu attribuer deux boîtes de conserve de bœuf et quelques biscuits, et chaque jour, une ration de café.

Le débarquement des Portugais à Brest est marqué aussi par la figure de Mme Héliès, qui prit soin de ces soldats, de telle sorte qu'elle fut appelée la mère des Portugais.

Après le débarquement à Brest les militaires sont installés dans un camp provisoire dans la plaine de Kerangoff.

Durante cette attente pour partir dans le nord de la France les militaires portugais errant dans les rues, du port de Brest. La ville de Brest et environ est transformée en ville des tentes militaires.

Le petit journal du 13 mai 1917^(*)

“Depuis deux mois les troupes portugaises sont en France: depuis quinze jours seulement les journaux français sont autorisés à le dire. Auparavant c’était un secret imposé à la presse française, ne l’était pas à la presse portugaise. Dès le mois de mars, les journaux de Lisbonne avaient annoncé, avec des manchettes énormes, de débarquement des contingents portugais en France. Mais il paraît que les Allemands ne lisent que les journaux français; ils ne lisent pas les journaux portugais.

Voilà pourquoi, apparemment, les Portugais sont arrivés à bon port. – Notez que je ne dis pas quel port: il est toujours interdit de le nommer.

Bref, concluons de tout ceci que, s’il est vrai, suivant un fameux refrain d’opérette, que «les Portugais sont toujours gais», nos amis de Lusitanie n’ont pas dû manquer, dès leur arrivée chez nous, de s’égayer quelque peu aux dépens de la censure française (...)

Tous ceux, qui ont vu les Portugais depuis leur arrivée, ont pu constater dès l’abord que les soldats ont l’aspect vif, vigoureux, très crâne dans leur uniforme bleu horizon, et qu’ils équipés de façon très pratique. Leur allure n’a rien du militarisme allemand. Les officiers sont jeunes, élégants. Tous parlent le français, et la plupart même le parlent d’une façon très pure.

C’est là, pour les Français que sont peu renseignés sur le Portugal, une preuve d’attachement sincère et profond que ce pays a pour la France et l’admiration que l’on y professe pour la civilisation française.

Il faut que l’on sache, en effet, qu’au Portugal tout est à la mode de France et que, sur dix volumes qui vendent les librairies, il y en a neuf en langue française et un en portugais.

Un des grands chagrins des Portugais de ne pouvoir communiquer avec la France, au double point de vue intellectuel et économique. La nécessité de traverser l’Espagne équivaut pour eux à un véritable éloignement. Et puis, ils sentent que s’ils nous connaissent bien et nous estiment, nous autres, nous les connaissons mal. Nous les confondons trop souvent avec leurs voisins Espagnols. Or, les deux peuples ont des vertus diverses, des signes distinctifs bien différents. Le Portugais, je le répète, tiens beaucoup du Celte, alors que l’Espagnol est un Latin. Ernest Laut ⁴³.

⁴³ Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k717261n/f1.item>

Après l'arrivée du contingent portugais au port de Brest (2 février 1917), et par manque de trains – seul moyen de transport de Brest pour les Flandres (Aire-sur-la-Lys) – les soldats portugais du CEP resteront quelques jours dans les environs de Brest.

Tassés comme sardines, les soldats portugais embarquent dans les wagons, pour une destination qui leur est inconnue, loin de leur terra natale, et pour beaucoup d'entre eux, un voyage sans doute sans retour. Durant longs jours, un train rempli d'hommes et de chevaux s'éloigne du port de Brest, et les soldats portugais arrivent à Aire-sur-la-Lys, en ce mois de février, par une matinée neigeuse. Les voilà près du front.

Le CEP, une fois arrivé dans les Flandres, à Aire-sur-la-Lys, est rattaché au 11^e corps de la 1^{re} armée anglaise du général Sir Henry Horne. Ils vont suivre des entraînements à Roquetoire, Théroüanne et Witternesse, avant que le QC du CEP s'installe à Saint-Venant et sur front.

Le secteur du CEP est basé au sud des Flandres, précisément dans la vallée de la Lys, entre Armentières, La Bassée et de Merville à Béthune, sur une distance maximale de 11 km et minimum de 4 km, en accord avec l'évolution de la campagne militaire.

Entre février 1917 et avril 1918, la vie des forces du CEP va se dérouler dans ce secteur au rythme des bombardements et assauts. Les forces du CEP ont souffert plus de 60 actions et plus de 20 bombardements par les forces allemandes.

La vie des soldats portugais dans les tranchées: des hivers qui n'en finissent pas en Flandre (*nesta terra de ningué*m, ou avenue d'Afonso Costa, «tranchés» noms donnés par les soldats portugais). L'eau, la boue, la pluie, la neige fondue et des rats géants sont les seuls véritables maîtres du terrain. Faute de pouvoir creuser des tranchées profondes pour que les soldats se tiennent debout, il a fallu dans la plupart des cas se contenter de tranchées superficielles couronnées de parapets faits de sacs de terre, de gravats, du sable ou de sacs sans le moindre creusement.

Le secteur portugais

En 1917, le 4 avril, António Gonçalves Curado, soldat 234, dans la 12^e division d'infanterie 28, est le premier soldat portugais mort au combat. Il fut inhumé au cimetière de Laventie, avant d'être transféré au Portugal à Figueira da Foz (31 juillet 1929).

Le 30 mai 1917, la 1^{re} brigade d'infanterie assume la responsabilité d'un secteur sur le front, et dès le 4 juin 1917, les soldats portugais affrontent une attaque allemande. Le 17 juin 1917, les Portugais attaquent les Allemands. Le 14 septembre, les soldats portugais capturent des soldats allemands. Après l'entrée de la 3^e brigade sur le front, c'est la 4^e brigade qui assume la responsabilité d'un secteur portugais.

Pendant l'année 1917, le corps expéditionnaire portugais prend sa place dans les lignes de feu et, pendant plusieurs mois, se charge d'un secteur du front britannique. Bien que n'ayant pas été engagés dans les offensives majeures, les officiers et les hommes du CEP se sont montrés de braves et utiles soldats pendant le déclenchement de plusieurs raids et actions secondaires.

Le premier contingent de la CAPI arrive en France, sous le commandant français, mais n'est opérationnel que le 16 mars 1918.

Les villes ou villages des Flandres gardent le souvenir de la présence des soldats portugais: Armentières, La Bassée, Merville, Béthune, La Gorgue, Le Touret, Neuve-Chapelle, Vieille-Chapelle, Fleurbaix, La Lawe, Richebourg, La Couture, Saint-Vaast, Lestrom, Les Lobes, Aire, Laventie, Locon, Bailleul, Thérouanne, Chapigny, Estaires, Pont du Hem, Fauquisart, Ferme du Bois, Saint-Venant, Bois-Grenier, Huits Maisons, Guarbecque, Clarques, Isbergues, Bocsinhenha, Lillers, Ecquedecques, Enguinegatte, Ouve-Wirquin, Ecques, Fauquembergues, Avroult, Coyecques, Bomy, Erny-Saint-Julien, Enquin-les-Mines, Dohem, Riez, Cléty, Inghen, Quiestède, Roquetoire, Marthes, Blessy, Witternesse, Ouernes, Aire-sur-la-Lys, Nieppe, Estuber, Violaines, Givenchy-lès-la-Bassée, Wingles, etc.

À la demande du général portugais Tamagnini de Abreu, le 20 avril 1917, le CEP est élevé au rang de corps d'armée à deux divisions, mais il va rencontrer deux difficultés pour augmenter ses effectifs: d'une part, le refus anglais de mettre à disposition des transporteurs maritimes, alors que le gouvernement anglais avait donné son accord pour porter le CEP à deux divisions, et, d'autre part, le régime de Sidónio Pais (1872-1918), chef du gouvernement depuis le 11 décembre 1917⁽¹¹⁾, contre la participation du Portugal dans le conflit, qui ne permet plus de maintenir sur le front les effectifs nécessaires. Sidónio Pais: *Abaixo a guerra ! Ninguém mais vai para a guerra !!!* À bas la guerre ! Plus personne ne sera envoyé à la guerre.

En ce début d'année 1918, la situation du CEP est critique. Le manque d'effectifs, le non-remplacement des officiers en permission et le non-remplacement des soldats restés longtemps dans les tranchées contribuent à affaiblir le moral des troupes. L'opposition du gouvernement anglais et la position du gouvernement portugais entraînent la grande défaite que les troupes portugaises du front subissent le 9 avril 1918.

Depuis le coup d'État du 8 décembre 1917, par Sidónio Pais, le Président de la République Bernardino Machado est destitué et est obligé de quitter le Portugal pour s'installer à Madrid. Le 15 décembre 1917, il demande exil à la France. Le 15 janvier 1918, il s'installe à Paris. Le 19 janvier 1918, Bernardino Machado est invité au Palais de l'Élysée pour un dîner avec le Président français Raymond Poincaré. Finalement, il est de retour au Portugal le 15 août 1919. ⁽¹¹⁾

Le soir du 6 avril 1918, le bataillon d'infanterie 13 (Vila Real), selon le rapport élaboré par le capitaine portugais Bento Roma, reçoit l'ordre d'occuper le secteur de la Ferme du Bois (La Couture).

La 1^e division portugaise quitte la première ligne du front le 6 avril.

Le 8 avril 1918, est prévu le remplacement de la 2^e division portugaise, par une division anglaise, selon la note officielle (n° 328 du 8 avril 1918), qui annonce le retrait de la 2^e division portugaise.

Elle disait: La 2^e division portugaise, depuis de trop longtemps dans les tranchées, serait remplacée l'armée anglaise.

Au soir du 9 avril 1918, la 2^e division reçoit un nouvel ordre, annonçant qu'elle ne sera remplacée que dans la nuit du 9 au 10 avril 1918.

La bataille de la Lys

Le front du secteur portugais est très long. 11 kilomètres contre 7 pour la 40^e division anglaise au nord, et de 3 pour la 55^e division anglaise au sud.

L'objectif allemand était de couper le front anglais en deux, et d'atteindre Hazebrouck, nœud ferroviaire, et gagner la Manche pour encercler une partie des forces anglaises dans le nord de la France et en Belgique. Séparer les troupes françaises et anglaises pour repousser les troupes anglaises jusqu'à la mer, pour atteindre les ports de Dunkerque, Calais et Boulogne, et les obliger à rentrer en Angleterre et de quitter la guerre.

Ce mardi 9 avril 1918, au petit matin, par une matinée densément brumeuse, l'artillerie allemande couvre de projectiles le secteur entre la Lys et le canal de La Bassée.

La deuxième division portugaise en pleine relève suivit l'assaut des forces allemandes.

Dès 6 heures du matin, les neuf divisions allemandes de l'armée de Von Quast se ruent en masse sur le front portugais, long de 11 kilomètres.

Les soldats portugais en première ligne et en pleine relève sont soudainement pris par surprise.

Quand la bataille de la Lys éclate le 9 avril 1918, la 2^e division du corps expéditionnaire portugais, sous le commandement du général portugais Gomes da Costa (20 000 hommes), qui tenait son quartier général à Lestrem (château de la Cigale) doit affronter la 6^e armée de Von Quast composée de 50 000 Allemands en plusieurs lignes successives qui pilonnait toutes les routes, cherchant à isoler le quartier général et la division portugaise.

Près de 500 canons allemands de Givenchy à Bois-Grenier bombardèrent pendant près de quatre heures. Malgré quelques points de résistance par les soldats portugais du CEP, la 2^e division portugaise est presque entièrement balayée par l'offensive allemande de l'opération «Georgette» devant Neuve-Chapelle et de Fauquissart, le 9 avril 1918.

Éprouvées sur la Somme et mises au repos dans ce secteur (jugé calme), les deux divisions anglaises (40^e) au nord et (55^e) au sud, qui se trouvaient aux extrémités du front (Fleurbaix et Givenchy), résistèrent.

Dès le premier choc, les Portugais sont bousculés, et sans arrêt les troupes allemandes font irruption sur les deux lignes de front.

Neuve-Chapelle, Fauquissart, Richebourg, Bois-Grenier et Laventie tombèrent.

Les lignes portugaises sont détruites et forment un amas hétéroclite de décombres et de cadavres.

Les rescapés qui ont réussi à s'échapper du front se réfugient dans les trous de mortiers et autres dénivellations du terrain.

Malgré l'avancée allemande de 8 km sur les 23 km du secteur portugais, les Allemands n'avaient pas encore traversé les rivières; la Lys et la Lawe, qui constituaient de vraies barrières de la défense portugaise.

Les soldats portugais tenaient au réduit de La Couture.

Selon certains témoignages, un lieutenant portugais, qui combattait avec une poignée de soldats à La Couture, aurait répondu à un capitaine anglais qui avait demandé à battre en retraite: *daqui ninguém se retira, combatemos até à última* (personne ne part d'ici, nous combattons jusqu'à la dernière balle).

Ce n'est que vers 17 heures qu'il a quitté La Couture, avec les derniers soldats portugais du CEP.

- Selon le journal français *Télégramme* du 10 avril 1918: *L'Histoire parlera un jour d'un bataillon portugais qui à La Couture s'est battu jusqu'à la dernière cartouche.*

(in: http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_03_01_03_Exercito.htm)

Dès le 11 avril, la 2^e division portugaise est remplacée par les forces britanniques.

Le 13 avril 1918, les soldats du CEP sont en soutien de la 14^e et de la 16^e division anglaise à Lillers et aux environs. Elles sont alors regroupées en une seule division et participent à l'offensive alliée de l'été 1918.

À partir du 22 avril 1918, l'armée anglaise va proposer au commandant portugais Tamagnini de Abreu un projet de réorganisation du CEP qui prévoyait de séparer les unités portugaises par les divisions anglaises sous son commandement. Il conteste cette décision et rappelle qu'il doit informer le gouvernement portugais. Cependant, Tamagnini de Abreu accepte momentanément les exigences anglaises en attendant les décisions du gouvernement portugais.

La bataille de la Lys, nom de la rivière locale, s'est déroulée du 9 au 29 avril 1918.

Les chiffres des morts, blessés, malades, gazés, disparus et prisonniers, varient et sont toujours controversés.

Après la signature de l'armistice, l'Allemagne renvoie au Portugal 6.767 prisonniers avec une liste de 233 soldats morts en captivité⁴⁴.

L'offensive «Georgette» du 9 avril 1918 a fait perdre 13,4 % des effectifs du CEP.

Selon ce tableau, et sur les 55 165 militaires portugais engagés sur le front de Flandre: 2 160 sont morts, 5 224 blessés, 6.678 prisonniers et disparus, pour un total de 14 062, soit près de 26 % des effectifs.

Un siècle après la bataille de la Lys, il est impossible d'indiquer avec précision le nombre des pertes du CEP lors de la bataille du 9 avril, et durant toute la guerre dans les Flandres.

Le retour des soldats portugais au pays

À la fin de la guerre, et par manque de navires pour le retour au pays, beaucoup de soldats portugais du CEP sont obligés d'attendre longtemps leur retour. Beaucoup sont obligés de rester *nesta terra de ninguém* à des travaux préventifs, de destruction de vestiges de guerre. Après près de deux ans passés dans les tranchées, ils sont forcés aux tâches pénibles par manque d'infrastructures sur place, par manque de soutien aux soldats portugais, et à cause du grave problème de santé de ces soldats dus au manque alimentaire en général pendant la guerre et après.

Ce fut le sort qui a été réservé à ces soldats après la guerre.

Les soldats portugais furent les oubliés des gouvernements portugais, anglais et français qui ont empêché un retour digne dans leur pays natal.

⁴⁴ Direction des services de statique du CEP du 19 juillet 1923. In Major Vasco de Carvalho; A 2.^a Divisão Portuguesa na Batalha de la Lys (9 de Abril de 1918), p. 77; Lusitania Editora, Lisboa, 1924.

Après-guerre

Le Portugal a participé à la conférence de paix à Versailles, représenté par Egas Moniz en novembre 1918 et par Afonso Costa en mars 1919.

Le 6 mai 1919, à la conférence de Paris, Afonso Costa réagit: Le traité de paix ne tient aucun compte de la situation du Portugal. Ses sacrifices n'ont pas été reconnus. Il n'a même pas été appelé à avoir des voix dans les groupements créés par la Conférence, et a vu avec surprise reconnaître des droits à des pays neutres, au détriment de ceux qui ont versé leur sang pour une cause commune. Je demande à ceux qui ont rédigé cette Charte, que mon pays, qui s'est battu, y soit moins comparé aux neutres. Je demande que mon pays, qui a envoyé en France ses soldats, soit au moins traité comme les pays qui n'ont envoyé en France que leurs commis voyageurs.

Le journal français, L'Avenir, dans un article signé Charles Chaumet, ministre de la Marine, a soutenu le mécontentement d'Afonso Costa, et critique la neutralité de l'Espagne.

Les Alliés auraient privilégié la neutralité espagnole et puni la belligérance portugaise...

Le traité de Versailles est signé le 28 juin 1919, dans le Palais de Glaces, entre l'Allemagne et les alliés avec l'armistice de Rethondes signé le 11 novembre 1918.

Conclusion

L'Opération Georgette du 9 avril 1918 avait comme objectif empêcher que les forces allemandes traversent la ligne d front de la Lys, tenues par le CEP, (ils avaient 24 heures pour anéantir le front portugais et les secteurs gauche et droit tenus par les forces anglaises).

Ils n'ont pas ressui ! Pourquoi ?

Malgré la défaite portugaise, les forces du CEP vont tenir quelques heures, qui furent fondamentales pour que les forces anglaises reviennent les renforcer et empêcher les forces allemandes de traverser la LYS.

Un autre aspect de propagande allemande ! La presse allemande distribuée au Portugal va annoncer que des milliers portugais sont morts ou emprisonnés.

Cela va causer beaucoup de souffrance pour le peuple portugais et alimenter la théorie de ceux qui étaient contre la participation du Portugal dans ce conflit.

La presse anglaise n'a pas épargné non plus les forces du CEP, les tenants comme responsables de l'avancée des forces allemandes lors de la bataille de la Lys.

Les deux années de guerre passées dans les Flandres ont provoqué des altérations de la santé des combattants portugais à court, moyen ou à long terme. Les conditions climatiques rigoureuses; tunnels et abris inondés de boue, de gel, de rats, la dureté quotidienne, la longue permanence dans les tranchées, le problème de l'alimentation, le manque de vêtements de rechange ainsi que le manque d'hygiène, ont provoqué des maladies et une usure physique et psychologique déterminante pour les soldats portugais.

Au-delà de la difficulté d'orientation du labyrinthe des tranchées, il faut vivre sous des abris souvent couverts par des tôles ou installés dans les maisons détruites par la guerre, et supporter la vision de cadavres humains et animaux parfois en état de décomposition. À cela, il faut ajouter le climat humide de la région, où les soldats devenaient amphibies pour

survivre. Les rats, la gadoue, la neige, le froid, les longs hivers passés dans les tranchées affectaient les soldats portugais, non habitués au climat des Flandres.

Dès la fin de 1917 et le début de 1918, les tranchées étaient l'endroit où l'on vivait, dormait, mangeait, combattait, restait blessé et mourrait. La vie était une vraie survie. La censure du courrier militaire a été instaurée. Il était interdit de mentionner la ville, village ou bourg ainsi que toute information militaire sous peine d'une grave punition et la censure du courrier.

Le CEP se plaint du gouvernement portugais de ne pas respecter la promesse faite aux militaires: tout militaire doit avoir une permission au Portugal. Pourtant, quelques officiers étaient privilégiés.

Aujourd'hui, que reste-t-il de cette période 1917-1918 ? Les derniers témoins ont disparu.

Seuls quelques vestiges et les cimetières militaires sont là pour nous rappeler qu'une bataille a eu lieu. Il ne reste que quelques enfants ou petits-enfants de ces soldats restés en France après la guerre: Felicia Glória d'Assunção Pailleux, née en 1926 à Ecquedecques, demeurant à Burbue, fille de João d'Assunção, soldat portugais. Depuis de nombreuses années, Felicia est présente aux commémorations officielles avec le drapeau portugais de la Ligue des Combattants de Lillers. Elle a dit en 2004, lors des commémorations à La Couture: «À travers ce drapeau, je vois mon père, mais il faudra qu'un jour quelqu'un prenne la relève».

Après la Première Guerre mondiale, un défilé a lieu sur les Champs-Élysées le 14 juillet 1919. Un contingent portugais de 400 hommes d'infanterie défile sur les Champs-Élysées en passant sous l'Arc de triomphe pour la «Victoire». Les maréchaux vainqueurs, Joffre, Foch et Pétain, défilent à cheval sur les Champs. À leur arrivée, ⁽¹⁴⁾ Raymond Poincaré, président de la République, et Georges Clemenceau, président du Conseil, déposent une gerbe de fleurs au pied du cénotaphe élevé à la gloire des morts. Les maréchaux Joffre et Foch sont reçus Porte Maillot par le président du Conseil municipal et le préfet de la Seine. Le défilé venant de l'avenue de la Grande Armée débouche sous l'Arc de triomphe. Les deux maréchaux chevauchent derrière l'escadron de la Garde républicaine, suivis du maréchal Pétain. Dans la nuit du 14 au 15 juillet 1919, des feux d'artifice éclatent dans le ciel de Paris illuminé. C'est au tour des troupes alliées d'être à l'honneur, avec en tête leurs chefs. Envoie un télégramme au chef de l'État portugais: «L'amitié du Portugal est très chère à la France. Les braves soldats de votre République ont été acclamés par le peuple de Paris, le nom des Portugais a été donné à une rue de la cité et je suis l'interprète du pays entier en vous exprimant, près du vôtre, les souhaits les plus cordiaux».

À l'heure actuelle (cent ans après), combien de Français savent que le Portugal a envoyé des soldats combattre dans les Flandres? Il serait d'ailleurs cruel pour les historiens français d'établir la liste d'ouvrages consacrés à la Grande Guerre, où le Portugal n'est même pas mentionné, et totalement passé sous silence, le fait que nombre de soldats portugais y ont perdu la vie et participé pour la victoire finale avec l'armistice signé le 11 novembre 1918.

Références

Carvalho; Major Vasco de (1924). *A 2.^a Divisão Portuguesa na Batalha de la Lys (9 de Abril de 1918)*. Lusitania Editora, Lisboa.

Henriques, Mendo Castro e Leitão António Rosas (2001). *La Lys 1918–Os Soldados Desconhecidos*. Lisboa: Edição de Livros e Revistas, Lda.

Nascimento, Manuel do (2008). *La Bataille de La Lys – 9 avril 1918 – Devoir de Mémoire, (édition bilingue français/portugais)*. Paris: L'Harmattan.

Nascimento, Manuel do (2014). *Première Guerre mondiale (Centenaire 1914–2014), Les soldats portugais des tranchées de Flandre et la main-d'œuvre portugaise à la demande de l'État français*, Paris: L'Harmattan.

Nascimento, Manuel do (2018). *Les oubliés de la guerre des tranchées–Les soldats portugais de la bataille de la Lys (9 avril 1918)*. Paris: L'Harmattan.

III. A guerra nas colónias

German Mittel-Africa plans and the colonial situation in Angola and Mozambique

Helmut Bley

Professor of Contemporary History.
Leibniz University Hannover

Abstract: The paper starts with discussing relevant literature to the state of affair in both Portuguese colonies. The situation of the labor force and even continued slavery is discussed in the context of the international debates on colonial scandals especially the situation in Angola was compared with the Belgian Congo around 1909, which created a severe image problem also for Portugal. The British German agreement of 1898 is discussed in the context of expected bankruptcy of Portugal and the Boer War. The South African labor demands towards Mozambique migrant labor to the Gold Mines in Transvaal became an important issue as well as Cecil Rhodes plans to annex Portuguese territories for expansion to the north which happened 1906. Two lines of thoughts were visible in Britain and Germany: territorial control versus informal economic influence. However deep resentment against Germany gained influence in important political circles in Great Britain because Germany's official sympathy towards the Boers and hints off a potential invasion in France in 1912 so that it can be questioned how serious those plans were. This also applies to the talks on the same issue 1912-1914, which became irrelevant because of the outbreak of the war. The impact of the War in East Africa is discussed and the suffering of the African population both in Tanzania and Mozambique underlined. Finally, a section deals with the function of Mittel-Africa plans in the governmental discussions over war-aims before and during the war. I underline that after the defeat of Russia because of the successful British blockade especially the German military wanted an expansion to Eastern Europe rather than to overseas territories.

Keywords: African Portuguese colonies, international context, War in East Africa, British and German agreement.

Résumé: Le document commence par discuter la littérature pertinente sur l'état des choses dans les deux colonies portugaises. La situation de la main-d'œuvre et même la poursuite de l'esclavage est discutée dans le cadre des débats internationaux sur les scandales coloniaux, en particulier la situation en Angola a été comparée avec le Congo belge vers 1909, qui a créé un grave problème d'image aussi pour le Portugal. L'accord britannique de 1898 est discuté dans le contexte de la faillite attendue du Portugal et de la guerre des Boers. Les demandes de main-d'œuvre sud-africaine à l'égard du travail migrant du Mozambique aux mines d'or du Transvaal sont devenues une question importante, ainsi que Cecil Rhodes prévoit d'annexer les territoires portugais pour l'expansion au nord qui s'est produite en 1906. Deux lignes de pensée étaient visibles en Angleterre et en Allemagne: le contrôle territorial versus l'influence économique informelle. Toutefois, un profond ressentiment contre l'Allemagne a été influencé par des cercles politiques importants en Grande-Bre-

tagne du fait de la sympathie officielle des allemands envers les Boers et laisse entrevoir une éventuelle invasion en France en 1912, au point qu'on puisse se demander dans quelle mesure ces plans étaient sérieux. Cela s'applique également aux pourparlers sur la même question 1912-1914, qui sont devenus inutiles en raison de l'éclatement de la guerre. L'impact de la guerre en Afrique de l'est est discuté et les souffrances de la population africaine en Tanzanie et au Mozambique soulignées. Enfin, une section traite de la fonction des plans pour l'Afrique Centrale dans les discussions gouvernementales sur des objectifs de guerre avant et pendant la guerre. On souligne qu'après la défaite de la Russie en raison du blocus britannique réussi, les militaires allemands voulaient en particulier une expansion vers l'Europe de l'est plutôt que vers les territoires d'outre-mer.

Mots-clés: Colonies portugaises en Afrique, contexte international, guerre en Afrique de l'Est, accord britannique et allemand.

Introduction

Portuguese Africa was several times a German aim for revising colonial borders. Secret talks and agreements with Great Britain were held 1894-1898 and 1912-1914. Plans for the extension the German colonial empire were also formulated as war-aims during the First World War as a concept to demand a Mittel-Africa (Central Africa). The invasion of the troops of Lettow Vorbeck 1917 into Mozambique only aimed at gaining food and military material for a totally exhausted small army.

The situation in Angola and Mozambique

It is necessary to look at the situations in Angola and Mozambique in this period from 1894 to the end of the War, which formed the background of German and British ambitions for controlling the Portuguese colonies in Angola and Mozambique.

The older literature stressed the weaknesses and ineffectiveness of Portugal's colonial regime (Hammond, 1966). Hammond for instance regarded also the state of affairs in the motherland as rather negative during the last years of the Monarchy, when the powers in Europe speculated about state bankruptcy.

William Clarence Smith (1985) has a much more balanced view which I will follow here. His core argument is, that the Portuguese local administrators in both Colonies were managing the fragile economy mainly through a harsh labor-system, in order to compensate for the capital scarcity. In a similar way the owners of the plantations acted, including the "Prado" property owners. They practiced a close relationship to important African families. All concentrated-on rubber, sugar and coconuts production. The same applied to the owners of cacao plantations in Sa Tome and Principe. They used mainly slaves. Their import was supported by the Angolan administration. It tolerated illegal export of slaves and later of contract laborers as a workforce in semi-feudal relations.

The colonial rule was mainly restricted to enclaves around the Harbors. Most other regions were de facto controlled by international concessions. A special case was the Nyasaland concession which controlled the parts of the Zambezi which was navigable and had a connection with the Shire Valley. Here was the centre of the Prado landholdings.

Because the Portuguese settler community was very small, a substantial Luso-African population grew. But in the framework of international financial influences in the colonies, all Portuguese groups were rather content with their minor roles. Petty trade and running shops by a petite Portuguese and Luso-African bourgeoisie was widespread. The same applied to positions in firms, dependent positions in administration and running small scale tropical agriculture. In this way it was a rather stable system but with permanent need of international capital.

Despite of this the Portuguese colonies in Africa stayed under Portuguese sovereignty. For the international capital there was no direct path available to bring areas under direct control. But they penetrated the colonies through huge concessions which enabled them to finance and operate trade, plantation-production and road and railway constructions. The system was sustained also by employing corruption which also reached Lisbon. The

expected State bankruptcy did not happen. The Bureaucrats in Lisbon masterfully played off the international financial groups against each other and survived all financial crises.

Negative image of the colonial rule Portugal's in Europe

Clarence Smith and also David Birmingham (2006) argue, that even accepting the precarious stability in the political economy of the colonies, a very negative image of the colonial rule Portugal's was perceived in Europe and the USA.

Not only were the repeated financial crises in Portugal an issue, much stronger was international criticism of the labor system. Both Authors link the abuse of labor including large scale forced labor to the fact that the economy in both colonies despite of international capital was permanently undercapitalized. The slave trade to Brazil continued into the 1890ties. Also a permanent trade from Angola to São Tomé and Príncipe in order to serve the labor demands of the cacao-plantations did not stop. So British Humanitarian and Antislavery organizations saw these praxis's as a scandal. It was compared with the scandals in King Leopold's private colony of Congo in 1908/9. The public campaigns against the Portuguese colonies run parallel to the campaign against the cruelties in labor relations in the Congo.

Migrant labor from Mozambique to the Goldmines of South Africa

The international pressure on Mozambique increased after the Goldmines in Witwatersrand went in full production and also railways had to be built there. The interest of South Africa and Great Britain towards Mozambique was strong in the period around the Boer War. Control of the Harbor of Lourenço Marques became important to keep the Boer republics off the Indian Ocean. A safe outlet for Rhodesia was sought for in Beira.

After the Boer War control of the labor supply became the main interest of the Goldmines in Witwatersrand. The demand for labor from Mozambique increased. Pressure on the Mozambique administration was used, which tried to keep their scarce labor force inside the colony. But the Administration could not block the labor migration which continued and even grew all the time. So many Africans went to the Witwatersrand because of better wages and treatment. Around the Anglo-Boer war, about 50 000 workers went to Transvaal in the Witwatersrand.

The situation of the local population anyhow worsened in these decades because of enormous spread of sleeping sickness and malaria. The people were exhausted and had no resistance against these diseases. The food situation anyhow was rather bad. Additionally, the colonial army in Mozambique was still fighting against independent African Kingdoms: so against the Gaza Nguni in Mozambique and the Ovambo at the border of Angola to Namibia. Many other incidences happened.

Negotiations between Great Britain and Germany⁴⁵

Negotiations between Great Britain and Germany lasted from 1894 to 1898 and led to a first agreement using the colonies as a security in case of bankruptcy of Portugal which however did not happen. A second attempt started 1912 and was finalized in June 1914, but not published and the First World made it obsolete. After the Boer War was won 1902 British interest was reduced, but some gestures toward the colonial ambitions of German were contemplated. But more important was the political legacy that Emperor Wilhelm II had supported the Boers 1896. Also, a broad German movement showed sympathies with the Boers. In Great Britain because this created the impression that German had interests in Transvaal and deeply impressed the political mood of important figures in London. They became very skeptical if not negative, about German influence over the Boer Republic. Together with built up of the German Navy often with anti-British undertones, all this was regarded as proof that German might have ambitions towards hegemony in Europe and the World.

A similar mistrust developed during the second round on Mozambique and Angola 1912. Minister Haldane in his Mission to Germany 1912 wanted to stop the planned increase of German to start of a period of more friendly relations. But the Germans Government denied this, unless Britain would declare to stay neutral in an unprovoked war by Germany against France, which would have destroyed the British-French Entente. So, the mission came to a very negative result. Despite of that, the discussions about the future of the Portuguese colonies were continued in order to ease tensions. The same applied to the negotiations on the German Bagdad-Railway in the Ottoman Empire close to the Gulf of Persia. Anyhow the British-French entente was stabilized in the Morocco-crisis of 1911 when Lloyd George as exponent of friendly relations to Germany in his Mansion House speech warned successfully Germany to risk a war, otherwise Great Britain would support France.

Britain anyway had intensified its expansion in Southern Africa by blocking the hinterland of Mozambique through annexing the Nyasaland concession 1906 to open a way for Cecil Rhodes plans for a Cape to Cairo railway, which never materialized. This was regarded in Portugal as a very heavy blow.

In both rounds to reach an agreement the two powers mainly looked for informal penetration in order to avoid the change of the borders of the Portuguese colonies. As the exception was agreed to use the Colonies in case of a potential Portuguese State-Bankruptcy as a security.

It was possible to use informal penetration because parts of Mozambique belonged to the "Congo Free Trade Zone". So, it was easier to use economic tools without changing borders. Great Britain was used to informal infiltration in the period of "Free Trade Imperialism." (Cain and Hopkins, 1993; Bley and König, 2006; Gallagher and Robinson, 1953). But in the case of Mozambique later in 1906 Great Britain directly annexed large parts of the hinterland, especially Nyasaland now Malawi which in Portugal was regarded as a heavy humiliating blow.

⁴⁵ Gifford and Roger 1967; Willequet, J., 1971.

Germany between informal penetration and ideas of territorial control⁴⁶

In Germany there were two tendencies running parallel and hindering each other. The colonial movement and its press as well as the naval movement demanded territorial enlargement of the colonial empire as late comer. Bismarck however had calculated by framing the concept of the “Congo Free Trade Zone” in 1884/5 to practice informal penetration even in the German colonies. He was in accordance with the big banking houses and the Hamburg trading community to use its economic and financial power to penetrate worldwide without territorial claims, normally in cooperation with capital of Great Britain and France. Both lines of political strategies continued during the whole period before World War I and also influenced the War aims during the First World War. In the Period until 1914 the territorial interest for nationalist reasons became dominant. The British naval Blockade during the First World War shifted German interest to informal control of Europe and territorial as well as informal control to Eastern Europe in order to counter the British Hegemony on the oceans.

In both period of bargaining with Great Britain about the future of the Portuguese African colonies the German delegation was under the leadership of the Warburg Bank in Hamburg, which also had strong connections in London. The bankers were even angry that the diplomats in Berlin were always eager to govern territory, whereas the bankers were satisfied with concessions and financial penetration.

The discussions of 1912–to 1914

The discussions of 1912–to 1914 to rework the treaty of 1898 started March 1912 Germany demanding Angola, Zanzibar and Pemba. In the final draft custom duties in Angola and Mozambique were divided between both states who wanted to place a joint loan to Portugal. But secession of the colonies from Portugal was dependent of its agreement. Both sides were reluctant to publish the results. The reasons for the reluctance were to offer time to the German banks for a penetration pacifique. As the German Ambassador Metternich in London had suggested already 1912 that economic penetration had to happen before the talks otherwise Great Britain would go ahead. Germany signed the Agreement at the 23 July 1914, the day of the Austrian ultimatum to Serbia, Grey delayed to the autumn and the War finished everything. One could conclude that in both periods of negotiations about Portugal’s Colonies there was no real political chance for the big powers. Anyway, Portugal was successful despite of the internal system being in turmoil to avoid state bankruptcy and had no reasons to agree to the secessions of its African Colonies. Portugal had no reason to give up her colonies and felt protected through the Windsor treaty which was concluded at the same time and stressed the continuity of British responsibility towards the integrity of Portugal as formed already in the 17th. century despite of the realities of British policies in Africa. Anyway, Portugal was successful despite of the internal system in turmoil to avoid state bankruptcy and had no reasons to agree to the secessions of its

⁴⁶ Barth, 2004.

African Colonies. Portugal had no reason to give up her colonies and felt protected through the Windsor treaty which was concluded at the same time and stressed the continuity of British responsibility towards the integrity of Portugal as formed already in the 17th. century despite of the realities of British policies in Africa.

Britain tried to balance its skepticism over Germany's political aims through the fact that parallel to the negotiations on Portugal's Colonies other negotiations were successful concluded, so agreement over the Bagdad-Railway of Germany, which was agreed at also in June 1914. It was the cooperation of both states 1912/13 that the Balkan Wars did not lead to a World War. It fits into the pattern of British policy of this time to minimize zones of tension when they agreed with Russia to divide Persia/Iran 1907 in a Northern and Southern interest zone. Germany signed it at the 23 July 1914 the day of the Austrian ultimatum to Serbia, Grey delayed to the autumn and the War finished everything.

The War Period:

Mozambique's African population was hit hard. War brought enormous inflation and made food prices high. The labor was even heavier exploited because of the intensified export production. The diseases spread more than before the war and Mozambique as other African countries were 1918/19 suffering under the Influenza epidemic. The invasion of the Lettow Vorbeck troops 1917 was aiming for food and military supplies. The German troops at the beginning were greeted by Africans because of their hate against the Portuguese rule. But this changed after the Askari and German officers took many women by force and confiscated harvests and cattle as they had done in large scale also in German East Africa, which caused about 300 000 lives of people from German East Africa through hunger and destruction of villages.

Lettow Vorbeck had waged this war because he had hoped to use his presence for supporting the German claim to the country. Later he rationalized that he could keep 130 000 British, Indian and South African Soldiers off the Western fronts in Europe. But he had during this war Period no contact to Berlin. The badly organized Portuguese colonial army could not stop him with few exceptions. But once they regained armaments and food supplies. Finally, the Germans were forced by British troops to get out and retreat via the western borderlands of German East Africa to Northern Rhodesia. Lettow Vorbeck capitulated in November 1918, creating a mythos in Germany as "not being defeated in the field" (Pesek, 2010, p. 41-127).

German "Mittel Afrika" plans as part of the War aims since 1914⁴⁷

The war aims, articulated by the Chancellor and his closet advisors at the 9th of September 1914, the so called "September program", which Immanuel Geiss and Fritz Fischer discovered, was written in the moment where the victory over France was expected in the battle

⁴⁷ Wedi-Pascha, 1992.

at the Marne (Fischer, 1961 and Zechlin & Bley, 1964). In my interpretation it was also a design to organize Europe under German hegemony for an unforeseeable period of time, because the German government had accepted that Britain could not be beaten and that the blockade would last. They planned for a second World War. The concept of "Mittel-Afrika" can be compared with that of "Mittel-Europa". There were similarities with regard to informal economic control. "Mittel-Europa" was discussed already before the war by the liberal imperialists Rathenau, Director of the AEG and also Banker and Gwinner, Director of the "Deutsche Bank" (Meyer, 1955 and Fischer, 1961). During the War he became leader of the office to organize the raw materials necessary for the unexpected long war and the economic blockade. The concept of an enforced custom union all over Europe and other economic instrument was thought to achieve the German hegemony without waging a war. As the advisor of the Chancellor, Riezler formulated 1913: Germany should "demand the impossible" but avoid a war (Riezler, 1913). In a sense it was an early concept for what we later called the "Cold War"

In the situation of the war it became a new meaning. Against military and extreme nationalist demands for territorial control after victory the so-called moderates around the Chancellor were aware that territorial annexations should be avoided in Europe because of the general mood in Europe against it. So, the informal penetration of a large part of Europe and even over its ally Austria-Hungary should achieve this. Because the Occupation of France became unlikely, the idea faded away and territorial control over Eastern Europe after successful military campaign and because of the German advances after the Russian Revolution became dominant. Sending Lenin from Switzerland to Russia in a German train worked in radicalizing the Russian Revolution.

All these plans can be regarded as expressions of despair, but they survived the whole war period and had its peak in the Separate peace treaty of Brest-Litovsk with Soviet Russia, but now leaving the African interests, also a German colonial revisionism developed after the Treaty of Versailles.

"Mittelafrika" developed as a parallel concept, but as territorial expansion. The idea was to form a huge colonial block from Angola, via the Congo and Northern Rhodesia or Zambia connected with Mozambique and of course East Africa. Southwest Africa after having exploited the diamonds was to be given to South Africa. The illusionistic aspects are obvious, but the plans were included in German peace proposals 1916 and 1917 as options. The stumbling block was anyhow that the Germans gave their first priority to the almost total control of Belgium badly disguised as informal concepts, and of course of keeping Elsass and Lothringen. Great Britain and her allies were determined through the agreements not to conclude a separate peace which was published at September 4th 1914 in December 1914. That the French integrity as major power should be maintained and that the German system of Prussian Militarism was even the position of the United States long before joining the War. Because the Western fronts did not change despite of the millions of men killed, the War aims of Germany which were officially secret were rather an element of the power relations between Government, Military Leadership if not dictatorship and the reorganized ultra nationalist movements (Hagenlücke, 1997).

References

- Barth, B.** (1995). *Die deutsche Hochfinanz und die Imperialismen*. Stuttgart: Franz Steine.
- Birmingham, D.** (2006). *Empire in Africa, Angola and its neighbors*. Ohio University Press.
- Birmingham, D. and Martin, P. M.** (eds.) (1983). *History of Central Africa. vol. 2*, Harlow: Longman.
- Bley, H. and König, H.** (2006). Freihandelsimperialismus. In: *Enzyklopädie der Neuzeit*, Vol 3, E. Dauenhauer, pp.1139-1145.
- Cain, P.J. and Hopkins, A.G.** (1993). *British Imperialism: Innovation and Expansion 1688-1914*. London: Longman.
- Clarence-Smith, W. G.** (1985). *Third Portuguese Empire 1825-1975*. Manchester University Press.
- Fischer, F.** (1961). *Griff nach der Weltmacht, die Kriegszielpolitik des kaiserlichen Deutschland 1914-1918*. Düsseldorf.
- Fischer, F.** (1962). *Griff nach der Weltmacht*. Düsseldorf.
- Gifford, P. and Roger, L.** (ed.) (1967). *Britain and Germany in Africa*. New Haven.
- Hagenlücke, H.** (1997). *Die deutsche Vaterlandspartei. Die nationale Rechte am Ende des Kaiserreiches*. Düsseldorf.
- Hammond, R. J.** (1966). *Portugal and Africa 1815-1910, a study of uneconomic Imperialism*. Stanford University Press.
- Laak, D. Van** (2004). *Imperiale Infrastruktur. Deutsche Planungen für Eine Erschließung Afrikas 1880-1960*. Paderborn: Schöningh.
- Meyer, H. C.** (1995). *Mitteleuropa in the German thought*. Den Haag.
- Michels, E.** (2008). *Der Held von Deutsch Ostafrika“ Paul von Lettow-Vorbeck*. Paderborn: Ferdinand Schöningh
- Pesek, M.** (2010). *Das Ende eines Kolonialreiches, Ostafrika im Ersten Weltkrieg*. Frankfurt: Campus Verlag.
- Riezler, K.** (1913). *Die Erforderlichkeit des Unmöglichen, Prolegomena zu einer Theorie der Politik und andere Theorien*. Berlin.
- Robinson, R. and Gallagher, J.** (1953). The Imperialism of free trade. *The Economic History Review*, Second series, VI/ 1, pp.1-15.
- Wedi-Pascha, B.** (1992). *Die deutsche Mittelafrika Politik 1870-1914*. Pfaffenweiler.
- Willequet, J.** (1971). Anglo-German Rivalry in Belgium and Portuguese Africa. In: Gifford, P. and Louis, W.R. (eds), *Britain and Germany*, New Haven, pp 245-274.
- Zechlin, E. and Bley, H.** (1964). Deutschland zwischen Kabinettskrieg undWirtschaftskrieg. In: *Historische Zeitschrift* 199 (1964), Nr. 2, S. 347-458.

A Marinha na Grande Guerra. A Defesa Marítima das Ilhas de Cabo Verde (1914–1918)

Comg ref José António Rodrigues Pereira⁴⁸

Academia da Marinha

Academia Portuguesa de História

Resumo: Logo que se iniciaram as hostilidades – e apesar da não beligerância portuguesa – a Marinha Portuguesa teve de tomar imediatamente medidas de defesa dos interesses nacionais no mar e nas colónias.

Embora sejam habitualmente referidas as participações do *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola* (1914–15) e do cruzador *Adamastor* em Moçambique (1916–18), foi Cabo Verde quem recebeu a maior atenção da Armada Portuguesa. O porto do Mindelo (Cabo Verde) era um importante ponto de amarração dos cabos submarinos, fundamentais, na época, para as comunicações telegráficas da Europa com a América e a África; o Mindelo era também naquela época um estratégico porto abastecedor de carvão. Tal situação obrigou a medidas de defesa especiais. Para ali foram deslocadas primeiro, o cruzador *São Gabriel* e depois as canhoneiras *Beira* e *Ibo* que com dois vapores armados, e utilizados como patrulhas, garantiram a defesa marítima daquele porto. Foram também montadas, uma dúzia de peças de artilharia, guarnecidas por pessoal da *Força Expedicionária de Marinha a Cabo Verde* e por pessoal do Exército. O porto do Mindelo viria a ser atacado quatro vezes por submersíveis alemães, ao longo do conflito, tendo ali sido afundados dois vapores brasileiros. Merecem ainda referência a presença, naquele porto, do navio mercante holandês *Kennemerland* e do contratorpedeiro brasileiro *Piauí* da *Divisão Naval de Operações de Guerra* (DNOG).

Palavras-chave: Portugal, Grande Guerra, Marinha Portuguesa, História Marítima, Guerra Naval, Arquipélago de Cabo Verde

Abstract: As soon as the hostilities began – and despite the Portuguese non-belligerence – The Portuguese Navy had to immediately take measures to defend national interests at sea and in the colonies.

Although the participation of the *Expeditionary Navy Battalion to Angola* (1914–15) and the cruiser *Adamastor* in Mozambique (1916–18) are usually mentioned, it was Cape Verde who received the greatest attention from the Portuguese Navy. The port of Mindelo (Cape Vert) was an important mooring point for submarine cables, fundamental at the time to telegraph communications between Europe and America and Africa; Mindelo was also at that time a strategic coal-supplying port. This situation led to special defense measures. There they were first displaced, the cruiser *São Gabriel* and then the *Beira* and *Ibo* gun-

⁴⁸ O autor não escreve de acordo com o AO90. Capitão-de-mar-e-guerra reformado Académico Emérito da Academia de Marinha. Académico honorário da Academia Portuguesa da História.

boats, which with two armed vapors, and used as patrols, guaranteed the maritime defense of that port.

A dozen artillery pieces were also set up, staffed by personnel from the *Expeditionary Force of the Navy to Cape Verde* and by Army personnel. The port of Mindelo was to be attacked four times by German submersibles during the conflict, and two Brazilian vapors were sunk there. Reference should also be made to the presence in that port of the Dutch merchant ship *Kennemerland* and the Brazilian destroyer *Piaui* of the *Naval Operations Division* (DNOG).

Keywords: Portugal, World War, Portuguese Navy, Maritime History, War at Sea, Cape Vert Islands.

Preâmbulo

O Século XX iniciou-se sob o espectro do confronto entre o Império Britânico e o Império Alemão, pela hegemonia mundial.

Quando em Agosto de 1914 rebentou o conflito que ficaria conhecido como a *Grande Guerra*, as opiniões dividem-se em Portugal e não há consenso sobre a participação portuguesa. Defendiam alguns, os chamados *não intervencionistas*, a manutenção da neutralidade por o país e as Forças Armadas não estavam preparados militar e economicamente para um conflito de tal intensidade.

O grupo dos beligerantes ou intervencionistas, defendia a participação portuguesa no conflito, ao lado da Grã-Bretanha, como forma de cumprir a aliança Luso-Britânica, impor internacionalmente o regime republicano e, no final do conflito, ter assento nas negociações de paz, para garantir a soberania das Colónias, especialmente as que tinham fronteiras com os territórios alemães.

O Exército conseguiu, com o chamado *milagre de Tancos*, organizar um Corpo de Exército para actuar no teatro de operações da Europa, a Marinha teve muita dificuldade em preparar-se porque, como já dizia o padre Fernando de Oliveira, no Século XVI, uma *Armada não pode improvisar-se*.

A Armada Portuguesa contava em 1914, com um conjunto de unidades navais muito heterogénias, totalizando 25.000 toneladas de deslocamento, que a rápida evolução dos armamentos navais, verificada nos primeiros anos do Século XX, tornara obsoletos.

Algumas das unidades de menor porte, utilizadas nas Estações Navais do Ultramar, tinham sido transferidas para a *Marinha Colonial* – criada em 1912 – e dependiam do Ministério das Colónias; apesar de guarnecidas por pessoal da Armada, actuavam sob as ordens dos Governadores dos territórios onde se encontravam.

Os navios estavam vocacionados para o combate de superfície, num período em que a ameaça submarina, a mina e o torpedo já representavam um novo e importante dado na guerra naval. A única unidade naval capaz de executar missões de guerra submarina era o *Espadarte*, um submersível encomendado ainda no tempo da monarquia e que entrou ao serviço em 1912. A sua eficácia operacional levou logo à encomenda de mais três unidades semelhantes, que seriam entregues em finais de 1917.

Os efectivos da Armada rondavam os 4.200 homens (cerca de 450 oficiais e 3.700 sargentos e praças).

Desenvolvida a partir da década de 1880 com a criação da *Empresa Nacional de Navegação e da Mala Real Portuguesa*, a Marinha de Comércio portuguesa possuía, em Agosto de 1914 uma frota de 473 navios, representando 142.241,57 toneladas de arqueação bruta, dos quais 246 (cerca de metade) eram veleiros como a barca *Ferreira* (ex- *Cutty Sark*) e a galera *Viajante* (construída em Damão em 1850). Com mais de 1.000 toneladas existiam apenas 32 navios que representavam 81.549,47 toneladas de arqueação bruta (mais de metade do total).

Em África, e apesar da não-beligerância portuguesa, as forças militares alemãs hostilizavam as guarnições portuguesas nas fronteiras.

A 25 de Agosto de 1914, forças alemãs atravessam o rio Rovuma (Moçambique) e atacam o posto de Maziua, massacrando a pequena guarnição: seis soldados africanos da Companhia

do Niassa, comandados pelo sargento de Marinha Eduardo Rodrigues da Costa, que seria o primeiro militar português morto no conflito.

A 31 de Outubro de 1914, o posto de Cuangar (Angola) foi atacado e a sua guarnição chacinada.

Esta situação obrigou o governo a enviar imediatamente para África numerosos contingentes militares com destino aos territórios, onde existiam extensas fronteiras com a Alemanha: Angola e Moçambique.

Mas Grã-Bretanha exercia pressão diplomática sobre o Governo Português para que se mantivesse como não-beligerante; tal possibilitava-lhe a utilização dos portos portugueses para apoio e abastecimento dos seus navios.

A 11 de Setembro largaram de Lisboa os paquetes *Moçambique* e *Durhan Castle*⁴⁹ e o vapor *Cabo Verde* com os *Corpos Expedicionários do Exército* destinados a Angola e a Moçambique, escoltados pelo cruzador *Almirante Reis* e pelas canhoneiras *Beira* e *Ibo*.

No *Moçambique* seguiam os 1.300 homens e alguma carga da expedição comandada pelo Tenente-Coronel Alves Roçadas com destino ao Sul de Angola; o gado e a restante carga seguiriam, no vapor *Cabo Verde*. As tropas desembarcaram em Moçâmedes a 1 de Outubro, pouco antes dos incidentes de Naulila (18OUT14) e do Cuangar (31OUT14).

No *Durhan Castle* embarcaram os 1.500 homens da 1ª *Expedição Militar para Moçambique* comandada pelo coronel Massano de Amorim.

1. A Entrada na Guerra

Foram tarefas da Armada, assumidas logo em 1914:

- Assegurar a escolta aos transportes de tropas para África;
- Participar na defesa do Ultramar, com forças navais e batalhões constituídos para actuar em terra com as forças do Exército.

Um dos actos desempenhados pela Armada, neste conturbado período e que viria a ter significativas consequências, ocorreu a 14 de Maio de 1915 quando, sob o comando do Capitão-de-fragata Leote do Rego e conjuntamente com forças do Exército, depôs o Governo Ditatorial do General Pimenta de Castro – opositor da entrada de Portugal no conflito – e restabeleceu o Regime Constitucional, subindo ao poder os partidários da intervenção portuguesa.

Com a entrada formal de Portugal na Grande Guerra, a Armada foi chamada a assumir, para além das que já vinham sendo desempenhadas desde 1914, as seguintes tarefas:

- Assegurar a escolta aos transportes de tropas para França;
- Assegurar a escolta dos navios mercantes nacionais para o Ultramar e as Ilhas adjacentes;

⁴⁹ Os paquetes *Durhan Castle* (britânico) e *Britannia* (francês) foram os únicos navios estrangeiros utilizados no transporte de tropas para África.

- Patrulhar e defender o litoral metropolitano, a barra do Tejo e as barras do rio Douro e de Leixões e a baía de Lagos;
- Estabelecer barreiras anti-submarinas, rocegar minas na entrada dos portos principais e lançar campos de minas defensivos;
- Patrulhar e defender as águas dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde;

Sendo esperado, pelo menos desde Maio de 1915, data da subida ao poder dos partidos *intervencionistas* ou *guerristas*, que Portugal participasse directamente no conflito não houve qualquer esforço para reforçar os meios materiais e humanos da Marinha para enfrentar as novas ameaças da guerra naval: o submersível e a mina.

Leote do Rego, comandante das *Divisão Naval de Defesa e Instrução* após o Golpe Militar de Maio de 1915 apenas se preocupou em manter preparadas e aprontadas as grandes unidades navais de superfície – cruzadores e contratorpedeiros – que, desde 1914 vinham assegurando as escoltas aos Transportes de Tropas com destino a África.



Figura 1. Cruzador São Gabriel. Modelo do Museu de Marinha. Foto do autor.

Nada estava feito em Portugal para enfrentar as novas ameaças da guerra naval quando, em 9 de Março de 1916, o Império Alemão declarou guerra ao Governo Português.

Só em 29 de Fevereiro o Comandante Leote do Rego iniciara os preparativos para a protecção do porto de Lisboa e de outros portos nacionais; anteriormente, apenas o Mindelo (Cabo Verde) tinha sido dotado de uma estrutura de defesa logo em 1914.

Em Junho de 1916 são estabelecidos os cursos intensivos na *Escola Naval* e na *Escola Auxiliar de Marinha*, enquanto aumentava o recrutamento nas *Escolas de Alunos Marinheiros*.

O *Arsenal da Marinha* desenvolveu esforços para terminar as construções em curso – os contratorpedeiros *Vouga* (iniciado em 15OUT14 viria ser terminado em 31DEZ20) e *Tâmega* (iniciado em 16NOV14 viria ser terminado em 19AGO24) e as canhoneiras *Bengo* (JAN10

– 3JUL17) e *Mandovi* (FEV13 – 19JUN18) – reparar as unidades existentes – nomeadamente o contratorpedeiro *Tejo* (18JUL12 – 19JUN16) – e pôr a navegar os navios apresados aos alemães e que tinham sido sabotados pelas tripulações.

Este esforço viria a ser dificultado pelo incêndio que a 18 de Abril de 1916 deflagrou no Arsenal da Marinha e que destruiu parte das suas instalações fabris, nomeadamente a Sala do Risco⁵⁰, e as instalações da Escola Naval e do Museu de Marinha. Além do valioso património do Museu perderam-se os arquivos e o material escolar da Escola Naval, cujo funcionamento foi seriamente afectado por esta ocorrência, tendo as aulas funcionado, temporariamente, na sociedade de Geografia de Lisboa.

O próprio Arsenal viu a sua capacidade seriamente diminuída por este acontecimento que, segundo a imprensa da época terá sido responsabilidade a *agentes alemães*.

Hoje sabe-se que o agente alemão Hermann Wuppermann (cujo nome de código era Arnold) actuou em Portugal naquele ano tendo destruído fábricas e depósitos militares e planeado um ataque com gases químicos (antrax), antes de fugir para a América do Sul (CALLEJA, 2014).

2. A Defesa dos Portos

A intervenção da Armada foi também relevante na defesa dos portos de Portugal continental, ilhas adjacentes e arquipélago de Cabo Verde.

No Continente activaram-se as defesas das barras dos portos de Lisboa, do Douro e de Leixões e da Baía de Lagos, que incluiu patrulhamento naval e postos de vigilância em terra.

A cidade do Funchal foi atacada a 03 de Dezembro de 1916, pelo submarino alemão *U-83*, tendo sido afundados a canhoneira *Surprise* e o vapor *Kangaroo*, de nacionalidade francesa e o vapor britânico *Dacia*. A 17 de Dezembro de 1917 o cruzador-submarino *U-155* voltou a bombardear a cidade provocando baixas na população civil.

A cidade de Ponta Delgada foi também atacada pelo submarino alemão *U-155* em 4 de Julho de 1917.

4. A Defesa Marítima de Cabo Verde

O porto do Mindelo na ilha de São Vicente (Cabo Verde) era um importante ponto de amarração dos cabos submarinos, fundamentais, na época, para as comunicações telegráficas da Europa com a América e a África; o Mindelo era também naquela época um estratégico porto abastecedor de carvão para a navegação, e para a esquadra britânica em serviço naquela área do Atlântico.

⁵⁰ A *Sala do Risco*, com 80x18 metros, estava situada no extremo Oeste dos edifícios pombalinos, onde hoje estão as messes das Instalações Centrais de Marinha. Em 1969, quando ali estava instalado o Instituto Hidrográfico, foi novamente destruída por um incêndio.

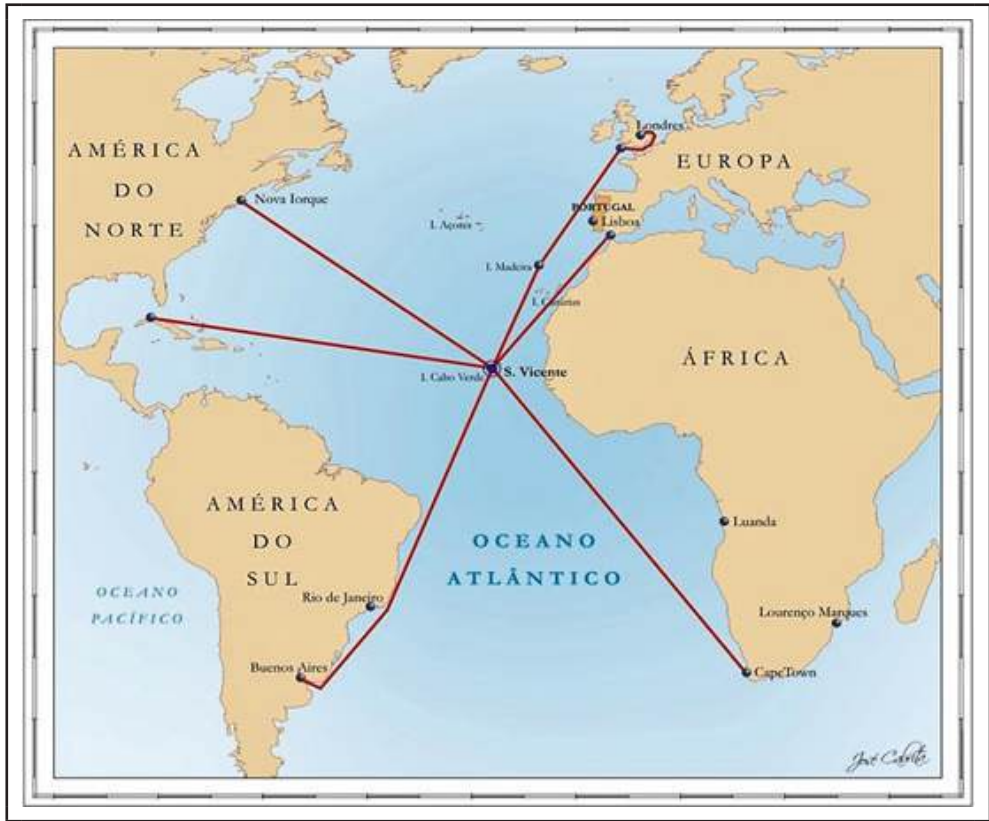


Figura 2. A localização das ilhas de Cabo Verde nas rotas do Atlântico. Desenho de José Manuel Cabrita.

Foi, por isso, o primeiro porto a ser dotado com um sistema de defesa contra ataques vindos do mar.

O cruzador *São Gabriel* (capitão-de-fragata Pinto Basto) que já estivera em Cabo Verde antes do início do conflito (28MAI–09JUN1914) voltou para aquele território em 8 de Setembro de 1914 para defesa e vigilância dos cabos submarinos que ancoravam na ilha de São Vicente.

A 2 de Dezembro largaria do Mindelo para ir às Canárias comboiar os paquetes *Peninsular* e *Ambaca* que tinham largado de Lisboa sob escolta do cruzador *Vasco da Gama* com militares do *Corpo Expedicionário para Angola*; chegou a Luanda a 26 e regressou a São Vicente onde permaneceu até regressar a Lisboa a 20 de Abril de 1915.

Depois, foram enviadas as canhoneiras *Beira*, *Ibo* e *Bengo* que, com o patrulha *Brigadeiro Barreiros* e os dois vapores armados *Fendale* e *Mindelo*, utilizados também como patrulhas, garantiram a defesa marítima daquele porto. De recordar que estas canhoneiras eram então os mais modernos navios da Armada tendo entrado ao serviço, respectivamente, em 1911, 1913 e 1917.

Eram pequenas unidades construídas no Arsenal da Marinha, com 463 toneladas de deslocamento e 44 metros de comprimento; armadas com duas peças *Krupps* de 76 mm, duas *Hotchkiss* de 47 mm e duas metralhadoras, tinham uma guarnição de 85 homens e a sua silhueta *sui generis* deu-lhes o epíteto de *cruzadores de bolso*.

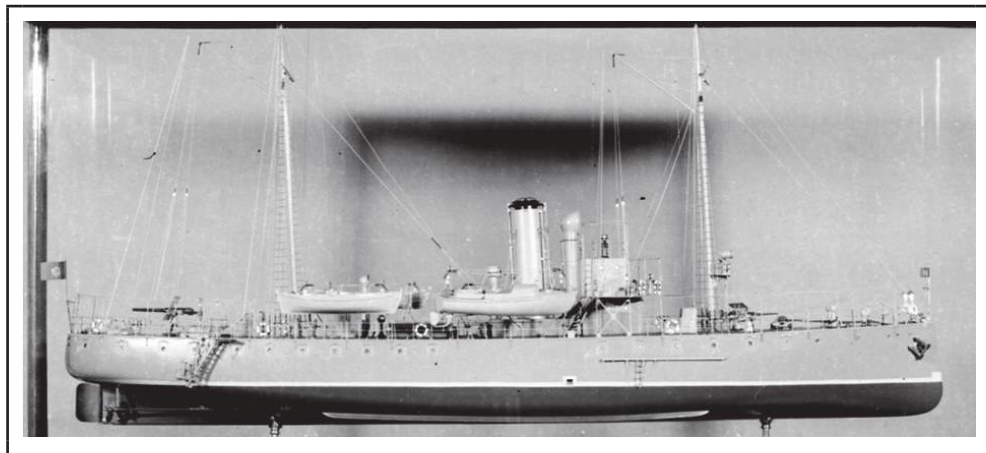


Figura 3. A canhoneira Beira. Modelo do Museu de Marinha. Foto do autor.

A primeira a chegar foi a *Ibo* (1º tenente Carvalho Brandão), a 20 de Setembro de 1914 e que ali ficaria até 2 de Abril de 1918.

A *Beira* largou de Lisboa a 14 de Dezembro de 1914 (1º Tenente Cisneiros e Faria) e manteve-se em Cabo Verde até 24 de Junho de 1917, dali seguindo para os Açores. Voltaria a Cabo Verde em 26 de Janeiro de 1918 ali ficando até ao final do conflito.

Para substituir a *Ibo*, foi enviada a *Bengo* (1º Tenente Serra Guedes), um navio que acabara de ser construído no Arsenal da Marinha em Julho de 1917; chegaria a Cabo Verde em 5 de Maio de 1918.

Em 22 de Novembro de 1914 a Marinha enviou para Cabo Verde, embarcado no vapor *Cazengo* o seu segundo contingente para o Ultramar; a *Força Expedicionária de Marinha para Cabo Verde*, de 90 homens (1 oficial, 9 sargentos e 80 praças), para efectuar a vigilância e defesa dos cabos submarinos e do porto do Mindelo, comandado pelo 1º tenente Joaquim Costa.

Em terra existiam apenas duas velhas peças de bronze *Krupps* de 76 mm montadas no ilhéu dos Pássaros e que foram transferidas para o Morro Branco, na ponta Sul da baía sendo guarnecidas pelo pessoal da *Força Expedicionária de Marinha*.

Em Outubro de 1916 foram instaladas mais duas peças *Armstrong* 150mm desmontadas da fragata *D. Fernando II* e *Glória* e da canhoneira *Zambeze* e que foram montadas também no Morro Branco.

Em Janeiro de 1917 foram instaladas na ponta Norte da baía 4 peças de montanha *Canet* de 47 mm – com apenas 3 kms de alcance – guarnecidas por pessoal do Exército comandado pelo capitão João Sequeira.

Só em 1918 foi montada, no ilhéu dos Pássaros, outra bateria de Marinha constituída por três peças *Hotchkiss* de 47mm a que se juntaria uma peça francesa de 90 mm que a *Beira* trouxe de Dakar.

Na mesma data chegou também uma companhia de Infantaria do Exército.

No início do conflito, a *Royal Navy* tornara Cabo Verde numa base para a sua esquadra em serviço naquela área do Atlântico – couraçado *Swiftsure*, cruzador *Highflyer* e cruzador-auxiliar *Marmora* (um paquete da *P&O* armado).

Quando em 24 de Fevereiro de 1916 foram apresados os 8 navios alemães estacionados no Mindelo, foi o pessoal das canhoneiras *Beira* e *Ibo* quem executou esta operação e fez a guarda dos navios, cujas tripulações foram desembarcadas, ficando à guarda do pessoal da *Força Expedicionária* até serem internados na ilha de São Nicolau sob a guarda de uma força de Marinha comandada pelo 1º tenente Garcês de Lencastre, Delegado Marítimo da Praia.

Em 16 de Março de 1916, chegaram a São Vicente mais navios da *Royal Navy*, sob o comando do contra-almirante Gordon Moore – couraçado *Swiftsure*, cruzadores *King Alfred*, *Suttley*, *Lancaster*, *Essex*, *Highflyer*, *Kent*, cruzadores-auxiliares *Carmania*, *Ophir*, *City of London* e *Marmora* e numerosos navios auxiliares.

Deslocada do Funchal perante a ameaça dos submersíveis alemães – agora com maior autonomia – a frota deslocou-se para Sul, acolhendo-se em Cabo Verde para patrulhar as águas do Atlântico, a Sul das Canárias, o Golfo da Guiné e o Atlântico Sul.

Mas a baía do Mindelo era também vulnerável a ataques de submersíveis, face aos seus 5 kms de abertura e os cerca de 100 metros de profundidade que dificultavam a vigilância e permitia a aproximação dos submersíveis em imersão.

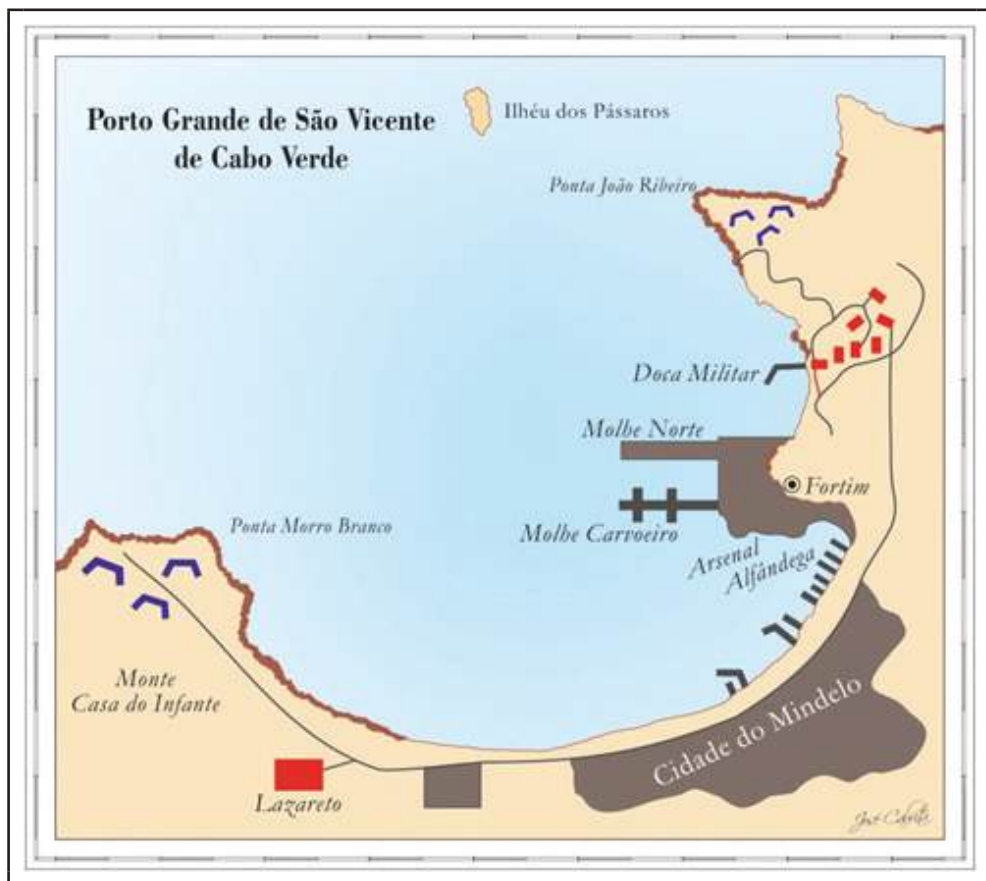


Figura 4. A Baía do Mindelo e o seu porto. *Desenho de José Manuel Cabrita.*

O alargamento para Sul, da ameaça submarina, obrigou os britânicos a retirar para Freetown em Novembro daquele ano. Com a saída da esquadra deixaram também de frequentar aquele porto nacional os transportes de tropas australianas e os navios com cereais vindos da Argentina.

O porto foi sujeito a vários ataques de submersíveis alemães; a 4 de Dezembro de 1916 (um dia depois do ataque ao Funchal), o *U-47* tentou entrar na baía do Mindelo onde se encontrava o paquete *Moçambique* com 500 militares a bordo e numeroso material de guerra; detectado pelos vigias da canhoneira *Ibo*, foi atacado a tiro e obrigado a mergulhar ainda dentro do porto e sair em imersão.

A canhoneira *Beira*, que também se encontrava no Mindelo, largou em auxílio da *Ibo* e, quando o inimigo voltou à superfície, já fora da baía, estava próximo daquela que o atacou com a sua artilharia obrigando-o a mergulhar novamente.

A ameaça submarina na região levou a que a tripulação e os passageiros civis do paquete *Moçâmedes*, que regressava de África em Janeiro de 1917, protagonizassem um episódio de revolta, recusando-se a largar de São Vicente sem que lhes fosse garantida a escolta por um navio militar. Ameaçados com a prisão, os tripulantes decidiram conduzir o navio para Lisboa.

Recordemos que em 13 de Novembro de 1916, o vapor *Machico*, (ex-alemão *Belmar*, de 6.118 TAB) que regressava de Moçambique, foi atacado por um submersível quando navegava a Norte das Canárias. Utilizando toda a potência da máquina o navio conseguiu colocar-se fora do alcance das peças do submersível e abrigar-se entre as ilhas do Arquipélago das Canárias (a Espanha era um país neutro), evitando a sua destruição.

Em 9 de Fevereiro de 1917 houve nova tentativa de ataque ao porto; avistado pelos vigias do ilhéu dos Pássaros, o submersível desapareceria com a saída do porto da canhoneira *Ibo*.

Outro ataque foi efectuado em 2 de Novembro de 1917 pelo cruzador-submarino *U-151*, que torpedeou os vapores *Guahyba* e *Acary* de nacionalidade brasileira; os dois torpedos foram disparados de fora da baía a cerca de 300 a 450 metros dos dois navios que atingidos na linha de água se afundaram. A reacção da *Ibo*, que largou logo em sua perseguição, fez o inimigo abandonar o ataque e mergulhar.

A presença frequente de submersíveis alemães naquela região levou as autoridades militares e navais portuguesas a desconfiar da existência de uma *célula alemã* na ilha que fornecesse informações e outros apoios aos inimigos.

As desconfianças viriam a recair sobre o navio mercante holandês *Kennemerland*, que ali se encontrava desde o início do conflito ao abrigo do estatuto da neutralidade. A sua tripulação tinha comportamentos menos apropriados, nomeadamente quanto ao cumprimento das normas de segurança do porto.

Eram frequentes os sinais de luzes do navio para o mar, o uso indevido da TSF e o incumprimento das determinações sobre a ocultação de luzes no período nocturno, permitindo a sua localização e a da entrada do porto.

No entanto, e apesar dos argumentos apresentados pelos comandos militares – nomeadamente pelo comandante da canhoneira *Ibo*, capitão-tenente Henrique Monteiro Correia da Silva, o Governador, comandante Abel Fontoura da Costa, não apoiava uma acção militar sobre o navio e o internamento da sua tripulação.

Foi depois do ataque e afundamento dos navios brasileiros que o comandante da *Ibo* resolveu intervir, o que lhe valeria uma chamada a *Conselho de Guerra*. O navio seria ocupado por uma força de marinheiros da canhoneira *Ibo* e a sua tripulação desembarcada e internada em terra. Ficou no navio uma pequena guarnição de presa constituída por militares portugueses (Silva, 1931).

Quando a 7 de Novembro o mesmo submersível entrou na baía a coberto da noite e acosou ao *Kennemerland*, foi atacado a tiro pelos militares de bordo e pela *Ibo*, sendo obrigado a largar e a mergulhar.

A 14 do mesmo mês voltou a atacar a baía do Mindelo, após o que abandonou a região; dois dias depois atacou, junto à ilha da Madeira, o navio americano *Margaret L. Roberts*.

Com a chegada da canhoneira *Beira*, em Janeiro de 1918, vieram e foram instaladas barreiras submarinas. O navio trazia uma artilharia reforçada com mais uma peça de 90 mm, cargas de profundidade e caixas de fumo.

Após a chegada da *Bengo* em 5 de Maio de 1918, o serviço de vigilância passou a ter a seguinte constituição:

Canhoneira *Beira* armada com 1 peças de 90 mm, 1 de 65 mm, 2 de 47 mm e duas cargas de profundidade

Canhoneira *Bengo* armada com 1 peças de 90 mm, 4 de 47 mm e duas cargas de profundidade.

Patrulhas *Brigadeiro Barreiros*, *Fendale* e *Mindelo* armados, cada um com uma peça de 47 mm e uma bomba de profundidade.

Barragem anti-submarina – constituída por três panos de redes com um comprimento de 2.340 metros com 52 minas e 3 barcaças, guarnecidos por 1 oficial, 2 sargentos, 6 praças e números auxiliares civis.

Baterias de costa nas pontas Norte (4 peças *Canet* 47 mm) e Sul (2 peças *Armstrong* de 150 mm e 2 peças *Krupps* de 76 mm), da Baía.

Posto de vigilância no ilhéu dos Pássaros guarnecido por um sargento e 9 praças e uma bateria de 1 peças de 90 mm e 2 de 47 mm.

Com estas defesas, o porto voltou a ter movimento – com 80 navios em Setembro de 1918 – e ali se organizaram, até ao final da guerra, dois comboios com 24 e 19 navios sob a escolta de cruzadores-auxiliares britânicos (Inso, 2006).

Em Setembro de 1918 o *Almirantado Britânico* solicitou a colaboração da *Divisão Naval de Operações de Guerra* da Marinha brasileira, então estacionada em Dakar, para a patrulha das águas adjacentes ao arquipélago de Cabo Verde, onde tinham sido avistados vários submersíveis inimigos.

Os navios brasileiros debatiam-se com a epidemia da *Gripe Espanhola* (pneumónica) e apenas os contratorpedeiros *Piauí* e *Santa Catarina* ainda dispunham de guarnições suficientes para navegar; foi determinado pelo Comandante-chefe brasileiro, Almirante Frontin, que aqueles navios largassem para São Vicente a 8 de Setembro.

Mas epidemia alastrou-se a bordo do *Santa Catarina* e apenas o *Piauí* se fez ao mar. Mas a gripe acompanhou-o e quando dois dias depois atingiu o Mindelo e fundeou junto às canhoneiras portuguesas *Beira* e *Bengo*, o número de doentes existentes impossibilitavam o navio de continuar a navegar (Maia, 1961).

Enquanto a guarnição brasileira melhorava, a epidemia atacou as guarnições dos navios portugueses. Seria o navio brasileiro quem, até 19 de Outubro, garantiu a vigilância da entrada do porto do Mindelo, enquanto as guarnições portuguesas recuperavam da epidemia que lhes provocou nove mortos (8 na *Beira* e 1 na *Bengo*)⁵¹.

⁵¹ Faleceram ainda, naquele fatídico mês de Outubro de 1918, mais nove militares do Exército, dos quais, dois oficiais.

5. Conclusões

A participação da Marinha Portuguesa na Grande Guerra enorme relativamente aos seus poucos recursos e os marinheiros portugueses podiam orgulhar-se do trabalho realizado.

Sem o caminho do mar não teria sido possível o abastecimento do *Corpo Expedicionário Português* na Flandres, a acção mais visível da participação portuguesa no conflito, nem a defesa do Ultramar, afinal uma das razões da nossa participação no conflito.

Referências

- Barata, Gen. M. T. e Teixeira, N. S.** (2003–2005). *Nova História Militar de Portugal* (5 vol.). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Correia, L. M.** (1992). *Paquetes Portugueses*. Lisboa: Edições INAPA.
- Costa, A. R.** (2006). *Dicionário de Navios e Relação de Efemérides*. Edições Culturais da Marinha.
- Ferreira, J. J. B.** (2002). *Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português Da Conquista de Ceuta à Conferência de Berlim*. Lisboa: Atena.
- González-Calleja, E. e Alberta, P.** (2014). *Nidos de Espias. España, Francia e la Primera Guerra Mundial 1914–1919*. Alianza Editorial,
- Inso, J.** (2006). *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Júnior, C.** (1944). *Ao Serviço da Pátria. A Marinha Mercante Portuguesa na I Grande Guerra*. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial.
- Keenan, J.** (2004). *Battle at Sea. From Man-of-war to Submarine*. London: Pimlico.
- Loureiro, C. G. A.** (1940). *Estaleiros Navais Portugueses. I – Arsenal da Marinha*. Lisboa.
- Mahan, A. T.** (1987). *The Influence of Sea Power upon History 1660–1805*. Greenwich (USA): Presidio.
- Maia, P.** (1961). *D.N.O.G. Uma Página Esquecida da História da Marinha Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviços de Documentação Geral da Marinha.
- Mendes, J. A. S.** (1989–2005). *Setenta e Cinco Anos no Mar (1910–1985)* (17 Vol.). Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Momentos de História** (s/d). *Grande Guerra*. [Em linha]. Disponível em: http://momentosdehistoria.com/001-grande_guerra (consultado em Novembro de 2016).
- Monteiro, A. S. S.** (1990–97). *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (8 Volumes)*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Navios e Navegadores** (2018). *História trágico-marítima*. [Em linha]. Disponível em: naviosnavegadores.blogspot.com (consultado em Dezembro de 2015)
- Nunes, A. R. P.** (1923). *Portugal na Grande Guerra. A Acção da Marinha*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Oliveira, F.** (1983). *A Arte da Guerra no Mar*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Oliveira, M.** (1936). *Armada Gloriosa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Pacheco, B.** (2014). *A Marinha na I Guerra Mundial*. In: *Anais do Clube Militar Naval*, Jul-Dez.

- Pemsel, H.** (1987). *A History of War at Sea*. Annapolis: Naval Institute Press..
- Pereira, J. A. R.** (1968). Três Meses de Marinha Republicana. *Revista Tridente*. Alfeite: Escola Naval.
- Pereira, J. A. R.** (1992). A Marinha Portuguesa nos Conflitos Europeus dos Séculos XVII a XX. In: *Actas do III Colóquio de História Militar – Portugal e a Europa nos Séculos XVII a XX*. Lisboa.
- Pereira, J. A. R.** (2010). *Marinha Portuguesa – Nove Séculos de História*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Pinto, J. L.L.** (2014). *Participação da Marinha em África na Grande Guerra*, Comunicação à Academia de Marinha, em 14 de Outubro de 2014.
- Salgado, A. A.** (2014). A Secção de Auxiliares da Defesa Marítima. Criação e Acções na 1ª Guerra Mundial, In: *XXIII Colóquio de História Militar*. Comissão Portuguesa de História Militar.
- Salgado, A. A. e Russo, J.** (2015). Submarinos Alemães na Costa Portuguesa. O Caso do U-35, In: *Actas do Colóquio Internacional “A Grande Guerra Um Século Depois”*. Lisboa: Academia Militar.
- Salgueiro, A.** (1941). A Evolução da Marinha de Guerra Portuguesa nos Últimos 50 Anos (1890-1910). *Revista de Marinha*, 132 a 137. Lisboa, Outubro/Novembro.
- Santos, J. F.** (2008). *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Academia de Marinha.
- Selvagem, C.** (1931). *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Sena, C.** (1926). *Marinha de Guerra Portuguesa. Apontamentos para a sua História*. Separata da Revista Militar. Lisboa.
- Silva, F. A. P.** (1909). *O Nosso Plano Naval*. Lisboa: Biblioteca da Liga Naval Portuguesa.
- Silva, F. D.** (2014). A Marinha e a “Paz Armada” – Planos Navais 1897-1916. In: *Anais do Clube Militar Naval*, Jul-Dez.
- Silva, H. C. S.** (Paço de Arcos) (1931). *Memórias da Guerra no Mar*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Silva, J. F.** (2014). *A Marinha de Comércio na Grande Guerra (1914-18)*. Comunicação à Academia de Marinha em 28 de Outubro de 2014.
- Telo, A. J.** (Coord.) (1999). *História da Marinha Portuguesa. Homens Doutrinas e Organização (1824-1974)*. Lisboa: Academia de Marinha.
- Telo, A. J. e Sousa, P. M.** (2016). *O CEP. Os Militares Sacrificados pela Má Política*. Porto: Fronteira do Caos.
- Telo, A. J., Salgado, A. A. e Russo, J.** (2017). *Ações do U-35 no Algarve. 24 de Abril de 1917*. Câmara Municipal de Vila do Bispo e Escola Naval.
- U-boat.net.** (s/d). *U-boat War in World War One*. [Em linha]. Disponível em: www.uboat.net/wwi (consultado em Dezembro de 2015).

Para lá do Rovuma mandam os que lá estão: Ou o desastre militar em Moçambique durante a primeira guerra mundial de 14-18

José Soares Martins

FCHS/Universidade Fernando Pessoa

“À memória do meu avô Manuel Baltazar Soares, sargento miliciano, combatente nesta funesta empresa militar 16/18!”

Nos finais do século XIX, a corrida para África por parte das grandes potências coloniais teve como principal objectivo aumentar o conhecimento dos colonizadores sobre a geografia e etnografia das diversas regiões (e.g. Serpa Pinto, Livingstone, Hermenegildo Capelo). Claro que no fundo, o que estava em causa eram motivações económicas e geoestratégicas. Surgindo mais tarde a África como um palco, para onde se prolongaria a guerra na Europa.

Assim, com base no malfadado tratado de Berlim houve uma tentativa de satisfazer os países em presença na mesa das negociações desde a Espanha, a Portugal, passando pela Itália, França, Bélgica, Alemanha e Grã-Bretanha e Holanda. Portugal, pequeno país europeu, mas com um grande império africano, foi desde logo alvo da cobiça das grandes potências militares, sobretudo a Grã-Bretanha e a Alemanha. Como foi o caso do Mapa Côm de Rosa e do apetite inglês que sonhava com uma ligação costa a costa, entre o Cairo e a Cidade do Cabo. Pretensão que haveria de levar ao famoso ultimato de 1890 e que acabou por sublevar o orgulho dos portugueses e apressar a queda da monarquia. Também a queda de Quionga, lugarejo invadido pelo alemão, foi um exemplo mais de que os nossos interesses em África estavam paulatinamente a ser postos em causa.

Quando a Grande Guerra eclodiu depois dos acontecimentos de Sarajevo. O país viu-se na obrigação de zelar pela defesa das suas possessões africanas. Sobretudo Angola, atacada a sul pelos alemães da Namíbia e Moçambique, ameaçado a norte pelas tropas de Von Lettow a partir do Tanganica. Assim, no início da guerra as defesas de Angola e sobretudo Moçambique, tornaram-se objectivos prioritários, tanto mais que britânicos e belgas correram céleres para o novo palco da guerra.

No entanto, a impreparação militar, logística e sanitária, logo surgiriam como bloqueios mais do que impeditivos da nossa ânsia de glória imperial. Assim o teatro das operações era nefasto para grandes empreendimentos: A estação das chuvas de Outubro a Abril, as altas temperaturas, as variações térmicas diurnas e nocturnas, a humidade, já para não falar das endemias, paludismo, doença do sono, disenteria, febre-amarela, bilioses, perniciosos... aliadas à proverbial falta de cuidado higiénico das tropas, já para não falarmos do obsoleto equipamento, fizeram das campanhas africanas, não a repetição das glórias de Mouzinho Caldas Xavier ou Paiva Couceiro nas gestas contra os vátuas, mas as tragédias de quantos tomaram parte nas quatro expedições que da metrópole foram enviadas, mau grado os de-pauperados cabedais da mãe pátria.

A primeira expedição

No dia 18 de Agosto de 1914, foi decretado, o envio de uma expedição a Moçambique, sendo destacado á frente de 1500 homens, Massano Amorim. Este contingente, tinha como função o reforço das guarnições junto à fronteira norte, mais concretamente, ao longo do Rovuma. Era uma considerável formação militar constituída por: 1 batalhão do regimento de infantaria 1; Bateria do regimento de artilharia de montanha; 4º esquadrão do regimento de cavalaria 10; pessoal de engenharia; pessoal de serviços de saúde; O embarque ocorreu a 11 de Setembro de 1914, tendo chegado a Lourenço Marques a 16 de Outubro de 1914. As tropas foram seguidamente transferidas para Porto Amélia a 1 de Novembro. Esta 1ª expedição foi um verdadeiro fracasso. A começar pelo recrutamento. Impreparados militarmente, sem o mínimo de condições para se deslocar no terreno, desentendimentos inacreditáveis entre as chefias militares, falta de tropas indígenas e carregadores, problemas logísticos básicos. Foi um verdadeiro milagre o facto de sob o comando atribulado de Massano de Amorim se ter conseguido a proeza de reforçar as nossas posições ao longo do Rovuma, de forma a ser possível vigiar as movimentações inimigas. Claro que o objectivo número, um a reconquista de Quionga aos alemães e a consequente progressão no Tanganica, ficaram para as calendas de Março. Ao cansaço das tropas mal preparadas, juntavam-se as doenças endémicas e um clima inclemente que acabariam por se tornar no maior inimigo dos portugueses. Daí que em 15 de Outubro de 1915 a metrópole enviasse uma segunda expedição para ir em socorro de tropas exaustas e incapazes de lutar.

A segunda expedição

O ano de 1914 havia sido um ano pacífico em termos de recontros com o inimigo, o mesmo não aconteceria com a chegada do novo ano e dos novos efectivos. Esta nova expedição era constituída por um batalhão do regimento 21; 1 bateria de metralhadoras do 7º grupo de metralhadoras; 1 bateria do regimento de artilharia de campanha; um esquadrão do regimento de cavalaria, sob o comando de Moura Mendes. Embora com a crónica impreparação das tropas, os caminhos abertos na anterior expedição, para a penetração no terreno, facilitariam a movimentação dos soldados. Em termos estratégicos o terreno de operações foi dividido em dois sectores. Sendo o primeiro sector dividido em dois comandos militares, um com sede em Palma e o segundo em Mocímboa do Rovuma. O segundo sector tinha sede em Macalogue. Assim, a fronteira entre o Niassa e o Indico apresentava uma frente de 900 km, com os postos militares dispostos ao longo do Rovuma com um maior efectivo de tropas em Negomano junto á foz do Rovuma. A recuperação de Quionga, grande objectivo desta campanha, foi um relativo passeio para as nossas tropas, que não encontraram resistência do lado inimigo. No entanto, esta acção foi saudada no Terreiro do Paço com os maiores encómios pelos políticos de então! Bravura sem par dos portugueses, superioridade civilizacional etc. Mas as nossas tropas já se debatiam com as mesmas dificuldades de sempre. Doenças, impreparação militar, desorganização ao nível dos comandos. È neste contexto que se prepara uma outra operação de vulto, a primeira travessia do Rovuma. O cruzador Adamastor só chegou á foz do rio a 19 de Maio, bem como a canhoneira Chaimite. Houve uma tentativa mal sucedida de desembarque da marinha a 23 mas foi recebida por

uma salva de metralhadoras que provocaram nas nossas tropas 3 mortos e 6 feridos. Numa nova tentativa, tentou-se dias depois a travessia de dois vaus, o de Namaca e o Namiranga. A primeira coluna ainda chegou a 150 metros da margem alemã, mas foi violentamente alvejada por fogo intenso das tropas alemãs, o mesmo acontecendo com a segunda coluna. Foi um verdadeiro desastre com 3 oficiais e trinta praças mortos, quatro oficiais e vinte praças feridos. Este insucesso marcou de forma definitiva esta segunda expedição tendo se começado a pensar numa 3ª expedição.

3ª Expedição

Sob o comando de Ferreira Gil, enviou-se aquela que seria a maior de todas as expedições a Moçambique, cerca de 4000 homens. Estas tropas não puderam ter os reforços dos efectivos das anteriores expedições, pois a sua grande maioria, estava inoperante, jazendo em hospitais de campanha á espera de seguir ou para Lourenço Marques ou para a metrópole. Nada mais sendo do que um bando de soldados maltrapilhos, famintos e doentes que se arrastavam penosamente como fantasmas pelo norte de Moçambique, mais propriamente por Palma. Assim, foi sob estes auspícios que a 3ª expedição chegou a Palma para iniciar uma ofensiva contra os alemães, sob a forte desconfiança do comando inglês que não sabia se deveria saudar esta missão portuguesa ou esperar uma nova dor de cabeça no conjunto da guerra africana tal a ineficácia das nossas tropas. A ofensiva portuguesa tinha como principal objectivo a travessia de um Rovuma, infestado de crocodilos e vigiado de perto pelos alemães. Entre 17 e 19 de Setembro de 1916, iniciou-se junto á foz a travessia dos vaus de Namoto e Nacua, sem incidentes de maior, uma vez que as forças alemãs haviam retirado estrategicamente das margens. Assim, sem um tiro as nossas tropas encontraram-se na outra margem perante o gáudio do Terreiro do Paço, que classificaram esta travessia como um feito digno dos grandes acontecimentos da nossa história pátria! A honra de Portugal estava garantida depois de Quionga! Muito embora os britânicos assim não pensassem. Procurou-se chegar a Nevala, ponto estratégico alemão com um poder simbólico e militar para Portugal. A 26 de Outubro entrou-se em Nevala sem um tiro, devido a mais um recuo estratégico de Letow. Este feito foi de novo celebrado no Terreiro do Paço como sempre. Mas Nevala acabaria por cair de novo em mãos alemãs depois de uma contra ofensiva a que não resistiram as nossas forças, que a coberto da noite e em condições dignas de um filme de guerra se dispersaram pela selva até atingirem de novo as posições portuguesas junto ao Rovuma. Acabava assim a gloriosa investida da 3ª expedição da qual havia tomado parte activa o meu avô.

4ª expedição

A 12 de Setembro chegou a quarta e última expedição. Tinha como objectivo, sob o comando de Sousa Rosa, substituir as baixas e reforçar assim 3ª expedição. Ligado a esta malfadada aventura está o destino trágico do Regimento 31 do Porto. Sem treino militar, mas sobretudo sem vacinação, sem obrigatoriedade de tomar o quinino todas as manhãs, e muitas vezes sem a dose de quinino por falta dele, estas tropas morreram aos montes praticamente

depois da chegada a Mocimboa da Praia (um erro estratégico gigantesco) com o seu clima hostil, os seus pântanos infectos e a malária grassante, cerca de 500 homens tombaram para sempre sem sequer terem entrado em combate, vítimas não só de paludismo, mas de disenteria, diarreia, perniciosos, bilioses, anemia palustre..., os sobreviventes envolveram-se nas operações que se viriam a revelar desastrosas para a nossa presença. A começar por Negomano. Numa contra-ofensiva relâmpago em tática de guerrilhas que fustigavam os nossos postos fronteiriços e também as posições britânicas, chegaram a Negomano sob o comando de Van Lettow que conquistou este posto chave abandonado depois de alguma resistência pelas tropas nacionais. Dando-se de seguida o combate da Serra Macula com igual desfecho para os germânicos. Estes continuaram a avançar para sul dando-se o recontro de Nhamacura que caiu igualmente na mão do inimigo. Este pouco tempo depois retirou estrategicamente para a Rodésia. Depois deu-se o armistício sem que Lettow, o verdadeiro herói destas campanhas, tivesse sofrido com os seus soldados e os askaris do Tanganica alguma derrota.

Conclusão

Muito resumidamente, a nossa presença em África foi um desastre para a República, mau grado a histeria patriótica que grassava no Terreiro do Paço e motivo de um profundo silêncio depois do 28 de Maio de má memória. De facto, estas campanhas, foram desde sempre uma pedra no sapato do Estado Novo e as suas grandiosas narrativas sem sentido, quer sobre África quer sobre a Flandres, onde se procurava dourar a pílula nacional. No dizer de Sousa Rosa, o nosso exército tinha telegrafistas analfabetos, praças de engenharia que só sabiam canto coral, soldados de artilharia que nunca fizeram fogo e de infantaria que não sabiam usar de espingardas, isto para não se falar nas tropas indígenas... mas que dizer de Sousa Rosa e da sua liderança? A isto some-se a indisciplina, a desmotivação geral, os péssimos equipamentos perfeitamente inadequados para os trópicos, falta de higiene, o desleixo e as doenças. Corria o boato que o quinino tirava a potencia sexual e a grande maioria recusava a dose diária. Junte-se isto ao péssimo planeamento da guerra, com os soldados a fazerem caminhadas inúteis de centenas senão milhares de quilómetros contra um inimigo invisível que atacava só de surpresa numa tática de guerrilha desconhecida dos oficiais portugueses... Assim podemos dizer que dos 7 000 soldados tombados na 1ª guerra, tendo em conta as duas frentes, europeia e colonial, se na frente europeia tombaram em combate, cerca de 1800 soldados, os restantes 5000 morreram na selva africana, de combate, doenças ou desaparecidos para sempre e sem rasto na selva inóspita dos trópicos. Isto para não falar dos infelizes carregadores que marchavam esqueléticos até caírem mortos por exaustão nas bermas dos caminhos. Sem um queixume. Aos milhares. De facto, esta guerra foi uma guerra que no dizer de Manuel Carvalho, Portugal quis esquecer. O norte de Moçambique está pejado de sepulturas e valas comuns onde jazem milhares desses infelizes para sempre esquecidos. Em conversas com o meu avô que esteve em Moçambique entre 16-18, pude constatar, que ele dos tempos de Africa referia pouca coisa e a muito custo: A segunda travessia do Rovuma; Nevala; as longas caminhadas pela selva inóspitas; as condições horríveis de Mocimboa da Praia; os hospitais de campanha; as péssimas condições em palhotas miseráveis e algumas operações em Nampula e perto de Quelimane; mas so-

bretudo as doenças que aos poucos matavam os soldados portugueses, sobretudo a malária e as disenterias. Como única recordação de combate, um tiro de raspão numa perna. Ele que foi da sua companhia inicial um dos poucos que viveram para contar os seus feitos e que presenciou aterrado ao triste destino dos soldados do 31 e de quantos tomaram parte, brancos e negros neste pesadelo que ainda o assaltava muitas vezes já na sua velhice. Onde a beleza da selva ou os crocodilos do Rovuma, os leões e os leopardos na noite, os monhés e as negras bonitas de Mocimboa, eram exotismos que não apagavam nem de longe, nem de perto, o assombro terrível de tudo o que havia vivido bem digno do romance de Joseph Conrad, *Coração nas Trevas*.

Referências

- Carvalho, M.** (2015). *A Guerra que Portugal quis Esquecer*. Porto: Porto Editora.
- Marques, R.** (2012). *Os Fantasmas do Rovuma*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Mirão, C.** (2001). *Kinani: Crónica de Guerra – Moçambique (17/18)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pélissier, R.** (2000). *As Campanhas Coloniais de Portugal (1844.1941)* Vol II. Editorial Estampa.
- Selvagem, C.** (1925). *Tropa de Àfrica: Jornal de Campanha de um Voluntário do Niassa*. Lisboa: Bertrand.
- Teixeira, N, S.** (dir) (2004). *Nova História Militar Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

IV. A historiografia da guerra

As imagens da 1ª Guerra Mundial, na História e na Historiografia, em Portugal

António Paulo Duarte

Instituto da Defesa Nacional

Instituto de História Contemporânea (FCSH/UNL)

Resumo: Esta apresentação trata das imagens que em redor da participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial foram elaboradas. E de como elas são configuradas pela nossa maneira de olhar para a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial. Não obstante, não estamos aqui estritamente a falar da historiografia e da sua construção da história, mas daquilo que a memória coletiva retém e da imagem com que se apropria de uma dada realidade histórica, da representação que faz de um dado acontecimento histórico. Trataremos subsequentemente de três momentos temporais: o primeiro, nasce da forma como é feita a leitura da nossa intervenção na 1ª Guerra Mundial por parte dos próprios protagonistas deste processo histórico; o segundo, na fase de rescaldo e em consequência dos resultados que a ação gerada pelos intervencionistas produziu de facto e a forma como a sociedade a procura então ler e dela se apropriar como memória coletiva; um terceiro momento, na atualidade e na reconstrução contemporânea da participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial e na revisão e refundação da sua memória coletiva.

Palavras-chave: Participação portuguesa, construção historiográfica, memória colectiva, reconstrução contemporânea; Primeira Guerra Mundial.

Abstract: This presentation deals with the images that around the Portuguese participation in World War I were elaborated. And how they are shaped by our way of looking at Portugal's participation in World War I. Nevertheless, we are not strictly speaking here about historiography and its construction of history, but about what collective memory retains and the image with which it appropriates a given historical reality, the representation it makes of a given historical event.

We will deal subsequently with three temporal moments: the first is born of the way in which our own intervention in the First World War is read by the protagonists of this historical process; the second, in the aftermath and in consequence of the results that the action generated by the interventionists produced in fact and the way in which the society then seeks to read and appropriates it as a collective memory; a third moment, nowadays and in the contemporary reconstruction of Portugal's participation in World War I and in the revision and refoundation of its collective memory.

Keywords: Portuguese participation, historiographic construction, collective memory, contemporary reconstruction World War I

Introdução

Alguns dos estrategistas mais reputados da cultura ocidental falam da guerra através da ideia de dialética, de modo a realçar a sua lógica dinâmica, em que o movimento é determinante. Esta leitura da guerra pode-se observar em Clausewitz com as três dinâmicas da interação que conduzem à ascensão aos extremos (Clausewitz, 1989, pp. 76-77) ou em Raymond Aron, a partir de Clausewitz, com um capítulo inteiro dedicado à dialética da confrontação (Aron, 1976, 151-287). É natural que a guerra seja um excelente motivo para as artes pictóricas ou gráficas, como a pintura, o desenho, mas também para a fotografia. Movimento e espetacularidade combinam bem com arte, principalmente com as artes plásticas. Ora, quando pensamos na(s) ideia(s) de imagem(s) vemos uma representação gráfica ou plástica da realidade. Ao referirmo-nos a uma imagem, logo visualizamos um desenho ou uma fotográfica, um quadro ou uma escultura. Com efeito, segundo um dicionário de filosofia, uma imagem é ou deve ser uma “representação mais ou menos exata de uma realidade qualquer” (Clément, Demonque, Hansen-Love e Kahn, 1994, p. 192).

Não é todavia a imagem que vemos, mas a representação que o cérebro dela constrói. Susan Sontag observa, a propósito da fotografia, mas com mais propriedade, serve para as artes pictóricas e plásticas, “é sempre a imagem que algum escolheu; fotografar é enquadrar e enquadrar é excluir” (Sontag, 2015, p. 50). As Imagens são, efetivamente, elaborações sobre a realidade que as sociedades constroem. Como diz Fernando Pessoa no Livro do Desassossego, é o cérebro que narra o que vemos: “o romancista é todos nós, e narramos quando vemos, porque ver é complexo como tudo” (Pessoa, 2006, p. 56).

É preciso, assim, observar que imagem e imaginação correlacionam-se e que a imagem não é um espelho do real, mas uma burilação da realidade. De facto, imaginação e imagem têm a mesma origem etimológica, vindo do latim “imago”, que significa “imitação” ou “representação” ou “retrato” (Clément, Demonque, Hansen-Love e Kahn, 1994, p. 192). A imagem não é por isso mera representação, mas uma imaginação sobre o que é o real observado e como deve ser representado. Assim, dentro deste sentido, a linguagem poética, (tal como toda a linguagem), é tão produtora de imagens, como aquelas a que habitualmente reportamos às artes pictóricas ou gráficas ou plásticas. “As imagens poéticas são figurações num sentido privilegiado, como formas introduzidas. São «imaginações» (o resultado de pôr alguma coisa em imagens), incrustações (...)” (Han, 2018, p. 75).

Esta apresentação trata das imagens que em redor da participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial foram elaboradas. E de como elas são configuradas pela nossa maneira de olhar para a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial. Mais do que ler a imagem despida de todo o conteúdo narrativo e de todo o contexto da conjuntura em que é elaborada, parte-se da narração que sobre a nossa participação na 1ª Guerra Mundial é feita, em cada época, para nos aproximar-nos das imagens que sobre ela foram construídas. A elaboração da narração sustenta de algum modo a burilação da imagem que sobre esse acontecimento é feita. A imagem aqui deve ser entendida, não no sentido literal, de algo expresso de forma pictórica, mas sim, no significado final que se extrai da representação sobre essa realidade, no seu sentido último ou na sua significação mais geral.

Não se trata aqui, não obstante, de estudar a história da história da nossa participação na 1ª Guerra Mundial, mas de procurar e tentar ver como em cada época a sociedade portuguesa, genericamente, observou ou quis observar essa intervenção e sobre ela construiu

uma narrativa, ou seja, na verdade, uma imagem, que a descrevia em termos curtos e significativos. Em suma, como a sociedade exprimia de forma precisa e incisiva a participação de Portugal na Grande Guerra, tal qual o que se pretende com a elaboração de uma imagem plástica ou pictórica. Inegavelmente, os historiadores podem ter, de um modo ou outro, favorecido mais ou menos uma dada interpretação, a que a sociedade se apegou para explicar, compreender e incorporar na sua memória coletiva a experiência de Portugal na “catástrofe seminal” que inaugurou o século XX.

Não obstante, não estamos aqui estritamente a falar da historiografia e da sua construção da história, mas daquilo que a memória coletiva retém e da imagem com que se apropria de uma dada realidade histórica, da representação que faz de um dado acontecimento histórico. Trataremos subsequentemente de três períodos, o primeiro, no momento em que acontecimento em causa se desenlça e se começa a construir, ou seja, da leitura da nossa intervenção na 1ª Guerra Mundial por parte dos próprios protagonistas deste processo histórico; o segundo, na fase de rescaldo e em consequência dos resultados que a ação gerada pelos intervencionistas produziu de facto e a forma como a sociedade a procura então ler e dela se apropriar como memória coletiva; um terceiro momento, na atualidade e na reconstrução contemporânea da participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial e na revisão e refundação da sua memória coletiva.

Este texto não pretende ser mais do que uma aproximação a uma leitura sobre a imagem que ao longo do tempo se foi edificando na memória coletiva sobre a intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial. Trata-se de procurar identificar alguns traços, necessariamente ainda incipientes, para mais num curto texto, que abram caminho para uma reflexão mais profunda sobre a memória nacional e mais particularmente sobre a memória da intervenção de Portugal na Grande Guerra.

1. A imagem da “Grande Guerra” durante a 1ª Guerra Mundial em Portugal

A imagem coeva da intervenção portuguesa na 1ª Guerra Mundial é bifocal, tal qual a situação concreta em que o país vivia. De um lado, “guerristas”, de outro lado “antiguerristas”. Para os republicanos radicais, propulsionadores da intervenção portuguesa na 1ª Guerra Mundial, a participação na conflagração, por paradoxal que nos possa parecer, emergia como uma afirmação de modernidade e de pertença. Portugal ao lado da “Entente” era um espelho de modernidade e de pertença à Europa moderna. Para os que se opunham aos radicais republicanos e ao seu belicismo, o intervencionismo espelhava a vontade de uma minoria em servir os seus próprios interesses contra o sentimento geral da nação.

Ao reler várias décadas depois a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial, Norton de Matos, um dos mais importantes propulsionadores da nossa intervenção nessa conflagração, começa por realçar o que se pensava do que Portugal poderia dar às nações beligerantes com que o país acabaria por se aliar após a declaração alemã de guerra a si:

“Nos centros militares ingleses (...), não se julgou que a organização de uma divisão composta de cerca de 20.000 homens, importasse real sacrifício para uma nação de 6 milhões de habitantes, cujo orçamento de guerra é muito superior ao da maior parte dos estados balcânicos, os quais, com populações muito inferiores à nossa, facilmente põem em pé de

guerra muitas centenas de milhares de homens.” (Teixeira Gomes a Freire de Andrade, carta de 30 de novembro de 1914, citada em Matos, 2004, 3º, V, p. 51).

Esta parcela de uma carta exposta por Norton de Matos nas suas Memórias e Trabalhos da Minha Vida, as memórias que nos legou no fim da vida, contém implicitamente muito do que foi a ideologia dos intervencionistas entre 1914 e 1918. Aqui presente está, para além da questão epidérmica do número de efetivos que Portugal poderia ou não fornecer, como combatentes, aos aliados, duas questões implícitas: a da capacidade ou não de Portugal ser uma nação moderna, capaz de intervir conseqüentemente na guerra que atravessava o continente, e seguidamente, de ser efetivamente parte da Europa, porquanto intervir na contenda, de forma substantiva, era na realidade, ser parte integrante da modernidade europeia, que se espelhava no poderio da violência destrutiva da conflagração.

Por isso, para Norton de Matos, modernidade e transformação de Portugal, e a relação de Portugal com a Europa, passavam pela capacidade do país ser capaz, estando a altura do desafio, como acontecera no período áureo dos Descobrimentos, de intervir substantivamente na guerra e no principal teatro de guerra, a Flandres em França. Para a peleja não faltariam homens, diria Norton de Matos, considerando-se o homem como uma invariante universal:

“Foi em agosto de 1915 que principiei a tratar de material, fardamentos e equipamentos para a o nosso exército. Homens não me faltavam, sabia-o bem. (...). Na guerra o essencial é o combatente e desse dispomos felizmente.”

Todavia, o “milagre”, para Norton de Matos, não era mobilizar homens, mas apresentar um exército moderno que pudesse travar uma guerra na Flandres contra os alemães, um símbolo da modernidade por excelência. Tancos foi uma demonstração dessa modernidade:

“Chamaram-lhe Milagre de Tancos. (...). Nunca se viu em Portugal tão grande número de forças militares reunidas; como apareceram, perguntava-se, todas aquelas viaturas hipomóveis e, como espanto geral, os automóveis, às centenas (...).” (Matos: 2004, 3ª, V, pp. 163 e 237).

Como referem António Telo e Marquês de Sousa (Telo e Sousa, 2016, pp. 171 e 173), para os guerristas, as manobras de Tancos serviram para apresentar ao país a modernidade que a guerra aportava ou deveria aportar. Era pura propaganda, mas espelhava o seu desejo e anseio ao mesmo tempo. A intervenção portuguesa na Grande Guerra era a ponta de lança da modernização nacional e da sua inserção na Europa, pensavam os republicanos radicais, guerristas, e como tal, as manobras de Tancos foram uma enorme manobra de propaganda em que a imagem dessa modernidade foi explorada. Leia-se como é promovida pela Ilustração Portuguesa, à época, o “Milagre de Tancos”:

“A jornada de Tancos foi quasi uma epopeia e uma vitoria para a Republica, Durante mezes 20:000 homens, beirões, alemtejanos, durienses, transmontanos e ciladiao ergueram alto, muito alto, o nome e o prestigio do nosso amado Portugal. Simples cavadores, gente rude, pobres aldeãos, trocando as alfaias agrícolas, a picareta e o alvião, puzeram aos hombros uma espingarda e marcharam, cõscios dos seus deveres, galhardamente, bizarramente, ensinando ao mundo inteiro que n’este velho e ignorado canto da Europa ha corações que aneiam pela liberdade dos povos, ha homens valorosos capazes de defenderem, palmo a palmo, o terreno conquistado aos que lutam pelos maiores ideaes de paz e de libertação dos povos. Sim! Os mobilisados de Tancos, já agora o ponto inicial do ressurgimento da nossa raça, além de uma preparação metódica, regular, cheia de patriotismo,

ficaram sendo cidadãos robustos, homens fortes, um punhado de hercules, lembrando os audazes conquistadores dos tempos idos, os nossos antepassados, essa falange aguerrida que deslumbrou o mundo com os seus feitos e os seus rasgos de valor. De um pinhal inculto, onde o mato crescia e as urzes medravam, como n'um quadro de mutação, em magia de grande espectáculo, braços vigorosos, impulsionados por inteligências lucidas, ergueram em poucos dias essa pequena cidade de madeira e lãna, na qual se vivia em plena liberdade, na qual se respirava a plenos pulmões.” (Martins, 1916, p. 106).

Neste longo texto se configura muitos dos *topos* sobre o que deveria ser e que efeitos deveria ter a participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial: a transformação da nação de incultos cavadores em novéis cidadãos, num contexto de uma educação moderna, “metódica, regular, patriótica, lúcida”, que evidenciasse quanto Portugal era parte e pertencia a essa Europa moderna, tal qual ela existia no norte do continente, para onde partiriam esses soldados para combater e elevar o nome do país, como o tinham feito os portugueses no século XV e XVI. Tancos era a nação moderna, à altura do grande desafio dessa modernidade, o da guerra, o da maior guerra de todos os tempos (até então obviamente), como os intervencionistas sabiam e nela queriam participar.

Em nome da pertença à modernidade e ao progresso, em nome da civilidade, Portugal assumia-se assim como beligerante. Este *topos* aparece igualmente num panfleto publicado pela Junta Nacional de Propaganda Patriótica em 1916:

“Tínhamos de cumprir um dever: cumprimo-lo. Tínhamos de zelar pelos mais altos interesses nacionais. Por eles lutamos. Mas os povos não tem só deveres a cumprir e interesses a salvaguardar. Os povos também nutrem aspirações magnânimas, também possuem um ideal, também defendem uma civilização. (...). Não estamos desagregados do grande organismo da humanidade que luta por uma liberdade cada vez mais ampla, por um direito cada vez mais equitativo (...).” (JNPP, 1916, p. 7).

Ou como diz Teixeira de Pascoaes, em 1916, precisamente sobre a guerra ou em defesa da guerra, “poderíamos evitar a guerra (...) se abdicássemos da nossa personalidade europeia”. (Pascoaes, 1916, p. 109).

A imagem que assim se queria fazer passar é de um país que com a intervenção na guerra se modernizaria e se europeizaria. Este facto, paradoxalmente, seria feito através da intervenção numa imensa contenda, o que contraditoriamente, na realidade, espelhava para os coevos a modernidade e a contemporaneidade. Os intervencionistas queriam fazer passar a mensagem de que a intervenção era um salto para a pertença a Europa civilizada e para a modernidade; era um processo de modernização radical da própria sociedade portuguesa, que se revelaria cidadã patriótica e republicana.

Pelo contrário, os seus oponentes observam a política intervencionista como se fosse de uma empresa ao serviço de interesses pessoais ou de partido. A guerra é expressão de uma façção que a impõe ao país e como se um negócio se tratasse, servindo os seus interesses e das potências estrangeiras que esses próprios interesses servem, e que vão assim contra a vontade e os verdadeiros anseios da nação. Palavras como “vendilhões” e “matadouro” são comumente usadas nesta propaganda (Santos, 2013, pp. 38-40). Aqui, muitas das vezes, os republicanos acabam por ser vistos como “traidores” à nação (Santos, 2013: p. 39).

2. A imagem da “Grande Guerra” durante “Nova República Velha” e o Estado Novo

Todavia, se durante a 1ª Guerra Mundial, o país se vê confrontando com duas imagens sobre a sua intervenção, após a conflagração, de algum modo é necessário reconstruir uma imagem consensual sobre esta. E aqui são as circunstâncias de ter-se de facto participado na 1ª Guerra Mundial e de ter-se enviado forças expedicionárias para África e principalmente, para a Europa, o que acabara por pesar na elaboração da narrativa sobre a guerra posterior ao fim da contenda. O acontecido impõe-se como realidade insofismável. Com o fim da 1ª Guerra Mundial, a imagem da intervenção nacional ganha contornos distintos, que resultam em boa medida da edificação de uma memória da participação portuguesa na contenda que fosse o mais consensual possível para a sociedade e que, de algum modo, ocultasse a profunda dilaceração que o intervencionismo e o anti intervencionismo engendraram durante a guerra. Aproveitando um discurso, ainda elaborado durante a Grande Guerra, em torno da heroicidade sofrida do soldado português face a adversidade, elabora-se uma narrativa heroica em torno da nossa participação na 1ª Guerra Mundial, que tem como corolário a derrota na denominada batalha de La Lys, em que as forças portuguesas só são batidas graças a dimensão (real, é certo) do ataque alemão.⁵² Esta visão da participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial perpassa por exemplo as páginas das memórias de Jaime Cortesão:

“Coletivamente na guerra, na nossa guerra, salvou-se o soldado. Ele foi, sempre que o não enganaram, paciente, sofredor, heroico. Teve na maior parte das vezes a compreensão das coisas mais elevadas. (...). Esse soldado é ainda o mesmo de Aljubarrota e do mar.” (Cortesão, 2016, pp. 161-2).

Esta imagem da nossa participação na 1ª Guerra Mundial passa de forma muito clara para os compêndios escolares durante o Estado Novo. Note-se, adicionalmente, que são livros únicos que refletem uma ótica ideológica conforme ao regime, como salientaremos mais à frente.

“O mês de março [de 1918] foi o mais ativo e de maior atividade dos nossos soldados, que se bateram heroicamente durante dias consecutivos. (...). Foi nestas circunstâncias que, às 4 horas da madrugada desse dia [9 de abril] os alemães desencadearam a ofensiva da Flandres (...). Batemo-nos com a maior bravura, mas perdemos toda a artilharia, tivemos numerosos mortos e foram feitos prisioneiros 300 oficiais e 7.000 soldados. (...). Em setembro de 1918 os batalhões retomaram a marcha da ofensiva e a data do armistício colaboravam eficazmente com as brigadas inglesas no norte de França e na Bélgica.” [Matoso, (s/d), p. 361]. Assim é descrito pelas mãos de um dos autores mais profícuos de manuais de história do Estado Novo, António G. Matoso, a participação de Portugal na Flandres, na 1ª Guerra Mundial assim como o seu corolário.

Tal qual o texto memorial e quase historiográfico de Jaime Cortesão, o tema da bravura e da combatividade face a imensas forças adversas é o tópico decisivo do texto de António G. Matoso. Neste particular o que se glosa não é tanto a elite que dirige a força bélica como a

⁵² Escusa-se o texto de dissertar sobre a denominada batalha de La Lys, visto não ser esse o foco o mesmo. O estudo mais completo e inovador sobre a mesma é de Telo e Sousa (2016) para o qual remetemos o leitor.

povo humilde que espelhava, para lá das debilidades inerentes à sua pobreza e a incultura nacional, as qualidades intrínsecas da raça. A bravura era um atributo do povo, do país e da nação, algo que podia ser inscrito na memória coletiva e que caracterizava no essencial a intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial. Realçemos adicionalmente que neste texto, como noutros tantos, assim parece, nunca se observa a imensíssima discrepância entre o contributo português e britânico para a conflagração, como se ambos os países tivessem feito um esforço de guerra com alguma similitude.

A ideia da heroicidade, da bravura, da intrepidez nacional aparece em outros manuais do Estado Novo sobre a participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial, sendo até a única qualidade ou adjetivação que é empregue em textos em geral muito secos e estritamente descritivos sobre a intervenção portuguesa na conflagração:

“Em 1914 desencadeou-se na Europa um conflito armado que ficou conhecido pela Grande Guerra, na qual se envolveram a Alemanha e a Turquia, a Bulgária e a Áustria-Hungria, contra a França, a Rússia, a Sérvia, a Inglaterra, a Itália e outras nações aliadas, Portugal, a princípio, manteve-se neutral: mas em Fevereiro de 1916, devido à secular aliança que mantém com a Inglaterra, viu-se forçado a entrar no conflito, que só terminou em Novembro de 1918 pela derrota da Alemanha, que então pediu a paz, confirmada pelo Tratado de Versalhes (1919). O exército português, quer em França, onde suportou batalhas formidáveis como a de La Lis – 9 de abril de 1918 – quer em Angola e Moçambique, deu sempre as mais brilhantes provas de heroísmo e de valentia”. [Barros, (s/d), pp. 169-70].

Neste texto, edificado para a 4ª classe e para a admissão aos liceus, o autor constrói sobre a nossa participação na 1ª Guerra Mundial um texto quase que estritamente informativo, de datas e intervenientes e acontecimentos, a que só escapa a frase final, que qualifica e opina exatamente a forma como os portugueses se comportaram na contenda: heroicos e intrépidos.

Os manuais do ensino da história e da filosofia do Estado Novo tinham por fito formar consciências nacionalistas e católicas e promover a unidade moral da nação, configurando uma visão única do passado (Carvalho, 2005, pp. 74-78). Neste sentido, a imagem que estes compêndios de história espelham é consonante com a base ideológica do regime do Estado Novo. É, no entanto, interessante observar que o quadro geral em que a intervenção portuguesa é descrita nestes compêndios tem um cariz nacional, ocultando a profunda divisão político-ideológica que à altura da intervenção da conflagração dilacerava a sociedade portuguesa, carácter nacional que se reflete depois na intrepidez com que os soldados portugueses se batem. Parece óbvio que o discurso narrativo do Estado Novo sobre a intervenção portuguesa na 1ª Guerra Mundial procurar ter um carácter consensual e nacional, o que encaixaria com a visão ideológica de os manuais proverem à unidade moral da nação. Ora, este racional coadunava-se igualmente com a leitura que a própria “Nova República Velha” quisera formular sobre a participação portuguesa na Grande Guerra. E nesse sentido, engendrou-se um discurso narrativo, de cariz nacional, comum a todas as partes e consensual sobre a intervenção portuguesa na 1ª Guerra Mundial, muito ligado à heroicidade e à combatividade do soldado (= povo) português.

3. A imagem da “Grande Guerra” na contemporaneidade

Coube a Nuno Severiano Teixeira abrir as portas para um repensar contemporâneo sobre as causas da intervenção portuguesa na Grande Guerra, abandonando uma leitura estritamente externa dos seus motivos, e em consequência, observada segundo critérios nacionais, recolocando o olhar, a imagem da participação na contenda a partir de lentes internas. Partindo de novas conceções historiográficas e de aproximações teóricas das Relações Internacionais, Nuno Severiano Teixeira valorizou as dinâmicas e os comportamentos políticos internos na elaboração da política externa de cada Estado, concluindo que o motivo decisivo da participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial resultara da vontade da corrente republicana hegemónica, alicerçada no Partido Republicano Português, ou como era então denominado, “partido democrático”, de instrumentalizar a guerra em vista à consolidação da República, e do próprio poder democrático, quer internamente (através da “União Sagrada”, seguindo o modelo francês), quer externamente (edificando uma parceria estratégica com as demais potências aliadas, equiparando Portugal a estas e assegurando o prestígio internacional do país no seio da “Entente”) (Teixeira, 1996). Como disse Pedro Aires Oliveira, com a tese de Nuno Severiano Teixeira, torna-se dominante na leitura da historiografia, “o primado da política interna” como motivo e fonte da participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial. (Oliveira, 2011, pp. 185 e 190-193).

Não obstante, o próprio Nuno Severiano Teixeira logo observou que a política intervencionista não era consensual na sociedade portuguesa (Teixeira, 1996) e fomentou fortíssimas resistências internas de variado tipo ao longo da conflagração. António Telo diz que com a Grande Guerra, a disputa política pré-existente seria enquadrada na oposição entre “guerristas” e “antiguerristas”, sendo esta cisão o eixo em redor do qual todo o combate político e ideológico se desenvolveria (Telo, 2014: 10-14).

A leitura de Portugal na 1ª Guerra Mundial passa então a ser lida e observada à luz de um conceito mais abrangente, cunhado por Fernando Rosas, as “guerras civis intermitentes” (Rosas, 2007), que espelha a profunda divisão e luta política e social por que passava o país nos anos finais do regime monárquico constitucional e pela 1ª República, e que muitos historiadores e cientistas sociais enquadram na crise provocada pelas transformações radicais geradas pelos paradigmas tecno-industriais em sociedades ainda fortemente marcadas pelas estruturas socioeconómicas e políticas do antigo regime. Podemos e devemos dizer que Portugal vivia durante a 1ª República um estado de “guerra civil larvar” pontuado por “guerras civis intermitentes” e que atingiriam um paroxismo muito elevado durante o período da 1ª Guerra Mundial. Com efeito, das cinco grandes batalhas que acontecem em Lisboa durante os 15,5 anos de 1ª República (3-5 de outubro de 1910; 14-15 de maio de 1915; 5-8 de dezembro de 1917; a “Monarquia do Norte” em janeiro e fevereiro de 1919; o 18 de abril de 1925), três aconteceram durante a conflagração mundial ou no seu rescaldo (Duarte, 2015: 94-95).

A intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial: A “guerra civil Larvar” e a sua consequência nas “guerras civis intermitentes” acabam por ser um espelho daquilo que pode ser olhado como uma antinomia, uma oposição entre o Estado e a Nação. Esta antinomia, se assim ela pode ser definida, é expressa e comentada por Nuno Severiano Teixeira, a partir de um texto de Aquilino Ribeiro, referente ao início da guerra, e que resulta de um encontro deste com um dos mais fervorosos “guerristas”, o embaixador (Ministro Plenipo-

tenciário) de Portugal em França, João Chagas, na sede da embaixada em Paris, texto esse que serve para o historiador interperlar os motivos que levariam o país a beligerância e à expedição para a Flandres do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.):

“Aquilino atravessou Paris, que partia para a guerra e dirigiu-se a Avenue Kléber, à Legação de Portugal. Na chancelaria discutiam-se os dez mil homens, que segundo os jornais, Portugal ia mobilizar contra os Impérios Centrais. (...). «Como a sugestão é disparatada, rematadamente disparatada, pode ser que vingue», retorquia Aquilino. (...). Aquilino regressa a casa e cruzando Paris, em sentido inverso e pensa para si próprio: «Em nome de e que justa, necessária causa, se podem despachar para o matadouro os meus pobres, ignorantes e pacíficos labregos?» (...). (...) [Era] a questão da atitude de Portugal perante a guerra: o consenso nacional nunca conseguido.” (Teixeira, 1996: pp. 188-9).

A questão posta era e é precisamente aquela que Aquilino Ribeiro punha em cima da mesa. Qual era a relação real do país com a Grande Guerra e com a participação política e militar de Portugal na contenda?

Não será por acaso que os estudos historiográficos recolocaram o seu olhar sobre a vida e o dia-a-dia e o quotidiano dos soldados Portugueses da Grande Guerra nos anos imediatamente posteriores à obra de Nuno Severiano Teixeira. A obra de Isabel Pestana Marques, *Das Trincheiras com Saudade, a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial* (Marques, 2008), sobre o C.E.P., e de Marco Fortunato Arrifes, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*, (Arrifes, 2004), essencialmente, sobre as expedições enviadas para Moçambique, são marcos essenciais nesta releitura, à luz “dos de baixo”, do soldado, do combatente, a partir da vida dos mobilizados, mais do que dos agentes políticos da intervenção. Era voltar a dar vida e dando a conhecer a história dos “labregos” de que falava Aquilino Ribeiro, do povo humilde empurrado para a guerra pelos políticos e pelas guerras entre os políticos.

Todavia esta releitura da participação nacional na 1ª Guerra Mundial, mais do que condenar e vituperar a sua memória, deu-lhe um novo fôlego e uma nova legitimidade: os mobilizados mais do que os políticos, pese todos os erros e incompetências destes, cumpriram o melhor que puderam, e muitas vezes com grande sofrimento, a missão militar para que tinham sido chamados. O país, apesar de tudo apresentou-se. A nação esteve presente na hora, o Estado, esse, nem tanto.

Expressivo desta releitura é a obra, talvez das mais notáveis, e sem dúvida, altamente inovadora no que toca ao conhecimento da história do C.E.P. de António Telo e Pedro Marquês de Sousa e que tem por título, significativamente: “O CEP. Os militares sacrificados pela má política” (Telo e Sousa, 2016). De igual modo, e a respeito do campo de convalescentes de Goba, em Moçambique, que mais não seria que um verdadeiro campo de morte, escreve Manuel de Carvalho “um monumento póstumo seria lá construído para não deixar esquecer essa última afronta de Portugal aos portugueses” (Carvalho, 2015, p. 235). Não se pode ser mais eloquente, se lermos a história da intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial, à luz desta dicotomia entre o Estado e a nação.

Reside aqui a última grande ironia da história. A guerra que os republicanos radicais quiseram que os legitimasse, tornou-se, como disse Fernando Rosas em recente conferência,

uma “decisão suicidária”⁵³ que os condenou a prazo. Não obstante, por um extraordinário paradoxo, bem observado por Nuno Severiano Teixeira, essa mesma guerra legitimou a República, no seu sentido mais geral. Os que combateram e morreram pela pátria na guerra e a bandeira que os guiou, a republicana, fizeram com que a República adquirisse uma legitimidade política de cariz verdadeiramente nacional – a República, não os radicais propulsores do intervencionismo:

“Entre 1914 e 1918 foi sob a bandeira verde e vermelha que as tropas portuguesas defenderam os interesses nacionais e a integridade do território colonial em África”. (Teixeira, 2015, 67).

Teixeira conta mesmo um interessante episódio, passado no Porto, (provavelmente, parece-nos, em 1919), em que uma mulher do povo exclama ofendida ao ver arrastar a Portuguesa pelo chão: “É muito mal feito. Então a bandeira que vi cobrir o corpo de um soldado que veio de França ferido e veio cá morrer é para se pôr ali? A bandeira que cobriu o caixão do Sr. Presidente da República Sidónio Pais! Isto não se faz!” (Teixeira, 2015, pp. 67-8).

Coaduna-se com esta visão da participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial o propósito que conduz a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial no desenvolvimento das suas atividades evocativas e que é pelo seu presidente, o General Mário de Oliveira Cardoso, expresso na sua apresentação no sítio da comissão na internet: “Há cem anos atrás Portugal envolveu-se – e viu-se envolvido – num conflito criado e nascido na, já na altura, velha Europa, sacudida, uma vez mais, por convulsões que sempre tiveram a ver ou com fronteiras das Nações ou com a tentativa de domínio dos Estados mais fortes (...).

O que motivou o envolvimento de Portugal; a forma como o fez; os resultados objectivos de uma intervenção que nos fez combater em África, no Atlântico e na Europa e que nos custou 7760 vidas e mais de 30000 baixas, entre feridos, desaparecidos, incapazes e prisioneiros, tem sido estudado, discutido e alvo de perspectivas justificativas diversas.

O facto é que a História não se muda.

Assim, assinalar este período deve ser para nós, portugueses de outra era, um ato de homenagem ao sacrifício pedido ao Povo, que tudo deu para alcançar os objetivos que os dirigentes do Estado entendiam ser adequados para a sobrevivência soberana de Portugal.

Esse respeito pelo sacrifício é o que anima este projecto.

Não nos preocupa, enquanto comissão, que existam perspectivas contraditórias; que se revelem as nossas fraquezas na condução política e militar ou que sejam evidenciadas as nossas qualidades, individuais e coletivas.

Preocupa-nos sim se a discussão, que se pretende que exista ao longo deste período entre 2014 e 2018, se alheie ou ignore o sacrificíssimo do Soldado de Portugal que, uma vez mais na sua longa caminhada, deu tudo; e tudo é a própria vida!”⁵⁴

⁵³ Fernando Rosas, “Portugal, o quadro interno e o quadro externo”, Conferência pronunciada no Seminário “O Fim da 1ª Guerra Mundial: Consequências para a Política Externa e a Política de Defesa de Portugal” realizado no Instituto da Defesa Nacional a 27 de fevereiro de 2018.

⁵⁴ Mário de Oliveira Cardoso, Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial. *Apresentação – Propósito da Comissão*, apresentado pelo Presidente da Comissão, Sítio da Comissão na Internet, Portugal na Grande Guerra. O texto do propósito está datado de 21 de maio de 2013. In <http://www.portugalgrande guerra.defesa.pt/Paginas/A%20Comissão.aspx>, consultado em 30 de abril de 2018.

O “propósito” da Comissão não recusa que se reconheçam as dilacerações por que passava o país de um ponto de vista político e ideológico ou outro, nem que não se fala das debilidades estratégicas, táticas e logísticas das forças militares portuguesas. O seu fito é outro. É evocar e lembrar os que se batendo, morreram pela pátria, ou seja, deram a vida pelos portugueses. A anamnese dos mortos em combate, e que se correlaciona com a ideia de um Portugal pobre, no início do século XX, e um povo sofrido.

A memória da intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial nacionalizou-se, a despeito da cisão política coeva e da oposição entre “guerristas” e “antiguerristas”, e da guerra civil larvar e suas guerras civis intermitentes. É uma guerra nacional, não por ser do Estado, mas por a nação a ter combatido, através dos soldados mobilizados, do povo chamado às armas e que a combateu em África e na Europa, sofreu e morreu e por isso dela se apropriou e a fez parte integrante da gesta lusíada e da história de Portugal. No fundo, a nação uniu-se em torno dos que por ela morreram em combate.

Conclusões

A narrativa também proporciona a construção de imagens sobre a realidade. Essas imagens são a ideia charneira a partir do qual determinada realidade é lida pelos coevos e pelos vindouros, interpretada e apropriada pela memória coletiva. Essa memória coletiva que procurar enquadrar a vivência individual de cada um numa realidade coletiva mais ampla e significativa. Podemos dizer assim que em três momentos, três imagens foram construídas em redor da intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial.

O primeiro momento dá-se com o desejo de intervenção de Portugal na 1ª Guerra Mundial e a sua posterior participação na conflagração. Duas imagens contraditórias são elaboradas, uma por aqueles que visam legitimar a participação bélica na guerra, principalmente no teatro de guerra europeu, outra que visa mobilizar a sociedade contra essa intervenção, vista como servindo, não interesses nacionais, mas de fação partidária e estrangeira também. Para os intervencionistas, a participação de Portugal na conflagração seria um vetor de modernização da força armada e da sociedade e uma afirmação de pertença à Europa. Para os seus opositores, o intervencionismo derivaria de dependência de Portugal face à Grã-Bretanha e dos interesses particulares de alguns setores políticos radicais nacionais e resultaria na miséria e no empobrecimento de Portugal.

Um segundo momento surge com o fim da 1ª Guerra Mundial, durante a 2ª fase da 1ª República e o Estado Novo, e derivava de edificação nacional de uma memória mais ou menos consensual em torno da participação de Portugal na contenda. O mito de um povo heroico, que pese as imensas dificuldades impostas pela guerra, se soube bater com brio e heroicamente durante a 1ª Guerra Mundial torna-se o tópico axial. Esta imagem permitia, de algum modo consensualizar a intervenção do país na Grande Guerra no quadro nacional.

Um terceiro momento emerge com a contemporaneidade e com a leitura que a contemporaneidade faz de Portugal, no quadro do seu próprio desenvolvimento, e das tensões políticas a ele associadas: um país atrasado e pobre, profundamente dilacerado ideologicamente, atravessada por uma conflitualidade política, em determinados casos metamorfoseada em contenda armada intracomunitária e que foi arrastado para a guerra, para a qual não dispunha de meios com que se bater, empurrado pelos políticos que puseram em

campo uma força militar sem as condições necessárias para uma ação bélica consequente. Não obstante, as dificuldades e os erros, os soldados, dadas as circunstâncias, bateram-se o melhor que puderem e o seu fracasso é na verdade bem mais o fracasso do Estado que do país.

As diversas narrativas procuram de alguma forma enquadrar e inserir as experiências individuais numa mais ampla vivência coletiva, elaborando um trajeto analítico que dê significação tanto aos atos singulares dos indivíduos, como a ação coletiva. Nesse sentido, trata-se de engendrar uma memória coletiva que possa igualmente ser apropriada por cada indivíduo, sem que com isso se perca o quadro geral nacional.

Referências

- Aron, R. (1976).** *Penser la Guerre. Clausewitz. I. L'âge européen.* Paris: Éditions Gallimard.
- Arrifes, M.F. (2004).** *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918).* Lisboa: Edições Cosmos/IDN.
- Barros, T. de B. (s/d.).** *História de Portugal. Ensino Primário.* Editora Educação Nacional de Adolfo Machado: Porto.
- Chantal, D. et al. (1996).** *Dicionário Prático de Filosofia.* Lisboa: Terramar.
- Cardoso, M. de O. (2018).** “Apresentação – Propósito da Comissão”, apresentando pelo Presidente da Comissão. *Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial – Sítio da Comissão na Internet, Portugal na Grande Guerra.* O texto do propósito está datado de 21 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas/A%20Comissão.aspx>, consultado em 30 de abril de 2018.
- Carvalho, M. (2015).** *A Guerra que Portugal Quis Esquecer.* Porto: Porto Editora.
- Carvalho, M. (2005).** *Poder e Ensino. Os manuais de história na política do Estado Novo (1926-1940).* Lisboa: Livros Horizonte.
- Clausewitz, Carl Von (1989).** *On War.* Princeton: Princeton University Press.
- Duarte, António Paulo (2015).** “A Guerra Civil Larvar e a Beligerância Portuguesa na Grande Guerra”, in António José Telo (Coordenação), *A Grande Guerra: Um Século Depois. Atas.* Lisboa: Academia Militar/Fronteira do Caos, pp. 78-99.
- Han, Byung-Chul (2018).** *A expulsão do outro.* Lisboa: Relógio de Água.
- Junta Nacional de Propaganda Patriótica, (1916).** *A Guerra.* Lisboa: Imprensa Nacional.
- Marques, Isabel Pestana, (2008).** *Das Trincheiras, Com Saudade, A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial.* Lisboa, Esfera dos Livros.
- Martins, Nobre, (1916).** “Portugal na Guerra”. *Ilustração Portuguesa*, nº 546, pp. 105-110.
- Matos, Norton de, (2004).** *Memórias e Trabalhos da Minha Vida. 3º Vol., Tomo V.* Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Matoso, António G., (s/d).** *História de Portugal.* Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Oliveira, Pedro Aires, (2011).** “A República e a Guerra”, in Luciano Amaral, Org., *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926).* Lisboa: Edições 70, pp. 185 e 190-193.
- Pascoaes; Teixeira de, (1916).** “A Guerra”. *Portugal e a Guerra. A Águia*, nº 52, 53, 54, pp. 109-111.

- Pessoa, Fernando**, (2015). *O Livro do Desassossego*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Rosas, Fernando**, (2007). *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos conflitos armados no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosas, Fernando**, (2018). “Portugal, o quadro interno e o quadro externo”, In *Seminário Internacional “O Fim da 1ª Guerra Mundial: Consequências para a Política Externa e a Política de Defesa de Portugal”*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 27 de fevereiro de 2018.
- Santos, Miguel Dias**, (2013). “The Monarchists and the Great War: the practices and representations of counterpropaganda”. *JPH*. Vol. 11. Number 2. Winter, pp. 30-49.
- Sontag, Susan**, (2015). *Olhando o Sofrimento dos Outros*. Lisboa: Quetzal.
- Teixeira, Nuno Severiano**, (1996). *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Teixeira, Nuno Severiano**, (2015). *Heróis do Mar. História dos Símbolos Nacionais*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Telo, António José**, (2014). “Um enquadramento global para uma guerra global”. *Nação e Defesa*, n.º 139, pp. 8-33.
- Telo, António José e Sousa, Pedro Marquês de**, (2016). *O CEP. Os militares sacrificados pela má política*. Porto: Fronteira do Caos Editores.

The war in History and the History of war: historiographic profiles in the syntheses of Portugal

Judite A. Gonçalves de Freitas

FCHS/University Fernando Pessoa

CEPESE / FCT/ UP & IPRI / UNova of Lisbon

Abstract: The historiographic studies of the First World War in the most important syntheses of Portugal history follows *pari passu* the main historiographic changes during the twentieth century and the Portuguese self-concept as a nation. The historiographic discourse on war reflects the political paths and the impact of the dominant historiographical perspectives. The Estado Novo (1926-74) dictatorship promoted the development of historical studies, especially certain fields and specialties, with emphasis on diplomatic and military history and the history of overseas Portuguese expansion. Both served the interests of the political regime. Our study will start from the History of Portugal called “de Barcelos”, produced in the context of dictatorship (1928-1935), and partly influenced by historic traditional currents, continuing with the analysis of João Ameal synthesis (1940); go forward to the modern syntheses produced in democracy time (António Henrique de Oliveira Marques [1972-74, and José Mattoso [1992-94]], that reflect important changes in the scope of our historiography in general, in the concept of Portugal, and mainly in the visions of Portuguese participation in the Great War.

Keywords: Historiography; historiographic trends; history of war; concept / idea of Portugal, World War.

Resumo: Os modelos de análise historiográficos da I Guerra Mundial nas sínteses da História de Portugal acompanham *pari passu* as principais mudanças da nossa historiografia ao longo do século XX e do autoconceito de Portugal. Ao longo do século XX, o discurso historiográfico sobre a guerra, sofreu as vicissitudes da política e a influência da alteração das perspetivas historiográficas dominantes. Durante a ditadura do Estado Novo (1926-74) foram, especialmente, desenvolvidos os estudos de determinadas temáticas e especialidades, com destaque para a história diplomática e militar e a história da expansão portuguesa. Uma e outra serviam os interesses que mais aproveitavam ao regime. A nossa análise arrancará da História de Portugal dita “de Barcelos”, inicialmente produzida em contexto de ditadura (1928-1935), e em parte influenciada pelas tradicionais correntes da história, prosseguindo com a análise da síntese de João Ameal (1940); trilhando caminho até às mais recentes sínteses concebidas em tempo de democracia (António Henrique de Oliveira Marques [1972-74], e José Mattoso [1992-94]), que refletem importantes alterações no âmbito da nossa historiografia em geral, no conceito de Portugal, e das visões da participação portuguesa na Grande Guerra em particular.

Palavras-chave: Historiografia, tendências historiográficas, história da guerra, ideia de Portugal, I Guerra Mundial.

Historiography is a discipline of history that proceeds to the critical study of historical production, effecting the evaluation and classification of historical, schooling or academic knowledge, allowing to assess, in particular, the delays or historiography advances respecting to others. The study of historiographical currents, the professionalization working levels (degrees of scholarship, specialization, knowledge and distinction), as well as the greater or lesser political and ideological tendencies of historical constructions. Historiographic studies, within the branches of History, demonstrated the specific canons of interpretation, distinctive conventions of writing, the historiographical currents and perspectives of approach, relating them with personal projects, but also, and above all, with political and cultural projects connected with an academic and statehood function disseminated in different historical contexts. In this sense, it can be deduced that all historical production depends on different ways of conceiving history, and can, from a critical analysis, define intellectual (cultural) profiles, nowadays known as paradigms (models).

What we want to emphasize is the distinctive ideas, currents and ideology uttered in the authors' discourse, relating it to the way in which they construct the historical plot on the First World War. In this sense, this article, therefore, contains an attempt to underlying our main subject emphasizing the main tendencies in the Portuguese syntheses regarding the historic context analysis of First World War and reviewing the Portuguese historian's contributions that writes about it. So, the scope of the article includes a look at the main synthesis and a state of art of the twentieth century in Portugal considering the raise of trends in historiography that began when it became a new discipline in universities in the nineteenth century. That means it's important to address this issue to the historiography of war and historiographical interpretations of the phenomenon, by confronting the *different* perspectives in changed times. The heritage historiographical approach in the late nineteenth century and that came, in Portugal, until the 50's of the twentieth century is the called *positivism* that privileged the chronological time as a linear sequence of facts. So, the Republican pedagogical ideal marked by *positivism* defended a scientific, rational and secular education (Proença, 2009). On the other hand, in the last quarter of the nineteenth century, the *historicism* that preferred the individualist facts, flourished in various disciplinary areas, namely in the field of political and military history and in the Discoveries like a product of Portuguese nationalism (Polanah, 2011 e Freitas, 2013). Finally, the rise of the national imaginary, in the nineteenth century, prove the great importance of the sentiment of nationality. In Portugal, the intellectual historians that are marked by different national colors, promoted the rise of the Portuguese Discoveries and colonial policy as national identity factors. (Polanah, 2011)

Beginning by analyzing the first history of Portugal published after the war - the history known as "de Barcelos", that was published the first volume in 1928.

The structure of this compilation, conforming to a monumental model, was produced to celebrate the eighth centenary of the nationality foundation, composed by ten volumes, abundantly illustrated, and the first seven were published between 1928 and 1935. The seven volumes follow a chronological narrative, by kingdoms and dynasties, maintaining a uniform structure, dividing in five epochs, and within these in thematic units of: "Political life", "Economic life" or "Economic organization", "Cultural life" and "Portuguese overseas expansion". The seventh volume, which corresponds to the fifth period (1816-1918),

was published in 1935, contains 799 pages, of which only 85 are dedicated to the Republic period, and of these only 45 pages relate to First World War under the title “Portugal na Primeira Guerra, 1914-1918”.

The four authors of this section (Damião Peres, Joaquim de Carvalho, Carlos Passos and Ângelo Ribeiro) have an academic education in History, Philosophy or Literature, highlighting the first two that developed their teaching and research activity at the University of Coimbra as historians. They are educated in the republican cultural spirit, which privileged freedom of speech and schooling as a central factor of social transformation and the “regeneration of homeland”. None of them adhered to anti-republican or monarchist movements, or even to *Integralismo Lusitano* (Lusitanian Integralism), an anti-parliamentary, nationalist and traditionalist current that was in vogue between 1914 and 1932. It seems that this synthesis is not contaminated with past (conservative) ideology.

The work is a demand of the “Estado Novo” (1926-1974), an authoritarian and corporatist political regime which ended the liberal period in Portugal. The ideological and propagandistic goals of Estado Novo are evident in the self-designation, which marks the beginning of a new era. The sponsorship of this synthesis, commissioned by the rising Estado Novo, and produced in its context, can induce the most unsuspecting reader to think that it would be a historiographical product with credited ideological content.

However, the work is not marked by only the performing time. The authors studied and began teaching and writing in times of Republic (liberal period). Their formation is republican, and this fact is not insignificant in the “free mode” as they produce the historian’s work. The reading of war remains free of anti-Republican bias, evoking the main internal and external facts that determined Portugal’s entrance into the war.

Nevertheless, from the historiographic point of view, this synthesis is guided by the division of the History of Portugal into dynasties and reigns. It privileges political, diplomatic and military analysis, in a methodical and historicist (event) perspective (Torgal, . Portugal appears like a great colonialist nation – one of the most important symbols of national unity throughout our history –, it could not remain unrelated to the conflict. In addition to the ethical and historical reasons invoked, especially the solidarity of small peoples against then German militarist and imperialist arrogance – the most practical reasons for our agreement with England and the defense of a long-threatened colonial heritage were imposed (Damião Peres *et al.*, vol. VII, p. 494). The alliance with England is justified by historical treaties (since Windsor), which imposed weighty obligations. In this context, the imperative idea of protecting our colonies in Africa (one of the most important signs of our nationality promoted by the war party support the decision to partaken in the world’s conflict.

The second compilation analyzed is a synthesis that has a different character from the previous one, from the responsibility of João Ameal, a fervent Catholic monarchist, who joined the *Integralismo Lusitano*, Ameal developed a conception of doctrinal and retrograde history regardless of having college education in literature, and research in the fields of philosophy and history – areas of expertise that he bequeathed a remarkable work (Pinto, 1995). The *História de Portugal. Das origens a 1940* (History of Portugal from its origins to 1940) is a synthesis that highlights the singularity of the facts, in a chronological chain, and qualifying them, without proceeding to any critical distance. It had the first edition in 1940 and gained the Alexandre Herculano award three years later (Torgal, 1996, pp. 244-

246). The main author's objective is to present an ideal history, great figures, glorification of the martyrs, soldiers and heroes of war, glorious times and past events, undervaluing social, economic and cultural dimensions, at a time when strong winds were blowing of *École des Annales* in Western Europe⁵⁵. In his point of view, history should fulfill a pedagogical function, a mixture of art, passion, ethics and science. His way of making history seems like a catechism, putting forward the idea of a glorious colonial past and a great Portuguese empire that was in danger during the First Portuguese Republic (1910–1926).

It blames the republican (parliamentary) regime for the constant popular uprising and for all politico-military misdeeds that, in its view, have called into question national honor and glory.

Consequently, and in accordance with the line taken in other parts of his book, he emphasized: “Portugal é uma nação que aceita os seus imperativos históricos, é visto como um motivo de orgulho, um modelo de atuação: a sua história espelha o seu trabalho ao serviço de Deus e a vontade de construir e manter um império⁵⁶.”

Therefore, João Ameal's History of Portugal appeals to traditional Catholic values and the courage of the Portuguese against liberal, Masonic and anti-clerical Republican ideals that he classifies as intemperate, without respecting leadership, order and hierarchy.

The following compilation was written 32 years later, it is the History of Portugal authored by A. H. Oliveira Marques: published in first time in 2 volumes (in the USA); country where the historian exiled and where it exerted teaching functions in several American universities between 1965 and 1970 (Freitas, 2009, p. 191). The compilation was reissued in 1972–1974 in Portugal, in 3 volumes, corresponding to a new perspective of approach to the evolution of Portuguese society from the first peoples who inhabited the Iberian Peninsula until the end of the Estado Novo.

Oliveira Marques is representative of a historical approach that values the critical analysis of events, basing it on an exceptional knowledge of historical sources. The two periods of election of the studies that published are, respectively, the Middle Ages and the First Portuguese Republic (1910–1926). Oliveira Marques represents with Joel Serrão, Vitorino Magalhães Godinho *et al.* a generation of historians who renewed the vision of the History of Portugal with new perspectives of approach, incorporating harmoniously and fluently the European historiographical currents of that time (*Annales* and *Nouvelle Histoire*, in particular). In the same way, it connects history with the social sciences, and has therefore renewed and expanded the framework of historical research by opening the field of history to the study of all dimensions of daily human activity, hitherto little or nothing (table, death, hunting, clothing ...) and, in this field, was a forerunner of today's micro-history (history of everyday life). He has the author of several books and articles on daily life.

On the motivations that induced him to produce the compilation in 1972, he states: “Que nada havia de recomendável que um professor de história de Portugal pudesse aconselhar aos seus alunos como obra de conjunto.”⁵⁷ (*cit. in* Mendes, 1996, p. 321).

⁵⁵ This historiographical current fight against the hegemony of political history, criticize the notion of historical fact and focusing on economic and social history (Bourdé & Martin, 2003: 119–135).

⁵⁶ “Portugal is a nation that accepts its historical imperatives, is seen as a source of pride, a model of action: its history mirrors its work in the service of God and willingness to build and maintain an empire” (our translation).

⁵⁷ “That nothing was advisable that a professor of history of Portugal could advise his students as a joint work.” (Our translation).

The text was planned to achieve a wide audience, therefore was chosen the objectivity and synthesis, removing the ideological sense in the historical discourse. But what is more important to emphasize is that political and military history ceased to be the central core of the work, being referenced in articulation with the different fields of historical reality including economy, society and culture veins. (Mendes, 1996, pp. 322-323).

As for the intervention of Portugal in First World War, Oliveira Marques advances with the three main reasons that, in his point of view, led Portugal's entry into the war under the British pressure:

- 1) The importance of protecting the Portuguese colonies, mainly in Africa, in face of the 1898 and 1913 agreements between England and Germany to share the Portuguese overseas domains,
- 2) The recognition of the new republican state, in the Western European context of most monarchical regimes, and
- 3) The demarcation vis-a-vis of Germanophilism and the neutrality of Spain regarding the conflict, looking for prestige and independence in Western Europe context.

It does not give special emphasis to the Battle of La Lys, preferring to explore the social and economic consequences of the unsuccessful military moment.

In summary, Oliveira Marques's History of Portugal represents a new way of making history, following the international trends of similar compilations. A pattern that will reproduce, in a more detailed way, in the eleventh volume of the "Nova História de Portugal" printed in 1991-1992 (thirteen volumes), that he coordinated with Joel Serrão, entitled: "Da Monarquia à República", which he wrote himself.

Last of all, a reference to the History of Portugal, coordinated by José Mattoso and published between 1992 and 1993. The sixth volume, entitled "A Segunda Fundação (1890-1926)", is signed by Rui Ramos, professor of Contemporary History at the New University of Lisbon, representing a new generation of historians. Rui Ramos supports its analysis of the reasons for Portugal's entry into First World War, namely in diplomatic *correspondence* (his main historical source).

At first, it emphasizes the troubled and difficult relationship between the Republican Portuguese government and the British crown, which conditioned the international option to reduce Portuguese participation. The Great Britain delaying to recognize the Portuguese republican regime. From your point of view, it highlights the weaknesses and the failings of the republican regime in the diplomatic management services, especially with Great Britain, before and during the war. In external point of view, Portuguese military intervention in war alongside England it's a way of strengthening ties with a great 'friendly' power of those who feared the alignment with Spain of Alfonso XIII and the German threat in the colonies. From the internal point of view, the entry into the war conditioned the parties to a "sacred backward economic union" that guarantees political supremacy to the Portuguese Republic Party (PRP). A kind of republican opportunism!

Following, it highlights the enormous war effort for a "limited" Portugal (scarifying of manpower), with a weak and backward economy (lower level of socio-economic development): in Africa (30,000 men) and in Flanders (50,000,000 men). The idea of a small

Portugal compared to the great imperialist powers (England, France *et al.*). This effort was seen as unbridled and unpopular, one of the reasons for the *coup d'état* of Sidónio Pais⁵⁸ (December 5, 1917). This overthrow of republic regime that imposing the dictatorship of Sidónio Pais was against the war and the demagoguery of the Republican Party. The republican regime was interrupted by a dictatorship led by a pro-German, and this, to him, is a sign of the weakness of the republican dream.

Conclusion

The four syntheses of Portugal examined, only one contains an accentuated ideological and traditionalist tendency - that of João Ameal, historian of the regime. The Portuguese History "de Barcelos", although it places special place on political and military issues, unrevealed the ideological political factors of the regime that sponsored it. Despite this, however, the idea of Portugal as a great colonial country persists as an inheritance of late nineteenth-century Portuguese nationalism. The 30's and 40's of the twentieth century, corresponding to the heyday of the **promotion of the glorious colonial Portugal** (Discoveries put in the national identity profile). Only in the 70's a first synthesis arises, made under the influence of the most recent historiographical European currents (*Annales* and *Nouvelle Histoire*), devaluing political and military factors in the traditional sense, and relating them with the economic and social one. **The idea of Portugal is not based on regime ideology.** Finally, in the most recent synthesis, wrote by Rui Ramos, makes an analysis of the Republican War policy stressing the weakness of Portugal's position (a small and weak country) in the peninsular and Western European context and the failure of the opportunism of the Portuguese Republican Party in attempting of uniting the country around the Portuguese participation in the conflict. Nowadays in the Portugal synthesis, Portugal is seen as a poor nation with limited role-playing of *affirmation* in *international* politics, during the First Republic (1910-1926) and the Estado Novo (1926-1974).

⁵⁸ He was a military and politician, Ambassador of Portugal in Berlin, Minister of War, and Minister of Foreign Affairs. He was the fourth President of the Portuguese Republic (28 of April of 1918 to 14 of December of 1918) which imposed a dictatorship.

References

- Ameal, J.** (1958). *História de Portugal. Das origens até 1940*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- Bourdé, G. e Martin, H.** (2003). *As Escolas Históricas*. 2ª Edição, Mem Martins: Europa-América.
- Freitas, J. A. G. de** (2009). **A. H. de Oliveira Marques** (1933-2007). Intellectual biography. In: Jaume Aurell & Julia Pávon (ed.). *Rewriting the Middle Ages in the Twentieth Century*. Vol. II: National Traditions, Turnhout: Brepols, pp. 183-206.
- Freitas, J. A. G. de** (2013), The Memory of Prince Henry the Navigator: Genesis, Formation and Classification of a Monumental Collection of Documents - the Monumenta Henricina. *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, Volume 2, Número 2, pp. 379-400. [Em linha]. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/3fd-d18_28f9352114794505aebc448c88eca081.pdf
- Marques, A. H. de O.** (1972). *História de Portugal*. 3 vols., Lisboa: Palas Editores.
- Peres, D.** (1935), *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos: Editora Civilização.
- Mendes, J. A.** (1996). A renovação da historiografia portuguesa. In: L. R. Torgal, J. M. Amado Mendes & F. Catroga, *História da História de Portugal. Sécs XIX-XX*. Mem Martins: Círculo de Leitores, pp. 277-364.
- Pinto, A.** (1995). Um ideólogo no Estado-Novo: João Ameal, historiador. *Revista de História das Ideias. Do Estado Novo ao 25 de Abril*, vol. 17, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 125-165. [Em linha]. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41949/1/Um_ideologo_no_Estado_Novo.pdf
- Polanah, P. S.** (2011). *The Zenith of our National History! National identity, colonial empire, and the promotion of the Portuguese Discoveries: Portugal 1930s*. e-Journal of Portuguese History, vol.9, n.1, pp.40-64. [Em linha]. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue17/html/v9n1a03.html
- Proença, M. C.** (2010). A educação. In: Fernando Rosas & Maria Fernanda Rollo (coord.). *História da Primeira República Portuguesa. Lisboa: Tinta-da-china*, pp. 169-190.
- Ramos, R.** (1993). A Segunda Fundação (1809-1926). In: José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. vol. VI, Mem Martins: Círculo de Leitores.
- Rosas, F.** (1995). *Estado Novo*, império e ideologia imperial. *Revista de História das Ideias. Do Estado Novo ao 25 de Abril*, vol. 17, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 19-32.
- Torgal, L. R.** (1996). *A história em tempo de «ditadura»*. In: L. R. T., J. M. A. Mendes & F. Catroga, *História da História de Portugal. Sécs. XIX-XX*. Mem Martins: Círculo de Leitores, pp. 241-276.
- Torgal, L. R.; Mendes, J. M. A. & Catroga, F.** (1996). *História da História em Portugal: séculos XIX-XX*, Mem Martins: Círculo de Leitores.

Portugal na Guerra: uma revista de infopropaganda

Jorge Pedro Sousa

FCBS/Universidade Fernando Pessoa

CIC Digital/UNL

Resumo: Na I Guerra Mundial (1914 a 1918), apenas a imprensa tinha a capacidade para promover uma comunicação ubíqua, pelo que foi usada pelos contendedores para propaganda e informação. A imprensa teve, assim, um importante papel na forma como a guerra foi contada à sociedade e contribuiu para a produção e circulação de ideias e pontos de vista sobre o conflito, ajudando a tornar as pessoas mais propensas a aceitar o esforço de guerra e a perda de vidas. As revistas ilustradas, em particular, tiveram um papel significativo na propaganda de guerra, porque permitiram que até mesmo os analfabetos “vissem” a guerra. Portugal foi um dos países beligerantes da I Guerra Mundial que usou as revistas ilustradas para propaganda. Neste artigo, traçaremos a história da revista *Portugal na Guerra*, patrocinada pelo governo português, editada em Paris e escrita em português e francês, e analisaremos como essa revista apresentou a I Guerra Mundial seus leitores.

Palavras-chave: Revistas ilustradas Portuguesas, Portugal na I Grande Guerra, propaganda.

Abstract: During World War I (1914 to 1918), only the press had the ability to promote a ubiquitous communication, and as such it was used by the promoters for propaganda and information. The press had, thus, an important role in the way the war was told to society and contributed to the production and circulation of ideas and views on the conflict, helping to make people more likely to accept the war effort and the loss of lives. The illustrated magazines, in particular, played a significant role in the propaganda of war, because they allowed even the illiterates to “see” the war. Portugal was one of the belligerent countries of World War I who used the illustrated magazines for propaganda. In this article, we trace the history of the magazine *Portugal na Guerra*, sponsored by the Portuguese Government, edited in Paris and written in Portuguese and French, and we analyze how this magazine presented the World War I to its readers.

Keywords: Portuguese illustrated magazines, Portugal in the I World War, propaganda.

Durante a Grande Guerra, para além da disputa bélica, desenvolveu-se uma disputa simbólica no campo da comunicação social. Os meios de comunicação foram usados propagandisticamente para os contendores convencerem e convencer-se da justeza da sua causa, animando-se para a luta (Lasswell, 1927; Sanders, 1975; Knightley, 1975; Sanders e Taylor, 1982; Messinger, 1992; Arthur, 2007; Garambone, 2003; Novais, 2013; Sousa, 2013). *Somente a imprensa tinha a capacidade de tornar as mensagens propagandistas omnipresentes e, por isto, ela foi usada por todos os contendores* (Marquis, 1978; Sanders e Taylor, 1982; Pizarroso Quintero, 1993: pp.209-234; Navarro, dir. et al., 2005: pp.226-228; Gilbert, 2007: p.13). Alguma da propaganda de guerra apresentou-se, pois, em suportes “jornalísticos” ou que se podiam conotar com o jornalismo, com os quais os leitores estavam familiarizados. Entre a imprensa, as revistas ilustradas tiveram um papel significativo na propaganda de guerra, até porque permitiam *mostrar* a guerra, mesmo aos analfabetos (Marquis, 1978; Bishop, 1982; Pizarroso Quintero, 1993: pp.209-234; Sousa, 2013).

Terá sido por iniciativa do governo português e, em particular, do ministro do Exército, Norton de Matos, que surgiu, a 1 de junho de 1917, a revista ilustrada *Portugal na Guerra*. O lançamento dessa revista demonstra que os portugueses também tentaram fazer propaganda de guerra que se apresentasse insinuante e inocentemente como uma revista ilustrada “jornalística”.

Escrita em português mas com apontamentos em francês (alguns títulos, legendas e o cartaz de espetáculos em Paris), a revista *Portugal na Guerra* foi publicada entre junho de 1917 e janeiro de 1918, num total de oito números, de periodicidade irregular.

Projetada para ser quinzenal, conforme revelam as informações sobre os preços das assinaturas na ficha técnica, a revista *Portugal na Guerra* teve esta periodicidade em junho de 1917 e entre setembro e outubro de 1917. Os últimos números, de novembro de 1917 a janeiro de 1918, tiveram já periodicidade mensal. Não se publicou em julho e agosto de 1917.

Uma vez que o fim da publicação da revista coincidiu com a ascensão de Sidónio Pais ao poder em Portugal, a causa mais provável para a morte da *Portugal na Guerra* terá sido o fim do financiamento e a falta de interesse do novo poder, mais interessado em promover a figura do novo Chefe-de-Estado.

A revista *Portugal na Guerra* tinha, normalmente, 16 páginas de 38,5 cm de altura por 28,5 cm de largura, excluindo-se a capa, a contracapa e os respetivos versos. A capa, que ostentava, simbolicamente, o escudo da República Portuguesa, conferindo-lhe um estatuto oficial, ou, pelo menos, oficioso, foi sempre impressa em papel colorido verde e, por vezes, incluiu palavras grafadas a cor, como aconteceu com a palavra Portugal do próprio título da revista. O interior foi composto a preto-e-branco. Os anúncios publicitários também apresentavam, por vezes, elementos coloridos, suscetíveis de promover a atenção do leitor.

A ficha técnica da revista *Portugal na Guerra* revela que se publicava em Paris (sede no n.º 3 da rua de Villejust), sob a direção de Augusto Pina, um pintor (que tinha estudado Belas-Artes em Paris) e ilustrador e um homem do teatro, envolvido na propaganda de guerra. É interessante notar este facto – o governo português colocou um homem da arte e do teatro, e não um jornalista, a dirigir uma revista ilustrada de propaganda de guerra.

Ainda segundo os dados inseridos na revista, o secretário de redação da *Portugal na Guerra* era José de Freitas Bragança, que assinou alguns dos textos como J.B, incluindo várias crónicas sobre o quotidiano parisiense em tempo de guerra.

As fotografias em França ficaram a cargo de Arnaldo Garcês, colaborador regular da imprensa e um dos introdutores do fotojornalismo em Portugal, sendo dele o mais impressionante conjunto de imagens do quotidiano dos expedicionários portugueses. Em Portugal, o correspondente fotográfico era Carlos Alberto Lima, também ele colaborador regular da imprensa – mas a revista não publicou fotografias de Portugal, só de portugueses.

A revista apregoava que tinha a “colaboração literária dos mais notáveis escritores portugueses e estrangeiros”, “colaboração artística dos maiores artistas portugueses” e ainda “cartas das principais capitais do mundo”. Mas o contributo literário reduziu-se a vários autores menores da literatura e do jornalismo: entre outros, o jornalista republicano Mayer Garção; o jornalista, escritor e diplomata republicano Alfredo de Mesquita Pimentel; o jornalista, dramaturgo, cronista e militar republicano André Brun, sob o pseudónimo misterioso de “Capitão X” (a sua identidade é revelada no n.º 4 p. 6); o jornalista José Paulo Fernandes; o jornalista republicano Xavier de Carvalho, que há largos anos vivia em Paris e que foi um dos expoentes da defesa da intervenção portuguesa na I Guerra Mundial; e o jornalista, jurista e escritor republicano Alberto de Sousa Costa.

Por seu turno, caso se descontem as fotografias, o contributo “artístico” reduziu-se a uma aguarela colorida do diretor da revista, Augusto Pina, intitulada “Porta-bandeira português na guerra”, e a um retrato colorido do comandante do CEP, general Tamagnini, da autoria do pintor Ferreira da Costa.

A revista aceitava assinantes de França, de Portugal e do Brasil, sinal que se destinava a públicos destes países. Aliás, a revista tinha agentes distribuidores em Lisboa (Victor Melo) e no Rio de Janeiro (Casa A. Moura).

O preço das assinaturas e dos números avulsos não variou enquanto a revista foi publicada, apesar da inflação. Um número custava 30 centavos em Portugal, um franco em França e 1500 réis no Brasil. Curiosamente, os preços das assinaturas – igualmente disponíveis para França, Brasil e Portugal – revela que estava prevista a publicação de mais edições da revista *Portugal na Guerra*. Efetivamente, a publicação teve oito números, de periodicidade irregular, entre junho de 1917 e janeiro de 1918 (oito meses). Embora a revista não tivesse sido publicada em julho e em agosto de 1917, em junho deste ano foram publicados os dois números previstos, tal como em outubro. Mas a ficha técnica revela que se previa que a revista fosse quinzenal e durasse bastante mais tempo do que durou. Uma assinatura de um ano (24 números) custava 6\$30 para Portugal, 21 francos para França e três mil réis para o Brasil. Uma assinatura de seis meses (12 números) ficava por 3\$30, em Portugal; 16\$00, no Brasil; e 11 francos, em França. Finalmente, uma assinatura de três meses custava 1\$80 em Portugal e 6 francos em França, não estando esta modalidade prevista para o Brasil.

A indicação do preço da revista em francos, escudos e réis também contribui para demonstrar que a publicação se destinava aos portugueses e lusófonos que estavam em França, em Portugal e no Brasil. Demonstra, igualmente, que a comunidade portuguesa no Brasil mantinha fortes laços com Portugal. Aliás, foi publicada pela União dos Portugueses no Brasil, organização sedeadada no Rio de Janeiro, uma revista autodesignada “patriótica” igualmente intitulada *Portugal na Guerra*.

Os anúncios, sempre inseridos na contracapa e no respetivo verso, publicitavam casas comerciais tais como: os alfaiates Victorino, especialistas em fardas para o exército português; os grandes-armazéns Printemps, que tinham um representante em Lisboa; um intermediário-comissionista francês de negócios na Europa; a tipografia parisiense Lux,

onde se imprimia a revista *Portugal na Guerra*; uma editora de Paris; os jornais de modas da casa A. Moura, do Rio de Janeiro, agência da revista para o Brasil; e um suplemento para gasolina e petróleo de uma empresa americana.

O anúncio à Tipografia Lux poderá ter resultado de um acordo entre a revista e quem a imprimia, eventualmente em contrapartida por uma diminuição do preço da impressão. Os anúncios da casa A. Moura, do Rio de Janeiro, agente da revista no Brasil, também podem ter sido uma contrapartida negociada no âmbito do acordo de representação.

No primeiro número da revista, o texto de apresentação aos leitores – curiosamente, não assinado – refere que o propósito da publicação seria “documentar a intervenção militar dos portugueses na maior conflagração de que há memória na história da humanidade”, daí a escolha do título *Portugal na Guerra*. Mas a revista também tinha por finalidade – e aqui enuncia-se o seu viés propagandístico – “manter elevado o espírito nacional, pelo exemplo glorioso dos seus”. Por outras palavras, segundo os redatores da revista, poderia esperar-se dela que apontasse para o exemplo dos soldados portugueses como símbolo da “revelação de energia” de Portugal, país que renascia “para as recompensas da consideração que se devem aos povos vigorosos”. Esta é a chave para a leitura política da revista: a participação de Portugal na guerra, apesar dos sacrifícios, destinava-se a salvaguardar os interesses nacionais. A revista não clarifica esses interesses, mas à frente deles estavam, certamente, a defesa das colónias – entendidas como uma espécie de retaguarda estratégica necessária à sobrevivência do país e parte integrante do todo nacional – e a defesa da forma republicana de regime.

Por que razão seria necessário, por outro lado, proceder à documentação da participação portuguesa na guerra em curso na Europa? No mesmo texto encontra-se a resposta: a magnitude histórica da I Guerra Mundial, para o mundo e para Portugal:

As razões do nosso empreendimento contêm-se na própria magnitude do acontecimento que o inspira.

A guerra, em si mesma, é um facto de tal natureza grande que preencherá por largos séculos a imaginação dos homens. (...) Mas se a guerra em si mesma é um facto de consideráveis proporções em relação à história do mundo, a guerra que nós próprios vamos fazer com os nossos soldados, em campos de batalha comuns, é, em relação à nossa história, um acontecimento de tamanha grandeza que podemos considerá-lo único nos anais da nacionalidade. (n.º 1: p.2).

A participação portuguesa na Grande Guerra seria encarada, pois, como um acontecimento único na história do país, já que “Pela primeira vez e no decurso da sua longa história” Portugal saía “da sua cena para a vastidão da cena política universal”. O país iria lutar fora das fronteiras, “ao lado das mais poderosas nações do mundo”, para defender uma “causa (...) de todos”. Obviamente, o *todos*, aqui, refere-se retoricamente aos aliados, não às potências centrais.

O texto enfatiza, num sentido legitimador, o esforço nacional singular que o país fazia – e que o arruinou – para lutar em África e na Europa contra as potências centrais:

[Portugal] Constitui um exército capaz de combater ao mesmo tempo no continente e nas colónias, manda sessenta mil homens para França, trinta mil para África e encontra ainda nas suas reservas os elementos constitutivos e uma guarnição territorial. Este exército é exclusivamente nacional. (...) São portugueses os seus oficiais, são portugueses os seus soldados e o mesmo pano dos uniformes que veste é português. (n.º 1: p. 2).

O redator do texto, possivelmente José de Freitas Bragança ou Augusto Pina, aponta, finalmente, para os custos da guerra – para as “devastações” e para as “carnificinas” em que os soldados portugueses iriam participar. Mas a revista não mostrará os mortos nem os feridos, embora tenha dado conta da “devastação” provocada pela guerra no património edificado, especialmente através de imagens.

Curiosamente, no primeiro número da revista aparece um outro curto texto dirigido “Ao leitor” (n.º 1: 15) que se referia às “dificuldades sem conta” com que se lutava para lançar uma publicação da natureza da revista *Portugal na Guerra*, que não estavam “inteiramente vencidas”. Adiantava o texto que “prestes a entrar nos prelos”, o primeiro número tinha sofrido “o contratempo de uma greve”. Prometia-se, no entanto, que os contratemplos não seriam “a última palavra” nos “esforços” para lançar a revista.

Depois de um tempo de suspensão da publicação, a revista voltou ao contacto com os leitores com o número 3, datado de 15 de setembro de 1917. Justificou, então, num texto dirigido especificamente “Ao leitor”, a interrupção na publicação por motivo de “dificuldades materiais quase insuperáveis”, “contrariedades e prejuízos graves” (n.º 3: p.15). Nesse mesmo texto, a revista anuncia que terá, doravante, “a colaboração artística dum novel pintor português que, atualmente junto das nossas tropas, nos enviará os seus flagrantes croquis”. Tratar-se-ia, provavelmente, de Adriano de Sousa Lopes, o pintor que viajou até às trincheiras para pintar o CEP, mas ele nunca chegou a ver publicados trabalhos seus na *Portugal na Guerra*. De qualquer modo, fica a referência à possibilidade de colaboração de Sousa Lopes que os responsáveis da revista – e possivelmente o ministro da Guerra, Norton de Matos, que montou a máquina de propaganda de guerra portuguesa – equacionaram.

O texto “Ao leitor” é também relevante por outro motivo: insere excertos de cinco cartas – em francês – recebidas na redação, duas de publicações francesas e três de políticos e jornalistas franceses. Estas cartas são reveladoras de que os notáveis e os periódicos franceses se incluíam entre os públicos-alvo da revista e que esta lhes chegava gratuitamente.

As cartas de *La Revue* e do *Excelsior* anunciam o nascimento da revista “de propaganda” (*Excelsior*) *Portugal na Guerra* e cumulam de elogios o “grande artista português” (*La Revue*) Augusto Pina, que a dirigia e tinha fundado. O *Excelsior* agradece mesmo os “documentos fotográficos” relativos ao CEP que publicou e que lhe terão sido remetidos pela revista ou reproduzidos a partir dela (provavelmente, fotografias de Arnaldo Garcês). As cartas dos políticos e jornalistas agradecem o envio da revista e felicitam a iniciativa. O literato e cronista Philius Lebesgue, um mediterraneanista que se subscreve como “um velho amigo de Portugal”, anuncia que iria referir-se à revista *Portugal na Guerra* na sua próxima crónica no *Mercure de France* e que a usaria num estudo sobre o combatente lusitano que estaria a preparar. O antigo ministro e senador Jules Goden sublinha o seu interesse testemunhal. O jornalista e sociólogo francês Jean Finot, de ascendência polaca, sócio-

-correspondente da Academia Brasileira de Letras, salientava que a *Portugal na Guerra* se distinguiu positivamente dos restantes periódicos similares criados durante a guerra.

A revista quis, portanto, propagandar o esforço de guerra português junto da imprensa francesa, com quem procurou estabelecer laços e à qual forneceu fotografias do CEP, e junto dos notáveis da política e do jornalismo em França. Por essa razão, a revista publicou apontamentos em francês.

Um texto intitulado “A nossa revista”, publicado no sétimo número, salienta que era “pela imagem” que a publicação teria “feito conhecer (...) o heroico esforço militar português em França” e o “panorama curioso” da cooperação militar portuguesa (n.º 7: p.7). Os editores de *Portugal na Guerra* desejavam, portanto, afirmá-la como uma revista ilustrada, capaz de documentar – e de *propagandar* – fotograficamente a presença dos expedicionários portugueses em França, e estavam autoconvencidos dos seus “patrióticos esforços”. É nesse quadro que se compreende a política de difusão gratuita da revista junto das altas individualidades francesas e da imprensa de França:

Tem sido para nós extremamente honroso as cartas que temos continuado a receber (...), constituindo um público testemunho de alto apreço aos nossos patrióticos esforços. No mês findo, mandámos encadernar luxuosamente (...) um certo número de coleções do *Portugal na Guerra* para oferecer a algumas notabilidades francesas na política, na ciência e nas artes. Recebemos as mais requintadas frases de agradecimento (...). O senhor Presidente da República Francesa (...), o senhor (...) presidente da Câmara dos Deputados, o senhor Painlevé, sábio membro do Instituto de França e ex-presidente do Conselho de Ministros, o senador e ex-ministro Jules Godin, o ex-ministro e ilustre economista Yves Guyot, todas essas notabilidades francesas nos enviaram cartas (...) agradecendo as coleções oferecidas. Ainda há pouco recebemos outra carta do eminente jurisconsulto francês (...) Edouard Clunet, agradecendo também a nossa revista.

Muitas folhas parisienses e departamentais se têm referido à nossa publicação com elogio. E dos principais membros da colónia portuguesa em Pais temos igualmente recebido palavras (...) de muito apreço. A nossa publicação obteve mesmo um grande sucesso em colónias distantes, porque entre os jornais que à nossa revista se têm referido destacamos uma folha de Tonkim⁵⁹! A imprensa brasileira cita-nos amiudadas vezes e temos visto transcrições de artigos da nossa revista nos quotidianos mais lidos do Rio, de São Paulo, de Minas e do Pará. (n.º 7: p.7)

A revista *Portugal na Guerra* teria sido, em consequência, encarada pelos poderes públicos portugueses – designadamente, com bastante probabilidade, por Norton de Matos – como um instrumento de propaganda nacional quer junto da nata dos portugueses em Paris quer

⁵⁹ O redator refere-se, possivelmente, à região vietnamita de Tonquim – o Vietname era, então, uma colónia francesa (Indochina Francesa).

junto dos restantes aliados, nomeadamente junto dos franceses. A publicação serviu, pois, para relembrar continuamente aos aliados o esforço de guerra português para que, quando a guerra terminasse, o governo português pudesse reivindicar para o país as justas contrapartidas, em especial o direito à manutenção das colónias.

Referências

- Arthur, M.** (2007). *Faces of World War One: The Tragedy of the Great War in Words and Pictures*. London: Cassel Illustrated.
- Bishop, J.** (1982). *The Illustrated London News Social History of the First World War*. London: Angus & Robertson Publishers.
- Garambone, S.** (2003). *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Gilbert, M.** (2007). *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Knightley, P.** (1975). *The First Casualty: From the War Correspondent as Hero, Propagandist and Myth-Maker*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Lasswell, H.** (1927). *Propaganda Technique in the World War*. Cambridge: The MIT Press, 1971 (reprinted).
- Marquis, A. G.** (1978). Words as weapons: propaganda in Britain and Germany during the First World War. *Journal of Contemporary History*, vol. 13, n.º 3, 1978: pp. 467-498.
- Messinger, G. S.** (1992). *British Propaganda and the State in the First World War*. Manchester: Manchester University Press.
- Navarro, F.** (dir.) et al. (2005). *História Universal*. Vol. 19. Lisboa: Salvat/Promoway/Público.
- Novais, N. M.** (2013). *A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918. Os Jornais Intervencionistas e Anti-Intervencionistas. A Ação da Censura e da Propaganda*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Pizarroso Quintero, A.** (1993). *História da Propaganda Política*. Lisboa: Planeta Editora.
- Sanders, M. L.** (1975). Wellington House and British propaganda during the First World War. *The Historical Journal*, vol. 18, n.º 1: pp. 119-146.
- Sanders, M. L.; Taylor, P. M.** (1982). *British Propaganda During the First World War, 1914-18*. London: MacMillan.

V. Posters

**CONGRESSO INTERNACIONAL
DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**

Centenário da Batalha de La Lys

**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Fernando Pessoa | Porto | Portugal**

9 a 11 de abril de 2018



UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA

idn Instituto
da Defesa Nacional

Mais informações:
<http://www.congressobatalhadelalys.ufp.edu.pt>
lalys@ufp.edu.pt



**FIRST WORLD WAR
INTERNATIONAL CONGRESS**

Centenary of the Battle of La Lys

**Faculty of Human and Social Sciences
University Fernando Pessoa | Porto | Portugal**

9-11 April 2018



UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA

idn Instituto
da Defesa Nacional

For more information:
<http://www.congressobatalhadelays.ufp.edu.pt>
lalys@ufp.edu.pt



**CONGRÈS INTERNATIONAL
SUR LA PREMIÈRE GUERRE MONDIALE**

Centenaire de la bataille de La Lys

**Faculté des sciences humaines et sociales,
Université Fernando Pessoa | Porto | Portugal**

9-11 avril 2018



UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA

idn Instituto
da Defesa Nacional

Informações:
<http://www.congressobatalhadelalys.ufp.edu.pt>
lalys@ufp.edu.pt



Images and Comments on the Red Cross and Red Crescent during WWI Images et commentaires sur la Croix Rouge et le Croissant Rouge durant la Première Guerre mondiale



João Casqueira Cardoso & Isabel Silva (UFP)

Abstract

The Red Cross and Red Crescent international movement played a major role in the First World War. The **International Committee of the Red Cross** (ICRC), created in the late 1860s in Geneva, headed the movement and supervised the so-called "Law of War". In addition, the National Societies of the Red Cross gained a new and essential place in the movement, especially with what regards the help to the wounded and sick in the rear. A question is raised, however, about the effective aid that the Portuguese soldiers actually received, both before and after the battle of La Lys. What emerges from testimonies is the lack of material and psychological, that the Portuguese troops had to endure in France, both in the field and as War prisoners.

New Role of the Red Cross



1

Implementation of the Law of War

During the First World War, the Red Cross as a whole, helped to minimize the cruelty of war, together with several charity associations, national governments, civilians and the military forces newly protected by the 'Red Cross' or 'Geneva Cross' emblem used by 'sanitary formations and establishments, the personnel and 'materiel' protected by the convention" (Article 23 of the **Geneva Convention** for the Amelioration of the Condition of the Wounded and Sick in Armies in the Field, 6 July 1906)(ICRC, 2018). There was serious risks for civilians to get involved in cares, being less protected than soldiers. Many civilians will be made prisoners or war hostages (HPI, 2018).

Prisoners of War (POW)

The ICRC had the task to monitor the implementation of the Geneva Convention which in practice enlarged its role to the control of all POW (Article 2 of the Convention states that: "(...) the sick and wounded of an army who fall into the power of the other belligerent become prisoners of war, and the general rules of international law in respect to prisoners become applicable to them). In order to assist the POW, the ICRC created the International POW Agency, located in Geneva, and in charge of distributing mail and goods to all POW of all the nationalities, and also to identify and report the fate of the wounded, sick or dead soldiers to their families. The daily life of POW depended essentially on the level of material aid provided by their respective national governments and on the initiatives of the national charity societies, including the Red Cross National Societies.

In Portugal, a Service to War Prisoners existed since September 1917. In March 1918, after the massive wave of Portuguese POW, a Central Information Commission on POW was created, integrating a member of the Portuguese Red Cross (Oliveira, 2017, p. 35). Portuguese authorities actually relied on the International POW Agency work. Portuguese POW faced extreme necessity and the survival in the camps was often due to the help of other nationalities. The Red Cross, was present here, thanks to its link with a private association in Switzerland (the 'Leusante Committee'), that sent punctual aid and made contacts (Montico, 2005, p. 284).

International POW Agency



2

Terror War

The life in the trenches was, in itself, a suffering. To add to this, chemical weapons were used and gases were a true terror weapon. In the first years of war, Chlorine and Phosgene were used by both sides. First by the German Army, then by the British Army. Since July 1917, the German Army used Mustard gas, near the town of Ypres in Belgium (OPCW, 2018). The ICRC made an appeal, but an appeal only, in February 1918, to the belligerents and to the governments involved in the war, to ban the use of gas. The legal basis for this was the Article 23 of the **IV Hague Convention** respecting the Laws and Customs of War on Land of 18 October 1907, stating that "(...) it is especially forbidden: (a) To employ poison or poisoned weapons". This kind of weapon caused serious psychological damages, and many soldiers ran away, refused to attack or fight, or got mad.



3

Legends and Bibliography

Legends:

1. Portuguese Army Officers POW in Mackenbourg Camp (Publico, 2018).
2. Portuguese soldiers in the trenches (Ilustração Portuguesa, II Série, N.º 803, 10 September 1917).
3. Portuguese soldiers in the trenches (Ilustração Portuguesa, II Série, N.º 803, 10 September 1917).

Bibliography:

- HPI (L'Histoire Par l'Image)(2018). *Déportation de prisonniers civils durant la Première guerre mondiale*.
 Montico, 1990. *Os Prisioneiros de Guerra*.
 Oliveira, Maria-José (2017). *Prisioneiros Portugueses da Primeira Guerra Mundial Frente Europeia - 1917/1918*. Porto Salvo: Edição Salva de Emergência.
 OPCW (Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons (2018). *Brief History of Chemical Weapons in Use*.

João Casqueira Cardoso & Isabel Silva
 Images and Comments on the Red Cross...

THE FIRST WORLD WAR IN THE CITY OF PORTO

Contributions to the knowledge of daily lives and sociability's during the war (1917)



Catarina Nogueira Pereira ^a & Diogo Guedes Vidal ^b

^a Master Student in History and Heritage, FLUP, University of Porto. catarina_nogueira@live.com.pt

^b PhD Student and Researcher, UFP Energy, Environment and Health Research Unit, University Fernando Pessoa. diogovidal@ufp.edu.pt

INTRODUCTION

First World War began in 1914 and ended in 1918 [1, 2]. Portugal went to war through the CEP – Expeditionary Portuguese Body – in Flanders between November 1917 and April 1918 [3]. This intervention had direct impacts on population daily lives, resulting in profound changes in multiple dimensions of Portuguese society, mobilizing a male contingent in an active age. This demographic change results in a restructuring of the women role in society. Porto, as a coastal and maritime municipality, sees the war closely [4]. This research intends to share, supported in bibliographical and documentary evidences, the reality of the city in 1917 and in what way its participation in the war affected their dynamics.

OBJECTIVES

The main objectives of this work were:

- Analyze and explore the documentary heritage of the Great War period in Porto;
- Establish connections between the state of art and the quotidian's during the war presents in the documentary heritage;
- To know the quotidian's and sociability's of Porto in the year 1917.

METHODS

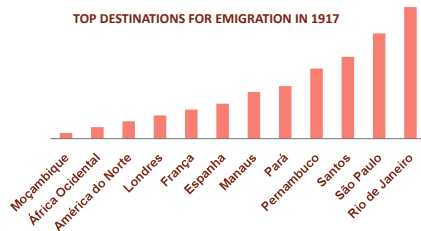
Document analyze – historiographic research

Four funds consulted at ADP – Porto District Archive:

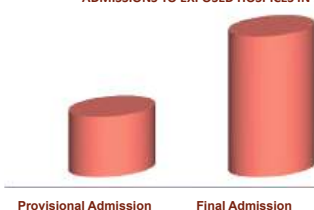
- Immigrant Passport Processes and letters of call;
- Entrance Records at Exposed Hospices;
- Notary Registration;
- Porto railways company.

RESULTS

TOP DESTINATIONS FOR EMIGRATION IN 1917



ADMISSIONS TO EXPOSED HOSPICES IN 1917



Querida Justina saúde é o que de coração te desejo assim como ao nosso querido filho. Eu fico bem graças a providencia. De hoje em diante continuo empregado. Tenho esperada pela tua chegada. E ca vers ter se Deus te der bña viagem quando tu chegares em Santos eu bou dentro do vapor perguntar o teu comportamento durante a viagem. Excerpt from the letter of call inserted in the Passport Process nº 1108, of December 10, 1917. PT / ADPRT / AC / GCPRT / J-E / 099/0441. Source: Porto District Archive.
Description: A husband writes to his wife explaining his situation in Brazil. Tell him that he awaits her arrival on the steamboat where he will ask about her behaviour during the trip.

Foi a referida creança admitida definitivamente nesta Casa-Hospicio na qualidade de desvalida e matriculada com o numero novecentos e noventa e três da quinta serie, em virtude de se declarar no officio, que a acompanhou, qua a mãe se acha presa na referida cadeia (Cadeia Civil da Porto) e não tem leite para amamentar a filha. Excerpt from the admission process no. 993, at February 28, 1917. PT / ADPRT / ACD / CRPRT / AE / 002/0536. Source: Porto District Archive.
Description: A child is admitted as a disabled because her mother is trapped in jail and does not have milk to breastfeed.

...que não pode haver duvida de que não existindo, como não existe contrato, ou acordo especial em contrario, o preço do metro quadrado de repartição de pavimento a pagar pela Companhia não pode ser outro senão o fixado na tabela (...) a redução feita nos termos da citada deliberação foi uma concessão voluntaria e um acto de equidade da Camara que a Companhia melhor deveria saber apreciar, tanto mais quanto é certo e ninguém pode por em duvida que desde o começo da guerra [julho de mil novecentos e catorze] havia motivo para aumento e não deminuição de taxa, em consequência do conhecido aumento dos preços não só da mão de obra mas também dos materiais de construção... Excerpt from correspondence in file No. 412 of March 6, 1917. Source: Porto District Archive

Description: An exchange of correspondence between the Porto Chamber and the collective transport company in which it denies the decrease of the payment of the rent due to the increases provoked by the entrance of Portugal in the war.

CONCLUSIONS

The historiographic analyse show a city marked by emigration and families hoping for a better future. Even in war, the city continue to create companies and public transports continue to be assumed as main tool to circulate in the city. Although this evidence, many of those live in poor conditions, with a high poverty level. The last hope of many children to survive was their admission to the Exposed Hospice (an institution with the mission to host abandoned children), but most died shortly after admission.

REFERENCES

- [1] Arrifes, M. F. (2004). A primeira guerra mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918). Lisboa: Cosmos
- [2] Willmott, H. (2003). World War I. Nova Iorque: Dorling Kindersley.
- [3] Fraga, L. A. (2003). Reflexos do Sidonismo: o CEP abandonado. In A. Afonso, & C. d. Gomes, Portugal e a Grande Guerra:1914-1918. Lisboa: Diário de Notícias
- [4] Araújo, F. M. (2014). Impressões Jornalísticas sobre o Porto na Grande Guerra. Atas do Encontro " A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações. CITCEM



FIRST WORLD WAR INTERNACIONAL CONGRESS – LA LYS BATTLE CENTENARY | FCHS - UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA | 2018

Catarina Nogueira Pereira & Diogo Guedes Vidal

The First World War in the city of Porto. Contributions to the knowledge of daily lives and sociability's during the war (1917)

GRANDE GUERRE : LES INDIGÈNES DE L'ARMÉE D'AFRIQUE

Mehdi Jendoubi

Licence en Science Politique et Relations Internationales. Université Fernando Pessoa, Porto
Mehdi.jendoubi.ufp@gmail.com



INTRODUCTION

Avant la guerre, les troupes de Marine sont les premières à recruter des « indigènes » dans leurs rangs, du fait de leur présence ancienne dans les territoires d'outre-mer. Maroussin et Biges forment un corps embryonnaire. La Marine n'a pas la même conception du choix des « indigènes » à recruter que l'armée de terre. La première s'appuie plutôt sur ceux qui pratiquent un religion amicale alors que la seconde fait davantage confiance aux musulmans. Suite aux incidents de Fachoda, et pour pallier aux difficultés liées à l'adaptation au climat, un programme d'incorporation ambulatoire de troupes indigènes est approuvé par les officiers Mangin et Gouraud, futurs héros de la Grande Guerre. Si l'Armée d'Afrique impliquant déjà fortement les indigènes d'Afrique du Nord avant 1914, les nécessités du premier conflit mondial vont lui faire connaître une mutation sans précédent. Malgré les réticences du pouvoir civil et politique ainsi que l'inquiétude des colons, l'armée favorisera leur recrutement massif et leur utilisation en premières lignes sur tous les théâtres d'opérations. De 1913 à 1915, des décrets spéciaux permettent de recruter librement dans tout l'empire colonial. L'Algérie fut particulièrement sollicitée, en fournissant la plupart des capitaines, des produits, ainsi que des hommes pour le front et pour le travail d'usine. Par ailleurs, le service militaire y fut instauré en 1912 contrairement au Maroc ou à la Tunisie. Au début de la mobilisation, l'union sacrée rendit les indigènes favorables, ceux-ci nourrissant l'espoir que l'emploi du sang serait remboursé par l'amélioration de leur condition. Bien que le Sultan jouissait d'un prestige certain, dû à son statut de commandant des croyants, les tentatives Germano-Ottomanes pour soulever les populations contre l'Infidèle n'eurent aucun écho, même chez les prisonniers de guerre. Après les hécatombes de 1914, les recrues sont mieux formées. En 1915, on élargit le recrutement à de nouvelles colonies. Clemenceau clame à la chambre : « il nous faut 500 000 indigènes » car les fronts deviennent plus nombreux. Même si la proportion des conscrits est faible comparée à la métropole, la proportion des pertes sera importante, due aux engagements dans les batailles les plus sanglantes. En 1914, on 25 000 tirailleurs algériens sont incorporés, la plupart sont des engagés. Entre 1916 et 1917, la moitié des Sénégalais de la « Force Noire » sous les ordres du général Mangin sont tués, blessés ou prisonniers, lors de la boucherie du Chemin des Dames. Le recrutement devient alors difficile, les villages peinant à fournir des hommes et à poursuivre l'effort agricole, afin de fournir les troupes et la métropole.



MÉTHOLOGIE

-L'absence de statistiques ethniques et la mixité des unités coloniales et d'Afrique, compliquent l'étude des indigènes dans l'armée française. Il faut donc recouper soigneusement, les récits, les rapports, et les travaux des historiens.
- Il faut rester prudent concernant les chiffres, autant sur les effectifs engagés que sur les pertes.



LES PRINCIPAUX REGIMENTS

L'Armée d'Afrique : 302.000 mobilisés sur une population de 15 millions de personnes dont 200.000 en Afrique française du Nord (Algérie, Maroc, Tunisie), 19.000 au Levant (Syrie-Liban actuels) et 79.000 en France métropolitaine. Environ 173.000 Algériens, 58.770 Tunisiens et 25.000 Marocains ont participé à la « Der des Der » au sein de l'armée d'Afrique. On estime qu'environ la moitié de l'armée d'Afrique était composée d'indigènes.

L'Armée Coloniale : Les tirailleurs sénégalais sont créés en 1857. Avec l'extension des colonies, apparaissent des tirailleurs indochinois, malgaches, somalis. Ces unités dites coloniales, alignant Européens et indigènes. 146.000 mobilisés en France, en Afrique française du Nord, et au Levant dont 6.000 Africains, 14.000 Malgaches, 15.000 Indochinois. Tous ces tirailleurs appartiennent aux troupes de marine ou coloniales. Les Zouaves : corps d'infanterie légère de l'Armée d'Afrique. Le corps des zouaves fut créé lors de la conquête de l'Algérie. Avec les régiments de tirailleurs algériens, ils sont parmi les plus décorés de l'armée française, juste après le régiment d'infanterie coloniale du Maroc et le régiment de marche de la Légion étrangère.

- L'uniforme des zouaves est assez sophistiqué, et inconfortable. Les zouaves portaient un fez avec un gland coloré et un turban, une veste courte et ajustée sans boutons, une large ceinture de toile longue de trois mètres enroulée autour de la taille, des culottes bouffantes, des gaites blanches et des jambières. La cœmure était l'élément le plus difficile à mettre, le zouave devant souvent appeler à l'aide un de ses compagnons. L'uniforme était cependant particulièrement adapté aux climats chauds et rudes de la montagne algérienne.
- Les tirailleurs et régiments de mouches :
- Composés d'environ 70 pour cent d'indigènes, les tirailleurs sont des unités d'infanterie légère. Ils participent à toutes les campagnes militaires du Second Empire et de la IIIe République et se distinguent particulièrement lors de la Première Guerre mondiale, au cours de laquelle les 14 régiments ayant combattu obtiennent 55 citations à l'ordre de l'armée.
- L'image des « turcs » était positive. Les qualités guerrières, reconnues dans l'imagerie officielle nourrissent le stéréotype du guerrier efficace qu'il fallait encadrer fermement.
- Au cours de la guerre est décidée la création de performants régiments mixtes de Zouaves et de Tirailleurs.



ASPECT HUMAIN

- Selon le Code de l'indigénat, les colonisés sont sujets de l'empire. Seule une minorité, et dans des circonstances très particulières, a accès à la citoyenneté française.
- Les témoignages rapportent que malgré le rapport colonial, il existe une fraternité d'armes, surtout dans les tranchées.
- «Paternalisme» du commandement, respect des coutumes et soins médicaux qui contrastent avec le statut dans les colonies.
- Premier flux migratoire massif pour l'industrie : 15 000 ouvriers indigènes en métropole avant guerre. 180 000 seront envoyés pendant le conflit. Beaucoup resteront.
- Découverte du monde ouvrier et syndical pour les algériens. Ils furent initiés à l'usine, à la grève et fréquemment parolisés des français polifines.

ASPECT MILITAIRE

En 1914, les opérations de mobilisation ne pas très importantes. Des tirailleurs algériens sont toutefois envoyés rapidement vers le front. En septembre 1914, plusieurs régiments sont sous le feu lors de la bataille de la Marne. Des hommes qui n'avaient jamais vu l'Europe et qui n'avaient pas encore reçu d'instruction militaire y furent déçus. On les a retirés du front et on les a formés.
- Quelques cas de panique dans les troupes au début des hostilités.
- Quasiement pas de mutineries, mais après 1917, la levée des troupes devient difficile du fait des réticences dans les villages.
- L'exemple de Verdun : 80 et 96 000 hommes issus de l'empire, aussi bien de l'empire d'Afrique du Nord, que de l'empire subsaharien que d'Indochine ou de Madagascar.

- Beaucoup d'indigènes dans les bataillons d'étape. Ce sont les soldats qui entretiennent les voies de communication sous les tirs ennemis.
- On mélange les unités. Les soldats dits indigènes sont meilleurs dans l'assaut que dans le stationnement.
- Pertes dans l'armée coloniale : 4 500 tués, 25 500 blessés et disparus, 49 000 prisonniers dont 28 000 Africains, 12 000 Indochinois et 9 000 Malgaches sur environ 105 000 hommes engagés dans les combats.

- Pertes dans l'Armée d'Afrique : 5 400 «indigènes» et 2 700 «Européens» tués, 8 800 blessés et 64 700 prisonniers ou disparus sur 80 000 hommes engagés dans les combats.
- Le Maréchal Foch fit propos de la bataille de la Marne : «La fortune a voulu que la «division marocaine» composée d'Algériens, de Tunisiens, de zouaves et de légionnaires fit la !"
- Alexandre Millerand, ministre de la guerre : «Disciplinés au feu comme à la manœuvre, ardents dans l'attaque, tenaces dans la défense de leurs positions jusqu'au sacrifice, supportant au-delà de toute prévision les rigueurs du climat du nord, ils donnent la preuve indiscutable de leur valeur guerrière».

CONCLUSION

Malgré l'effroyable dureté des combats, on peut dire que l'ordre militaire se révèle finalement moins oppressif et moins discriminatoire que l'ordre colonial. A la fin de la guerre, les unités de tirailleurs maghrébains figurent parmi les plus décorées de l'armée française. Leurs pertes s'élevaient à 25 000 tués pour les Algériens, 9 800 pour les Tunisiens et 12 000 pour les Marocains, sans oublier des dizaines de milliers de grands blessés et d'invalides.
Les carnages qui broyaient indistinctement les hommes firent paradoxalement reculer les discriminations. Les attentions paternalistes du commandement, l'universalisme et la bienveillance des soins médicaux contrastant fortement avec leur statut ordinaire. L'esprit de corps sous un chef récompensé, fit sortir ces jeunes hommes de l'ordre et du chef, dans l'unité sacrificielle se déploya dans une atmosphère patriotique. Ces germes sont peut être l'embryon de conscience nationale et qui renaitra à la faveur des événements historiques à venir.

BIBLIOGRAPHIE / CRÉDITS PHOTOGRAPHIQUES

Clayton, Anthony. *Histoire de l'armée française en Afrique: 1830-1962*. Albin Michel, 1994.
Pierre Moquet, *Les Poilus d'orient*. Fayard, 1998.
Fagury, Richard S. *Race and war in France: colonial subjects in the French army, 1914-1918*. IHU Press, 2008.
Photos :
ANN ROMAN PICTURE LIBRARY/PHOTO12.
Bibliothèque nationale de France.
Historial de Péronne / AFP / Des tirailleurs marocains dans les rues d'Amiens en 1914.
PELLERIN Charles, 1852. *Wikipedia*.
Le général Joffre décorant des tirailleurs de la Division marocaine en 1915. *Wikipedia*. Domaine public.

Remerciements

Professor João Cascastra
Professor José Martins
NCPRI da UFP
Dedid à Farid Aysche



Mehdi Jendoubi
Grande Guerra: les indigènes de l'armée d'Afrique

VI. Outros

Phenomenological exploration of emigration and acculturation: War and peace between the individual position and States

Joaquim Castro

Mestre em Psicologia pela FCHS/UFPA

On behalf of my maternal great-grandfather and grandfather, because both were soldiers in the World War I

Abstract: This exploratory and qualitative study describes the author's personal experiences of emigration. A first part of the article focuses on the relationship between the individual rights and the State violence. Colonization, wars, and discrimination increases the Portuguese forced emigration flows. In the second part, this exploratory work applies the method of phenomenological reduction, and thus attempts to be descriptive, rather than normative and prescriptive. The focus is on ethnic identity and on the emigration experience, in comparative reflection to the main acculturation models. Labeling is often perceived as intrusive and causes discord with the individual's self-categorization. The author, from Portugal, experiences social pressure for self-categorization in France, as well as in Portugal. The ordinary categorizing words "immigrant" and "emigrant" are labels. Each label carries attributes related to otherness, and low socioeconomic status. The personal experience is close to fusion acculturation.

Keywords: acculturation, ethnic identity, migration, State violence, saudade.

Resumo: Este estudo exploratório e qualitativo descreve as experiências pessoais do autor. Uma primeira parte do artigo foca a relação entre os direitos individuais e a violência do Estado. Colonização, guerras e discriminação aumentam os fluxos portugueses de emigração forçada. Na segunda parte, este trabalho exploratório aplica o método de redução fenomenológica e, portanto, tenta ser descritivo, em vez de normativo e prescritivo. O foco está na identidade étnica e na experiência de emigração, em reflexão comparativa aos principais modelos de aculturação. A rotulagem é frequentemente percebida como intrusiva e causa discórdia com a auto-categorização do indivíduo. O autor, de origem portuguesa, experimenta pressão social por autocategorização na França, assim como em Portugal. As palavras comuns de categorização "imigrante" e "emigrante" são rótulos. Cada rótulo carrega atributos relacionados à alteridade e baixo status socioeconômico. A experiência pessoal está próxima da aculturação de fusão.

Palavras-chave: aculturação, identidade étnica, migração, Estado violência, saudade.

Introduction

Migration may be disruptive at national and international levels. It may be also disruptive at individual and collective levels. Migration is an international topic (Knepper, 2010), for instance, between France and the United Kingdom. Migration is also a politicized topic (Pecoud, 2015), because it is often manipulated by the left-right political spectrum.

Migrations are a constant in the Human evolution (Coppens, 2012). Today, due to migrations, almost all cultures are changing (Wihtol, 2013). Culture is made by innovation, diffusion, and acculturation. Innovation takes place in a particular cultural group. Diffusion does not need direct contact between cultures, but acculturation requires enduring direct contact. Migration and acculturation encompass contact between cultures, and both transform, and often improve cultures and individuals.

Acculturation concept appears in anthropology in the European colonization of North America (Powell, 1880). Acculturation focuses on the dominated North American minorities, mainly on the Indigenous (Castro, 2017a). At the beginning of the 20th century, sociology focuses on immigrants (Castro, 2017b). Hence, acculturation appears in colonial times (Rudmin, Wang, & Castro, 2017), and it has attached a past of violence.

Acculturation research is nearly dismissed in the anthropological literature (Castro, 2017a, 2018a, b; Winthrop, 1991), and it is replaced by social movements, and by the cultural change topic. The latter is, in fact, a main dimension of the acculturation concept, and it was employed earlier by the British anthropologists (Malinowski, 1958/1945). German anthropologists have taken a similar position (Westphal-Hellbusch, 1959). According to Bastide (1968), in France is employed the expression interpenetration of civilizations (*interpénétration des civilisations*), and in the Spanish (Castilian) language is also applied the word transculturation due to Ortiz's work (1995/1940).

In sociology, acculturation is studied mainly regarding immigrants, and it applies the assimilation model (Castro, 2017b; Portes, Fernández-Kelly, & Haller, 2005). In psychology, acculturation research appears generally after the 60s of the 20th century, and the multicultural model is pervasive (Berry, 2001). Nowadays, acculturation research is under a deadlock (Rudmin, 2009; Rudmin, et al., 2017). The deadlock is due to historical, political, and methodological reasons.

Psychology works with intrapsychological data, for instance, emotional, and cognitive data. However, data comes, and it is applied in social context. In anthropology, the violent past of acculturation is acknowledged. However, in psychology, it is rarely acknowledged. The current and dominant research is grounded on attitudes (cultural preferences) concerning minorities, and immigrants. However, according to the current article, it is necessary to report the immigrant personal experiences.

This article aimed to be a contribution to solve that deadlock. It applied personal experiences in a phenomenological way. It was more emic than etic, because it barely compared cultures, and it described personal experiences.

1. Acculturation definition

The acculturation phenomenon may be defined by its main dimensions, i.e., intercultural contact, mutual interactions between different cultures (Castro, & Rudmin, 2017; Redfield, Linton, & Herskovits, 1936), to learn a second culture (Powell, 1880; Rudmin, 2009), and by individual and collective cultural changes (Boas, 1982/1940).

1.1. Acculturation models

The acculturation topic has four models, i.e., assimilation, multicultural, fusion, and intercultural (Castro, 2012, 2014a, b, 2015, 2016a, b, c, d; Taylor, 2012). According to Castro (2015), in the assimilation model, the minority culture is expected to disappear. The mutual learning will not be reported, because the minority will be completely assimilated. The European policies in the 19th century and the Chicago School (Park, 1928) are examples of the assimilation model.

In the multicultural model, the minority culture is expected to adapt and, at the same time, to maintain its culture (Berry, 2001). In the model, only the minority is described as learning, and both cultures interact with the larger society. The Berry Model (2001) is an example of the multicultural approach.

In the fusion model, there are interactions, mixtures, and mutual learning between different cultures. Cultural mixtures are expected to produce a new culture with internal diversity (Castro, 2012, 2014a, b, 2015, 2016a, b). The works of Freyre (1986/1933), Ortiz (1995/1940), and Alexander the Great (Simons, 1901) were examples of the fusion model.

In the intercultural model, at the private level, the minority may change or maintain its cultural legacy, because of the *laissez-faire*. However, the minority at the public level is expected to adapt to the majority culture, for instance, at labor and educational domains. At the institutional level, the interaction between different cultures is reduced. The universal values of the French Republic may be an example of the model. The intercultural model is also connected to the Francophone culture of Quebec (Taylor, 2012).

2. Categories of migration

In the Universal Declaration of Human Rights (UDHR), the article 13 stated that free displacement is a Universal Human Right (United Nations, 2015/1948). However, human migrations encountered legal limits placed on State borders (Scott, 2009). They also encountered limits on natural barriers, e.g., seas or mountains. Besides the legal and the natural borders, there are also cultural, ethnic, religious, linguistic, economic, lifestyle, and membership borders.

Migrations may be collective, individual, forced and voluntary. Wars and colonization are collective and forced migrations. The history of Portugal started with the Reconquest (1139–1249), which resulted in the crusades, and conquest of territories in the North of Africa, e.g., Ceuta in 1415. Later, it drove to colonization (Dupront, 1997) and Portuguese Empire (1415–1999).

The emigration flow that occurred in the 19th century to Brazil was often individual. The Independence of Brazil, in 1822, transformed the Portuguese settlers in immigrants. The Portuguese emigration to Europe in the mid-twentieth century was also individual. However, it may be hardly called voluntary. It was done to escape from the Colonial War (1961-1974), and political oppression.

Voluntary emigration encompasses free will, and the absence of social constraints. Transnational and cosmopolitan entrepreneurs correspond to the voluntary category. However, the Portuguese emigrant flows were rarely voluntary.

Portugal is a unitary semi-presidential representative *democratic* republic, and it is considered a developed country. However, the Portuguese recent migrants are often coerced, due to social constraints. Hence, forced migration is produced by social discrimination, and it is understood as deprivation of liberty, and access to opportunities, and services (Allport, 1954).

The Portuguese State is in a difficult situation regarding emigration. It may stop it, for instance, through repression, like in the 1960s, but it would be in opposition to a universal human right. However, on the contrary, the Portuguese ordoliberal government (2011-2015) encouraged it, and it failed as a State, because it did not keep the population stable. Historically, the Portuguese migrations gain collective and forced characteristics. State, institutions, and upper classes are responsible for emigration. Wars often increase migrations, for instance, during the First World War the Portuguese emigration to Brazil increased (Ferreira & Rocha, 2013), and later it started the first emigration flow to France (Alves, 1988; Pereira, 2013), which boosted during the Colonial War (1961-1974).

3. Historical events

3.1. Agriculture, territory, ownership, and culture

The Paleoanthropologists stated that human groups started to be sedentary in the Levant and the Middle East, circa 12 000 years ago. Agriculture boosted the creation of culture and changed completely nature. The current fauna and flora were the outcomes of the Anthropocene (Latour, 2015). Today, archaeological evidence reported that sedentary groups were surrounded by their deaths. The worship of the ancestors was a way to justified the collective ownership of territory, besides its religious function (Coppens, 2012).

The sedentary lifestyle enhanced the emergence of cities, and networks among them. It created the first empires. The limits of the empire were its borders, which were sometimes blurred. The current notion of borders is grounded in the Western culture (Hobsbawm, 1995), and it is dominant in the planet, including the Arctic, and the Amazon rainforest (Clastres, 1974). Hence, the migrant individual is labeled mainly by its nationality. A sovereign State has sovereignty over a territory and population (Scott, 2009), and the individual rights may be banned under the State power.

3.2. Collective and historical narratives

The State creates a collective narrative, and often a characteristic culture. In Ancient Greece, the collective memory started to be written by Homer. In the Portuguese culture, Camões (1524 or 1525–1580) wrote the epic work *Os Lusíadas* (The Lusiads).

In Ancient Greece the representation of the planet was very different than the current representation. Currently, it is considered that the sailors under the Portuguese Crown, and *Ferdinand Magellan* (1480–1521) started the globalization process. All cultural groups were potentially in contact, and the isolation of the earlier Homo sapiens groups ended.

The Portuguese Empire is ambiguous, because one part is pointing out to an epic narrative, and another part is pointing out to colonial rule. Sedentary life was not the norm, and the Portuguese outbreak in other territories caused tragic changes.

3.3. Violence as a founder of culture

According to Freud (1919/1913, 1936), the founding act of culture was the symbolic killing of the father. The children were united by the guilt of father's death. Similarly, according to René Girard (1972), culture emerged associated with violence. The mimetic desire implied to get what was owned by the other person. Another form of cultural creation emerged by collective violence against a scapegoat. The mimetic desire, described by René Girard, was analogous to the projective identification described by Mélanie Klein (1964). In the projective identification an individual projected and located in another person feeling and thoughts that were intolerable. It worked to blame the other, and it was also similar to Girard's scapegoat. Furthermore, it aimed to assimilate the other. For instance, in the Progressive Era (1890s–1920s), to blame the natives or the African Americans for the delay in the North American progress was current (Castro 2017c, 2018a, b), and the same happened in the Portuguese colonies.

Klein's theory provides a clue to understand violence. One typical and very common emotion connected to projective identification is envy. Like projective identification it aims what other person has or is, and his or her destruction. Veblen explained how envy was important to explain the conspicuous consumption. Most of colonial empires and wars can be explained by the economic envy, e.g., Europeans were chasing El Dorado.

3.4. Colonialism and the First World War

It is acknowledged that that Portuguese Republic engaged in the First World War (1914 to 1918) to safeguard its colonies. Germans were in the South of Africa, and it endangered the Portuguese Empire. Hence, the Portuguese Republic supported the allied powers. The First World War increased the emigration flow to Brazil, and it started the emigration flow to Europe (Alves, 1988; Mendes, 1988; Muñoz, 1991).

As stated above, the Portuguese expansion was, at the same time, epic and violent. The British historian Charles Boxer (1959) opposed to Portuguese dictatorship (Estado Novo, 1933–1974). Boxer's academic work was outstanding. However, it gave the impression that the Portuguese Empire was worse than the British and Dutch Protestant Empires. It drove

to projective identification and splitting, because violence was pervasive, and there was no good object, and the common violent past prevented to plan the future.

Today, globalization, nuclear weapons, and ecologic (economic) exhaustion (Cohen, 2015) drove humanity to a deadlock. It is necessary to act and change, but, at the same time, current days are perceived as a dreadful period, and it includes science and culture (Latour, 2015). The situation is similar to the cognitive dissonance (Festinger, 1962), and to Klein's splitting, and to a lack of psychological consistency, because action and new information contradict ideals.

3.5. How to solve the ambivalence of violence

According to Norbert Elias (2012), one of the founding questions of sociology proposed by Auguste Comte (1798-1857) was how individuals gathered to form social groups, and societies. The question was connected to violence. The question was, in fact, a phenomenological experience, because it suspended the knowledge of the world, and took to consciousness the most basic that existed in minds.

Gregory Bateson (1935) accused anthropologists, and other social scientists of participating in colonial administration. The same Bateson provided a clue on how to solve the impairment represented by cognitive dissonance and splitting. Bateson said that only the introduction of new information was capable of leading to learning, and change. The splitting behavior tends to be dichotomous, and to annihilate the difference.

Projecting intolerable objects into the other individual may be a very short-term functional strategy. However, in order to reach a higher stage of mental and interpersonal functioning, the individual also needs to put intolerable objects within. Hence, an individual may be good and bad at the same time.

A similar solution was provided by Arendt (1958). Extreme collective violence may be accomplished by ordinary people. It avoids group essentialism, because it is a rationalization. Similarly, but in the opposite direction, it is necessary to think that tolerance is not exclusive to the Western liberal thought.

Other defense mechanisms that may trigger strong elaboration are; mindfulness (curiosity, openness, and acceptance); sublimation; tolerance regarding what is different; and rationalization with a permanent critic point of view. So, it implies to change the narrative, in an inclusive manner, and in different directions, which is, in fact, a defining dimension of science.

4. Methodology

4.1. Phenomenology

The current article is grounded in a phenomenological description of personal experiences about the own immigration. Edmund Husserl (1859-1938) introduces phenomenology in philosophy. Literally, phenomenology means to study what appears (from Greek

phainómenon “that which appears” and lógos “study”). It is the study of the structures of experience, and consciousness. In the current article, it is applied the phenomenological reduction. Therefore, it focuses on an analysis of experience, and the article is done taken into account what appeared in mind, and intentions.

4.2. Personal data

Cultural reality is increasingly complex, and social sciences are also part of that complexity (Morin, 2005). Knowledge about the own culture is very partial. Some elements of cultural legacies are stored in oral and written devices. Written systems are recent regarding the human evolution, because they appeared, for instance, in Sumer only circa 5,000 years ago (3,000 BC).

Westerns and other cultures, for instance, Polynesians, Mongols, and Arab Muslims conquered and colonized the planet. National narratives and identities are often celebrated in writing devices. Today, the global history is pervasively a Western construction, due to the Western social dominance for circa 500 years (Goody, 2006). Those narratives are also collective descriptions, and they are descriptions of dominant social classes. However, people stories were often dismissed (Zinn, 1994), and also the individual descriptions.

Immigration is often approached by the majority side, because the main question is how to incorporate immigrants (Brettel, & Hollifield, 2015). The emigrant and the individual points of view are often dismissed.

Personal documents are employed in the acculturation research connected to immigrants since the seminal work of Thomas and Znaniecki (1918). The pervasive research is grounded in cultural attitudes, consequently in predispositions for action. However, the current article argues that it requires personal descriptions.

4.3. Ethical issues

Migration is a politicized issue (Pecoud, 2015). Consequently, political manipulation and even personal and professional benefits have to be under vigilance. As stated at the outset, migrations are considered potentially disruptive at many stages. However, the current research does not provide a single solution for likely disruptions.

Frequently, attitudes are different than historical and personal experiences (Castro, 2017c; Navas, García, Sánchez, Rojas, Pumares, and Fernández, 2005). For instance, Herbert Spencer, in the 19th century, preferred a minimal interaction between Japan and the Western cultures. However, Herbert Spencer himself learned the Japanese culture. Consequently, he did fusion.

Another ethical issue is that the research should display its cultural background, and sociopolitical goals. This research prefers the fusion model. However, it does not state that it must be prescribed. It aims to be descriptive, and the goal is not to be normative and prescriptive (Miller, 1924). In the current article, fusion is approached as dynamic, and it is not studied as an expected outcome. Furthermore, fusion is considered a way of cultural creation with no particular content, and outcome.

5. Ethnic identity

Ethnic identity is dynamic (Barth, 1969; Phinney, & Ong, 2007), and it is a construction over the entire life span. Ethnic identity is also a multidimensional construct that refers to individual identity as a member of an ethnic group. The concept of ethnic identity has three main dimensions. The first dimension is the self-categorization. It may be the “I” and the “We”. It may be endorsed by other persons or cultural groups. The second dimension is the subjective sense of belonging to an ethnic group. The third dimension is its development by the exploratory behavior (Phinney, & Ong, 2007). The current article focuses the self-categorization and the subjective sense of belonging.

5.1. Self-categorization

Elias and Scotson (1994/1965) reported that it was the mere social relationship that produced a culture near Leicester in the United Kingdom. According to Barth (1969), it was the mere intercultural contact that produced ethnic identities, sometimes in the same culture. In the Western culture, many ethnic labels were ascribed in Ancient Greece, and in the Roman Empire, for instance, Germans. Today, ethnic groups are also labeled according to the States, for instance, the Russians. Often, religion is also a factor to create ethnic labels. Another frequent factor is the phenotype.

As stated above, the ethnic identity may be a self-categorization or may be ascribed by other individuals or cultural groups. The latter may be perceived as intrusive. Furthermore, the self-categorization, and the ascribed label may be discordant or concordant.

Labels change according to context, for instance, in Japan the author would be labeled as White and European, but, in the European Union, he would be considered as Portuguese. Furthermore, a person who experiences migration is often labeled in the second culture, but also in his or her departure country.

The immigrant person experiences a social pressure to define oneself regarding other persons, and cultural groups. It happens especially when differences are manifest, for instance, due to the poor use of the second language. In the current article, the ethnic identity topic was described taking into account both spaces, i.e., the departure and the receiving States.

5.1.1. Labeling in the second culture (France)

In the second culture, he experiences regular demands for self-categorization. It is often experienced as intrusive. However, it is normal to categorize persons (Barth, 1969), even at cognitive level, and everybody does it (Allport, 1954). In France, the label “Portuguese” has stereotypes attached. Stereotypes were connected to the Portuguese first generation of immigrants, and also to the Portuguese culture. Like many stereotypes, it has a part of reality, for instance, the dried and salted cod is a typical Portuguese food, but it is fished thousands of miles away from Portugal. It reminds the so-called Portuguese discoveries, which are also a component of the Portuguese auto stereotypes.

In the Schengen Area, there are free human movements between countries. However, the emigrant person will be considered as an immigrant. Additionally, the word “immi-

grant” is by itself a label. In the departure culture, occurs the same, and he or she will be labeled as “emigrant”.

5.1.2. Labeling in the departure culture (Portugal)

In the original culture, society, and State the migrant status also changes due to the mere absent regarding the social interactions. Abroad is perceived as farther than the internal migrants, and it is perceived as culturally different, and it makes that the immigrant individual gains a new ascribed label, i.e., “emigrant”. The reaction regarding the absence encompasses curiosity about the new culture, but also a pressure for conformity regarding the original culture.

According to the own experience, the emigrant person must be absent from the daily relationships at least one year. After that, he returns, and his or her status changes. The immigrant starts to be treated as an outsider, and mainly as an emigrant. In Portugal, Portuguese citizens who are living in France are labeled as “French”. Another endorsed label is the French word “avec” (with), and it encompasses a prejudice. In the Portuguese literature, the character of the emigrant appeared largely in the 19th century. For instance, the Portuguese novelist Eça de Queirós (1845–1900) wrote about Portuguese who returned from Brazil (Alves, 2004), and he despised them.

The intrusive demand to self-categorization is experienced as more intrusive in the departure than in the second culture. This social pressure occurs in regular social relationships. In the departure culture, natives are curious about the receiving culture. It encompasses acculturation, because they are getting information from an emigrant. It also encompasses intercultural comparisons, and sometimes it triggers conflicts.

The comparison works to choose what is considered the best culture. Hence, it works by exclusion, because the thinking is binary. It happens, maybe, due to the lack of liberal background in Portugal, and also because the North of Portugal has an individualistic and competitive culture (Todd, 1994). All cultural groups are sharing hetero and auto stereotypes (Vassiliou, Triandis, Vassiliou, & McGuire, 1972). Maybe, emigrants report new information that may disconfirm the auto stereotypes.

The current phenomenological approach has a consequence for the self-categorization topic. It argues that there is the self-categorization, i.e., “I” and/or “we”, and the ascribed labels in the departure, and in the receiving cultures. The combination of the three kinds of categorization provides several possible ethnic identities. All of them may appear isolated or at the same time (Goffman, 1959). However, for the migrant person, all of them coexist at the same time in her or his personal experience. The hetero categorization may be discordant, and it is often intrusive. Furthermore, conflicts may occur in the departure, and in the new culture. The disagreement reinforces his individualistic engagement, because the self-categorization is now more “I” than “we”.

5.2. Subjective sense of belonging

This section is also divided into the subjective sense of belonging regarding the departure culture, and regarding the second culture.

5.2.1. Subjective sense of belonging to the second culture

The second culture, society, and nation-state changed due to migration. Phenotypic traits changed also a little. Other experienced changes were the emotional expression, architecture, landscape (humanized territory), food, and etiquette. However, the main chance was connected to language.

Today, due to globalization, English is the *lingua Franca*, and the author often employs it. It does not help him to an immersion into the second language. He is from the northwest of Portugal, and that region is known to mix the spelling of the B and of the V letters. It is a barrier to a proper communication. The immigrant is well-educated by socialization; however, he does not manage the second language, mainly its written form. So, his incorporation into the second space is not easy.

Allport (1954) in his seminal work establishes several levels of prejudice. Antilocution is the first stage, and it encompasses negative verbal remarks against a person. The next stage is avoidance, and it occurs when members of the in-group actively avoid members of the out-group. Discrimination is the next level, and the out-group members are deprived of opportunities, and services. Physical attack and extermination are the additional stages.

The experienced discrimination in the departure culture is low, and acculturative distress is also low. However, it does not mean that he experiences a feeling of belonging to the second culture. He perceives himself mainly as an individual. Furthermore, the French intercultural model allows cultural maintenance at private level, and there is no social pressure to adhere to the French nationality, and to the supposed French ethnic identity.

5.2.2. Subjective sense of belonging to the departure culture

The migrant person experiences a feeling of rejection. However, that emotion, and cognition is connected to the original culture, essentially to the original State. A fundamental State's function is to maintain its population under its borders (Scott, 2009), because it needs manpower and taxpayers to keep the upper classes in their places. Hence, the State fails for emigrants. The emigrant person experiences rejection, and an increasing individualism. Hence, social discrimination occurs in the original culture.

Llano (1900) wrote what may be considered an earlier example of an individualistic point of view about the ethnic identity topic. He wrote "... race is a matter of supreme indifference to the individual, whose affections are confined within a circle of small radius, when compared with the entire field of human life... the race is the individual's greatest enemy no need to preservation. (Llano, 1900, p. 504).

However, the individualistic point of view has limits. Contact leads to categorize the ethnic identity, and then it triggers comparisons (Barth, 1969), and social differentiation. The current individualism and/or cosmopolitanism does not avoid categorization of the ethnic identity. It is important to state that social differentiation is not discrimination by itself. The self-categorization encompasses the "I" and the "we", and the subjective sense of belonging to the "we" decreased.

5.2.2.1. Phenomenology of saudade

In the American Psychologist, perhaps, the first article to relate migrations and emotions was written by Kline (1898), and it provided a positive meaning to nostalgia. Therefore, nostalgia was more connected to eustress than to distress. Nostalgia enhanced continuity between spaces, social adaptation, group cohesion, and strong mental health (Sedikides, Wildschut, Gaertner, Routledge, & Arndt, 2008).

In the Portuguese culture, nostalgia gained a peculiar meaning, and it is designated as saudade. Saudade protects mental health at individual level. However, at collective level, it may work as a power device. Saudade may be promoted by the State, institutions, commercial business, and it also works on interpersonal relationships (Foucault, 1980).

In the Portuguese literature, saudade appeared in Fernão Mendes Pinto (1589/1614). He lamented the intercultural violence and decided to return to Portugal. In the Portuguese historical narrative, saudade is related to emigration and colonization. The latter took place to outside, and increased territory, and cultural influence. It provided a sense of superiority (Adler, 1925). The emigration to Europe did not increase the territory, but it displaced population, and changed culture. Hence, it provided a sense of inferiority.

In the Portuguese historical narrative, saudade did the connection between emigration and colonization. In the 19th century, Brazil was already another State, but it was possible to maintain, and to enlarge the Portuguese culture by emigration. Another reason is that colonization and emigration occurred at the same time, because the colonial empire generally only ended in 1974. The connection between both was clear in New England (Taft, 1969/1923), because Portuguese and Cape Verdean immigrants were living together.

The Portuguese *accession* to the European Union in 1986, and its transnational scope ascribed a positive meaning to the Portuguese emigration. Hence, saudade established the link between the supposed Portuguese communities, and it established a temporal and symbolic link between empire and emigration. However, the symbolic cohesion does not solve the social differentiations within the Portuguese State, and it does not promote the democratic participation. For instance, emigrants are barely included in the political participation within the Portuguese unitary semi-presidential representative *democratic* republic. The symbolic cohesion operated by saudade benefits the upper social classes, for instance, due to remittances.

Rocha-Trindade (1987) argued that often the relationship between emigrants and Portugal was limited to the village. Similarly, when the author thinks about Portugal and saudade, what comes to mind is his personal relationships, and it are not the State, a territory or an abstract population.

6. Personal experience regarding the acculturation models

Acculturation models are described above. However, it is important to draw additional commentaries, because they are useful to understand the personal experience.

6.1. Marginalization may be an individual choice

In the Berry Model (2001), the cultural preference that implies, at the same time, to give up both cultures is called marginalization. It is likely at the ethnic identity level, but it is not possible at cognitive level, because to be under complete deculturation is not possible. For the current article, marginalization corresponds to the individualistic position (Bourhis, et al., 1997).

Marginalization is previously conceptualized in the literature. Park (1928) conceptualizes the marginal man as not belonging to any culture. The marginal man is in a diaspora, because he is without territory, and is rejected by both cultures. Therefore, the marginal man concept is connected to discrimination.

Today, marginalization is similar to the cosmopolitan position. Cosmopolitan position supposedly is not connected to any specific territory, and it says that the urban and diverse environments are its preference. However, it is hard to be cosmopolitan without any reference to culture and territory.

6.2. Phenomenological experience regarding models

The personal experience does not match in any model. Social assimilation does not take place, because he does not identify himself with the French State, and because it needs the majority acceptance. The multicultural model does not match also, because he is changing, and the multicultural model requires cultural maintenance. Furthermore, his ethnic identity also changed, but the major changes were at cognitive and individual stages. The changes on the ethnic identity have to include his relationship regarding the departure culture. At the cognitive level, his current situation may be considered a fusion. However, fusion must be considered as dynamic. The intercultural model matches, but not completely, because at the public level his adaptation is inclusive.

7. Discussion and conclusion

Cross-cultural differences are a source of information, and they may disconfirm the auto stereotypes, and the stereotypes about other cultures. Migratory contact implies to rethink the departure culture, and it may have repercussions over the personal worldview.

At the ethnic identity level, it is not possible to fuse two cultural elements that are excluding each other, for instance, two monotheistic religions. However, at individual and cognitive level, it is possible to fuse two cultural elements that are excluding each other. It is possible to learn a second culture, to manager it, and to keep the individual identity. However, the mindset and the worldview may change.

Today, modern States act similar to enterprises, because they also try to sell a commodity. In the last decades, the same happens to the ethnic identities (Comaroff, & Comaroff, 2009). Ethnic identities are important in the case of colonial oppression and discrimination. However, the author belongs to a previous colonial empire, and he does not belong to a dominated culture.

It is possible to conclude that there is a pressure for self-categorization in the second, and also in the original culture. The ethnic identity may be ascribed by other persons or cultural group. The ascribed ethnic identity occurs at the same time than the self-categorization. It occurs even when the individual does not identify himself or herself with an ethnic identity, and it is often experienced as intrusive. Besides, to be intrusive, the ascribed label may be discordant regarding the personal self-categorization. The words “immigrant” and “emigrant” are labels. They have attributes attached, and they are related to the relationship with otherness, and low socioeconomic status. The experienced intercultural conflict due to immigration is acuter regarding the departure culture than the second culture. The “I”, the “We”, and the “You” or the “They” are often in conflict, and it reminds that often individuals are under social pressures to define themselves as belonging to a cultural group.

The social pressures to categorize are especially strong in stressful social conditions, i.e., colonization, civil wars, and wars. Today, the Portuguese culture and mainly the Western European culture are pervasive. However, the dominance was achieved by violence. The prevalence of violence leads to cognitive dissonance and splitting. Currently, to think the past in order to plan the future is a hard task.

Intercultural relationships tended to fusion, to assimilation and to multiculturalism. The latter apparently had humanistic attributes. However, all the preferences and historical policies encompassed asymmetric power relationships, and violence. The main problem seems to be grounded in the difficulty to live with otherness. Psychology does not solve the problem at social level, because its realm is intrapsychological. However, Psychology provides some clues to solve the problem. Hence, otherness must be included, and respected, and healthier defense mechanisms should be stressed, e.g., rationalization.

Barth (1969) wrote that ethnic identities are independent of culture, because the same culture may have different ethnic identities. In the future are expected new social differentiations due to biotechnologies, so due to human intervention and science (Habermas, 2002). In the 19th and 20th centuries there were strong differentiations among humans. Race was an obsession, and differentiation operated also amongst Europeans. Often, social differentiations operate within cultural groups, and it endangered individual differentiation and rights.

Jane Addams (1907) lived in the Progressive Era and during the First World War. She was a feminist and helped to create a network of international pacifists. However, it did not avoid the First World War. Jane Addams (1907) connected immigrants to peace, and otherness. Current times are the consequence of the Progressive Era. However, today pacifism seems to be weaker than in Jane Addams’s times. Hence, individuals have to stress agency in order to enhance pacifist societies, and intercultural relationships.

References

- Addams, J.** (1907). *Newer ideals of peace*. Syracuse, NY: The Macmillan Company.
- Adler, A.** (1925). *The practice and theory of individual psychology*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Allport, G.** (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge, MA, Addison-Wesley.
- Alves, J. F.** (1988). 'Operários para França e Inglaterra (1914-1918) – Experiências da emigração portuguesa intra-europeia' in *Revista da Faculdade de Letras – História*, V, pp. 317-333.
- Alves, J. F.** (2004). 'O «brasileiro» oitocentista – representações de um tipo social' in Vieira B. M. D. (org.) *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no Século XIX*. Lisboa: ISCTE, pp. 193-199.
- Arendt, A.** (1958). *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Barth, F.** (1969). *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*. Oslo: Universitetsforlaget.
- Bastide, R.** (1968). 'Acculturation' in *Encyclopaedia Universalis*. Paris: La Société d'Édition Encyclopædia Universalis, pp. 102-107.
- Bateson, G.** (1935). 'Culture contact and schizogenesis' in Bateson G. (Ed.), *Steps to an ecology of mind; Collected essays in Anthropology, Psychiatry, evolution, and epistemology*. London, Jason Aronson, pp. 71-82.
- Berry, J.** (2001). 'A psychology of immigration', *Journal of Social Issues*, 57, pp. 615-631.
- Boas, F.** (1982/1940). *Race, language, and culture*. Chicago: University of Chicago Press.
- Boxer, C. R.** (1959). *The tragic History of the Sea*. Cambridge: Hakluyt Society.
- Brettel, C., and Hollifield, J.** (2015). *Migration theory. Taking across disciplines*. New York and London: Routledge.
- Castro, J. F. P.** (2012). 'The Portuguese tile in the Rudmin Acculturation Learning Model: A fusion case' in Gaiser, L., & Čurčić D. (Eds.), EMUNI, bridging gaps in the Mediterranean research space. Conference proceedings of the 4th EMUNI Research Souk, 17-18 April. El. Knjiga/Portorož: EMUNI University, pp. 618-625.
- Castro, J. F. P.** (2014a). *O contexto da aculturação português através do modelo de Rudmin: do encontro intercultural com o Japão até ao Luso-Tropicalismo*. Unpublished doctoral dissertation Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Castro, J. F. P.** (2014b). 'O contexto da aculturação português através do modelo de Rudmin: do encontro intercultural com o Japão até ao Luso-Tropicalismo' in Gabinete de Relações Internacionais e Apoio ao Desenvolvimento Institucional (Coord.), *Atas dos Dias da Investigação na UFP Research Days Proceedings*. Porto: Gabinete de Relações Internacionais e Apoio ao Desenvolvimento Institucional.
- Castro, J. F. P.** (2015). 'Towards a Psychology of fusion in the acculturation phenomenon' in Gabinete de Relações Internacionais e Apoio ao Desenvolvimento Institucional (Coord.), *Atas dos Dias da Investigação na UFP Research Days Proceedings*. Porto: Gabinete de Relações Internacionais e Apoio ao Desenvolvimento Institucional.
- Castro, J. F. P.** (2016a). 'Acculturation in the Portuguese overseas experience with Japan: A Rudmin Model application', *Daxiyangguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, 20, pp.89-120.

- Castro, J. F. P.** (2016b). 'A aprendizagem duma segunda cultura e a identidade étnica dos indígenas brasileiros através duma rede social: estudo exploratório' *Religacion, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 2, pp. 75-94.
- Castro, J. F. P.** (2016c). 'A literature review on the Portuguese emigration literature and acculturation' in Gabinete de Relações Internacionais e Apoio ao Desenvolvimento Institucional (Coord.). Atas dos Dias da Investigação na UFP Research Days Proceedings. Porto: Gabinete de Relações Internacionais e Apoio ao Desenvolvimento Institucional.
- Castro, J. F. P.** (2016d). 'The contributions of Gilberto Freyre for the acculturation research', *The Portuguese Studies Review*, 24, pp. 247-257.
- Castro, J. F. P.** (2017a). 'A short literature review about acculturation in the American Anthropologist' *Revista Fluxos e Riscos*, 2, pp. 145-153.
- Castro, J. F. P.** (2017b). 'A review on the early The American Journal of Sociology', *Revista Latina de Sociología*, 7, pp.16-37.
- Castro, J. F. P.** (2017c). Wenceslau de Morães: Acculturation between ideals and life experiences. *Religacion, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 5, pp. 207-235.
- Castro, J. F. P.** (2018a). 'Lifelong education on Portuguese emigrants and their acculturation' *Sisyphus - Journal of Education*, 6, pp. 97-119.
- Castro, J. F. P.** (2018b). 'Education on Portuguese emigrants and their acculturation' *E-Methodology*, 4, pp. 55-74.
- Castro, J., and Rudmin, F.** (2017). 'Acculturation, Acculturative Change, and Assimilation: A Research Bibliography With URL Links' *Online Readings in Psychology and Culture*, 8(1).
- Clastres, P.** (1974). *La société contre l'état*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Cohen, D.** (2015). *Le monde est clos et le désir infini*. Paris: Éditions Albin Michel.
- Comaroff, J., and Comaroff, J.** (2009). *Ethnicity, Inc: On indigeneity and its interpellations*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Coppens, Y.** (2012). *Le présent du passé au carré: La fabrication de la préhistoire*. Paris: Odile Jacob.
- Dupront, A.** (1997). *Le mythe de croisade, vol I*. Paris: Gallimard. Originally published in 1956.
- Elias, N.** (2012). *What is Sociology?* Dublin: UCD Press.
- Elias, N., and Scotson, J.** (1994/1965). *The established and the outsiders: A sociological enquiry into community problems*. London: Sage Publications. First published in 1965.
- Ferreira, D., and Rocha, R.** (2013). 'A emigração do distrito do Porto para o Brasil durante a I República Portuguesa (1910-1926)' in Arruda J. J. A., Ferlini V. L. A., Matos M. I. S., & Sousa F. (Eds.), *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil* São Paulo: Alameda, pp. 165-187.
- Festinger, L.** (1962). 'Cognitive dissonance', *Scientific American*, 207, pp. 93-107.
- Foucault, M.** (1980). *Power/Knowledge*. Brighton: Harvester.
- Freud, A.** (1936). *The ego and the mechanisms of defense*. New York: Int. Universities Press.
- Freud, S.** (1919/1913). *Totem and Taboo: Resemblances between the psychic lives of savages and neurotics*. New York: Moffat Yard and Company.
- Freyre, G.** (1986/1933). *The masters and the slaves: A study in the development of Brazilian civilization*. Berkeley: University of California Press.
- Girard, R.** (1972). *La violence et le sacré*. Paris: Bernard Grasset.

- Goffman, E.** (1959). *The presentation of self in everyday life*. New York: Anchor Books.
- Goody, J.** (2006). *The theft of History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Habermas, J.** (2002). *L'avenir de la nature humaine Vers un eugénisme libéral?* Paris: Galilimard.
- Hobsbawm, E. J.** (1995). *The age of extremes: The short twentieth century, 1914–1991*. London: Abacus.
- Klein, M.** (1964). *Contributions to psychoanalysis: 1920–1945*. New York: McGraw–Hill.
- Kline, L. W.** (1898). ‘The migratory impulse vs. love of home’, *The American Journal of Psychology*, 10, pp. 1–81.
- Knepper, P.** (2010). *The invention of international crime: A global issue in the making, 1881–1914*. New York: Palgrave Macmillan.
- Latour, B.** (2015). *Face à Gaïa. Huit conférences sur le nouveau régime climatique*. Paris: La Découverte.
- Llano, A.** (1900). ‘Race preservation dogma’, *The American Journal of Sociology*, 5, pp. 488–505.
- Malinowski, B.** (1958). *The dynamics of cultural change: An inquiry into race relations in Africa*. New Haven: Yale University Press. Originally published in 1945.
- Mendes, J. A. M.** (1988). ‘A emigração portuguesa, nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa’, *Revista Portuguesa de História*, XXIV, pp. 293–308.
- Miller, H. A.** (1924). *Races, nations and classes: The psychology of domination and freedom*. Philadelphia: Lippincott.
- Morin, E.** (2005). *Introduction à la pensée complexe*. Paris: Éditions du Seuil.
- Muñoz, M. C.** (1991). ‘Les relations franco-portugaises de 1916 à 1918’, *Hommes & Migrations*, 1148, pp. 15–18.
- Navas, M., García, M. C., Sánchez, J., Rojas, A. J., Pumares, P., and Fernández, J. S.** (2005). ‘Relative acculturation extended model (RAEM): New contributions with regard to the study of acculturation’ *International Journal of Intercultural Relations*, 29, pp. 21–37.
- Ortiz, F.** (1995). *Cuban counterpoint: Tobacco and sugar*. Durham and London: Duke University Press. Originally published in 1940.
- Park, R.** (1928). ‘Human migration and the marginal man’, *The American Journal of Sociology*, 33, pp. 881–893.
- Pecoud, A.** (2015). *Depoliticizing migration: Global governance and international migration narratives*. New York: Palgrave Macmillan.
- Pereira, M. H.** (2013). ‘A emergência do conceito de emigrante e a política de emigração’ in J. J. A. Arruda., V. L. A. Feruni., M. A. I. S. Matos., & F. Sousa (Orgs.), *De colonos a imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, pp. 37–45.
- Phinney, J., and Ong, A.** (2007). ‘Conceptualization and measurement of ethnic identity: Current status and future directions’ *Journal of Counseling Psychology*, 54, pp. 271–281.
- Pinto, F. M.** (1989/1614). *The travels of Mendes Pinto* (R. Catz, Ed.). Chicago: The University of Chicago Press. Originally published in 1614.
- Portes, A, Fernández-Kelly, P., and Haller, W.** (2005). ‘Segmented assimilation on the ground: The new second generation in early adulthood’ *Ethnic and Racial Studies*, 28, pp. 1000–1040.
- Powell, J.** (1880). *Introduction to the study of Indian languages: With words phrases and sentences to be collected*. Washington: Government Printing Office.

- Redfield, R., Linton, R., and Herskovits, M.** (1936). 'Memorandum for the study of acculturation', *American Anthropologist*, 38, pp. 149-152.
- Rocha-Trindade, M. B.** (1987). 'As micropátrias do interior português', *Análise Social*, XXIII, pp. 721-732.
- Rudmin, F. W.** (2009). 'Constructs, measurements and models of acculturation and acculturative stress', *International Journal of Intercultural Relations*, 33, pp. 106-123.
- Rudmin, F., Wang, B., and Castro, J.** (2016). 'Acculturation research critiques and alternative research designs' in Schwartz S. J. and Unger J. B. (Eds.), *Handbook of acculturation and health*. Oxford: Oxford University Press, pp. 75-95.
- Scott, J.** (2009). *The art of not being governed: An anarchist history of upland Southeast Asia*. New Haven and London: Yale University Press.
- Sedikides, C., Wildschut, T., Gaertner, L., Routledge, C., and Arndt, J.** (2008). 'Nostalgia as enabler of self continuity' in Sani F. (Ed.), *Self-continuity: Individual and collective perspectives*. New York: Psychology Press, pp. 227-239.
- Simons, S.** (1901). 'Social assimilation, I' *American Journal of Sociology*, 6, pp. 790-822.
- Taft, D. R.** (1969/1923). *Two Portuguese communities in New England*. New York: Arno Press. Originally Published in 1923.
- Thomas, W., and Znaniecki, F.** (1918). *The Polish peasant in Europe and America*. New York: Dover.
- Todd, E.** (1994). *Le destin des immigrés assimilation et ségrégation: Dans les démocraties occidentales*. Paris: Editions du Seuil.
- Triandis, H. C.** (1972). *The analysis of subjective culture*. New York, US: Wiley-Interscience.
- United Nations** (2015/1948). *Universal Declaration of Human Rights*. New York, United Nations. Originally Published in 1948.
- Vassiliou, V., Triandis, H. C., Vassiliou, G., and McGuire, H.** (1972). 'Interpersonal contact and stereotyping' in Triandis H. C. (Ed.), *The analysis of subjective culture*. New York, US: Wiley-Interscience, pp. 89-116.
- Westphal-Hellbusch, S.** (1959). 'Trends in Anthropology: The present situation of ethnological research in Germany'. *American Anthropologist*, 61, pp. 848-874.
- Wihtol, de W. C.** (2013). *La question migratoire au XXIème siècle, Migrants, réfugiés et relations internationales*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Winthrop, R.** (1991). *Dictionary of concepts in cultural Anthropology*. New York: Greenwood Press.
- Zinn, H.** (1994). *A people's history of the United States*. New York: Longman.

La chute de l'Empire ottoman et ses conséquences pour le Proche-Orient

Mehdi Jendoubi

Estudante de Ciência Política e Relações Internacionais
FCHS/ Universidade Fernando Pessoa

Vers l'Orient compliqué, je volais avec des idées simples. Je savais que; au milieu de facteurs enchevêtrés, une partie essentielle s'y jouait. Il fallait donc en être. (Charles de Gaulle)

Résumé: Pour la commémoration du centenaire de la fin de la Première Guerre mondiale, plusieurs retrospectives ont mis l'accent sur le chemin parcouru par l'Europe qui, en un siècle, est passée des rivalités impériales et des nationalismes exacerbés à la réconciliation et l'unification du continent. Cet accomplissement ne s'est pas fait sans heurts, le second conflit mondial, encore plus dévastateur que le premier, en est la preuve éclatante. Si l'origine de la seconde guerre mondiale trouve son origine dans le déclenchement des hostilités en 1914, les guerres qui embrasent le Proche-Orient moderne y trouvent également leur source. En effet, en une décennie, cette région du monde, dominée et administrée par les Ottomans pendant quatre siècles, au sein d'un empire multi-ethnique et multi-confessionnel, est devenue une mosaïque hétérogène de nations fondées sur des appartenances linguistiques, religieuses ou tribales. Du démembrement de l'Empire Ottoman à l'abolition du Califat Islamique, en passant par les accords Sykes-Picot et la déclaration Balfour, cette période est un tournant majeur pour ce carrefour civilisationnel, point de rencontre de l'Europe, de l'Afrique et de l'Asie. Au moment où se fragilisent les entités créées il y a tout juste cent ans, la perspective d'un nouveau redécoupage frontalier est, de nouveau, discutée pour tenter de répondre aux multiples crises qui secouent ce foyer d'instabilité qui constitue l'épicentre des tensions internationales actuelles. Il est donc plus que jamais nécessaire de revenir sur cette période charnière de la «question d'Orient».

Mots-clés: Empire ottoman; Proche-Orient; nationalisme; Première guerre mondiale.

Abstract: For the commemoration of the centenary of the end of the First World War, several retrospectives have focused on the path done by Europe which, in a century, has gone from imperial rivalries and exacerbated nationalisms to reconciliation and the unification of the continent. This achievement has not been done smoothly, the Second World War, even more devastating than the First, is the obvious proof of this. While the origin of the Second World War originated in the outbreak of hostilities in 1914, the wars that embrace the modern Near East also find their source there. Indeed, in a decade, this region of the world, dominated and administered by the Ottomans for four centuries, in a multi-ethnic and multi-confessional empire, has become a heterogeneous mosaic of nations based on

linguistic, religious or tribal affiliations. From the dismemberment of the Ottoman Empire to the abolition of the Islamic caliphate, through the Sykes-Picot accords and the Balfour declaration, this period is a major milestone for this civilizational crossroads, a meeting point for Europe, Africa and Asia. At a time when the entities created just a hundred years ago are getting weaker, the perspective of a new border design is again being discussed in an attempt to respond to the many crises that are shaking this area of instability that is the epicenter of current international tensions. It is therefore more than ever necessary to return to this crucial period of the “question d’Orient “.

Keywords: Ottoman Empire; Middle East; nationalism; World War I.

Introduction

Il est inutile de répéter ce que des milliers d'auteurs ont écrit depuis un siècle, à savoir que la Grande Guerre fut un cataclysme comme l'humanité n'en avait jamais connu.

Chaque commémoration, au-delà de son noble recueillement et de sa pédagogie propre, nous oblige à certaines figures rhétoriques, morales et politiques.

Posant un regard érudit sur la 'Der des Der', depuis sa bibliothèque d'archives, d'ouvrages et d'analyses, l'historien et l'étudiant ont peut-être dans ce contexte, un rôle particulier. Parmi les angles d'approche, les innombrables batailles et acteurs, ainsi que le flot de données qui menacent de nous engloutir, il reste des questions problématiques peu traitées qu'il est opportun de circonscrire, notamment sur 'la guerre extra-européenne'.

Le citoyen curieux et l'élève européen ne connaissent que trop cette épithète de 'mondiale' accolé aux deux grands conflits du XX^e siècle. Si pour le conflit de 1939-45, cette mondialité est une évidence palpable, ne serait-ce que par l'ampleur des opérations navales sur les cinq océans, pour celui qui nous occupe, on observe une plus grande circonspection. En effet, le centrage sur les fronts européens écrase la bibliographie ainsi que la mémoire collective. Ce phénomène s'amplifie démesurément lorsque l'on se penche sur l'inégale ferveur des commémorations au travers des pays engagés dans la guerre. L'observateur attentif notera même une quasi absence de cérémonies officielles, dans une large patrie du monde déchirée par la guerre.

Au premier rang de cette amnésie mémorielle, on trouve le monde arabe, islamique et moyen oriental. Ce conflit décrit souvent comme une sorte de guerre civile européenne, peut également se définir comme une gigantesque opération de liquidation des empires 'centraux', et dans le même mouvement, une compétition coloniale sans égal. Depuis le milieu du XIX^e s., soit bien avant le début des hostilités, les appétits s'aiguisaient autour de l'agonisant 'Homme malade de l'Europe'. Contrairement à une vision téléologique fort répandue, l'engagement de l'empire Ottoman aux cotes de l'Allemagne ne fut ni évident, ni enthousiaste. Croulant sous les dettes, perclus de lutes internes et affaibli dans son prestige, la Sublime porte perdait entre 1911 et 1913 sa dernière possession nord-africaine ainsi que l'intégralité de ses riches provinces européennes. La combinaison du choc de la Grande Guerre, des vellétés nationalistes, rêves ininterrompus de tous les peuples, ainsi que les manœuvres habiles des 'colonialismes', achèvera de désintégrer un empire hégémonique tri-continental. Il est parfois nécessaire de se rappeler, que l'époque dont il est question ne connaissait ni la radio, ni la télévision, et que les nouvelles de l'orient parvenaient aux publics européens non-initiés, avec retard, lacunes, et disons-le embuées du halo des légendes.

De grands soldats français, Bugeaud d'abord et Lyautey ensuite parmi les plus éminents, avaient cependant amené en France un parfum d'exotisme colonial et présenté aux français une manière de marier le destin de l'empire qu'ils représentaient, à celui des 'indigènes' d'Afrique du nord et du Levant. C'est d'un autre empire, plus maritime celui-là, et obsédé par la route des Indes que naîtra un autre aventurier-soldat, certainement une des figures les plus romantiques de la Grande Guerre, T.E Lawrence plus connu sous le nom de 'Lawrence d'Arabie'. Son surnom offre quasiment une description du programme politique qu'il défendra passionnément pour le compte de l'empire britannique. Si on ne peut surestimer le rôle de la révolte arabe menée par 'Lawrence d'Arabie' sur l'issue du conflit,

il est difficile de nier son impact au cœur des tempêtes ‘nationalistes’ qui enflammeront la région après la guerre.

Si certains chapitres de cette séquence historique sont bien connus, la chorégraphie d’ensemble des ambitions et des luttes est peu lisible, sans se pencher avec soin sur les principaux acteurs et leurs turpitudes. A l’image du trop fameux accord Sykes-Picot qui illustrera parfaitement la compétition franco-anglaise. De même, la pénétration allemande fulgurante dans les affaires Ottomanes aura son importance cruciale; s’y mélangeront les tentatives désespérées de l’empire pour sauver ce qui peut l’être, sans oublier les aspirations autonomistes des peuples de la région ainsi que l’hostilité conquérante tsariste. On retrouvera cette dialectique des ambitions coloniales et des questions nationalitaires aux marges des grands empires, pendant tous le XIXe siècle. Ces questions s’y exprimeront d’une manière souvent plus violente que dans les États-nations plus anciennement formés. Paradoxalement les nationalismes arabes, ne seront que les derniers de la longue procession des révoltés, qui fragiliseront puis achèveront de dissoudre l’Empire à l’issue de la guerre. La raison de l’étude historique nous conduit cependant à relativiser les mythes fondateurs des nations en question, si brillamment chantés par les livres scolaires. Dans une région sans cesse agitée depuis la fin de la première guerre, il plus que jamais utile d’éclairer la naissance chaotique des nations qui occupent la Une des actualités aujourd’hui encore. Comment est donc née la conscience nationale dans les provinces arabes de l’empire Ottoman en pleine décomposition? Et quels ont été les ferments d’autonomisation de ces peuples, qui ont conduit après la guerre a cette mosaïque d’États convulsifs plus ou moins instables?

Pour mener cette réflexion nous observerons l’état de l’Empire et de ses provinces à la veille du conflit. Nous analyserons ensuite le cheminement de la Sublime Porte dans la guerre avant d’étudier les conditions de son démembrement par les puissances victorieuses. Enfin, nous poserons un regard prudent sur les perspectives présentes dans le Proche-Orient arabe.

Le gouvernement impériale Ottoman n’a pas attendu le regard impatient des puissances occidentale pour lancer à partir de 1839, une vaste série de reformes dont le flux sera ininterrompu jusque 39; à la guerre. Le système imparfait mais fluide des millets, qui mettait au centre l’appartenance religieuse, sera mis en question à mesure que les idées nées de la révolution française s’infuseront dans les esprits et les cœurs. La fameuse revolution grec, première d’une longue série reprendra les conceptions romantiques d’un peuple soudé par une langue et des traditions communes notamment religieuses. Si l’indépendance de la Grèce négociée à Londres en 1822, est insignifiante d’un point de vue territoriale, elle n’en sera pas moins le signal donné des insurrections balkaniques.

Ces périls renforceront la volonté les réformateurs à agir vite et fermement.

L’apaisement de la situation pour un temps, suite aux traites de Londres en 1840, et qui règlent la question de l’Egypte et des détroits, sera de courte durée. La situation financière catastrophique et donc la pression fiscale excessive dans les provinces de l’empire, favorisera le cycle infernal de révoltes, contre massacres et déportations dans tous les Balkans. Sous pressions internes des troubles et externes des puissances indignées, le Sultan dotera l’Empire d’une constitution et d’un parlement en 1876.

Celle-ci confirmera l’égalité des sujets déjà mentionnée en 1839.

Le chapelet sanglant des guerres russo-turques qui se conclura par la défaite ottomane de 1878, fera définitivement passer les Balkans dans le giron de l'empire Russe. Même si les traités de San Stefano et de Berlin la même année, parlent d'autonomie et non d'indépendance, La Serbie, la Bosnie, la Roumanie et la Bulgarie, seront définitivement perdues pour le Sultan. Mentionnons également une partie des territoires peuplés de Géorgiens et d'Arméniens, octroyée directement au Tsar. On assiste alors au début de l'ère moderne des réfugiés, environ 100000 musulmans seront chassés de ces territoires.

Le Sultan humilié referme alors la parenthèse libérale, il tentera d'agir en despote éclairé en poursuivant les réformes dans l'armée, la santé et l'éducation. En 1888 l'Orient Express reliant Paris Vienne et Istanbul, amènera un vent de modernité occidentale sans précédent. On parlera d'une Belle époque stambouliote. Depuis 1881, l'empire avait perdu le contrôle de sa dette publique et donc de son autonomie fiscale, passée aux mains des banques de Londres, Paris Berlin et Vienne. Le régime historique des 'Capitulations' offrait une immunité totale pour les investisseurs étrangers, ce privilège presque colonial permis aux français et aux anglais de monopoliser la quasi-totalité des secteurs bancaires, miniers, ferroviaires et pour la France d'installer un réseau éducatif influent. La perte de la Tunisie passée sous tutelle française en 1881 et de l'Égypte l'année suivante devenue colonie anglaise, s'inscrit également dans cette compétition impériale, qui verra bientôt l'Allemagne entrer la course aux marchés.

En 1889 le Kaiser fera une tournée triomphale, représentant un empire au C.V sans tache, absent du 'Grand Jeu' jusqu'ici, le projet d'une ligne ferroviaire Berlin-Bagdad est alors entérinée. Sur le plan intérieur, Le Sultan décide de se recentrer sur le Califat et de façonner un grand empire musulman, son statut de commandeur des croyants le conduit à promouvoir une élite arabe dans l'armée et l'administration. A cette date, les leaders arabes préfèrent le joug familial et islamique de l'empire, et sont conscient du risque colonial européen, qu'ils jugent avec crainte et dédain.

Le réveil national arménien écrasé dans la révolte de 1894, marquera une rupture dans l'Histoire des massacres par son envergure et ses conséquences, la mort de 200000 arméniens sur une population d'un million et demi, provoquera une indignation universelle. Les arméniens qui avaient soutenus massivement les Tanzimat seront désormais comme on peut l'imaginer, d'une hostilité irréductible à l'égard de l'empire.

Ce message sanglant assombrira les relations des ottomans avec ses minorités désormais méfiantes et effrayées.

Dans ce contexte trouble, émergera à partir de 1889 un mouvement, issu de l'essaim des sociétés secrètes qui s'agitent dans toutes les provinces. Les Jeunes Turques (Comite Union et Progrès), sont un groupe d'étudiants en médecine militaire qui s'agrègeront sur le modèle des 'carbonari' italiens. Ceux-ci font partie de ce que l'on pourrait appeler la 'génération tanzimat', farouchement libéraux, leur objectif central est le rétablissement la constitution de 1876. Leur succès est foudroyant dans l'armée, l'administration et chez les étudiants de Constantinople. L'embryon de presse qui prend son essor aidera ces agitateurs à déployer leurs idées révolutionnaires, au point d'inquiéter la vieille garde du Sultan. Cette mosaïque ethnico religieuse et rebelle, sera intégrée aux affaires par le gouvernement afin de les neutraliser, les plus virulents sont poussés à l'exile. Trois grands courants se dégagent du premier congrès de Paris en 1902, le premier positiviste et jacobin se distingue des libéraux décentralisateurs, et des conservateurs religieux. Le ralliement de certaines

élites impériales et les mutineries massives dans les armées balkaniques font basculer tout l'empire dans une ambiance pré révolutionnaire, dans la grève et dans la sécession fiscale.

Le Sultan n'a pas d'autre choix que d'autoriser le retour des exilés et de rétablir la constitution. L'élection de 1908 qui suivra sera une victoire écrasante du Comité Union et Progrès. Une contre révolution, tentée par l'entourage conservateur du Sultan en 1909, sera réprimée dans le sang par les Jeunes turques qui déposent Abdulhamid II pour installer un fantoche sur le trône, son frère Mehmet V. Enver Pacha, figure emblématique des Jeunes Turcs sera nommé attaché militaire à Berlin, et subjugué alors par la puissance des armées allemande décidera par la suite de confier la gestion des armées ottomane à des officiers du Reich. Malgré cette ferme reprise en mains, l'empire continue de se déliter. Suite à de nouveaux revers militaires dans les Balkans qui consacrent le départ définitif des ottomans du continent européen en 1913, un nouveau coup d'état verra l'avènement des trois Pacha Jeunes Turcs, Enver, Talaat et Djemal. Le triumvirat du CUP met le parlement en vacances et règne désormais sans partage. La politique brutale de turquisation conduite par le gouvernement verra en réaction naître un antagonisme arabo-turque inévitable. Malgré toutes les tentatives modernistes de réformes, la structure ethnique, économique et sociale de l'empire pose une équation quasi insoluble.

Les triumvirs durcissent alors leur politique, ce qui poussera les Arabes à l'image des peuples balkaniques à trouver leur propre chemin vers une conscience nationale émanicipatrice. La définition classique de la nation, forgée par la révolution française et reprise par Renan dans son fameux ouvrage 'Qu'est-ce qu'une nation?', ne fut pas celle qui prit racine dans les empires. Tandis que la définition française oriente l'appartenance sur un contractualisme, et une communauté de 'destin', la définition plus romantique donnée entre autres par Fichte, s'appuie davantage sur les notions de langues, et de race, ainsi que de culture populaire commune. Une troisième définition qui adjoint à la définition allemande l'appartenance religieuse et à un passé mythique, sera celle qui essaimera dans les empires, comme dans le cas de l'empire Ottoman. On devine alors les ferments de discorde que ces principes poseront.

Le mouvement de renaissance culturelle arabe, la 'Nahda' tentera d'aménager ces principes aux problèmes des peuples arabes. Ce mouvement fut théorisé, aussi bien, par des chrétiens arabes que par musulmans réformistes, ce qui donne une coloration laïque, en tout cas œcuménique à ce mouvement. L'unification par la langue et la culture sera portée par des familles chrétiennes et dont les obsessions éducatives donneront naissance à une profonde réflexion sur le passé des grands empires arabo-islamiques du Moyen-Âge, ainsi que sur la sociologie des peuples. La religion islamique sera posée comme un facteur culturelle primordial mais qui doit être séparée du gouvernement civil. Le clergé est un gouvernement moral, et la forme idéale du califat souhaitée n'a aucun droit sur la gestion des affaires publiques. Un livre fondateur écrit par Negib Azoury, un chrétien maronite, 'Le réveil de la nation arabe dans l'Asie turque' publié en français en 1904 synthétise les orientations inspirées par la 'Nahda' au sein des élites arabes. Les réformateurs musulmans comme Rachid Rida tente de réconcilier cette vision panarabe avec le caractère panislamique dans des constructions syncrétiques modernistes.

Contrairement à une vision convenue, l'entrée en guerre de l'empire ottoman aux cotes de l'Allemagne ne fut pas l'évidence qu'on a pu soupçonner. Son entrée dans la première

guerre fut hésitante, déjà aux prises avec de nombreuses agitations intérieures, la Sublime Porte ne se sentait pas vraiment concernée par cette guerre à venir. Elle avait cependant conscience du risque d'un débordement en sa défaveur en cas de conflit généralisé. L'armée était en voie de la modernisation aux mains de hauts officiers allemands, ce tropisme germanique, s'il s'exprimait avec enthousiasme chez Enver Pacha était loin d'être unanime dans l'Elite militaire ottomane. Même si cette collaboration était étroite, la France faisait de même avec la gendarmerie. Ce sont plutôt une cascade de facteurs mêlés, qui vont faire basculer la Porte du côté de l'Allemagne, même si cette coopération militaire en fait partie. C'est un empire affaibli, craintif et criblé de dettes, qui fait le tour des chancelleries afin d'obtenir des garantis. Pour l'ambitieuse Angleterre et la France ça sera un refus net, il en sera de même pour son plus grand ennemi la Russie qui négocie en secret la possibilité d'internationaliser Constantinople et de se partager les Détroits avec les britanniques. C'est un empire isolé qui se tourne enfin vers l'Allemagne, qui par ailleurs offre les meilleurs garantis financiers et impressionne par ses qualités militaires. L'accord est tardif et secret en Aout 1914. Même si l'engrenage des alliances est en train de faire son œuvre, c'est à la faveur d'une escarmouche maritime, que les ottomans basculent définitivement du côté allemand. En effet le Goeben et le Breslau, deux croiseurs allemands sont impliqués dans une poursuite décisive politiquement mais insignifiante du point de vue militaire.

La Porte sans illusions tenta de maintenir une neutralité dans un engagement que tout le monde imaginait de courte durée. Churchill cherchait un casus belli, tandis que les allemands entamaient des démarches de séduction de plus en plus fermes. Selon les sources, on peut néanmoins signaler que les motifs ottomans dans la guerre sont toujours débattus par les spécialistes.

Une fois la guerre déclarée le 3 novembre 1914, soit bien après le début des hostilités en Europe en juillet, le bouillant ministre de la guerre Enver Pacha part dans le Caucase à la tête des meilleures unités ottomanes bien que sous équipées. L'assaut des territoires d'Anatolie centrale et du Caucase perdus lors des guerres de 1877-1878, était soutenue par les allemands, et avait pour objectifs de couper la route des pétroles de la mer caspienne d'une part, et d'y embourber l'armée russe déjà engagée en Pologne et en Prusse orientale d'autre part. Enver pensait pouvoir soulever les musulmans de la région et nourrissait des fantasmes d'un vaste empire panturc vers l'Asie. Les pertes ottomanes seront énormes, notamment à la bataille de Sarikamis où 80 000 soldats mourront gelés, de faim ou maladie en décembre 1914. Même si les campagnes du Caucase dureront jusqu'à la désertion Russe du front en 1917, on peut signaler qu'elles auront été aussi féroces qu'inutiles, d'autant plus que c'est le ralliement massif des arméniens auprès du tsar qui servira de prétexte au génocide de 1915.

La fameuse bataille de Gallipoli est considérée comme une des plus grandes victoires ottomanes de la 1^{er} guerre, ajoutons que les australiens la célèbrent davantage que le 11 novembre et voient en elle, la naissance de leur nation. Après l'échec franco-britanniques du passage en force maritime le 18 mars 1915, Churchill propose un débarquement terrestre d'une envergure historique. À la suite du minage sous-marin du détroit et à la défense acharnée des troupes de Mustapha Kemal; le futur créateur de la Turquie nouvelle; les combats s'enlisent et les pertes sont colossales des deux côtes.

Gallipoli peut également être considérée comme le prototype d'une bataille opposant de grands empires par troupe 'coloniales' interposées. De nombreux arabes furent engagés du côté ottoman face aux troupes franco-britanniques composées en partie d'algériens, de pieds-noirs, d'australien et de néozélandais. L'objectif affiché par les britanniques est de soulager les russes dans le Caucase et de prendre Constantinople avant eux.

En 1916, en Mésopotamie ce sont les armées indiennes de la couronne britannique qui sont envoyés pour sécuriser les pétroles Koweïtiens, prendre possession des gisements de Bassora et avancer vers Bagdad. Malgré les difficultés logistiques de tous ordres et un sérieux revers à Ctésiphon, les 'anglo-indiens' parviennent à repousser les armées ottomanes, puis les chasser de Bagdad qu'ils occupaient depuis 8 siècles.

Depuis le début de la guerre, le panislamisme activiste germanique effraye les français et les anglais, inquiets pour leurs empires respectifs composés d'une forte population musulmane. C'est donc un 'contre Djihad', qu'il s'agit de provoquer dans la population arabe au Hedjaz. L'épopée Lawrencienne si elle a popularisé cette révolte, n'en pas moins occultée qu'une écrasante majorité des arabes restait fidèles à l'empire. Environ 300 000 arabes ont servi dans les armées ottomanes. Seuls quelques milliers suivront la rébellion du Cherif Hussein soutenu par les anglais, même si on peut raisonnablement penser que le désastre des famines de des deuils dans la population arabe aura un impact important sur les choix d'allégeance, sans exclure la répression par la Porte de nombreux notables suspects de trahison. La bataille mineure d'Aqaba sera remportée par Fayçal, le fils de Hussein et futur roi d'Irak, face à une armée peu combattive.

Même si statiquement les effectifs ainsi que les pertes sont peu impressionnants, l'impact de cette révolte sera notable sur l'après-guerre et les espoirs des peuples. La campagne de Palestine qui suivra verra la prise de Jérusalem le 11 décembre 1917, puis la prise de Damas en septembre et d'Alep un mois plus tard. Cette série de victoire fera naître l'embryon d'un état national arabe tant attendu, mais cette effervescence rêveuse sera interrompue par l'exil du roi Fayçal après le traité de Sanremo en 1920 et le début du mandat français en Syrie.

Les questions proprement diplomatiques de la première guerre mondiale en orient, sont sûrement l'aspect le moins facile à décrire. Ces questions mêlent en effet, les objectifs avoués des grandes nations belligérantes, une multitude d'accord secrets et autant de promesses trahis. Au tournant de la guerre, l'empire britannique passe sur la question d'orient d'une gestion 'Disraelienne' de ses intérêts basés sur la sauvegarde des équilibres, à une politique plus audacieuse et conquérante à l'image de celle proposée par Churchill. Si l'obsession de la route des Indes reste au centre de la politique de la couronne Britannique, à partir de 1911 et sous impulsion du lord de l'amirauté Churchill, la précieuse marine anglaise fait désormais tourner ses moteurs au pétrole et non plus au charbon. Les gisements soupçonnés ou découverts dans tout le proche orient deviennent un enjeu vital. En outre, il est important de s'entendre sur le partage avec les alliés en cas de victoire, et notamment de contenir les ambitions russes dans la région. La révolution bolchévique de 1917, viendra mettre un terme à cette inquiétude et la postérité ira jusque 39; à effacer le troisième signataire de l'accord Sykes-Picot-Sasonov.

En mai 1915 le prince Fayçal rencontre des sociétés secrètes arabes influentes, qui lui transmettent un document appelé 'protocole de Damas'. Celui-ci propose aux anglais un soutien contre les ottomans en échange de la création d'un grand état arabe unifié. Une

correspondance est alors entamée entre le Chérif Hussein et Macmahon haut-commissaire britannique en Egypte, ces lettres ‘officialisent’ la promesse anglaise.

Signalons le ménagement des intérêts français dans le document, que l’accord Sykes-Picot un an plus tard, viendra de toute façon réviser en ruinant l’espoir arabe.

Ce fameux accord de partage colonial prévoit le découpage en zone d’influence anglaise et française, les provinces arabes de l’empire. Après d’âpres négociations, une limite entre les deux zones est tracée, elle deviendra l’emblème des frontières arbitraires pour la création des futurs états. On voit bien que cet accord contredit les promesses faites à Hussein, et met en exergue la duplicité britannique et française. Notons également que l’internationalisation de la Palestine prévue dans l’accord, celui-ci contredisant la ‘déclaration Balfour’ de novembre 1917, document sans entête, qui prévoit la création d’un foyer national juif en Palestine. Le document stipule naïvement, qu’il ne sera pas porte préjudice aux populations non juives de ces territoires. Remis dans son contexte, autant le mouvement sioniste ressemble aux mouvements d’émancipations des ‘nationalités’ du XIXe siècle, autant la déclaration Balfour ressemble aux promesses faites par les belligérants aux minorités, afin d’en obtenir l’appui.

La défaite ottomane inéluctable sera confirmée par l’armistice de Moudros signé entre le nouveau ministre de la marine ottomane et l’amiral britannique représentant les alliés victorieux, le triumvirat jeune Turcs ayant pris la fuite. Une flotte alliée entre dans le Bosphore quinze jours plus tard, l’occupation militaire s’installe sur tout le territoire à l’exception de la péninsule anatolienne. A la conférence de Paris qui débute le 18 janvier 1919, et qui consacre la dissolution des trois grands empires défaits, et la création de nombreux états nouveaux, l’accord Sykes-Picot est quant à lui confirme sous l’égide de la SDN.

Afin de régler le sort de l’empire, le nouveau Grand vizir Damas Ferid fut envoyé à la conférence de Paris, pour représenter la Porte dans les négociations avec les alliés. Mehmet VI nouveau le sultan était prêt à de larges concessions à condition de sauver ce qu’il pourrait de son empire et de son pouvoir. Son argumentaire était clair, rendre responsable les ‘Jeunes Turcs’ de l’entrée en guerre et des massacres, demander la restitution de quelques territoires indument enlevés au cours de la guerre. Même s’il était favorable à la création d’une grande Arménie indépendante, et particulièrement attentif aux exigences alliées concernant les dettes de l’empire.

Bibliographie

Barr, J. (2011). *A line in the sand: Britain, France and the struggle that shaped the Middle East*. Simon and Schuster.

Benoist-Méchin, J. (1954). *Mustapha Kémal ou La Mort d'un empire*. Albin Michel.

Benoist-Méchin, J. (1955). *Ibn-Séoud ou la naissance d'un royaume*. Albin Michel.

Benoist-Méchin, J. (1959). *Un printemps arabe*. Albin Michel.

Collège de France. Disponível em <https://www.college-de-france.fr/site/henry-laurens/course-2015-2016.htm> (acedido em 4 de março 2018)

Fromkin, D. (1989). *A peace to end all peace: The fall of the Ottoman Empire and the creation of the modern Middle East*. Macmillan.

Khoury, G. D. (2016). *La France et l'Orient arabe: Naissance du Liban moderne 1914-1920*. Albin Michel.

La fin des Ottomans - Le Moyen-Orient en éclats. Disponível em https://boutique.arte.tv/detail/fin_ottomans_moyen_orient_en_eclats (acedido em 4 de março 2018)

Les Clés Du Moyen Orient. Disponível em <https://www.lesclesdumoyenorient.com>

Amours suspendues: Correspondances de guerre

Aurore Rouffelaers

Office de Tourisme de Béthune-Bruay

Résumé: Les recherches actuellement conduites dans le cadre de la coordination des événements du centenaire de la bataille de la Lys ont amené à la découverte d'un fond de correspondance de plus de cinquante lettres et cartes postales entre des membres du Corps Expéditionnaire Portugais et leurs familles. Ce fond provient de l'inventaire de la collection de Mr. Da Silva Maia, historien et décédé l'été dernier. Le fond propose en particulier la correspondance de deux soldats avec leurs épouses. Le fond n'ayant pas encore été complètement exploité, il est envisageable que d'autres lettres soient découvertes. D'autres part, dans le cadre de la collecte de témoignages et d'objets de descendants de soldats portugais ayant choisi de faire leur vie en France, il est probable que d'autres lettres inédites soient mises au jour. Entre 1914 et 1918, plus de 20 milliards de lettres ont été échangées entre des soldats de 52 nationalités et leurs familles.

Mots-clés: Histoires familiales; Corps Expéditionnaire Portugais; Correspondances de guerre; Première guerre mondiale.

Abstract: The research currently carried out in the framework of the coordination of the events of the Centenary of the Battle of La Lys led to the discovery of a file of correspondence of more than fifty letters and postcards between members of the Portuguese Expeditionary Corps and their families. These file sources belong to the inventory of Mr. Da Silva Maia's collection, historian that deceased last summer. The file deals with correspondence of two soldiers with their wives. As the file source has not yet been fully exploited, it is conceivable that other letters will be discovered. On the other hand, as part of the collection of testimonies and objects of descendants of Portuguese soldiers who chose living in France, it is likely that other unpublished letters will be brought to light. Between 1914 and 1918, more than 20 billion letters were exchanged between soldiers of 52 nationalities and their families.

Keywords: Family stories; Portuguese Expeditionary Corp; War Correspondences; World War I.

Au cours des quatre années de guerre, le front et l'arrière échangent plus de 10 milliards de lettres. Ces missives, souvent courtes assurent le lien entre la vie réelle et la sublime horreur du front. Si le rythme d'une lettre par jour était courant, certains soldats écrivent et reçoivent deux lettres, voire plus.

Genèse

L'exposition Amours Suspendues a été possible grâce à la précieuse collaboration de la mairie de Vielle-Chapelle, de l'office du tourisme de Béthune-Bruay et de la famille d'Afonso Da Silva Maia. L'historien, décédé récemment a passé une bonne partie de sa vie à étudier l'histoire du CEP et à créer une importante collection protéiforme. Au cœur de la collection, un lot de 150 lettres et cartes postales totalement inédites. De formes multiples l'ensemble est constitué de lettres isolées mais aussi d'échanges entre un soldat et des membres de sa famille. L'état de conservation absolument impeccable a permis de réaliser des fac-similés à l'échelle 1,5. Ce travail a été aussi l'occasion de numériser la collection et de démarrer un inventaire de la collection de Mr Maia. L'exposition a été installée dans l'école de Vielle-Chapelle dans le cadre de l'évènement mis en place par l'office du tourisme Béthune-Bruay-Artois-Lys-Romane: Les Portugais dans la Grande Guerre. Elle est visible tous les jours de 14 à 18h du 7 avril au 6 mai 2018.

Esthétique de l'exposition

La lettre est un message en mouvement. La métaphore du courrier volant de son émetteur vers son destinataire est une image souvent retenue dans l'imagerie populaire. Il était aussi nécessaire de créer une mise en scène particulière liée aux doubles faces des supports. L'idée de suspendre les missives est devenue peu à peu une évidence et faisait tout à fait sens eu égard au titre de l'exposition. Le choix des rubans multicolores est lié à l'esprit du mariage, du lien et des rubans que les femmes du temps portaient dans les cheveux. Il a également été décidé de suspendre des fleurs séchées; les soldats font en effet souvent parvenir des petits bouquets prélevés sur le front.

Médiation

Une des limites de ce travail est liée à la langue, il a donc été nécessaire de faire appel à des traducteurs. Une dizaine de bénévoles ont œuvré à la réalisation de ce travail souvent difficile à cause de la calligraphie, de la syntaxe et de l'absence de ponctuation. Des médiateurs de l'office du tourisme ont été formés et répondent ainsi au mieux aux questions des visiteurs.

1. La correspondance de guerre

Le couple dans la guerre

Aussi étonnant que cela puisse paraître à l'aune de notre société, il est nécessaire de rappeler que le couple du début du XX^e est un couple qui s'aime. En effet dans les siècles précédents, le couple était avant tout un moyen de transmission des biens. Les mariages arrangés donnaient parfois lieu à une histoire d'amour. Le XIX^e siècle et le début du XX^e siècle font évoluer cette situation vers plus d'amour. L'usage stratégique reste cependant d'actualité en France.

Au Portugal, il est encore monnaie courante jusque dans les années 60. Le Portugal d'avant guerre étant encore et sur un grand nombre de points un pays aux usages médiévaux.

De manière globale, l'entrée des nations dans la guerre voit une recrudescence du nombre de mariages. Les familles hâtent les unions et ainsi assurent un avenir matériel aux jeunes filles.

La famille dans la guerre

Envoyé au front, le soldat, même formé, ne peut imaginer la réalité. Le champ de bataille n'est pas le monde réel, c'est la quintessence de l'horreur à échelle humaine. Difficile alors pour les soldats de trouver des points d'encrages et de stabilités pour ne pas verser dans la folie. La lettre en est un. Le soldat se raccroche à la matérialité du monde et à sa famille. Dans le cadre du lot exploité, il est à remarquer que la correspondance n'est pas exclusivement conjugale. Les familles et amis se mobilisent et assurent la continuité du flot épistolaire.

Du point de vue familial, les lettres sont aussi d'une grande importance. Leur premier but est de confirmer la bonne santé du soldat. C'est aussi l'occasion pour ce dernier de témoigner à son échelle de son expérience. Il convient d'ailleurs de nuancer immédiatement cette occurrence car la censure veille en particulier au fait que les soldats ne livrent pas de données stratégiques pouvant être récupérées par l'ennemi. Il leur est ainsi interdit de préciser leur position géographique.

Le courrier est la plupart du temps source de joie pour les familles, mais aussi source d'angoisse, en particulier lorsque les facteurs distribuent les lettres émises par les états majors et annonçant, via une lettre type la mort d'un soldat.

Fonctionnement de la poste en temps de guerre

Un tel volume de courriers nécessite une organisation importante. Les armées mettent donc en place des moyens à la hauteur de l'enjeu. Il est à noter que la correspondance est gratuite, c'est la «franchise militaire». La collection de Mr Maia Présente d'ailleurs une majorité de courriers en port franc, des courriers sont cependant timbrés.

Les lettres postées par les soldats ou les familles, sont triées par secteurs postaux. Vers le front la chose est plus complexe car il est difficile d'identifier la position exacte des régiments.

Les familles inscrivent les numéros et les régiments. Chaque régiment correspond à un QG Les sacs dirigés ensuite sur des «bureaux frontières», à la limite de la zone des armées, étaient transportés par des «ambulants d'armée» vers les «vaguemestres d'étapes» qui les répartissaient ensuite entre les «bureaux divisionnaires» où s'effectuait le tri par régiment. Les enveloppes étaient remises enfin aux vaguemestres des compagnies qui s'efforçaient, quelle que soit la situation, de les faire parvenir et assuraient, le cas échéant, la triste mission de renvoyer le courrier avec la mention : «*le destinataire n'a pu être touché à temps*» (ce qui, en termes choisis, signifiait qu'il était mort, blessé, disparu ou prisonnier).

Comment écrire

Du côté des civils cela paraît simple, il suffit de s'asseoir de prendre du papier et de l'encre et de commencer à évoquer la vie quotidienne. Cela ne l'est pas tant que ça en réalité, les proches se doivent en effet d'assurer, de commenter le quotidien, de donner des nouvelles des proches mais tout en donnant une certaine distance à l'ensemble, il faut être précis tout en allant à l'essentiel. De plus la rédaction quasi quotidienne de missives relève parfois de la performance tant la vie banale et régulière se doit d'être mise en valeur. Les lettres et cartes postales prennent donc la forme d'instantanés comme autant de mails, posts ou SMS. Cette démarche nécessite chez les proches la mise en place d'un rituel d'écriture le soir ou le matin. Il est à remarquer que bon nombre de portugais de l'époque ne savent ni lire ni écrire, le flot est en ce cas plus réduit puisqu'il sous-entend la présence d'un tiers.

Pour les soldats du CEP la rédaction de missives n'est guerre plus aisée. Il y a bien sûr les mêmes difficultés de lecture et d'écriture. Mais au delà, il y a aussi un certain nombre de problèmes matériels. En un premier temps le papier est une denrée rare et difficile à protéger. La distribution de cartes postales facilitera ce problème mais en créera un autre: la nécessité de concision. Les cartes et lettres présentes dans le lot sont rédigées toutes à l'encre et à la plume. Là encore il est peu aisé d'imaginer le soldat dans sa tranchée rédigeant en plein et déliés, sans table ou chaise et au beau milieu de la boue. Les soldats vont rivaliser d'ingéniosités, le dos du camarade étant souvent mis à contribution. Une autre difficulté s'ajoute encore: les mouvements de troupes. Ici aussi les soldats seront contraints de ritualiser les séances d'écriture. L'image d'une tranchée silencieuse affairée à la lecture ou à l'écriture deviendra alors un fait banal.

2. La difficulté de préservation

Nous venons d'évoquer la difficulté de produire; il faut lui ajouter la question de la conservation. Les conditions sur le champ de bataille sont loin d'y être favorables ainsi la majeure partie des lettres disparaît. Mais il faut aussi évoquer la question de la conservation dans le temps. Le soldat de retour chez lui et sa famille éprouvent t'ils le besoin de conserver des objets liés à une période si complexe de l'existence. Les descendants ont t'il relevés

le caractère précieux de ces échanges ? La collection réunie par Mr Maia est d'autant plus précieuse qu'elle présente un grand nombre de pièces mais aussi des échanges complets avec émetteurs et récepteurs.

Les contenus

• Côté famille

Du point de vue des familles, les lettres donnent des nouvelles des proches, et du déroulement de la vie quotidienne, des moissons, des animaux, des événements financiers et des enfants. Sur ce dernier point, les épouses prennent un soin particulier à la description et à la description physique des enfants et à détailler les conditions d'éducation, la mère se substituant

• Les dits et non-dits du soldat

Le contrôle du courrier: Dans chaque sac un certain nombre de lettres sont prélevées pour analyse. Une fois par semaine, un rapport indique «le moral des troupes».

Certains soldats utilisaient de codes pour communiquer avec les leurs en contournant le contrôle postal. D'autres rédigeaient leurs courriers dans un patois parfois difficile à traduire pour les officiers responsables de la relecture.

La censure fut établie dès la mobilisation. Elle concernait le courrier de tout militaire en campagne et nul n'était censé y échapper. Le contrôle s'appliquait aussi de façon stricte à la correspondance allant en direction du front qu'à celle qui en provenait. Officiellement. Il s'agissait d'éviter la divulgation des mouvements de troupes. Les correspondances privées et commerciales à destination de l'étranger étaient donc toutes lues avant de franchir les frontières et les télégrammes très étroitement surveillés.

En règle générale, les carnets de route rédigés au fil des jours, sans ce souci de camoufler la réalité, cernent mieux la réalité que les correspondances. De plus le contraste entre le front et l'arrière était si grand que deux mondes se côtoyaient sans se comprendre.

• Les contenus du lot

Le lot appartenant à la famille da Silva Maia est d'une remarquable qualité. Les conditions d'acquisitions ne sont à ce jour pas connues. Mais les conditions de conservations furent optimales. L'ensemble se compose de cartes postales à illustrations variées et de lettres. La majorité des courriers est rédigé à l'encre noire, bleu turquoise ou violette. Les lettres sont contenues dans leurs enveloppes d'origine.

Les textes sont de natures diverses. A ce jour tout n'a pas encore été traduit. Sur ce point il est à noter que certains contenus posent un problème de déchiffrement. Les textes posent parfois des problèmes de compréhension liés aux manques de ponctuation, et aux déficiences orthographiques et grammaticales. Enfin, certains passages présentent un vrai manque de cohérence interdisant toute interprétation. Ce dernier élément peut être lié au fait que les soldats écrivaient une langue orale, que nous manquons du contexte et

qu'un alignement de mots sans liens entre-deux peut contribuer à constituer une «longue lettre» toujours bien accueillie par le destinataire.

Les propos tenus dans les échanges vont de la simple carte de remerciement pour un anniversaire, une fête, ou un colis, à des descriptions à la manière d'instantanés de scènes de la vie quotidienne ou d'évènements sur le front. Les propos sont aussi souvent liés aux questions financières. Les familles donnent aussi des nouvelles des proches. Une lettre, envoyé par un frère évoque les conquêtes amoureuses de ce dernier à Porto. Il est également à noter, une mention particulière «j'en ai marre de la France». Cette phrase à échappé aux services de la censure mais est à coup sûr le reflet d'un état d'esprit.

Un groupe de lettres en cours de traduction attire particulièrement l'attention: les courriers envoyés depuis la Grande Bretagne. L'iconographie des cartes relate en effet les différentes pérégrinations de l'auteur dans le pays de Galles.

Bataille de La Lys – Exposition Racine: 19 mémoire vivantes

Aurore Rouffelaers

Office de Tourisme de Béthune-Bruay

Resumé: Cette exposition, à l'occasion du centenaire de la bataille de la Lys, promue par la ville de Richebourg et l'office du tourisme de Béthune Bruay Artois Lys Romane, repose sur les témoignages de descendants français de soldats du Corps Expéditionnaire Portugais. Au-delà du témoignage, l'exposition revêt un caractère inédit. En effet il n'existe à ce jour aucune archive sur cette vague migratoire. Aussi, les archives constituées seront au terme de l'exposition données aux musées portugais et français de l'histoire des migrations. But de l'exposition: Valoriser les histoires individuelles; Rendre hommage et témoigner de la présence portugaise après la guerre; Mettre en lumière un pan méconnu de l'histoire régionale; Créer de l'archive et ainsi aider les futures générations de chercheurs. Les témoignages seront filmés, mis en lumière le temps de l'exposition puis déposés sur internet via une base de données spécialisée. En parallèle des témoignages, l'exposition entend solliciter les familles pour le prêt d'objets relatifs à l'histoire familiale. Utiliser l'objet comme vecteur de témoignage peut permettre d'assurer des ponts tangibles dans une histoire hautement vernaculaire, et ainsi de faire prendre conscience de l'importance de ce mouvement dans l'histoire migratoire française. Plus simplement, de mettre en lumière des récits de vie considérés comme banal par l'entourage de ceux qui l'on vécu. Les objets attendus seront de diverses natures ; la seule exigence étant l'évocation de l'ancêtre portugais auquel il a appartenu. Cette exposition a l'ambition d'engager une véritable démarche de conservation de patrimoine immatériel.

Mots-clés: Exposition; Béthune Bruay; Histoires familiales; I Guerre mondiale.

Abstract: The exhibition, on the occasion of the centenary of the Battle of La Lys, promoted by the town of Richebourg and the Tourist Office of Béthune Bruay Artois Lys Romane, is based on the testimonies of French descendants of soldiers of the Portuguese Expeditionary Corps. Beyond the testimony, the exhibition is of an unprecedented character. Indeed, there is no archive to date on this wave of migration. The archives constituted will be at the end of the exhibition given to the Portuguese and French museums in the History of immigration. Purpose of the exhibition: Valuing Individual stories; Acknowledge and testify the Portuguese presence after the war; Highlighting a forgotten aspect of regional history; Create the archive and help the future generations of researchers. The testimonies will be filmed, showed during the time of the exhibition and then deposited on the Internet via a specialized database. In parallel to the testimonies, the exhibition intends to ask families to loan objects relating to family history. Using the object as a means of testimony can ensure tangible bridges in a highly vernacular history, and thus raise awareness on the importance of this movement in French migratory history. Or, put simply, to highlight life stories considered as casual by the persons around of those who lived the events. The

expected objects will be of various natures; the only requirement being the evocation of the Portuguese ancestor to which it belonged. This exhibition has the ambition to embark on a genuine approach to the conservation of an intangible heritage.

Keywords: Exhibition; Béthune Bruay; Family stories; World War I.

Quand les planètes s'alignent

En quoi le fait d'avoir un ancêtre portugais fait de vous un français différent. Voici en une phrase la problématique de l'exposition Racines, présentée à Richebourg du 7 avril au 6 mai 2018, dans le cadre de la programmation culturelle mise en place par les communes et l'office du tourisme de Béthune-Bruay. L'office du tourisme à, depuis le 2014 la volonté d'axer ses actions culturelles sur l'humain et à travers les histoires et les parcours, commémorer le sacrifice de ces milliers de soldats tombés sur le territoire pendant la grande guerre. Au cours des années précédentes d'autres actions ont été menées notamment autour des indiens et de la bataille de Neuve-Chapelle et de la présence Canadienne. Le centenaire de la bataille de la lys était donc un moment propice à la création d'un nouvel événement. L'exposition racine est née de deux témoignages. En 2017, madame Brigitte Dubois entre en relation avec la ville de Richebourg et l'Office du tourisme pour faire part de son histoire. Elle est la petite fille d'un soldat portugais et a entamé des recherches pour localiser sa tombe et sa famille. De cette aventure est né un récit. Parallèlement Anne Moitel, chef du pôle patrimoine à l'office du tourisme de Béthune-Bruay rencontre Aurore Rouffelaers vice-présidente de la Liga dos combatentes section de Lillers et environs, et par ailleurs coordinatrice régionale des événements du centenaire auprès du consul honoraire des Hauts-de-France. Après échanges avec la ville de Richebourg, il est décidé que la ville accueillera une exposition sur les soldats portugais ayant épousé des françaises et leurs descendants. Le commissariat est confié à Aurore Rouffelaers.

La méthode

Dès le début de la mission, il apparaît que le sujet n'a jamais été traité. Aussi par delà la programmation, il s'agit ici de produire de l'archive. Conduire un tel projet nécessite d'autre part une matière abondante. Il faut aller à la rencontre des témoins. En effet, l'exposition s'appuie sur une mémoire vivante qu'il est urgent de répertorier. Le procédé choisi est l'appel à contribution, une collecte de témoignages est donc programmée. Le service de communication de l'office du tourisme est donc mobilisé, ainsi que divers média. Sur ce point, l'objectif principal n'était pas de recevoir des appels volontaires mais de faire connaître la démarche et de faciliter la prise de contact. Afin de limiter les refus.

Les canaux de collecte

En parallèle de l'opération médiatique, un travail de recherche commence. Une partie des recherches se basent sur les informations données par Fécilia Assunção Pailleux, fille du soldat Joao Assunção. Les souvenirs de Fécilia furent une précieuse ressource. Un relais a aussi été fait à l'intérieur de la communauté portugaise et Luso-descendante du secteur. Ce canal est de loin le plus efficace et a permis la collecte de 11 témoignages.

L'examen des registres de l'état civil et des recensements mis en ligne par les archives départementales du Pas-de-Calais ont permis de recenser des mariages franco-portugais. Il a été décidé de limiter la recherche aux mariages célébrés entre 1918 et 1935. Ce travail

est, à ce jour, toujours en cours. A partir des données collectées, une généalogiste, Sylvie Barlet, a réussi à localiser quelques descendants dont un seul, à ce jour à accepter de témoigner.

Le troisième vecteur d'information, et sans conteste le plus ingrat fut l'examen des pages blanches en y relevant systématiquement tous les noms à consonance portugaise. Plus de 300 appels ont été émis et on permit d'obtenir 6 témoignages

Deux témoins se sont manifestés de façon spontanée dont un via facebook.

La médiatisation de l'évènement a entraîné cinq nouveaux témoignages spontanés.

Les rencontres

Afin d'obtenir un faisceau cohérent et exploitable, un questionnaire basé sur l'expérience du commissaire (luso descendante) à été réalisé. Au cours des trois premières interviews, de nouvelles thématiques sont apparues et ont été ajoutées. Par la suite le questionnaire n'a plus changé mais chaque témoin à été libre d'ajouter des commentaires.

Chaque premier contact a vu naître une récurrence, celle d'avoir l'impression de n'avoir rien à dire, c'est une impression de normalité et de banalité de l'histoire familiale que j'ai moi-même autrefois ressenti.

Les interviews ont duré de 45 minutes à trois heures et furent orientés via un questionnaire. Le questionnaire aborde différentes thématiques autour de la vie quotidienne, des usages spécifiques liés à un ancêtre d'origine portugaise en France, la religion, les habitudes alimentaires, le racisme, les engagements mais aussi l'histoire de la vie et des échanges avec les autres.

Chaque entretien à été enregistré de façon à retranscrire le témoignage de la façon la plus fidèle possible.

Les témoins

Félicia Assucao → Joao Assuncao et Antero Soares

Paulette Sénéchal → Joao Assuncao

Collette et Johanes da Costa → Prudentio da costa

Colette Six → Arthur Gomes

Patrick Ratto et Jeanne marie Lemoine → Alvaro Ratto

Michel et Gérard Bento Soares → Carlos Bento Soares

Michel D'almeida → José de Almeida

Nicole de Andrade → Joaquim de Andrade

René et de Moraës → Jean de Moraes

Ginette dekens → José Simao

José Pinto → José Pinto

Brigitte dubois → José Parracho

Désiré Diaz → Antonio Dias

Yvette Gombert → Manuel Lopes

Mathieu fontaine → mateus leira

Frederic Dumoulin → soldat inconnu
Béatrice Lecocq → Narcisse Maia

Le traitement de l'information

Chaque témoignage a donné lieu à deux biographies. Si le sujet est évoqué, la biographie du témoin prend en compte son regard sur son ancêtre. La retranscription s'est attachée à un rapport strict des propos des témoins sans tentatives d'analyse. Les textes ont été rédigés par Aurore Rouffelaers à l'exception du portrait de Felicia Assunção, rédigé par Isabelle Mastin, Journaliste à ma Voix du Nord, et le portrait de Hélène Briche, rédigé par Mathieu Fontaine, son arrière-petit-fils.

Les différentes interviews ont d'autre part fait émerger des thématiques se prêtant à analyse. L'exposition propose d'en traiter trois :

- La portuguitude;
- L'intégration face au racisme;
- L'engagement au cours de la seconde guerre mondiale.

L'espace et le temps n'ont pas permis de traiter d'autres thématiques pour le moment. Mais il est envisagé de développer des thèmes supplémentaires : la raison du non-retour, la spécificité du lien familial, les démarches familiales des descendants, le passé militaire.



UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA

WWW.UFP.PT

idn Instituto
da Defesa Nacional